



PUC RIO

MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO

TECENDO POR TRÁS DOS PANOS.
ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE
DA MULHER SOBRE A FAMÍLIA

TESE DE DOUTORADO

Departamento de Psicologia

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1992

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

N.Chamada: 150 / R672t / TESE UC

Título: Tecendo por tras dos panos :

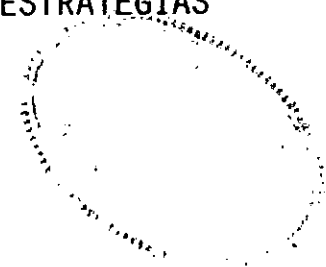


Ex: 1-CENTRAL

1776

MARIA LÚCIA ROCHA-COUTINHO

TECENDO POR TRÁS DOS PANOS. ALGUMAS ESTRATÉGIAS
DE CONTROLE DA MULHER SOBRE A FAMÍLIA



TESE APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA
PUC/RJ COMO PARTE DOS REQUISITOS
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR EM PSICOLOGIA.

ORIENTADORA: ANA MARIA NICOLACI-DA-COSTA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO



LC 41657-2

*150
R6727
TESEUC*

*A memória de minha avó Heloísa
Vianna Alexander, na certeza de
uma promessa cumprida.*

*A Eduardo, companheiro nesta
travessia em busca da
3ª margem do rio.*

*A Rodrigo e Duda, cuja geração
eu espero consiga transcender as
questões desenvolvidas neste estudo.*

Meus agradecimentos

A meus pais,

Hilda Alexander de Carvalho Rocha e
Marcus Vinicius de Carvalho Rocha,
que desenvolveram o meu gosto pela pesquisa, forne-
ceram apoio incondicional durante todas as etapas de meus estu-
dos e, acima de tudo, apostaram em mim.

A meus avôs

Fernando Alexander e
Gastão F. de Carvalho Rocha
que me conduziram ao mundo mágico da palavra e me
mostraram o quanto pode ser gratificante o trabalho sério.

Às "Amazonas"

que povoaram a minha infância,
em especial minhas bisas Margarida e Carolina,
que me passaram toda a força da mulher.

A minha avó

Heloísa Vianna Alexander,
que despertou o meu interesse pela cultura brasilei-
ra e reforçou em mim a idéia de que a mulher pode e deve buscar
sua realização também numa carreira profissional.

A Ana Maria Nicolaci-da-Costa,

orientadora e amiga,
que com sua paciência, dedicação e empenho me ajudou
a superar os difíceis momentos de incerteza e amenizou minha
ansiedade durante a realização deste trabalho.

A Anamaria Ribeiro Coutinho,

por sua incansável disposição em discutir comigo
questões fundamentais para o desenvolvimento de minhas idéias e
que me forneceu bibliografia extremamente útil.

As minhas colegas do Programa EICOS DA U.F.R.J.,

em especial Maria Inácia D'Avila Neto,
Tânia Maciel, Marise Jurberg,
Jacyara Rochael Nasciutti e Neide Nóbrega,

pelo apoio e incentivo à conclusão deste trabalho, facilitando meu acesso a sujeitos, discutindo questões teóricas e metodológicas importantes ou, simplesmente, me oferecendo seu ombro amigo.

A meus alunos da U.F.R.J.,

que a cada aula me levam a um questionamento de posições, fornecendo feedbacks importantes para o desenvolvimento de minhas idéias.

As mulheres entrevistadas,

que gentilmente cederam parte de seu precioso tempo, tornando não só possível como mais agradável a realização deste trabalho.

A Paulinha, pelo cuidado e esforço na transcrição fiel das fitas e à Sandra, pelo meticoloso trabalho de digitação e edição desse texto.

Ao CNPQ e à PUC do Rio de Janeiro,

pelo apoio financeiro recebido durante o curso.

Aos amigos que amenizaram minhas angústias, ansiedades e a solidão da escrita e que, mesmo estando ligados a áreas de interesse e de estudos distintas, forneceram, como homens e mulheres, importantes feedbacks para o meu trabalho.

A Eduardo Coutinho,

interlocutor em tempo integral,
parceiro de todos os meus empreendimentos e que, a cada dia, reforça em mim a crença de que a igualdade entre homens e mulheres não só é possível como pode tornar a vida bem mais agradável para ambos. Sua força e seu incentivo, especialmente nas horas mais difíceis, ajudaram a tornar possível a realização deste trabalho.

Finalmente a meus filhos,

Rodrigo e Duda,
vão os meus agradecimentos maiores pela paciência - às vezes um tanto abalada por conta da ausência da mãe - e encorajamento que amenizaram minhas dificuldades na conciliação dos múltiplos papéis. Seu estímulo constante e também suas críticas ocasionais em muito têm contribuído para o meu processo de crescimento profissional e pessoal.

Seja paciente com tudo que há não solucionado
em seu coração
E procure amar as próprias perguntas.
Não procure as respostas que não lhe podem
ser dadas
Porque não poderia vivê-las
E o que importa é viver tudo
Viva as perguntas agora
Talvez gradativamente e sem perceber
Chegue a viver algum dia distante as respostas.

RAINER MARIA RILKE

RESUMO

Embora o poder socialmente legitimado tenha permanecido, durante muitos anos, nas mãos dos homens - fato este que tem importantes conseqüências para a psicologia feminina e para a forma como a mulher vai se posicionar nesta situação de desigualdade social -, acreditamos que as mulheres, como os membros dos outros grupos socialmente marginalizados, quase sempre encontraram meios de burlar este poder, isto é, encontraram modos informais ou estratégias para controlar eventos que as afetam e que afetam as pessoas próximas a elas.

Neste trabalho examinamos o uso de algumas destas estratégias de controle e manipulação - diretas, como as ordens, ameaças e reprimendas, e indiretas, como o jeitinho, a vigilância, a cobrança e chantagem emocional e a fragilização do marido e dos filhos - por pares de mães e filhas da cidade do Rio de Janeiro com idades entre 60 e 75 e 35 e 45 anos, respectivamente.

Optamos por trabalhar com pares de mães e filhas destas duas gerações a fim de observarmos se e de que forma a grande escalada feminina dos anos 60, com a tentativa de derrubada de velhos mitos e tabus a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade, vivenciada pelo grupo de filhas, alterou seu uso das antigas estratégias empregadas pelas mães para controlar maridos e filhos e planejar atividades.

ABSTRACT

Although socially legitimate power has been held, for several years, by men - a fact that has important consequences for the psychology of women and for the means they use to face this situation of social inequality -, women, as the members of other socially marginalized groups, almost always found subtle ways to exert control and to manipulate those around her in the family.

In this work we examine the use of some of these strategies by pairs of mothers and daughters from the city of Rio de Janeiro, with ages varying from 60 to 75 and from 35 to 45, respectively.

We chose pairs of mothers and daughters from these two generations so as to observe if and in what ways the great feminine escalate of the 60's, with its attempt to defeat old myths and taboos on the role and position of women in society, changed the daughter's use of these old strategies employed by their mothers to control their husband and children and to plan their own activities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1- <u>Algumas dificuldades envolvidas na realização de um estudo sobre a mulher</u>	6
1.2- <u>O objeto de nosso estudo</u>	10
Notas	19
2. O CONFINAMENTO DA MULHER A ESFERA DOMÉSTICA E A MATERNIDADE COMO PROGRAMA POLÍTICO	20
2.1- <u>A Revolução Sentimental da Época Moderna</u>	20
2.2- <u>A Demarcação dos Espaços: o Público e o Privado</u>	27
2.3- <u>De Eva a Maria: a Maternidade como Destino Último da Mulher</u>	33
2.4- <u>A Naturalização dos Papéis Femininos e a Invisibilidade dos Desejos da Mulher</u>	37
2.5- <u>O Discurso da "Natureza" Feminina e o Enclausuramento da Mulher no Lar</u>	41
Notas	47
3. A "IDENTIDADE FEMININA" COMO DISCURSO IDEOLÓGICO	52
3.1- <u>A Identidade como Construção Discursiva</u>	52
3.2- <u>A Representação do Sexo como Resultado de Práticas Lingüísticas</u>	57
3.3- <u>Aprendendo a Ser Mulher</u>	64
3.4- <u>A Mulher nos Anos 70: Entre a Onipotência e a Crise</u>	69
Notas	74

4. A MULHER NO BRASIL	78
4.1- <u>As Matriarcas Coloniais:</u>	
<u>Isolamento e Reclusão</u>	78
4.1.1- A família patriarcal e a figura da mulher-mãe	78
4.1.2- O enclausuramento da mulher no Brasil colônia	85
4.2- <u>O Século XIX e a Sentimentalização</u> <u>da Família: o Homem-Pai e a Mulher-Mãe</u>	91
4.2.1- A chegada da corte portuguesa e a mudança no comportamento da mulher brasileira	91
4.2.2- O casamento como "carreira" para a mulher	100
4.2.3- O discurso higienista e os novos papéis e funções de homens e mulheres na família	108
4.3- <u>A Mulher do Pós-Guerra:</u>	
<u>Mãe em Horário Integral</u>	114
4.3.1- O pós-guerra e a culpabilização da mãe	114
4.3.2- A "rainha do lar"	121
4.3.3- Dois pesos e duas medidas: a ideologia da pureza feminina	130
4.3.4- Um certo mal-estar indefinido	136
4.4- <u>Dividida e Multiplicada:</u>	
<u>A Super-Mulher Atual</u>	138
4.4.1- Partindo as algemas	138
4.4.2- Rompendo com a "mística feminina": a identidade em questão	143
4.4.3- "Com um braço fora da janela e um pé por dentro da chaminé"	148
Notas	155
5. AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE FEMININO COMO RESULTADO DO PAPEL E DA POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE	159
5.1- <u>As Estratégias de Controle como</u> <u>Ações Situadas Socialmente</u>	159
5.2- <u>Fatores que Podem Afetar a Eficácia</u> <u>de uma Estratégia de Controle</u>	164

5.2.1-	<i>O status do usuário e a legitimação do uso da autoridade</i>	165
5.2.2-	<i>Os recursos de que o usuário dispõe para o exercício mais eficaz do poder</i>	169
5.2.3-	<i>O sentimento de auto-confiança</i>	170
5.3-	<i>O Desenvolvimento de Estratégias de Controle Distintas por Homens e Mulheres como Conseqüência das Diferentes Avaliações e Expectativas com Relação a seu Comportamento</i>	173
5.4-	<i>O Uso de Estratégias Sutis e Manipulativas de Controle pela Mulher</i>	181
6.	PESQUISA DE CAMPO	193
6.1-	<i>Questões e Hipóteses</i>	193
6.2-	<i>Sujeitos</i>	210
6.3-	<i>Procedimento</i>	214
6.4-	<i>Categorias de Análise</i>	218
6.5-	<i>Análise dos Resultados</i>	221
6.5.1-	<i>Formas diretas: ordens, ameaças e reprimendas</i>	225
6.5.2-	<i>Jeitinho</i>	236
6.5.3-	<i>Vigilância</i>	243
6.5.4-	<i>Cobrança e Chantagem Emocional</i>	254
6.5.5-	<i>A fragilização do marido e dos filhos: cuidados com a casa e os filhos como tarefa feminina e mãe como insubstituível na criação dos filhos</i> ..	266
6.6-	<i>Considerações Finais</i>	294
	<i>Notas</i>	300
7.	CONCLUSÃO	301

1. INTRODUÇÃO

Women have served all these centuries as looking glasses possessing the magic and delicious power of reflecting the figure of man at twice its natural size.

VIRGINIA WOOLF

Nas últimas décadas vimos assistindo a uma considerável alteração do papel social da mulher nas sociedades ocidentais modernas. Hoje já encontramos um número bastante grande de mulheres investindo com sucesso numa carreira profissional e algumas ocupando, inclusive, postos de prestígio no espaço público.

Embora importantes transformações políticas, econômicas e sociais tenham ocorrido, não podemos, no entanto, superestimar a profundidade destas mudanças, nem tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido erradicadas. A verdade é, de fato, bem mais complexa e muito trabalho nos âmbitos teórico e prático necessita ser levado adiante.

Se muitas destas mudanças no papel e na posição social da mulher podem ser atribuídas às pressões exercidas pelos movimentos feministas desencadeados nos Estados Unidos e em alguns países europeus, elas se devem, também, às novas pesquisas acadêmicas que alteraram substancialmente algumas concepções,

mitos e estereótipos antigos acerca da mulher¹ e configuraram o que se denominou Estudos da Mulher.

Ao submeterem estes mitos e estereótipos a um exame crítico criterioso, os pesquisadores questionaram as opiniões correntes sobre homens e mulheres e começaram a explorar domínios inteiramente novos, dirigindo suas atenções para temas antes não estudados no espaço acadêmico.

No bojo destas novas descobertas está, ainda que de forma implícita, a rejeição da antiga idéia de que a biologia constrói homens e mulheres, isto é, de que há alguma forma de determinismo biológico funcionando no mundo e de que esta força seria a principal responsável pela diferença sexual. Os novos pesquisadores enfatizam os elementos culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciam o comportamento social e criam padrões específicos de relações entre homens e mulheres.

Ao recordarmos a importância das teorias sociológicas da época (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver, por ex. Epstein, 1988) e a influência da visão psicológica de Freud que dominaram a pesquisa social científica no período entre as duas guerras mundiais e nos anos subsequentes à II Guerra Mundial (a esse respeito, ver, por exemplo, Badinter, 1985), não nos surpreendemos com o fato de que a avançada teoria de Margaret Mead (1935), que afirmava serem os conceitos de gênero principalmente culturais e não biológicos, não tenha tido o eco devido nos meios acadêmicos no momento de sua publicação.

As idéias de Margaret Mead (1935), revolucionárias para sua época, só vieram a se desenvolver recentemente, assumindo formas um pouco distintas, por vezes, e levando a novos

questionamentos. Para tanto, têm contribuído de forma significativa pesquisadores das áreas de Psicologia, Ciência Social, Economia, Antropologia, História e outros cujas principais preocupações se concentravam na arte, na língua e na literatura.

Nas Ciências da Linguagem, por exemplo, muito se tem pesquisado a respeito das relações entre o sexo e a linguagem, discutindo-se, inclusive, a possibilidade ou não de existência de um discurso feminino em oposição ao discurso masculino que há muito detém a posição de prestígio e poder na sociedade. Implícita nestas discussões está a idéia de que a diferença na fala de homens e mulheres não se deve tanto a uma diferença de sexo mas sim a uma diferença nos papéis sociais que vêm sendo desempenhados por homens e mulheres ao longo dos séculos.

Também os estudos de Crítica Literária iniciaram uma reflexão sobre a escrita feminina que pode ser de extrema importância no sentido de uma reavaliação e reestudo da própria história da literatura. A recuperação que está sendo feita, não apenas no Brasil, mas a nível mundial, daquilo que a mulher produziu tem mostrado o quanto esta história e a própria história da humanidade se empobreceu por não ter dado o devido valor a estas vozes.

Da mesma forma, impulsionados também pela ascensão da história social e do recente foco nos acontecimentos locais e na vida familiar e cotidiana das pessoas (ver, a esse respeito, por exemplo, os trabalhos de Ariès, 1986; Gélis, 1984), os estudos históricos estão seguindo novos rumos, encontrando hoje uma maior abertura para o desenvolvimento de uma história da mulher. Faz-se necessário remover a mulher da posição de obs-

curidade em que ela se tem mantido por séculos nos livros e compêndios de história tradicionais. Afinal, sem ela, a história, mesmo como tem sido escrita em seu sentido mais amplo e convencional, fica incompleta e, inevitavelmente, incorreta.

Na Antropologia, a análise de sistemas de categorias e imagens constitutivas da experiência feminina em diferentes grupos e culturas vem possibilitando que se pense agora não apenas a mulher, mas também o homem, como categorias socialmente construídas. Questionando a existência de uma essência feminina, a Antropologia abre caminho para a visão de que não existe, na verdade, a Mulher, enquanto gênero universal, mas sim uma pluralidade de mulheres.

Na Psicologia Social, o estudo das identidades e subjetividades, ao nos mostrar que o papel de cada ator social é sempre desempenhado em interação com o outro, numa relação de reciprocidade e troca, questionou a possibilidade de se estudar a mulher isoladamente. O problema da mulher é, antes de mais nada, um problema de complementaridades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações dos universos tanto feminino quanto masculino.

Assim, esse esforço conjunto desenvolvido por pesquisadores de diversas áreas do saber que elegeram a mulher como objeto de estudo aumentou nossa consciência de processos sociais e culturais extremamente complexos, outrora ignorados. E, ao mostrarem a importância de se incluir também o homem no bojo de seus trabalhos, os Estudos da Mulher converteram-se, recentemente, na maioria das universidades européias e norte-americanas, em Estudos de Gênero.

O Gênero, transformou-se, desta forma, numa categoria de análise extremamente importante, comparável, por exemplo, a categorias como raça e classe social. E, hoje, não apenas a família é vista de uma nova perspectiva, como também todas as outras instituições sociais, econômicas e políticas que são influenciadas, direta ou indiretamente, pelos estereótipos acerca de homens e mulheres.

Os Estudos de Gênero, ao questionarem a visão convencional dos atributos masculinos e femininos, segundo a qual a sociedade era caracterizada por uma divisão social do trabalho - que situava o homem no espaço público e confinava a mulher no espaço privado do lar -, levaram à visão de que estes atributos e esta divisão não são resultado de forças naturais mas, antes, são parte de todo um complexo de fenômenos cultural e historicamente determinados.

Na verdade, todos os tipos de construtos binários baseados na diferença biológica estão sendo reconsiderados, tornando-se menos legítimo caracterizar certas atividades como masculinas e outras como femininas. As antigas categorias estabelecidas de homem e mulher, amplamente sedimentadas, podem ter criado uma divisão de trabalho em dois espaços distintos - o público e o privado -, atribuindo áreas de atuação e poderes diferentes a homens e mulheres. Esta divisão parece bastante resistente à mudança, mas tal fato não a legitima e tampouco garante sua permanência.

Ao compartilharmos a visão de que estas antigas categorias de homem e mulher devem muito à cultura e à história, elas passam a ser vistas como refletindo algo que não um sis-

tema binário pré-ordenado e toda a questão da igualdade e da alteridade assume uma nova dimensão.

Assim, os estudos sobre a mulher vêm adquirindo novos contornos ultimamente e vários trabalhos já questionam e tentam fugir de antigas dicotomias como a da opressão masculina versus a subordinação feminina. A questão das relações sociais de gênero, no entanto, não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista, e qualquer estudo sobre a mulher, como o que pretendemos desenvolver nesta tese, vai esbarrar numa série de dificuldades.

1.1- Algumas dificuldades envolvidas na realização de um estudo sobre a mulher

A percepção de que ser mulher e ser homem são categorias socialmente construídas e de que, portanto, o ser mulher, da mesma forma que o ser homem, é resultado de uma intrincada rede de significações sociais, leva-nos ao reconhecimento de que não existe a Mulher ou o Homem enquanto gêneros universais, mas sim uma pluralidade de mulheres e homens.

Assim, apesar de constituírem, em geral, o grupo mais numeroso na maioria das sociedades (a metade ou mais da população de suas regiões ou países), o que é ser mulher diz respeito a mulheres de diferentes grupos étnicos e camadas sociais. Esta unidade - centrada no sexo - e diversidade simultâneas têm confundido muitos pesquisadores que tentaram fazer um estudo mais sério sobre a mulher.

Na busca de uma identidade feminina, quer através de um estudo histórico, quer através do exame de diferentes sociedades ou de diferentes grupos numa mesma sociedade, vários pesquisadores esbarraram na evidente opressão e subordinação femininas. A constatação da universalidade da opressão masculina sobre as mulheres levou vários destes pesquisadores à posição reducionista de transformação das mulheres em vítimas indefesas de uma sociedade dominada por homens. Tais pesquisadores deixaram de lado, no entanto, importantes questões a respeito não só da mulher como também das formas de exercício do poder numa sociedade, desencadeando estudos circulares que muito pouco contribuíram para uma visão mais ampla da mulher, ao tentar demonstrar apenas esta exploração, opressão e dominação a que ela estava sujeita.

Estes estudos deixaram, muitas vezes, de lado o importante fato de que as mulheres se constituem no único grupo socialmente marginalizado que, como uma totalidade, quase sempre recebeu tratamento desigual, uma vez que vários de seus membros partilham de maior intimidade com seus opressores - os membros do grupo masculino dominante nas sociedades - do que entre si mesmas. Isto é, embora por séculos a maioria das mulheres tenha sido excluída das posições de poder socialmente legitimadas, algumas delas, como membros de famílias, mães, irmãs ou esposas, estiveram mais próximas das posições reais de poder do que muitos homens.

Deste modo, enquanto algumas mulheres sempre estiveram entre os mais explorados dos trabalhadores, outras encontravam-se não apenas entre os opressores, como também se identifi-

cavam com eles (a esse respeito ver, por exemplo, D'Ávila Neto, 1980). Além disso, as mulheres brasileiras das classes mais abastadas, apesar de muitas vezes oprimidas por seus pais e/ou esposos, não deixaram de influenciar e oprimir aqueles que estavam sob seu domínio - o da casa -, como os escravos, agregados e empregados domésticos, estes últimos em sua maioria mulheres (ver, a esse respeito, Freyre, 1943, 1951). Até hoje, a emancipação da mulher brasileira dessas classes sociais muitas vezes se dá, em grande parte, às custas da opressão e da exploração de outras mulheres (babás, cozinheiras e empregadas domésticas de modo geral), que assumem o trabalho menos valorizado da casa e o cuidado das crianças para que ela possa se lançar no mundo público de uma carreira ou profissão.

Podemos dizer, portanto, que ao longo de todos estes séculos, as mulheres brasileiras, como as mulheres de modo geral, têm permanecido ao mesmo tempo no centro e na margem: tanto como parte dos grupos mais oprimidos em nossa sociedade (operários e trabalhadores domésticos, por exemplo), em decorrência de seu sexo, quanto como parte - de forma direta (como patroas e donas de casa) e de forma indireta (através de seus esposos industriais, banqueiros, políticos, entre outros) - dos grupos que detêm o poder, em decorrência de sua posição social.

Assim, a situação da mulher, apesar de guardar certa semelhança com a dos chamados grupos "oprimidos", não pode ser igualada à deles. Com raras exceções, todos os membros destes grupos que sofrem discriminação geralmente compartilham o status inferior de todo o grupo, o mesmo não acontecendo com as mulheres.

É preciso, portanto, evitar cair-se no reducionismo destas análises sobre a mulher que situam a questão de um único ponto de vista, o da dominação macho-fêmea. Ao tomar em consideração, de um modo unilateral e rígido, a oposição entre dominadores e dominados, estas análises deixam de lado aspectos importantes da condição feminina e das relações de dominação na sociedade.

Tais análises escamoteiam também o fato de que o poder é relacional (ver, a esse respeito, Foucault, 1982) e de que, embora um dos indivíduos envolvidos numa relação possa ser mais forte, em qualquer tempo, do que o outro, sua força nunca é tão grande que o outro não possa ser capaz de influenciá-lo em algum momento. Assim, de seu lugar de subordinação na sociedade, as mulheres sempre articularam, a nosso ver, formas de subsistir e resistir a esse poder socialmente reconhecido dos homens na sociedade.

Confinadas por séculos no espaço da casa, onde reinavam quase que absolutas, enfeitando maridos e filhos com a máscara da perfeição, as dedicadas e abnegadas mães e esposas encontraram formas especiais e silenciosas de articular sua resistência, em murmúrios que se perdiam, muitas vezes, no coro forte dos homens que as sufocavam. Nem vítimas, nem algozes, acreditamos que as mulheres, ao longo dos anos foram tecendo por trás dos panos modos de resistência a esta opressão masculina, formas de exercer um certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa.

1.2- O objeto de nosso estudo

Em quase todas as sociedades os homens, sem dúvida, detiveram alguma autoridade sobre as mulheres, possuindo direitos culturalmente legitimados para exercer sua opressão e subordinação sobre elas. Ao mesmo tempo, seja ou não sua influência reconhecida, as mulheres certamente exerceram pressões importantes na vida social dos grupos a que pertenceram (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver, por exemplo, Rosaldo & Lamphere, 1979, entre outros).

Assim, em várias circunstâncias, a autoridade masculina foi reduzida ou minimizada pelo fato das mulheres terem encontrado meios informais - através de mexericos, controle de informação e recusa a fornecer serviços de alimentação e sexo, entre outras - de influenciar e exercer controle sobre os homens.

Os cientistas sociais, de modo geral, quase sempre aceitaram a legitimidade da autoridade dos homens, tendendo a acreditar ainda no ponto de vista masculino que encarava o poder exercido pelas mulheres como manipulativo, ilegítimo e pouco importante. No entanto, é fundamental lembrarmos aqui que, como afirmam Rosaldo & Lamphere (1979), "enquanto a autoridade legitima o uso do poder, não o esgota; e os métodos existentes de recompensa, controle de informação, exercício da pressão e manipulação de eventos podem ser acessíveis às mulheres assim como aos homens" (p. 38).

A maioria dos estudos sobre as relações de poder entre homens e mulheres na família e na sociedade em geral, embora

não ignorando muitas vezes a posição ocupada pelas mulheres, tratou quase sempre estas questões a partir do ponto de vista masculino, enfocando, na verdade, os homens e não as mulheres. Isto é, quase sempre se pesquisou a autoridade e o poder exercidos por homens, dentro e fora do espaço do lar, ignorando-se freqüentemente o modo como as mulheres encaram a estrutura do poder doméstico masculino e as formas por elas encontradas para atuar dentro desta estrutura.

No entanto, embora a estrutura formal da autoridade em nossa sociedade possa sugerir que a mulher é incapaz e pouco importante, uma observação cuidadosa das estratégias e motivos das mulheres, dos tipos de escolha feitos por elas, das relações que estabelecem e dos objetivos que alcançam indica que, mesmo em situações patentes de desigualdade a mulher possui muito mais poder do que teoricamente se tem admitido.

Se quisermos entender melhor a mulher e sua posição em nossa sociedade, faz-se necessária uma análise cuidadosa de como as mulheres se submetem e resistem a essas regras de autoridade e poder que regem as vidas pública e privada. Ou seja, é fundamental um estudo sobre as estratégias utilizadas pelas mulheres para resistir a esta autoridade e poder socialmente legitimados do homem na família e na sociedade.

Poder e autoridade são conceitos que caracterizam, entre outras coisas, as formas de sujeição e os meios através dos quais as decisões são tomadas e executadas (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Weber, 1947; Foucault, 1982; entre outros).

Uma distinção, hoje clássica, entre poder e autoridade foi desenvolvida por Weber (1957, 1972). Segundo este autor, o poder "é a probabilidade de um protagonista, num relacionamento social, estar em posição de realizar seu próprio desejo apesar da resistência, indiferente às bases nas quais essa probabilidade se apoia" (Weber, 1957, p. 152). Ou seja, o poder seria a habilidade de agir efetivamente sobre as pessoas ou coisas, tomando ou assegurando decisões favoráveis, independentemente destas serem por direito asseguradas aos indivíduos ou a suas funções.

Quando, ao contrário, o poder se apoia na legitimidade, isto é, na noção de que um indivíduo tem o "direito" de impor seu desejo e quando ele é exercido a partir de uma hierarquização de papéis, ele é definido por Weber (1957) como autoridade. Em outras palavras, a autoridade estaria ligada à posição ocupada por alguém num sistema de organização social, posição esta que o legitimaria ou não para tomar decisões que são estruturadas não somente no próprio indivíduo mas também na coletividade.

Mais recentemente, Foucault (1982) veio afirmar que não existe, na verdade, o Poder enquanto objeto natural, mas sim relações de poder como práticas sociais constituídas historicamente. Este autor define relações de poder como ações que não agem diretamente sobre as pessoas mas sim sobre as ações, já existentes ou por existir, destas pessoas. Apesar destas relações de poder estarem por vezes ligadas a um consentimento social prévio - determinado pela lei ou por tradições de status

e privilégio social -, elas não são, por natureza, a manifestação de um consenso.

Assim, seguindo a posição de Foucault (1982), podemos observar que as sociedades possuem dispositivos de poder informais que independem da posição ocupada por quem as exerce, o que possibilita que um indivíduo ou grupo, mesmo sem autoridade legitimada possa, em algumas circunstâncias, tomar decisões e até ganhar a aquiescência dos que a possuem.

Desta forma, no caso de relacionamentos pessoais dentro do espaço doméstico, é nosso ponto de vista que a distribuição de poder é melhor conceitualizada em termos das estratégias utilizadas pelas diferentes pessoas - como pais, mães e filhos - para atingir fins particulares².

Por estratégias de controle entendemos as formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente desta pessoa. As estratégias empregadas, em geral, estão relacionadas à distribuição de poder e de autoridade, não apenas no espaço doméstico, como na sociedade de modo geral. Uma vez que as mulheres não estão, freqüentemente, em posição de poder e autoridade, acreditamos que elas vão fazer uso de estratégias sutis e manipulativas para exercer o controle e influenciar àqueles à sua volta, como o marido e os filhos.

Neste trabalho, pretendemos examinar algumas destas formas de controle e manipulação, ou estratégias, usadas pelas mulheres para influenciar aqueles à sua volta e planejar suas atividades. Isto porque, como afirmamos acima, acreditamos que, embora tenha sido negado às mulheres acesso legítimo a

muitas atividades e recursos importantes, elas, sem dúvida, também fazem uso de certas formas estruturadas para controlar eventos que as afetam e que afetam as pessoas próximas a elas.

Nossa hipótese principal poderia ser assim enunciada:

Em grande parte como resultado do poder socialmente legitimado ter permanecido em nossa sociedade, por todos esses séculos, nas mãos dos homens e de seu confinamento no espaço da casa, as mulheres brasileiras foram levadas a fazer uso de estratégias sutis e manipulativas para exercer o controle e influenciar o comportamento de seus maridos e filhos, estratégias estas que continuam a ser utilizadas, ainda que, muitas vezes, de forma contraditória e em menor grau, pelas mulheres atuais, a despeito das sensíveis mudanças ocorridas nas últimas décadas no papel e na posição da mulher em nossa sociedade.

Não é objetivo nosso aqui estabelecer uma lista de todas as estratégias utilizadas pelas mulheres brasileiras ao longo dos anos para exercer controle sobre a família. Isto seria simplificar demasiado a ampla e complexa questão dos poderes informais e das estratégias que acreditamos que as mulheres sempre detiveram por trás da ficção do poder masculino e que as levaram a articular, ao longo destes séculos, de modos os mais diversos, dependendo de seu tempo e/ou posição social, formas de subordinação e resistência a este poder.

Antes, nosso objetivo é descortinar apenas parte destas formas de controle ou estratégias por elas utilizadas, a fim de melhor entendermos a mulher atual e melhor conhecermos algumas de suas precursoras que, quase sempre anonimamente, por trás dos panos, foram tecendo, ao longo dos tempos, formas de ser mulher.

A fim de melhor podermos analisar nossa hipótese, vamos limitar nosso universo, neste trabalho, ao meio urbano e a mulheres de classe média de duas gerações distintas: mulheres que têm entre 35 e 45 anos de idade e viveram sua adolescência e/ou início da vida adulta no final da década de 60 e nos primeiros anos da década de 70 e suas respectivas mães, mulheres que tiveram seus primeiros filhos no período que se sucedeu à II Guerra Mundial.

A escolha destas duas gerações não foi aleatória. As mulheres na faixa de 35 a 45 anos de idade foram selecionadas por acreditarmos ter sido esta a geração que mais intensamente viveu o conflito de valores arcaicos e modernos no que diz respeito à mulher, uma vez que foi durante sua adolescência e/ou início da vida adulta que ocorreu a grande escalada feminina com a tentativa de derrubada de velhos mitos e tabus a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade.

Quanto a suas mães, ao terem tido filhos no final dos anos 40 e início dos anos 50, foram bombardeadas pelo que Friedan (1963) denominou "mística feminina", ou seja, sofreram todo um processo, desencadeado pela cultura com o auxílio da mass media, que reforçou a idéia antiga de que o lugar da mulher na sociedade e sua fonte de felicidade é em casa, cuidando física e emocionalmente do marido e filhos. Tal fato torna este um período bastante especial no sentido de ter sido amplamente reforçada pelo discurso social a divisão tradicional entre homens e mulheres, que destinava ao homem o espaço público da realização profissional e do sustento de sua família e à mulher o espaço privado do lar, onde ela reinava quase absoluta - nos cui-

dados, por vezes exagerados, com a casa e a família - como a "Rainha do Lar".

Optamos pelo meio urbano por acreditarmos que neste meio, devido às mudanças aceleradas de valores, normas, símbolos e crenças, vamos encontrar a convivência de valores contraditórios, arcaicos e modernos.

Tal contradição se deve, pelo menos em parte, ao fato de que, porquanto os papéis e estereótipos com relação à mulher e, conseqüentemente, suas estratégias de controle, possam ter-se modificado em uma direção menos conservadora - tendo em vista a contínua transformação de valores e modelos culturais que se operam em um meio definido como moderno (ver, a esse respeito, D'Ávila Neto, 1980; G. Velho, 1973, 1982; Figueira, 1985; entre outros) e que, de certa forma exigem um estilo de vida mais participante -, acreditamos poder ser possível verificar ainda a existência de traços conservadores, sobreviventes da antiga sociedade patriarcal brasileira³.

Apesar deste processo de transformação de valores e modelos culturais que se opera nos meios urbanos modernos atingir a sociedade como um todo, isto é, afetar todos os seus estratos sociais, ele não parece operar da mesma forma sobre sujeitos pertencentes a diferentes camadas sociais. Nos vários setores da população brasileira que vivem em constante estado de miséria e marginalização, por exemplo, este processo pode ter efeitos bastante distintos daqueles que se pode observar na classe média (ver, a esse respeito, por exemplo, Figueira, 1987).

Entre outras coisas, o fácil acesso aos meios de comunicação e a modelos estrangeiros trazidos através de livros, revistas, viagens e até mesmo a partir de uma vivência fora do Brasil, fizeram com que os sujeitos da classe média urbana brasileira - no caso do Rio de Janeiro, mais especificamente a zona sul da cidade - fossem atingidos, a nosso ver, de forma mais intensa por este processo de modernização.

O exame de nossa hipótese exige, certamente, que se situe a mulher no quadro social mais amplo. Afinal, falar de mulher é, como assinalamos acima, falar sobre as complementariedades sexuais, onde se interpenetram, como uma rede, práticas sociais, discursos e representações do feminino.

Assim, iniciamos nosso estudo por uma análise, a partir da literatura existente, da condição feminina - o confinamento da mulher na esfera doméstica, a importância da maternidade, os discursos e representações do feminino e a identidade que para a mulher foi construída - e de sua evolução nos últimos vinte anos, que constituem os capítulos 2 e 3 de nosso trabalho.

Este estudo estende-se, no capítulo 4, à evolução histórico-social da condição da mulher no Brasil, com ênfase especial sobre os períodos colonial - a fim de que melhor se possa entender a significação da autoridade patriarcal no país e o papel e a posição da mulher na família - e sobre dois momentos sociais que consideramos importantes no que diz respeito à questão da posição da mulher brasileira na família - o período que se sucedeu à II Guerra Mundial e o final da década de 60 e início da década de 70.

A seguir, serão discutidos no capítulo 5 alguns pontos que consideramos fundamentais para uma melhor compreensão e análise das estratégias utilizadas pelas mulheres brasileiras para controlar e influenciar o comportamento de seus maridos e filhos.

Finalmente, no capítulo 6, será feita uma pesquisa de campo visando detectar algumas estratégias de controle utilizadas pelas duas gerações de mulheres em que concentramos nosso estudo.

NOTAS:

¹ Muitas pesquisas realizadas no passado, cujas conclusões foram consideradas válidas para ambos os sexos, haviam sido concebidas a partir de uma perspectiva androcêntrica e tiveram que ser reconsideradas.

A Psicologia, assim como a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Antropologia e a História, entre outras disciplinas, apresentaram uma visão preconcebida estereotipada e preconceituosa da mulher por várias décadas, negligenciando ou interpretando erroneamente os papéis tanto de mulheres quanto de homens.

Uma vez que estes estudos se limitavam, basicamente, à visão masculina, o conhecimento resultante a respeito do mundo da política, da economia e, até mesmo, da família - que era vista como um espaço feminino - era também parcial e limitado. A maior parte das pesquisas conduzidas a partir destes antigos modelos servia, na verdade, para racionalizar, justificar e, muitas vezes, até criar as desigualdades entre os sexos.

² O conceito de estratégia foi amplamente utilizado por Foucault (1982). Segundo este autor, a palavra estratégia pode ser empregada de 3 maneiras distintas:

"First to designate the means employed to attain a certain end; it is a question of rationality functioning to arrive at an objective. Second, to designate the manner in which a partner in a certain game acts with regard to what he thinks should be the action of the others and what he considers

the others think to be his own; it is the way in which one seeks to have the advantage over others. Third, to designate the procedures used in a situation of confrontation to deprive the opponent of his means of combat and to reduce him to giving up the struggle; it is a question therefore of the means destined to obtain victory" (pp. 224-25).

Como Foucault (1982), acreditamos que toda relação de poder implica, pelo menos em potencial, na utilização de uma estratégia de luta. As estratégias são, assim, na verdade, mecanismos fundamentais que atuam nas relações de poder.

³ Dedicaremos todo um capítulo de nosso estudo à discussão do papel e da posição da mulher na sociedade brasileira, em que será feita uma análise da condição feminina no Brasil inserida no quadro da sociedade patriarcal. Para uma discussão mais ampla e aprofundada a respeito da sociedade patriarcal no Brasil, no entanto, ver, entre outros, Freyre (1943, 1951).

A respeito da manutenção de certas atitudes conservadoras em relação à mulher no meio urbano brasileiro, inclusive por parte das próprias mulheres, ver D'Ávila Neto (1980).

2. O CONFINAMENTO DA MULHER A ESFERA DOMÉSTICA E A MATERNIDADE COMO PROGRAMA POLÍTICO

Since the world is so full of a number of things... we must categorize and simplify in order to comprehend. But the reduction of complexity entails a great danger, since the line between enlightening epitome and vulgarized distortion is so fine.

Dichotomy is the usual pathway to vulgarization.

STEPHEN JAY GOULD

The first class antagonism appearing in history coincides with the development of the antagonism of man and wife in monogamy, and the first class oppression with that of the female by the male in sex.

ENGELS

2.1- A Revolução Sentimental da Época Moderna

O Amor isola o casal da coletividade e do controle que esta exercia outrora. O amor materno está na origem da criação do ninho afetivo em cujo interior a família vem se refugiar.

E. SHORTER

Embora considerado como fato natural até bem pouco tempo atrás, quando começou a ser duramente questionado pelos

movimentos feministas contemporâneos (ver Michel, 1979, Alambert, 1986; Alves e Pitanguy, 1985; entre outros), acreditamos que o confinamento da mulher à esfera doméstica - casa, marido e filhos -, incluindo-se aí um novo conceito de maternidade e todas as conseqüências dele decorrentes, só começa a se verificar como tal a partir da ascensão da burguesia e do aparecimento da sociedade industrial e do capitalismo. Isto é, apesar da desigualdade de gêneros ser bem antiga e vários discursos sociais a terem enunciado como natural e terem tentado legitimar as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres¹, foi somente com o surgimento da sociedade industrial que a mulher se viu reduzida ao papel de mãe e esposa.

Tal confinamento nos parece estar intimamente ligado à nova idéia de família que tem no amor romântico o elemento pivô para sua conformação e que é relativamente recente na história da humanidade (ver Ariès, 1986; Shorter, 1975, entre outros). Acreditamos que, ao contrário do que supunham aqueles que associavam o conceito de família a valores eternos, atemporais e imutáveis, a universalidade desta - parece não existir cultura que não tenha alguma forma de família reconhecida e legitimada socialmente - não é natural mas sim inerente à ordem cultural que homens e mulheres instauraram sobre a natureza. Ou seja, a família humana é uma construção social, uma superação da família biológica (macho-fêmea-crias). Seus membros sempre estiveram unidos por uma rede complexa e precisa de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas e, mais modernamente, por laços afetivos habitualmente acompanhados de laços legais e religiosos.

A transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se atendo apenas à história da vida cotidiana. Ao contrário, ela pontua traços-chaves que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais e o uso de nomes e sobrenomes particularizados, entre outras coisas (ver Ariès, 1986; Sennett, 1988; Shorter, 1975; Ussell, 1980, entre outros). Somente com o advento da sociedade industrial, a temática da individualidade, da identidade pessoal, começa a se desenvolver, ao mesmo tempo que os domínios público e privado, de que trataremos em seguida, se instalam, reestruturando tanto seus territórios como suas significações. Organiza-se, então, uma mudança radical nas prioridades de vida, aparecendo em primeiro plano o livre arbítrio e a felicidade pessoal.

É, neste momento, que vai se constituir o grupo familiar restrito (nuclear) - a família burguesa - e vai surgir um novo tipo de contrato matrimonial, o matrimônio por amor. Ambos vão transformar a feição da família antiga e de suas relações interpessoais. Dá-se o que Shorter (1975) denominou a Revolução Sentimental do Século XVIII, isto é, o aparecimento do amor materno, do amor conjugal e o sentimento doméstico de intimidade, que mudaram as prioridades da vida e as formas de enlances tanto contratuais quanto subjetivas entre os integrantes da família. A partir deste momento, o romantismo começa a ser usado como um instrumento cultural para impedir a mulher de conhecer sua verdadeira condição de opressão. Sua extensão,

através da mídia moderna, vai ampliar cada vez mais os seus efeitos.

Esta verdadeira revolução sentimental é decorrente sobretudo das idéias de igualdade e felicidade individual, pregadas pela filosofia das Luzes², que favoreceram o desenvolvimento e a expressão do amor em todas as suas formas (de marido e mulher, de pais e filhos, entre outros). O novo casamento, baseado agora no amor e na liberdade de escolha, caminha paralelamente ao nascimento da moderna família nuclear que se fecha e se volta para si mesma.

Como assinala Ariès (1986), "a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes" (p. 11). É a hora da intimidade, das pequenas residências particulares de peças independentes, com especialização dos cômodos e entradas particulares, mais adequadas à privacidade e à vida íntima do novo tempo (ver Ariès, 1986). Pais e filhos partilham este novo espaço da intimidade que fortalece e reforça os laços afetivos familiares.

A criança adquire um novo valor e importância, sendo agora elemento indispensável da vida cotidiana, uma vez que é o produto por excelência desta nova unidade, razão de sua subsistência. Os adultos passam a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Tornou-se conveniente manter as crianças em casa durante o máximo de tempo possível e "amarrá-las psicológica, financeira e emocionalmente à unidade familiar até o tempo em que estivessem prontas para criar uma nova unidade familiar" (Firestone, 1976, p. 103). Foi criada, assim, a Era da Infância que, nas palavras de Goldthwaite (em Ariès, 1986),

"centralizava-se nas mulheres e nas crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças e uma notável elevação do estatuto da mulher" (p. 25).

Nesta realidade familiar baseada na afeição, na intimidade maior entre pais e filhos, a família se recentra agora em torno da mulher-mãe. Ela passa a ser a principal responsável pelo bem estar da criança e do esposo e é importante intermediária entre o pai - cada vez mais ausente em seu trabalho fora de casa - e os filhos, e entre a família e dois novos elementos que surgem, o médico - presença cada vez mais forte nesta sociedade que começa a se preocupar com a saúde - e a escola - que veio substituir a transmissão dos conhecimentos através da aprendizagem direta de uma geração a outra por um novo tipo de educação, baseada num regime disciplinar cada vez mais rigoroso (ver Ariès, 1986).

A prioridade sobre os afetos nas relações familiares, assim, implicou no que se refere à conjugabilidade, em um processo de construção social de um novo conceito de amor entre homens e mulheres - o amor romântico. Sua mistificação, juntamente com a do amor materno, que discutiremos mais adiante, outorgaram uma nova posição às mulheres nos contratos e legitimações entre os gêneros. A mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior - o mundo do trabalho -, que deveria ficar sob o encargo do homem.

Neste quadro, vai se instalar um novo "dispositivo de sexualidade" (a esse respeito, ver Foucault, 1984a, 1984b,

1984c) para dar conta da "pureza" esperada das mulheres, o dispositivo burguês, que organiza uma distinção nova dos prazeres, discursos, verdades e poderes. Produz-se uma profunda preocupação com o corpo, que vai problematizar a saúde e gerar o aparecimento de novas técnicas de acompanhamento da gravidez e do parto, visando produzir crianças sadias e prolongar o tempo de vida de mães e filhos.

Faz-se necessária uma descendência sã. Os matrimônios começam a optar por um número menor de filhos - em oposição aos muitos filhos dos quais poucos sobreviviam, da família feudal - e torna-se necessário investir em sua criação e educação. Os indivíduos são agora vistos como riquezas das nações em formação. São, então, incentivados os discursos médicos sobre os hábitos de vida higiênicos, a alimentação sã, a habitação adequada, a importância do lazer e do descanso, assim como a moralidade dos costumes sexuais.

A nova família burguesa, centrada na criança, impôs, desta forma, uma supervisão constante sobre a mulher, a principal responsável pela boa criação e educação dos filhos. O mito da infância encontra, assim, um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres como as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitam da sua proteção. O status inferior de ambos passa a ser disfarçado sob a capa de um certo "respeito" requintado: não se deveria discutir assuntos sérios, ou relacionados a sexo, nem se deveria fazer uso de determinados termos ou de injúrias na frente de mulheres e crianças.

Mulheres e crianças foram, a partir de então, consideradas mentalmente deficientes, incapazes de entender certos assuntos, de tomar decisões mais sérias. Foram-lhe atribuídas tarefas especiais: o serviço doméstico e os deveres escolares. O pedestal de adoração no qual ambos foram colocados tornou difícil, no entanto, viverem suas vidas, encontrarem por si próprios seus caminhos. As mulheres e crianças aprenderam, desta forma, como assinala Firestone (1976), a usar a infância (acessos de raiva, por exemplo) e a feminilidade (choro, por exemplo) para obter o que queriam indiretamente.

É assim que, com o novo regime, se consolida o discurso da "natureza feminina" - frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva -, instalando-se o "lugar feminino" de esposa e mãe centrada no espaço doméstico, que discutiremos a seguir e que, nas suas mais diversas formas, persiste até os nossos dias.

2.2- A Demarcação dos Espaços: o Público e o Privado

Haverá sempre um homem que, embora sua casa desmorone, estará preocupado com o Universo. Haverá sempre uma mulher que embora o Universo desmorone, estará preocupada com sua casa.

ERNESTO SABATO

Até o surgimento da sociedade industrializada moderna, a família extensa constituía o espaço onde conviviam o marido, a mulher e os filhos, junto a serviçais, parentes e agregados.

Havia uma estrutura de parentesco extensa, onde alguns de seus membros estavam vinculados por laços de consangüinidade e outros não. Se um jovem passasse a outra família, como era costume bastante comum então, para aprender um ofício, se incorporava a ela como um membro a mais (ver Ariès, 1986).

Nesse espaço se desenrolavam as funções domésticas - o que hoje se conhece como trabalho doméstico, atenção e cuidado das crianças, e socialização primária - e as funções sociais - que incluíam a aprendizagem de habilidades e técnicas necessárias para desempenhar-se na produção familiar. É por isso que a análise marxista fala da família neste momento como unidade de produção e consumo (ver Engels, 1973).

Nestes tempos pré-industriais, ainda não se referia às mulheres como fracas, sensíveis e inadequadas para o trabalho físico pesado. Tampouco o cuidado com as crianças excluía a participação da mulher no processo econômico. Ao contrário, enquanto os dois setores - família e trabalho - não estavam separados, as mulheres trabalhavam ao mesmo tempo na produção e na reprodução, embora na maioria das vezes fossem responsáveis pelos cuidados com os recém-nascidos. Isto porque, como assinala Ariès (1986), "essa família antiga tinha por missão - sentida por todos - a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver" (pp. 10-11).

Aos poucos, as transformações político-econômicas da sociedade desencadearam o desaparecimento da estrutura ampla de parentesco como eixo básico, e as funções domésticas e sociais

começaram a ser separadas, ao mesmo tempo em que começavam a mudar também seus conteúdos específicos, até constituírem o que hoje em dia denominamos âmbito privado (no sentido de doméstico) e âmbito público. Neste momento, alguns conteúdos que anteriormente eram parte integrante das funções domésticas passam a desenvolver-se no âmbito público, através da esfera produtiva e da esfera educativa.

Assim, ambos os âmbitos do cotidiano dos sujeitos - o público e o privado - começam a desenvolver lógicas próprias, cujos eixos básicos são a afetividade no mundo doméstico e a racionalidade, a inteligência e a eficácia no exercício do poder no mundo público. Tal fato tem grandes conseqüências para a família que, pivoteada na mulher, se afirma como o lugar dos sentimentos e da intimidade. Nesta fase, a família passa a constituir apenas uma unidade de consumo, já que a produção agora tem lugar fora dela, no âmbito público. O trabalho de alguns membros da família, vendido no mercado, recebe um salário que a família utiliza para sua sobrevivência. Esta sobrevivência é indispensável para a sociedade, uma vez que é na família que se realiza a reprodução biológica, social e da força de trabalho, fundamentais para as novas nações que surgem.

Aos homens passa a caber o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder e às mulheres é, então, atribuída a responsabilidade da reprodução, em todas as suas formas, no seio da família. Seu trabalho como "reprodutora" é naturalizado e à mulher passa a caber a execução e a supervisão de uma série de tarefas conhecidas como "trabalho doméstico" que se realizam no âmbito da unidade familiar. Apesar destas

atividades serem um trabalho social, na medida em que satisfazem uma necessidade da sociedade - a reprodução presente e futura da força de trabalho -, elas estão organizadas de maneira individual e privada, o que permite que se lhes atribua um caráter de não trabalho.

É assim que o trabalho doméstico da dona de casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem-estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social. A economia do sistema extra-familiar trata de esquecer e desconhecer esta economia paralela à qual serve e na qual se apóia, que é o sistema econômico familiar. E, como assinala Duran (1983), "à força de ignorá-lo, de excluí-lo de seus cálculos, e de sua linguagem, chega a parecer que é imutável, gratuito, não custoso, não valorizado... e a um passo de supor que, uma vez que é improdutivo, quase não tem valor" (p. 11).

As mulheres, portanto, as donas de casa, passam a ser trabalhadoras que nunca vão conhecer os benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores - salário, descanso, limite de jornada, férias, licença, aposentadoria ou seguro social - a não ser de forma indireta, através do homem de quem dependem. Sua dedicação exclusiva ao trabalho doméstico impede ou dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, que ficam restritos aos homens, levando-as a uma marginalidade social.

Além disso, o trabalho doméstico isola as mulheres no âmbito da unidade familiar, onde realizam sua tarefa de forma individual, sem organização cooperativa alguma e quase sem in-

tegração com seus pares adultos, afastando-as, assim, cada vez mais do mundo público e inibindo processos de realização pessoal. Elas passam a ser e a viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa.

Ou seja, obrigando moralmente as mulheres a ser para os outros e através dos outros, lhes é negada a possibilidade de serem elas mesmas, fora dos outros. Elas são, portanto, confinadas neste mundo privado marcado pela sentimentalização e considerado socialmente como subalterno, de retaguarda, local onde as características de produtividade, poder organizacional e potencialidade cognitiva do mundo público estão ausentes.

É neste sentido que podemos afirmar que os mecanismos de naturalização da desigualdade entre os gêneros na sociedade moderna os inscrevem em um processo mais amplo de naturalização, o que se refere à divisão entre os mundos público e privado. Estas esferas antinômicas passam a operar a partir de racionalidades opostas, produzindo uma divisão da sociedade em duas modalidades sociais regidas por racionalidades diferentes, a partir das quais seus espaços, produções e atores ficam enredados em uma lógica que subordina uma racionalidade à outra, um espaço ao outro.

Contudo, este mesmo processo de sentimentalização do espaço privado familiar, que confinou a mulher ao lar, outorgou também a ela uma nova forma de poder, um poder não sobre os bens patrimoniais ou a gestão econômica, mas sobre os bens "simbólicos" dos filhos, uma vez que ela se torna produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de

mandos e dúvidas. Este poder, por ser simbólico, não é menos opressivo (a respeito da eficácia do poder simbólico, ver Bourdieu, 1975, 1989).

A família nuclear moderna necessita de uma figura investida de mãe, à qual pagarão fortes tributos, não apenas seus filhos e seu marido, como a sociedade de modo geral. E, se esta nova concepção de maternidade eleva a mulher à condição de "rainha" do lar, dando-lhe uma autoridade sobre sua casa, os filhos e a família, ela é, antes de tudo, lucrativa para o homem que passa a controlar sua mulher bem melhor do que antes: entregue aos filhos e à casa, ela não sofre nenhuma "tentação" externa, dominando-se, deste modo, o lado "demoníaco" de toda mulher (ver, a esse respeito, Tarlei de Aragão, 1983).

A passividade erótica da mulher na conjugalidade - resultado do corte radical que vai ser dado entre função maternal, ou de reprodução, e prazer sexual - vai ser balanceada não apenas através de histerias e diversas outras sintomatologias que refletem essa repressão sexual, mas também através do investimento em práticas maternais cada vez mais intensas e abrangentes. A mulher, então, já não mais se submete por amor, mas sim elege entregar-se por amor e nesta entrega e no êxito dos seus passa a residir sua felicidade pessoal.

Desta forma, o discurso da "natureza" feminina, os mitos da mulher-mãe - que discutiremos a seguir -, da passividade sexual das mulheres juntamente com seu correlato necessário da dupla moral sexual (ver, Willems, 1953), e o discurso heróico do amor moderno, trabalham eficaz e produtivamente, gerando suas significações imaginárias sociais para garantir o claustro

no lar da mulher burguesa. Tais significações geraram os argumentos e estratégias institucionais específicas com que contará a modernidade para a produção-reprodução de um dos pilares da subjetividade feminina: o ser para os outros.

2.3- De Eva a Maria:

A Maternidade como Destino Último da Mulher

O instinto da maternidade domina todo o resto...pois, desde o berço, a mulher é mãe, apaixonada pela maternidade.

MICHELET

Na modernidade, portanto, a Eva pecadora cede docemente seu lugar à santificada Maria. Ou seja, a mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura sábia, astuta e diabólica que é preciso "pôr na linha" - como os tantos milhões de mulheres (as bruxas) que, durante quatro séculos (XV-XVIII) foram queimadas pela Inquisição simplesmente pelo crime de serem mulheres orgásticas e possuírem um saber próprio -, mas transforma-se em um ser doce e sensato, de quem se espera comedimento e indulgência. Como assinala Badinter (1985), "a curiosa, ambiciosa, audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar" (p. 176).

O novo casamento, baseado no amor e na liberdade de escolha, será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura e seu ponto culminante será a procriação. São, en-

tão, exaltadas as doçuras da maternidade, que se converte na atividade mais invejável e doce que uma mulher pode esperar. O amor materno é a origem e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar, em cujo interior a família vem se refugiar. A família moderna, portanto, centra-se em torno da mãe que adquire uma importância que jamais tivera. Sua casa, fechada às influências externas, passa a constituir o novo "reino" da mulher e a maternidade seu mais almejado desejo.

Para esta nova importância atribuída à maternidade, vai contribuir, como assinalamos acima, uma nova percepção da criança, que se transforma agora no mais precioso dos bens, um ser que não pode ser substituído e que é vital para os novos Estados em formação, precisando, portanto, ser controlado, vigiado, educado. As responsabilidades da "nova" mãe vão sendo, assim, daqui por diante, cada vez mais ampliadas (ver, a esse respeito Badinter, 1985).

A fim de se assegurar sua permanência no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um "caráter inato" e, portanto, compartilhado por todas as mulheres. É assim que características biológicas - a maternidade inscrita no corpo feminino - passam a assumir um significado social.

A esta idéia da maternidade como parte da "natureza feminina" e ao conseqüente devotamento das mães aos filhos como algo "natural", os teóricos do século XVIII e, principalmente,

do século XIX, em grande parte desenvolvendo idéias de Rousseau³, não tardaram a acrescentar uma nova função: a educação.

A maternidade, assim, não consiste, para a mulher, em apenas nutrir e cuidar fisicamente de seus filhos. Ela consiste também e sobretudo em saber educá-los. A mística das glórias do parto, da grandeza da abnegação "natural" da mulher, acrescentou-se uma nova mística sobre as glórias da própria infância e da "criatividade" da educação das crianças. Afinal, o que poderia ser mais criativo e sublime para uma mulher do que criar uma criança, o adulto de amanhã?

A mãe passa, então, a ser considerada a mentora por excelência, o primeiro educador de seus filhos. E da maneira como ela os educar vai depender o destino da família e da sociedade. Ela passa a trabalhar junto com a nova escola que desponta, uma "escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política", nas palavras de Ariès (1986, p. 277). Família e escola começam, desta forma, a atuar juntas na vigilância e no controle desta nova criança que surge, preparando-a para sua futura vida adulta.

Esta função educativa da mãe vai dar à mulher um status muito especial: governando a criança, a mãe passa a governar o mundo. Sua influência estende-se, assim, da família à sociedade, e todos repetem que os homens são, na verdade, o que as mulheres fazem deles. A boa educadora será aquela que consegue despertar uma confiança incondicional do filho, ao mesmo tempo que exerce sobre ele uma vigilância absoluta. Ela deve ter acesso a todos os segredos e intimidades dos filhos. En-

fim, a vigilância materna deve estender-se a tudo, para que a mãe melhor possa julgar e controlar seus atos⁴.

Este controle da mãe sobre os filhos vai ter uma dupla implicação. Por um lado, ele dá à mulher um tipo de poder muito especial, de que trataremos adiante, que não é visível e não lhe traz prestígio social mas, antes, esconde-se por trás dos panos e foi durante muitos anos um dos lugares de onde as mulheres articularam sua resistência e sua influência sobre o mundo público. Por outro, vai ser através de sua atuação como educadora dos filhos que a mulher vai sofrer uma das mais fortes pressões - interna e externa - para se manter confinada no espaço do lar.

Uma vez que a influência da mãe era considerada absolutamente determinante, o destino de seu filho passou a depender quase que inteiramente de sua boa ou má atuação. Isto é, o filho começa a ser visto como o sinal e o critério de sua virtude ou vício, de sua vitória ou falha. A mãe caberiam todos os méritos e toda a culpa pelo sucesso ou fracasso alcançados pelo filho. E, se a sociedade estava de acordo em santificar a mãe admirável, a boa mãe, ela estava também de acordo em culpar e castigar a que fracassava em sua missão sagrada, a mãe má.

Esta opinião dos outros, este discurso dos outros vão ser interiorizados pela mulher, impedindo-a de "agir mal", levando-a a exercer uma vigilância também sobre si mesma e a se sentir culpada sempre que algo vai mal. Assim, as mulheres passaram a se sentir cada vez mais responsáveis pelos filhos. Como consequência, seu controle e sua dedicação a eles passam a se dar em tempo integral, sem horas para descanso, férias ou

afastamento, até mesmo por motivo de doença. Quer esteja em boa saúde, quer doente, ela deve permanecer vigilante caso não queira ser acusada e/ou se sentir culpada do maior dos crimes maternos: a negligência.

Este ideal de maternidade, desenvolvido no século XVIII e amplamente reforçado pelas teorias científicas do século XIX, e que compreendia, como assinalamos acima, não só um conceito específico de cultura familiar feminina, mas também um princípio pedagógico, não se ateve apenas à mulher enquanto inserida na família. Ele estendeu-se também à mulher nas profissões assistenciais e educacionais (como as de professora de crianças e enfermeira, por exemplo), consideradas profissões femininas exatamente por estarem ligadas, em essência, ao papel de mãe substituta ou de responsável pelo bem-estar dos seres humanos. E, até hoje, ele continua influenciando os ideais de muitas mulheres que se dedicam, principalmente, a atividades ligadas à educação de crianças e à assistência de desamparados, doentes e idosos.

2.4- A Naturalização dos Papéis Femininos e a Invisibilidade da Regulação dos Desejos da Mulher

A política é a maneira como o poder se exerce e se distribui, sobre as almas sobre o prazer e sobre a dor.

PLATÃO

O dever materno não comporta nenhuma fraqueza, a mãe amará portanto os filhos por eles e não por ela, porá a felicidade deles no lugar da sua.

IDA SÉE

A naturalização dos papéis atribuídos às mulheres tornou invisível a regulação de seus desejos, de sua vida, enfim, a violência simbólica de que elas são vítimas, ocultando as relações de poder que se estabelecem no interior da sociedade - as mulheres foram, na sua maioria, alijadas dos postos-chaves de comando e controle social - e orientando-as para o desenvolvimento de sutis mecanismos de domínio afetivo que elas passam a exercer dentro da família. A subordinação da mãe às necessidades da casa, dos filhos e do esposo aparece como tendência instituída da mulher, como um "deve ser", moralidade esta conhecida como altruísmo materno. Tal postura implica o desprezo do próprio desejo frente ao desejo dos outros e a aceitação de um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, ou seja, implica a aceitação da invisibilidade pessoal ao preço da sacralização da função.

Os comportamentos de subordinação femininos ficam, então, emaranhados no cotidiano destas mulheres como forma "natural" de organização de suas vidas diárias, sem que muitas delas tomem consciência deste fato, ou, se a têm, lhe outorgam consenso exatamente porque são "naturais". É possível também, como assinalou Duran (1983), que muitas destas mulheres necessitem "de sua falsa consciência, sua mística de maternidade, porque se analisarem suas vidas de uma outra perspectiva, e com

outros critérios, o resultado será terrível, insuportável, e preferem não fazê-lo" (p. 64).

Assim, ainda segundo a autora, para tornar mais leve e amável seu dia-a-dia, muitas mulheres precisam "encher-se de afetividade e romantismo, cercar de afeto qualquer expressão de seu trabalho cotidiano, elevar o amoroso à categoria de mágico e reduzir, até quase o desaparecimento, seu interesse pelos assuntos públicos e sua capacidade crítica da organização coletiva do trabalho" (Duran, 1983, pp. 64-65). Como não lhes cabe questionar fatos que são "naturais", se o trabalho não lhes agrada, só resta a elas a possibilidade de amenizá-lo, esquecendo-o enquanto o executam.

Na prática do dia a dia, esquecer, não ter consciência dele, sonhar, são as únicas possibilidades de evasão da mulher ou, o que é mais freqüente, resta-lhe a possibilidade de, como assinala Duran (1983), "resignar-se ante o inevitável e desenvolver um sentido perfeccionista que lhe permita recobrar sua dignidade humana nesse trabalho que não pode evitar e que em lugar de repudiar, aceita, aprecia e com o qual se identifica" (p. 18). Assim, segundo a autora, "dominando-o, [a mulher] submete-se a ele e converte-o em sua própria vida" (Duran, 1983, p. 18).

A demarcação dos papéis atribuídos às mulheres em razão de concepções "naturalistas" e "essencialistas" de sua condição de gênero, de que falaremos a seguir, desconhece o caráter de construção social de que este se reveste (para uma discussão ampla a respeito das concepções "naturalistas" e "construtivistas" de sujeito, ver Ribeiro Coutinho, 1985). Tal ca-

ráter não é facilmente identificado porque é legitimado por discursos científicos e filosóficos tradicionais, por discursos políticos e religiosos hegemônicos.

Estes discursos contribuem para conformar a subjetividade feminina, fazendo parte da cultura entendida como lugar de identificação e de criação de sentido e, como consequência, são reproduzidos, por sua vez, pela própria mulher em seu papel de socializadora e mediadora, em sua função de reprodutora dos valores e normas que sustentam esta forma de organização social baseada na divisão de trabalho por sexo.

Esta divisão, que tem raízes biológicas na reprodução da espécie é, no entanto, transportada para a cultura, onde se cristaliza em valores e instituições, deixando de ser natural para se transformar em um produto da cultura. Afinal, o gênero é uma aquisição cultural. Ele é a forma social que adquire cada sexo, o que se obtém através do processo de socialização que prepara os sujeitos para que cumpram adequadamente seu papel, enfim, para que sejam o que se diz que são por natureza. Assim, "ser mulher" equivale a cumprir com o estereótipo de gênero, mais além das particularidades e potencialidades individuais e de sexo.

2.5- O Discurso da "Natureza" Feminina
e o Enclausuramento da Mulher no Lar

*They shut me up in Prose
 As when a little Girl
 They put me in the Closet
 Because they liked me "still"*

EMILY DICKINSON

*A verdadeira mãe de família, longe de
 ser uma mulher de sociedade, não será
 menos reclusa em sua casa do que a reli-
 giosa em seu claustro.*

ROUSSEAU

Em decorrência desta "naturalização" das funções femininas, passou a ser demarcada uma série de características femininas (como, por exemplo, dedicação, abnegação, docilidade), quase todas elas vinculadas àquelas características necessárias a uma "boa mãe", levando-se muitas vezes a se identificar feminilidade e maternidade. A definição destas características caminhou paralelamente a uma massiva discriminação das mulheres. Isto porque, a partir delas, foram negadas às mulheres todas aquelas capacidades socialmente valorizadas e que garantem a primazia dos homens na vida pública. Desta forma, perspicácia intelectual, pensamento lógico, interesses profissionais e políticos, passam a ser vistos como antifemininos.

Limitando suas características àquelas necessárias para o cuidado da casa e da família e ao bom desempenho desta nova maternidade e negando a ela todas as características que se afastavam deste seu papel - consideradas antifemininas -, re-

forçou-se o enclausuramento da mulher ao mundo doméstico, suavizado, como assinalamos acima, pelo poder que lhe foi concedido sobre este mesmo mundo (o da casa e da família). Como assinalou Rousseau (em Badinter, 1985), "a mulher deve ser a única a mandar em casa, é mesmo indecente para o homem informar-se do que ali se passa. Mas a mulher, por sua vez, deve-se limitar ao governo doméstico, não se imiscuir no que ocorre fora, manter-se fechada em casa" (p. 245). Tal enclausuramento, e a concomitante redução das características e capacidades femininas permitidas, afastou-a do mundo público do poder e dos negócios, cujos efeitos podem ser sentidos no mundo atual.

Ainda hoje, por trás de discursos e à margem de declarações oficiais, se ouve a opinião de que o lar e a educação dos filhos sempre foram e devem continuar sendo atribuições das mulheres e que, devido à sua constituição física e espiritual, as mulheres devem ser afastadas do trabalho físico pesado, bem como das atividades que lhes exigem muito intelectualmente. Tal posição vem possibilitando o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção, ao mesmo tempo que tem levado a mulher a desenvolver um tipo de controle muito sutil e especial dentro de casa, controle este do qual muitas mulheres têm dificuldade em abrir mão, como discutiremos mais adiante, arcando com a sobrecarga de trabalho que esta dificuldade em compartilhar os afazeres domésticos e a educação dos filhos com seu esposo lhes acarreta.

No entanto, como assinalamos acima, foi somente quando a família perdeu o seu papel na produção que a casa se tornou como assinala Chodorow (1979), "the place where people go to

recover from work, to find personal fulfillment and a sense of self" (p. 89), e onde as crianças são cuidadas e educadas. Ou melhor, o lugar para onde os homens vão para se recuperar do trabalho, uma vez que as mulheres, mesmo aquelas que têm empregos fora de casa, são ainda hoje geralmente responsáveis, ou assim se sentem, pelo trabalho doméstico e criação dos filhos.

Homens e mulheres vivem, em mundos distintos, uma complementariedade de funções. Ao homem, voltado para fora, para a competição e o trabalho no mundo dos negócios e da realização profissional, falta, quase sempre, o tempo, a disponibilidade e a vontade necessárias para assumir a função de educação dos filhos. Além disso, ele vive em um universo estranho ao universo da infância e às regras de afeição que a governam, o que explica, em parte, a incompreensão, severidade e impaciência do homem tradicional⁵. A mulher cabe servir de intermediária entre pai e filho, aliviar o homem de seus encargos com a família, poupá-lo dos problemas e conflitos familiares cotidianos. Por outro lado, ao homem compete protegê-la, sustentá-la e afastá-la dos árduos e complicados problemas do mundo fora de casa, a fim de que ela possa melhor desempenhar seu trabalho no lar.

Assim, a partir da demarcação dos dois setores - público e privado -, diferenças biológicas entre homens e mulheres foram tomadas pelo discurso social para explicar e manter diferenças sociais e profissionais. O espaço privado tornou-se, na verdade, o lugar onde, através do matrimônio e da família, são geradas as condições para as formas desiguais de apropriação do capital cultural, de acesso aos meios de qualificação profissional e aos centros de poder e controle social, en-

tre outras coisas. Esta desigualdade acarretou o sentido de inferioridade da mulher e produziu uma forma muito particular de subjetividade, intimamente ligada a este sentimento: a passividade feminina em todas as suas formas. Deste modo, a passividade atribuída à mulher, não parece ser um traço da "natureza feminina" mas, ao contrário, resultado de um longo processo histórico-social.

As diferenças biológicas, portanto, longe de serem naturais são, antes, elaboradas a partir de um discurso que é social. É assim que mesmo o confinamento da mulher ao espaço doméstico sempre foi amenizado quando seu trabalho fora de casa tornou-se economicamente necessário. Durante a II Guerra Mundial, por exemplo, as mulheres foram contratadas em grande número pelas indústrias para substituir os homens chamados ao combate e muitas das divisões entre os papéis masculinos e femininos, que incluía o princípio da mãe no lar, foram esquecidas e várias facilidades criadas (como creches e cantinas, por exemplo) para que elas melhor pudessem cumprir seus novos papéis profissionais.

O término da guerra, no entanto, assiste a uma intensa campanha desencadeada pela cultura, com o auxílio da mass media e o aval de profissionais (médicos, educadores, psicanalistas), que restaurava o culto da mulher ao lar. Com base, em grande parte, em idéias freudianas vulgarizadas (ver, a esse respeito Badinter, 1985), as mulheres foram condicionadas a não ser se não mães devotadas e mulheres do lar. Passou-se, novamente, a reforçar o modelo feminino ideal como o de esposa, mãe e educadora dedicadas, modelo este contrastado com a outra possibili-

dade aberta à mulher - o papel de vamp ou prostituta -, carregado de conotações negativas. Construiu-se toda uma imagem - aquela da mulher completamente realizada em seu papel de esposa e mãe, servindo às necessidades físicas e emocionais do marido e dos filhos -, a que Friedan (1963) denominou "mística feminina". Afinal, era necessário que a mulher retornasse ao lar, a fim de que se pudesse reintegrar os homens desmobilizados ao mercado de trabalho.

Podemos afirmar, então, que a diferença de papéis longe de ser natural é, antes, construída através de concepções romanceadas, cientificamente ratificadas, em geral apoiadas ideologicamente em filosofias racionalistas - na maioria das vezes construídas por homens, ainda que com o aval e o apoio indireto de muitas mulheres - que afirmam ser a mulher sempre governada, em última instância por seu útero. É assim que concepções - veiculadas tanto pela literatura e pelas artes em geral, como também pela ciência, inclusive a medicina e a psiquiatria, especialmente aquela desenvolvida na Europa durante o século XIX - sobre a "natureza" distinta do homem (forte, racional, inteligente, dominador) e da mulher (frágil, intuitiva, sensível, emocional e passiva), confinaram a mulher ao lar, reservando ao homem o espaço público de maior poder e prestígio social.

Desta forma, sem negar a existência de diferenças biológicas, devemos admitir que o confinamento da mulher à esfera doméstica, que limita seu comportamento esperado e seu papel na sociedade, são antes condicionados pelo elemento social do que pelo biológico. As características e capacidades atribuídas às

mulheres não são inatas mas sim habilidades desenvolvidas a partir de um aprendizado social. Como assinala Badinter (1985), em seu estudo a respeito do mito do amor materno,

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. (p. 367)

Assim, do mesmo modo que os homens não nascem pais, as mulheres, apesar de seu aparato biológico, também não nascem mães. E, do mesmo modo que a paternidade não satisfaz o projeto de vida do homem, a maternidade, por si só, pode não preencher o projeto de vida da mulher. Para ambos, ter filhos não é, ou não deveria ser, uma determinação biológica mas sim, uma escolha pessoal. É possível, tanto para o homem, quanto para a mulher, alcançar a realização na vida sem terem concebido filhos.

As diferenças biológicas entre homens e mulheres são, no entanto, significativas: os homens não podem engravidar, parir ou amamentar. Estas diferenças, contudo, só são significativas à luz de um discurso social. Parir é um fato natural, ser mãe, no entanto, é um trabalho que molda a mulher e, portanto, uma construção ideológica. Tais construções, que têm enquadrado a mulher no que denominamos "identidade feminina" e que discutiremos a seguir, são construções discursivas que marcaram definitivamente a psicologia feminina, tornando a mulher incompatível com a chamada "vida ativa" e explicando sua ausência dos centros de poder e decisão da sociedade.

NOTAS

1 Vários discursos, desde a Antigüidade, vêm enunciando a desigualdade de gêneros como natural e legitimando as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. Um dos pensadores mais importantes a esse respeito foi Aristóteles (1985). Em seus textos se pode observar como, ao mesmo tempo, se produz a diferença social entre homens e mulheres e se legitima a desigualdade de gênero.

Aristóteles (1985) separa o mundo público-político - o dos cidadãos que participam da vida pública e que são parte integrante do Estado -, do mundo privado-apolítico - o daqueles que são apenas condição necessária para a existência do Estado. O cidadão, no sentido estrito, é definido por ele como um varão livre que participa da administração da justiça e da manutenção de serviços e o Estado é um corpo - constituído de tais pessoas - adequado para alcançar uma existência auto-suficiente.

A partir desta delimitação, Aristóteles (1985) fala na existência de pessoas naturalmente governantes e naturalmente governadas. A vida plena só é possível aos primeiros - os cidadãos - que, por extensão, participam plenamente da bondade e da racionalidade. Quanto à categoria dos governados - formada por mulheres, escravos e crianças -, seus membros não participam plenamente da bondade e da racionalidade.

A mulher, para Aristóteles (1985), caberia o espaço privado do lar. A manutenção da casa não apenas delimitava sua

área de atuação, como também servia para sua própria definição, por que o bem que animava a casa era um bem menor do que aquele que animava a vida da Polis. Uma vez que para ele a plena realização das virtudes morais só era alcançada pelos que participavam da vida pública-política, esta estava reservada apenas aos varões livres adultos. As mulheres, portanto, participavam da virtude e da racionalidade também, mas apenas em um sentido limitado, pois pertenciam naturalmente a um espaço menor, o do lar.

Estas dicotomias deram a Aristóteles (1985) o sistema conceitual da diferença social que legitima a desigualdade, situando-a como natural e eterna. A posição de Aristóteles (1985), com as mais diferentes roupagens, vai se repetir ao longo dos séculos nos vários pensadores que justificam a diferença entre homens e mulheres, proclamando esta diferença como natural e irredutível (para uma maior discussão da posição aristotélica a esse respeito, ver Femenías, 1988).

² No que diz respeito à igualdade, parece que a filosofia das Luzes reforçou mais a igualdade dos homens entre si do que a igualdade entre os seres humanos, isto é, entre o homem, a mulher e a criança.

No entanto, como assinala Badinter (1985), alguns pensadores, como Montesquieu e Condorcet, procuraram por várias vezes denunciar a desigualdade de fato entre o homem e a mulher, atribuindo esta diferença não à natureza mas à educação. Para estes pensadores, segundo a autora (Badinter, 1985), se as mulheres são efetivamente inferiores aos homens, a causa não

reside na sua natureza mas sim na educação que lhes é dada, ou melhor, na educação que lhes é negada. A mulher, portanto, pode e deve ter acesso a todas as posições, pois é a injustiça que lhe proíbe o saber e o poder, segundo eles.

Embora estes pensadores não tenham conseguido modificar muito a condição da mulher, esta passou a desempenhar um papel mais importante, especialmente junto aos filhos, compartilhando com o marido o poder dito paterno. Torna-se cada vez mais difícil considerar a autoridade do marido sobre a esposa como o poder absoluto do soberano sobre os súditos. Para isto muito contribuíram, além dos ideais de igualdade, dois outros valores amplamente desenvolvidos pela filosofia das Luzes: a busca da felicidade e a valorização do amor (a esse respeito, ver Badinter, 1985).

Para os pensadores das Luzes, o homem foi feito para ser feliz. A felicidade não é mais situada, como outrora, na salvação eterna das provações terrestres; antes, deve ser possível aqui mesmo neste mundo. E, se a felicidade é possível, é em primeiro lugar na microssociedade familiar que ela deve encontrar seu espaço.

Desta forma, a aspiração à felicidade vai modificar sensivelmente as atitudes familiares, favorecendo o aparecimento do amor conjugal. Isto porque, para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso que elas sejam fundadas no amor. Esta nova moda do casamento por amor vai transformar, assim, a esposa em companheira querida, aproximando-a consideravelmente do marido (ver, a esse respeito, Shorter, 1975).

³ Rousseau, em Émile, publicado em 1762, afirma, entre outras coisas que:

Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes...Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los...eis os deveres das mulheres em todos os tempos (em Badinter, 1985, p. 181).

⁴ Nesta nova sociedade que surge, como assinala Foucault (1979), emerge um novo tipo de controle sobre as pessoas, uma nova instância de julgamento, cujo problema central "não era fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiriam mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o discurso dos outros os impediria de fazer o mal ou o nocivo" (p. 215-16). Neste sentido, é fundamental que a vigilância da mãe se estenda a todos os comportamentos de seus filhos.

Cabe assinalar, ainda, que este novo tipo de controle, em que a opinião dos outros se torna fundamental, vai exercer grande influência, como discutiremos a seguir, no comportamento da mãe. Isto porque o seu comportamento estará também sujeito a esta vigilância e a este tipo de controle por parte da sociedade.

⁵ Como assinala Badinter (1985), a mãe e o Estado moderno "usurparam, cada qual a seu modo, o essencial de suas funções paternas" (p. 293). A qualidade, o prestígio e a bondade do

pai passaram a ser medidos mais por sua função de mantenedor e de responsável pelo conforto da família do que por qualquer outro tipo de atitude sua, visão que sobreviveu até os nossos dias. Os filhos e a casa são para ele apenas uma preocupação indireta.

Assim, reduzindo sua função à de provedor da família, o pai foi progressivamente distanciado de seu filho. Fisicamente ausente durante todo o dia, preocupado com a obtenção dos meios para o funcionamento de seu lar, ele quase sempre chega em casa à noite cansado e muitas vezes irritado com as dificuldades e problemas enfrentados no trabalho, não tendo, desta forma, muitas oportunidades e a paciência necessária para se relacionar com seu filho.

3. A "IDENTIDADE FEMININA" COMO DISCURSO IDEOLÓGICO

Um dia, ao acordar, Z descobriu que havia caído vertiginosamente. Descobriu que havia tropeçado no espelho e descoberto o país dos pesadelos. Escalou, então, ativamente, os degraus que ela mesma construiu até dominar aquele mesmo espelho em que se mira, hoje, majestosa e sem temor.

SOROR JUANA

Yet we as observers should know that the way sexuality and particularly rituals surrounding sex are used can tell us something not so much about sex per se as about the society.

MARY DOUGLAS

3.1- A Identidade como Construção Discursiva

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro...

SIMONE DE BEAUVOIR

Como já foi apontado, acreditamos que a "identidade feminina", longe de ser natural, é, antes, construída a partir de um discurso social que visa atender e se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico. Tal discurso tem desempenhado um importante

papel na construção da subjetividade das mulheres e, conseqüentemente, tem servido para mantê-las na posição de subordinação em que há muito se encontram.

É nosso ponto de vista que toda identidade, seja ela de raça, cor ou sexo, é sempre uma entidade abstrata, sem existência real, ainda que, de certa forma, indispensável como ponto de referência. Ela é, como assinala Ortiz (1985), uma construção operada por agentes históricos que dissolvem as heterogeneidades, as diferenças, na univocidade de um discurso ideológico totalizador. Tal discurso tem, quase sempre, por função, a transformação do diferente em inferior, uma das questões centrais de toda organização social que "necessita" sustentar sistemas de apropriação desigual (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Rocha-Coutinho, 1986).

Assim, os dados fragmentados, o singular, através da interpretação simbólica, passam a integrar um todo coerente, passam a definir uma instância mais generalizada. Deste modo, "fragilidade", "intuição", "abnegação", "docilidade", "sensibilidade", por exemplo, qualidades atribuídas às mulheres, passam a integrar um todo mais amplo que define a identidade feminina. Isto é, passam a ser tomadas como parte da "natureza" feminina e, como tal, adquirem um caráter imutável, à maneira de uma essência, de uma substância filosófica.

A identidade feminina, como toda identidade é, desta forma, como assinalado por Ortiz (1985), uma construção discursiva que transcende as particularidades dos indivíduos e dos grupos restritos para inseri-los em um projeto globalizante e totalizador, em consonância com os anseios e mitos de uma so-

cidade em um tempo determinado. Isto porque a cultura, enquanto fenômeno da linguagem, é sempre passível de interpretação e, em última instância, são os interesses de uma sociedade - mais especificamente os interesses do grupo masculino dominante - que vão definir os diferentes grupos sociais que a compõem, que vão decidir sobre o sentido da elaboração simbólica desta ou daquela característica, desta ou daquela manifestação cultural, atribuindo valores e criando, assim, desigualdades onde antes havia apenas diferenças.

O discurso social, como assinala Fowler (1979), longe de ser neutro é, antes, ideológico. As afirmações, geralmente corroboradas pela ciência a respeito do que é ser mulher, bem como a respeito do papel e da importância da mãe na criação dos filhos, em sua maioria, têm sido organizadas no sentido de ratificar as necessidades e mitos de nossa sociedade e várias agências e agentes sociais contribuem para a perpetuação desta ordem (a respeito do papel e da importância dos agentes e agências de controle simbólico subjacentes à reprodução cultural, ver, por exemplo, Bourdieu, 1975 e Bernstein, 1977).

Desta forma, o discurso científico, como parte do discurso social, tem refletido e, ao mesmo tempo, servido de suporte para os valores culturais dominantes em um tempo e grupo determinados, justificando-os, inclusive aqueles que dizem respeito ao papel de subordinação cultural da mulher. Ao contrário do que faz supor, a pesquisa científica não é impessoal, apolítica ou factual, mas, antes, interpretativa e, portanto, do domínio ideológico.

Na visão de Trew (1979), com a qual concordamos, toda

ideologia é mediatizada lingüisticamente, isto é, os sistemas de idéias que constituem as ideologias são expressos através da linguagem. Esta fornece os modelos e categorias de pensamento e, assim, em grande parte, a experiência de mundo das pessoas se faz através da linguagem. Na medida em que os conceitos em um discurso estão relacionados como um sistema, eles são, também, segundo este autor, parte de uma teoria ou ideologia, isto é, de um sistema de conceitos e imagens que constituem uma forma de se ver e captar as coisas, de se interpretar o que está sendo visto, ouvido ou lido.

Neste sentido, podemos dizer que a linguagem é, também, uma construção ideológica. Ela reflete e reforça as visões de mundo de um determinado grupo em um momento histórico específico, contribuindo, assim, no caso da mulher, para a sua manutenção no papel de subordinação em que se encontra, como veremos mais adiante.

As ideologias, ainda seguindo a posição de Trew (1979), são essenciais para a legitimação de uma ordem social, na medida em que são elas, através da linguagem, as responsáveis pela ordenação da experiência, dando um sentido ao mundo. Esta ordem e este sentido, no entanto, são sempre parciais e particulares e sua aceitação é fundamental para a manutenção da ordem social.

As categorias da linguagem, assim como as da ideologia, podem parecer fixas e dadas, mas, na verdade, ambas estão sujeitas a constantes mudanças. Ao falar, as pessoas estabelecem, mantêm, confirmam e, até mesmo, questionam as organizações da linguagem e das ideologias que são lingüisticamente expres-

sas. Desta forma, a ideologia dominante, ao agir como princípio ordenador das diferenças em uma organização social determinada (a esse respeito, ver Bakhtin, 1979), atribui significados e organiza as diferenças biológicas entre os sexos, dando-lhes um sentido que é social e não, natural.

Todo grupo social, na história da humanidade, construiu e organizou suas maneiras de produzir e distribuir a riqueza social, suas formas de se relacionar, suas instituições, inclusive a família e as relações homem-mulher em consonância com os anseios e as necessidades do grupo social em um momento histórico específico. Desta forma, as instituições do sexo e da família teceram, ao longo dos tempos, as malhas da dominação entre os sexos mais adequadas aos modos de produção e organização social específicos de um determinado tempo e sociedade. É assim que as formas de subordinação da mulher têm mudado ao longo dos tempos, sem que, no entanto, tenham sido suprimidas as desigualdades.

Deste modo, por mais antigos que possam parecer o patriarcalismo e a dominação da mulher, é preciso ter-se em mente que estes são formas históricas e não naturais. Isto é, a relação entre os sexos é socialmente construída e, como tal, vai variar com as mudanças na organização e estrutura social. Portanto, por trás das "funções biopsíquicas" do parto e da amamentação associadas à mulher, está subjacente toda uma estratégia de poder, articulada a partir de um discurso que tenta, como discutiremos a seguir, invisibilizar as desigualdades entre os sexos naturalizando-as. Isto é, as desigualdades não são visíveis, ou, pelo menos, passíveis de questionamento, uma vez

que se constrói um consenso por meio do qual o que foi produzido pela cultura é atribuído à natureza.

3.2- A Representação do Sexo
como Resultado de Práticas Lingüísticas

Mais do que qualquer outro, o olhar sobre as mulheres é mediatizado; é preciso decifrar a natureza desta mediação.

MICHELLE PERROT

A identidade feminina, portanto, que a sociedade patriarcal inventou para as mulheres, moldura estreita e artificial na qual trata de encaixá-las à força, é transmitida através de um discurso ideológico que permeia todos os aspectos de nossa cultura. Ela enformava e estava presente nos sermões e ensinamentos das mães que, até bem pouco tempo atrás, transmitiam para suas filhas lições de recato e hipocrisia com vistas a atrair e reter um homem. Está presente, ainda hoje, nos textos escolares, onde invariavelmente o pai sai para o trabalho enquanto a mãe cuida da casa e dos filhos. Está na indústria de brinquedos que fabrica bolas e carrinhos para os meninos e bonecas e casinhas para as meninas. Está na legislação que até recentemente no Brasil estabelecia o homem como chefe do casal e detentor do pátrio poder (a esse respeito, ver, Verucci, 1988a, 1988b; Pimentel, 1988).

Ela está também presente e enforma toda a produção cultural: na literatura, no teatro e no cinema, através de heroínas românticas indecisas e dependentes, cujo objetivo último na vida era tão somente encontrar e prender um homem; na poesia, com suas "receitas de mulher"; na música popular, através da figura das tão decantadas "Amélias"; nos modernos meios de comunicação que continuam a opor a "boazuda", que destila sensualidade e a "boazinha" que faz de tudo em casa para merecer a aprovação da família (para uma análise a respeito da visão da mulher nos meios de comunicação, ver Rocha-Coutinho, 1991).

Mas, ela está, sobretudo, no plano mesmo do discurso, este discurso social que tem como padrão o homem e que vem construindo as identidades masculina e feminina a partir da divisão social entre o público e o privado, confinando a mulher ao lar, e desempenhando um importante papel na construção da subjetividade feminina.

A linguagem, mediadora e produto da ideologia, como assinala Fowler (1979), é o espelho e o modo de expressão de muitas relações políticas. Ela serve como meio para revelar, manipular e até mesmo transformar as relações de poder, inclusive aquelas entre os sexos, uma vez que a linguagem é, não apenas um espelho da sociedade, mas também um importante fator de influência e mesmo de transformação destas relações.

Isto é, ela não é apenas um mero efeito ou reflexo da organização e dos processos sociais, mas é, como afirma Fowler (1979), parte mesmo destes processos. A linguagem constrói os significados sociais e, conseqüentemente, as práticas sociais. Através de sua codificação destes significados, a linguagem é,

tanto um mediador das relações interpessoais, quanto uma força na perpetuação destas relações. Ou seja, ela não apenas codifica diferenças de poder, como também serve de instrumento para reforçá-las.

Uma das principais funções dos mecanismos lingüísticos é desempenhar um papel no controle dos membros dos grupos dominados por parte dos membros dos grupos dominantes¹. Este controle se faz, tanto pela regulação dos sujeitos (ver Foucault, 1982), através da manipulação - explícita e implícita -, como também pela criação de um mundo "natural" aparente, no qual as relações desiguais são apresentadas como dados inevitáveis.

A linguagem, portanto, está intimamente ligada à diferenciação social entre os sexos, à divisão de trabalho e à estrutura de dominação masculina, expressa e mantida tanto através da linguagem usada por homens e mulheres - porquanto como assinala Hymes (1974), as formas de competência lingüística esperadas das mulheres e permitidas a elas são freqüentemente diferentes daquelas que se esperam dos homens e que lhes são permitidas (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Lakoff, 1975; Rocha-Coutinho, 1986) - quanto pela forma como a sociedade trata homens e mulheres (ver, a esse respeito, Lakoff, 1975; Leitão, 1981; Yaguello, 1987). Ambas estão em perfeita consonância com o modelo ideal de mulher, ou seja, com a identidade que para elas foi construída.

Acreditamos, assim, que as raízes e os mecanismos da dominância masculina, em grande parte, só podem ser entendidos a partir da experiência mesmo das mulheres, experiência esta na qual a linguagem desempenha um importante papel. E, a lingua-

gem usada por homens e mulheres, como assinalamos acima, vem refletindo e reforçando a posição de subordinação em que se encontra a mulher.

Os sistemas simbólicos e os aparatos conceituais, não apenas vêm sendo construídos tendo como padrão o homem, como também, em sua maioria, têm sido criações masculinas. Isto porque, há muito os homens detêm as posições de poder e os postos-chaves de comando na estrutura social. São eles que têm dominado, através dos séculos, a ciência, as artes e as letras. Assim, as formas lingüísticas mais valorizadas socialmente são exatamente aquelas mais comumente empregadas por homens².

Deste modo, a linguagem masculina dominante em nossa sociedade, como assinala Lakoff (1975), vêm restringindo a expressão e a percepção tanto de mulheres quanto de homens, ainda que no caso das mulheres esta restrição tenha implicações sociais mais sérias. Isto porque, segundo a autora (Lakoff, 1975), o aprendizado da fala masculina apropriada leva a resultados positivos apenas, isto é, o homem será respeitado por usar esta fala. No caso das mulheres, no entanto, este aprendizado da fala feminina apropriada a levará a uma discriminação por parte da sociedade: exatamente por causa da maneira como fala, a mulher será considerada vazia, pouco inteligente, frívola, incapaz de entender e resolver qualquer coisa importante, ou seja, ela não será levada a sério.

A relação da mulher com a cultura, portanto, da qual a linguagem é parte integrante e importante mediadora, tem sido, quase sempre, indireta. A cultura, instrumento de representação e objetivação de nossa experiência para que possamos lidar

com ela, está tão saturada de preconceitos masculinos que as mulheres, como assinala Firestone (1976), dificilmente têm uma chance de ver-se culturalmente através dos próprios olhos. Os sinais de sua experiência direta que entram em conflito com a cultura masculina dominante, são negados ou reprimidos.

Por serem as máximas culturais geralmente ditadas por homens, mostrando quase sempre o ponto de vista masculino, as mulheres são impedidas de realizar uma imagem mais autêntica de si e de sua realidade. Como assinala Oliveira (1980),

Não temos identidade, somos uma imagem refletida no espelho dos homens. Como encontrar a identidade se, no espelho, uma imagem já está impressa para sempre, a imagem que os homens têm de nós? (p. 43)

Não é à toa que muitos dos grupos feministas contemporâneos e profissionais ligados ao estudo da mulher têm-se voltado para questões como: Quem somos, afinal, nós mulheres? O que é a feminilidade? Quem é o artífice desta identidade que se quer feminina e a que interesses ela serve?

A linguagem de uma cultura, portanto, não serve a todos os seus falantes da mesma forma, uma vez que, como assinalamos acima, nem todos contribuem de igual modo para sua formulação. Assim, a linguagem, em seu sentido mais amplo, desempenha papel fundamental na definição e na manutenção da visão de mundo "masculina", vigente na maioria das sociedades ocidentais modernas, ao mesmo tempo em que delinea e limita o "espaço" feminino, contribuindo, desta forma, para a construção da subjetividade das mulheres.

Em grande parte, devido ao fato de as conexões entre

linguagem, pensamento e vida social serem raramente reconhecidas de forma explícita, o uso lingüístico pode envolver-se, aparentando neutralidade, na transmissão e na preservação de atitudes e valores quase nunca articulados de forma explícita. A maioria de nossas escolhas lingüísticas na conversação diária não é objeto de reflexão consciente. Isto significa que muitas das mensagens que transmitimos e recebemos são "carregadas" de significações que vão além de seu conhecimento aberto e, talvez mesmo, além das intenções, pelo menos conscientes, do próprio falante.

As mensagens abertas são, sem dúvida, importantes. Um marido pode dizer para sua esposa Aqui quem manda sou eu ou Quem canta de galo aqui sou eu com tal freqüência que ambos chegam a acreditar que "é assim que deve ser". Estas expressões de poder são possíveis e podem ter conseqüências graves para a constituição das subjetividades feminina e masculina.

No entanto, são as mensagens encobertas as de mais difícil resistência e as que mais facilmente passam despercebidas. São as significações implícitas no discurso social e que desvalorizam o trabalho de casa, por exemplo (como em Vai trabalhar, mulher! Você não quer nada, heim?), que levam as mulheres - que trabalham mais horas, muitas vezes do que os homens e não têm direito nem a folga semanal, nem a férias - a acreditar que é seu marido quem trabalha para elas e as mantém. Da mesma forma, muitos homens passam a vida inteira sem perceber que a base econômica de sua família é também, ou talvez mais, fruto do trabalho de suas esposas do que deles mesmos.

É assim que, empregadas do marido, babás de seus fi-

lhos, sem salário e sem autonomia econômica, atividades explícita e implicitamente reforçadas pelo discurso social, as mulheres foram muitas vezes levadas a buscar sua identidade nos signos exteriores ligados aos atributos femininos: boa dona-de-casa, decoradora do lar, boa cozinheira, boa mãe e educadora, etc. A valorização da casa e da família passam, então, a significar uma valorização de si mesmas.

Deste modo, podemos dizer que a linguagem é um meio altamente eficaz de socialização das crianças às formas tradicionais de visão de mundo de um determinado grupo³, o que, em grande parte, está ligado ao fato de ser a linguagem um importante indicador e reforçador de valores e atitudes. A menos que as inferências das crianças entrem em contradição com sua experiência ou com o conteúdo aberto das emissões adultas, elas incorporam como suposições básicas uma variedade de princípios que terão forte influência sobre seu comportamento e crenças futuras.

Estes princípios, ainda que em socializações posteriores venham a ser questionados (a esse respeito, ver Nicolacida-Costa, 1987), estão de tal forma arraigados, que só podem ser eliminados com grande dificuldade, assegurando, deste modo, uma influência contínua, embora nem sempre consciente, dos sistemas de crenças culturais por eles veiculados, ainda que muitas destas crenças tenham sido rejeitadas no plano consciente por amplos segmentos sociais. Assim, podemos afirmar que a linguagem a que as crianças estão expostas contribui substancialmente para a formação do modo como elas passam a ver a si próprias, aos outros e ao mundo.

Acreditamos, portanto, que a representação do sexo só pode ser entendida como resultado, em grande parte, de práticas lingüísticas, entendendo-se linguagem com "fato social". Segundo Durkheim (1964),

Um fato social deve ser reconhecido pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos, e a presença deste poder pode ser reconhecida, por sua vez, tanto pela existência de algumas sanções específicas quanto pela resistência oferecida contra todo e qualquer esforço individual que tenda a violá-lo. (p. 10)

O processo educativo, assim, como veremos a seguir, nos oferece já pronta toda uma maneira histórica na qual os seres sociais são constituídos. Esta pressão ininterrupta à qual a criança é sujeitada é a pressão do meio social, que tende a moldá-la segundo sua própria imagem, e da qual os pais e professores são meros representantes ou intermediários.

3.3- Aprendendo a Ser Mulher

This world taught woman nothing skillful and then said her work was valueless. It permitted her no opinions and said she did not know how to think. It forbade her to speak in public, and said the sex had no orator.

CARRIE CHAPMAN CATT

A compreensão que homens e mulheres têm acerca de como o sexo é representado socialmente está intimamente ligada a suas vivências: não apenas a crenças imediatas e ações de

pais, companheiros e professores, como também a suposições mais gerais a respeito das idéias e mitos mais importantes e da legitimação da autoridade naquele grupo. A história social, as diferentes instituições políticas, familiares, educacionais e legais de um determinado país, bem como a posição que se ocupa nestas instituições torna distintas as experiências e percepções que uma pessoa tem de si e de seu mundo.

A desigualdade entre os sexos começa na socialização das crianças que obedece, na maioria das sociedades ocidentais modernas, a um princípio de estereótipos nas atividades e que vai, pouco a pouco, amadurecendo diferenças psicológicas. Basicamente, a socialização nos ensina o que nossa cultura considera maneiras corretas de pensar, comportar-se, falar, sentir, relacionar-se com os semelhantes e lidar com situações.

Até o início da década de 70 parecia bastante clara a maneira como os pais educavam seus filhos e filhas. Muito raras eram as pessoas que questionavam o modo tradicional de criar meninas para serem donas-de-casa e meninos para promoverem o sustento do lar e da família. Desde os primeiros meses de vida preparava-se o terreno para estes papéis predeterminados dos sexos que seriam vividos mais tarde.

A maioria dos pais empregava técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas "femininas" e os filhos "masculinos". Esta socialização era, então, reforçada na escola, bem como através dos meios de comunicação como cinema, revistas, jornais, livros e algumas modalidades de práticas médicas e psicológicas⁴. Uma vez que homens e mulheres eram criados de forma diferente, em consonância com o que a sociedade definia

como "identidade feminina" e "identidade masculina", eles passavam a agir, pensar, comportar-se, falar, discutir e enfrentar problemas de forma também diferente.

O modo como eram criados os meninos dava-lhes condições de ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. Da mesma maneira, os tipos de comportamento encorajados nas meninas supostamente as preparavam para desempenhar os seus futuros papéis no lar e na família. Acima de tudo, elas eram educadas no sentido de se orientarem para relacionamentos, isto é, eram orientadas para os outros e não para si mesmas.

Assim, as meninas eram encorajadas a serem dóceis, boazinhas, úteis, prestativas, cooperativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, a não incomodarem as pessoas e a não dizer não. Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a "cuidar" de todo mundo, menos delas mesmas, a serem guardiãs da tradição e dos laços de família. Por isso, quando adultas, muitas delas apresentam tanta dificuldade em pedir ajuda ou delegar tarefas, e carregam uma sensação de culpa e responsabilidade por situações que não se originaram de suas ações e não têm relação com sua real habilidade em determinar eventos⁵.

Uma vez que as mulheres devem atender às necessidades dos outros, ser responsáveis pelo bem-estar de sua família, pela felicidade e sucesso de seus filhos, elas foram ensinadas a ser sensíveis a insinuações não-verbais, tanto quanto a pistas verbais. Enfim, tudo na mulher sempre foi elaborado em torno da expectativa de que um dia seria mãe e dona-de-casa.

Estas experiências sociais distintas vividas por homens e mulheres levaram-nos a desenvolver diferentes subjetivi-

dades, diferentes padrões lingüísticos e comportamentais⁶, incluindo-se aí diferentes formas de exercer o controle sobre suas vidas e sobre as vidas daqueles a sua volta.

Deste modo, a educação, os meios de comunicação e algumas modalidades de práticas médicas e psicológicas, entre outras agências sociais, produzem uma imagem feminina que, trancafiada no lar, em torno da família, se situa em uma posição de desigualdade com relação ao homem: desigualdade na distribuição do dinheiro, do poder, das responsabilidades domésticas, das opções de realização pessoal.

Para esta desigualdade contribuíram vários pressupostos éticos e filosóficos, entre eles: uma imagem de relações hierárquicas entre as esferas pública e privada, em que esta parece estar a serviço da primeira; uma idéia de que as tarefas de produção, feitas na intimidade do lar e carregadas de afetividade constituem repetições não criativas do cotidiano e podem ser resumidas no conceito de sobrevivência; e, finalmente, um certo paradigma da vida íntima, privada, como pertencente à ordem do não social. Caminhando junto com esses pressupostos, as discriminações na área trabalhista, política e cultural também contribuíram, juntamente com a legislação, para que as mulheres circulassem na vida pública e privada com uma significativa desigualdade de oportunidades.

Estas violências - educacionais, econômicas, políticas, trabalhistas, legais, simbólicas, entre outras - portanto, constituem uma das múltiplas estratégias da produção da desigualdade de gênero, uma vez que levam a um consenso no que diz respeito à percepção da inferioridade feminina como algo "natu-

ral". E, se a mulher é inferior, nada mais próprio do que ela ocupar um lugar secundário ou de subordinação. Este consenso alcançou as próprias mulheres que, durante séculos, desenvolveram suas possibilidades de vida dentro das limitações que o conceito de sua inferioridade lhes tem imposto. Assim, mais além das escolhas pessoais, as opções abertas às mulheres se inscrevem em redes sociais nas quais se geram, transitam ou dinamizam práticas de constituição dos gêneros⁷.

É assim que, durante séculos, religiosos, cientistas e profissionais têm dito como são as mulheres, como elas sentem, como é seu erotismo, o que desejam, quais são suas alegrias e formas de realização pessoal. A força de ouvir repetidamente tais argumentações, seus corpos, sofrimentos, projetos e ações têm tentado, geralmente, corresponder a estas afirmações, até que grandes regiões de suas vidas e suas subjetividades parecem dar razão a tais discursos.

No entanto, neste movimento de acatar e obedecer, as mulheres têm gerado historicamente seus sintomas e têm resistido sob muitas formas de ação - conscientes ou não, isoladas ou organizadamente -, começando, assim, a produzir sua própria palavra e a consolidar progressivamente práticas sociais transformadoras, como discutiremos a seguir, ainda que com um alto custo tanto social quanto subjetivo.

3.4- A Mulher nos Anos 70: Entre a Onipotência e a Crise

Is there, for me, no other haven than this commonplace room? Must I stay forever before this impenetrable mirror where I come up against myself, face to face?

COLETTE

A partir dos anos 60, a resistência das mulheres tomou, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, fundamentalmente a forma de movimentos reivindicativos contra uma forma de subjetividade feminina, calcada na reprodução da vida privada, e contra a discriminação cristalizada nas práticas da vida pública, mas que atravessa também as formas de comportamento da vida privada (a esse respeito, ver Michel, 1982; Pitanguy, 1985 e Alembert, 1986).

Como consequência do questionamento da limitação da mulher aos papéis de esposa, mãe e educadora e com a entrada da mulher, especialmente a de classe média - uma vez que a mulher das classes populares quase sempre trabalhou como operária ou empregada doméstica para garantir sua sobrevivência e a sobrevivência de sua família -, no mercado de trabalho, a identidade feminina teve que ser ampliada, não sem grandes dificuldades, para incluir este novo papel: o de trabalhadora e pessoa com uma carreira.

Na prática, o que se vem observando, no entanto, é que o discurso social, apesar de ter incorporado estes novos papéis à identidade feminina e de ter, até certo ponto, questionado a

doutrina da maternidade como essência, mudou muito pouco a sua definição de mulher. Isto é, ele continua a atribuir a ela todos os encargos com a casa e a família, tributário ainda a características que, no fundo, a sociedade considera até agora como essencialmente femininas.

Assim, o que se pode observar é que esta possibilidade de abertura - a entrada da mulher no mundo da produção e da satisfação pessoal pelo que ela é e não pelo que ela representa para seus familiares - tem levado as mulheres a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes e a uma vivência conflituada, no seu eu, destes diferentes papéis.

Isto se dá, em grande parte, porque, muitas destas mulheres, de um lado foram submetidas ou influenciadas pela socialização tradicional - que as treinou durante sua infância para pensar, agir e sentir de maneira apropriada a suas funções de esposa, mãe e dona-de-casa, funções estas que continuam a ser amplamente reforçadas pela cultura - e, de outro, foram levadas a buscar sua satisfação pessoal também da família, como decorrência do questionamento destes valores tradicionais e da integração da mulher nos últimos anos ao mundo da produção, através de seu trabalho e carreira fora de casa.

Instalou-se, assim, nestas mulheres, um conflito entre os papéis tradicionalmente atribuídos a ela e os novos papéis que se lhe impõem, porquanto convivem nestes sujeitos, como assinala Nicolai-da-Costa (1985, 1987), em níveis diferentes de consciência, dois ou mais conjuntos de valores internalizados em momentos distintos de sua formação.

As mulheres têm sido levadas, nos últimos anos, assim,

a buscar um novo entendimento de seu papel. Querem pensar e agir por conta própria, mas seu planejamento de vida ainda se inclui a antiga identidade feminina, o que faz com que sua vida se realize no conflito de expectativas contraditórias como ter uma formação profissional e uma carreira ou adaptar-se ao ciclo familiar, ter ou não ter filhos, entre outras. A estas divisões resta sempre a posição conciliatória, a de dividir-se entre os dois interesses, solução que leva a mulher a uma sobrecarga física e emocional que muitas vezes ela quase não pode suportar.

O fato é que, ao nível da sociedade, assim como ao nível do sujeito, ainda não surgiu uma solução satisfatória, deixando-se por conta da mulher e de decisões individuais os problemas da compatibilidade entre o trabalho fora de casa e a família. Tal fato tem levado um número cada vez maior de mulheres de classe média a reduzir o número de filhos ou a fazer sua opção pela carreira profissional, desistindo de outros projetos como o casamento e a maternidade.

Mas, se para algumas mulheres a maternidade não está entre seus objetivos primeiros, para muitas outras ela ocupa ainda lugar de destaque, podendo até mesmo ser determinação central no transcurso de suas vidas. Contudo, se para os homens que desejam muito a paternidade, as atribuições e encargos com os filhos continuam, na maioria das vezes a ser amenizados por suas esposas ou companheiras, o mesmo não se verifica no caso das mulheres.

O problema, no entanto, é mais complexo do que pode parecer à primeira vista. E, a maior preocupação de seus mari-

dos e companheiros nas tarefas domésticas e na educação dos filhos - participação esta que alguns homens hoje em dia já parecem dispostos a empreender - pode ser impedida, como assinala Süssmuth (1988), pelas próprias mulheres, por sua incapacidade em abrir mão do poder e controle que sempre exerceram no âmbito da casa e da família.

Isto porque, o controle, a perfeição exigida do lar e das crianças, a insistência de que a mãe tem sempre razão, é a versão feminina do machismo, ou seja, o seu equivalente da força e do poder masculinos que a mulher sempre usou para contrabalançar ou mascarar sua vulnerabilidade, sua dependência econômica, sua subestimação pela sociedade e por si mesma.

É importante ressaltar, também, que, de seu lugar privilegiado junto ao grupo familiar, receptor de discursos provenientes da esfera pública e produtor de discursos próprios, a mãe se converte na figura que dá continuidade ao grupo familiar, em meio à dispersão de seus membros, bem como é a responsável pelos processos de transmissão da língua e, com isso, dos primeiros significados e valores sociais. Neste sentido, ela é a intermediadora dos discursos que cobrem um amplo espectro de contextos de sentido, desde os aspectos mais íntimos da vida pessoal, até a dimensão mais coletiva da vida social. Isto é, ela se encontra em um lugar de mediação entre a família e as outras instituições sociais, entre o mundo público e o privado.

Assim, torna-se difícil para a mulher abandonar este lugar privilegiado que ela sempre gozou no espaço privado e de onde ela não só vem organizando sua sobrevivência e resistência, como também vem participando, indiretamente - através da

influência contínua que pode exercer sobre os filhos e, muitas vezes também, sobre o marido - dos processos de transformação social, como veremos a seguir, na discussão a respeito do papel e da posição da mulher no Brasil.

NOTAS

¹ É nosso ponto de vista que grupos dominantes e dominados não existem enquanto entidade em si. Estas categorias, tal como as entendemos hoje em dia, surgiram com a revolução burguesa, quando uma diferença na "essência" dos seres humanos passou a explicar a diversidade e a predeterminar o lugar do indivíduo numa ordem social considerada, até certo ponto, imutável.

Esta ideologia da essência, que baseia quase toda a hierarquia social no princípio de uma ordem "natural", "biológica" - que tem como modelo o Homem Eterno (ver Barthes, 1980) -, impôs sobre cada agente social uma identidade (de classe, raça ou sexo, por exemplo) e uma posição nesta ordem social. Assim, os diversos grupos numa sociedade têm sido percebidos como conjuntos estáticos, condicionados a um destino "natural" e não definidos pelas relações de poder que historicamente os constituíram como classes com interesses antagônicos.

² Esta valorização da forma lingüística masculina é um reflexo do fato de que, em nossa sociedade, a diferença entre homens e mulheres, como assinalou Simone de Beauvoir (1980) não é apenas neutra, mas, antes, baseada no princípio do "outro". Isto é, o homem sempre foi visto como o padrão por excelência da humani-

dade e a mulher, considerada em sua alteridade, vem sofrendo as conseqüências disto. Como assinala Murray (1972),

The male bias of language... is an indication of a male outlook that pervades human; the grammar is only a reflection of a phenomenon which goes so deep as to be concerned with our very definition of Humanity; the language we use, like everything else that reflects our culture, is based on the archetypal assumption that human means male. (p. 46)

³ Blakar (1977), por exemplo, em sua pesquisa sobre o poder e a influência da linguagem, chega às seguintes conclusões a respeito do papel e da importância da linguagem para as relações de gênero:

The simplest way to get an idea of the social power and influence exerted by a language system is to analyse an area where the constellation of power is relatively clear. An example of this is the sex role division in our male-dominated society. Through a fairly comprehensive analysis of Norwegian, it was demonstrated how language in different ways (a) reflects and (b) conserves the existing sex role pattern, even to the extent that language can be said to (c) counteract change. Further it was shown (d) how boys and girls, both directly and indirectly, learn their traditional sex roles as they learn and understand their mother tongue. (p. 12)

⁴ Era prática bastante freqüente, na época, muitas mães de classe média consultarem livros e manuais que as ajudassem a melhor criar seus filhos. Dentre os autores mais consultados no Brasil, podemos citar Spock e Delamare.

⁵ Como assinala Tax (em Chodorow, 1979), em relação à mulher americana,

[...] desde que nosso conhecimento dos outros é considerado nosso dever, o preço que pagamos quando as coisas saem erradas é a culpa e o ódio do self. E as coisas sempre saem erradas. Respondemos com desculpas, continuamos nos desculpando muito tempo após o fato ser esquecido - e mesmo não havendo relação causal com coisa alguma, nós a iniciamos. Se a chuva estraga o piquenique de alguém, nós pedimos desculpas. Pedimos desculpas por ocupar espaço numa sala, por viver. (p. 81)

⁶ Reiter (1975), por exemplo, em seu estudo sobre a fala de homens e mulheres de pequenas aldeias no sul da França e sua relação com os domínios públicos e privado, respectivamente, assinala:

The sexes have a distinctly different relation to information and to behavior. Hidden behind curtains and closed doors, women speak only of their own realm. The topic of their conversation is almost always kinship... The information men control is also distinctly different. Their topics of conversation at the cafe or when visiting other villages are usually impersonal. Men will discuss agriculture, politics, the weather or hunting, and will sometimes tell stories about one another. But they do not talk about families, discuss life crises, or retell stories that solidify information about dead or living relatives. (p. 264-66)

⁷ A dominação masculina, assim, longe de ser uma decorrência natural da superioridade masculina, passa a ser vista, como assinalou Rosaldo (1980),

[...] as an aspect of the organization of collective life, a patterning of expectations and beliefs which gives rise to imbalance in the ways people interpret, evaluate, and respond to particular forms of male and female action. We see it not in physical constraints on things that men or women can or cannot do but, rather, in the ways they think about their lives, the kinds of opportunities they enjoy, and in their ways of making claims. (p. 394)

4. A MULHER NO BRASIL

O apelo ao abandono de suas ilusões acerca de suas condições é um apelo ao abandono de uma condição que requer ilusões.

KARL MARX

4.1- As Matriarcas Coloniais: Isolamento e Reclusão

A desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda a graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do seu lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à Igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas.

CHARLES EXPILLY

4.1.1- *A família patriarcal e a figura da mulher-mãe*

No início da colonização, a família - baseada em uma união legalizada - era praticamente inexistente no Brasil. Isto se deveu ao fato de que os portugueses, na sua maioria, não se transferiam para a nova terra com a intenção de se estabelecer definitivamente. Desta forma, suas mulheres geralmente

permaneciam em Portugal e eles mantinham aqui relações irregulares com índias e escravas.

Foi somente com a concessão das sesmarias e o início do cultivo da terra, que a família começou a ganhar no Brasil importância maior. Surgiu, então, a família de organização patriarcal dupla, composta, nas palavras de Antônio Cândido (1951), por um "núcleo central, legalizado, composto pelo casal branco e por seus filhos legítimos; e um núcleo periférico nem sempre bem delineado, constituído de escravos e agregados, índios, negros, mestiços, no qual estavam incluídas as concubinas dos chefes e seus filhos ilegítimos" (p. 29).

Estas primeiras famílias formavam grupos autônomos de produção, administração, justiça e autodefesa e sua autoridade máxima era o pater familias, que detinha o poder não apenas sobre os escravos, empregados e agregados, como também sobre seus filhos e sua esposa. O poder dos patriarcas, ampliado pelo isolamento dos grupos familiares que, no seu início, eram relativamente poucos, era do interesse e, portanto, reforçado pela própria Coroa portuguesa que, assim, melhor podia controlar sua colônia.

Deste modo, a organização patriarcal no Brasil não se restringia apenas à família, mas também dava conta da política, da sociedade e da economia monocultora e latifundiária, baseada no trabalho escravo. Tão importante foi esta forma de organização patriarcal que, segundo Gilberto Freyre (1951),

[...] o Brasil teve no complexo ou sistema patriarcal, ou tutelar, de família, de economia, de organização social, na forma patriarcal de

habitação - a casa-grande completada simbioticamente pela senzala, o sobrado em oposição extrema ao mucambo, à palhoça ou ao rancho - e na forma patriarcal de devoção religiosa, de assistência social e de ação política, seu principal elemento sociológico de unidade.

(p. 64)

De acordo com o estereótipo comum da família patriarcal brasileira, o pater familias autoritário, rodeado de escravas concubinas, dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa. Esta teria se transformado em uma criatura gorda, indolente, passiva, mantida em casa, gerando seus filhos e maltratando os escravos.

O estereótipo da fêmea pura, protegida, no entanto, não era universalmente válido. O comportamento da mulher no Brasil variava conforme a classe social: as mulheres da classe inferior conheceram trabalho físico árduo, apesar de gozarem de maior liberdade pessoal (a esse respeito, ver Del Priore, 1988). E, mesmo entre a elite, como assinala Hahner (1981), "nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como no caso de viúvas ativas que dirigiam fazendas" (p. 28).

Hahner (1981) refere-se, na passagem, às muitas matriarcas que, na morte ou afastamento de seu cônjuge administraram fazendas e escravos e dirigiram a política partidária da família. Tais mulheres exerceram o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens e, às vezes, até com mais energia do que seus maridos e filhos, mostrando que o regime de opressão da mulher devia-se não apenas ao sexo como também a fatores

econômicos sociais e políticos. Gilberto Freyre (1951), por exemplo, afirma:

[...] através de toda a época patriarcal, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as Donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como a das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses... (p. 256)

A atuação destas matriarcas, contudo, não alterou o papel da mulher na sociedade patriarcal brasileira. Isto porque, como assinala Gilberto Freyre (1951), a função destas mulheres era a de patriarca e não a de matriarca e sua forma de domínio era patriarcal e não matriarcal. Em suas palavras,

[...] matriarcas houve, no Brasil patriarcal, apenas como equivalentes de patriarcas, isto é, considerando-se matriarcas aquelas mulheres que, por ausência ou fraqueza do pai ou do marido, e dando expansão a predisposições, ou característicos masculinoides de personalidade, foram às vezes os "homens de suas casas".

(Freyre, 1951, pp. 86-7)

Mesmo no caso das mulheres-mães, podemos afirmar que a força do pater familias não anulou completamente seu poder e sua influência, quase sempre indireta, por trás dos bastidores, geralmente confinados à casa e à família, mas freqüentemente capaz de intervir, também, na vida pública ou administrativa do país, em especial para proteger filhos, genros e/ou afilhados.

Wanderley Pinho (1946), por exemplo, ao se referir à Condessa de Barral e seu prestígio junto ao imperador Pedro II, afirma:

E não foi apenas em cousas miúdas - nomeações, preferências, destruição de malquerenças, recomendações à simpatia - em que gastou esse poder sobre o supremo poder nacional. Interveio decisivamente - pelo menos duas vezes - no exercício de uma das poucas atribuições livre e constitucionalmente pessoais do monarca: a escolha senatorial. (p. 177)

Assim, foi através dessas mulheres e por seu empenho que muitos genros, afilhados e protegidos conseguiram colocação social ou cargos - alguns de grande importância - tanto durante o Brasil colônia, quanto mais tarde no Império.

A força desta figura da mãe de família pode ser observada no culto sentimental e místico da Mãe no Brasil, identificado, como assinala Gilberto Freyre (1951), com pessoas ou instituições santificadas e protetoras como a Virgem Maria, a Igreja, a madrinha, imagens de sua devoção e sacrifício.

A mãe, assim, transforma-se em símbolo da honra familiar e da solidariedade moral do grupo, ocupando posição central na família brasileira. Ela é de tal forma investida de valor modelar sagrado que muitos homens brasileiros, ainda hoje, como salienta Tarlei de Aragão (1983), em seu estudo "Em nome da mãe" a respeito dos sujeitos (homens com idade variando entre 30 e 68 anos, exercendo as mais variadas profissões e representando praticamente todas as regiões brasileiras) por ele entrevistados, "Quando não se casavam com uma 'mãezinha' - ré-

plica dos cuidados e atenções maternais -, desenvolviam um trabalho obsessivo de transformar a categoria 'esposa' em 'mãe'" (p. 139).

Desta forma, a casa-grande, centro de nossa integração, não pode ser imaginada sem esta figura da mulher-mãe, quase sempre companheira de sofrimentos e experiências de opressão dos filhos, pessoa em quem vários deles buscavam refúgio e consolo em seu temor e terror ao pai patriarcal, muitas vezes sádico em seu comando de escravos, mulheres e crianças.

Foram também estas matronas portuguesas do século XVI que, acompanhando os maridos ao Brasil, trouxeram seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa, seus modos europeus de cuidar de criança e gente doente, conhecimentos estes que foram ampliados e adaptados no contato com a nova terra. Como assinala Gilberto Freyre (1951), a ela devemos muito de nossa comida, doces e conservas, feitos com os frutos e raízes da terra, aproveitando as sobras do açúcar que o marido fabricava nos engenhos, alguns destes doces e conservas até mesmo sendo exportados para Portugal. Também foram elas que, com a ajuda das mucamas fiaram o algodão, fizeram as rendas, bordados e trabalhos de agulha para serem usados nas vestimentas e nos lares da época.

A casa-grande era dirigida por estas mulheres que, silenciosas mas com mãos de ferro, deram feição a ela e, mais tarde, também aos sobrados da cidade, raramente aparecendo a quem não fosse parente próximo pelo sangue ou compadrio. Seu mundo resumia-se à casa e à família, ponto este bastante enfatizado pelos pregadores coloniais. O padre Arceniga (em Del

Priore, 1988), por exemplo, em 1724 afirmou a respeito do papel da mulher:

Seu principal cuidado deve ser instruir e educar os filhos cristãmente, cuidar com diligência das coisas da casa, não sair dela sem necessidade nem sem permissão de seu marido, cujo amor deve ser superior a todos, depois de Deus. (p. 18-9)

Assim, característica deste período foi a permanência da mulher brasileira no interior da casa, junto a seus filhos, familiares, escravos e agregados¹. Tal fato, como no caso da mulher de modo geral, discutido em capítulo anterior, deveu-se, no entanto, antes de mais nada, à sua função econômica. Dependendo jurídica, moral, econômica e religiosamente do marido, era ela quem devia zelar pelo patrimônio doméstico do homem, organizar a produção econômica da casa, supervisionar o trabalho escravo. Mão de obra gratuita, a mulher permitiu então, e vem permitindo ainda hoje, a auto-suficiência das residências, fornecendo a infra-estrutura para o funcionamento do sistema econômico mais amplo, exterior às famílias.

Além disso, a mulher destes primeiros tempos de colônia, escasso de mão de obra especializada, servia de médico, enfermeiro, sacerdote e até mesmo professor - ensinando as primeiras letras a seus filhos e, algumas vezes, a toda gente da casa-grande -, preparando papinhas, unguentos e chás - fazendo uso das ervas da terra que ela aprendeu a conhecer com as índias e as negras - para sarar doentes e rezando terços, novenas e ladainhas. Nas palavras de Costa (1989), ela "distribuía me-

dicamentos em caso de doenças, ensinava aos filhos as primeiras letras e cumpria uma enorme quantidade de obrigações religiosas: terços, ladaínhas, novenas, promessas, etc." (p. 102).

Nem todas as mulheres do período colonial, portanto, passavam o dia inteiro sem ocupação. Ao contrário, como assinala Costa (1989), estas mulheres da família colonial,

[...] nunca aparecendo a ninguém e sempre espreitando pelas frestas das portas e pelas treliças das rótulas, organizavam na intimidade das dependências internas da morada a subsistência da família, conservando hábitos, transmitindo ensinamentos, mantendo tradições, usos e costumes, e perpetuando o artesanato delicado dos bordados, das rendas, dos tecidos, dos trançados, dos doces, bolos, biscoitos, dos remédios, mezinhas, xaropes e emplastros.

(p. 82)

4.1.2- O enclausuramento da mulher no Brasil colônia

O enclausuramento da mulher brasileira da época colonial foi reforçado pelo fato de que ela quase não tinha necessidade de se ausentar de casa para obter aquilo de que necessitava: suas roupas, calçados e outros objetos de adorno pessoal, bem como outras mercadorias necessárias ao funcionamento da casa eram trazidos a domicílio por lojas, mascates e pelas negras boceteiras e quitandeiras. Este hábito de trazer mercadorias em casa permaneceu durante vários anos no Brasil, enchendo a infância de muitos meninos e meninas com seus refrãos. Ainda hoje é possível ouvir-se em certas ruas do Rio de Janeiro o grito de vassoureiros, amoladores de faca, quitandeiros.

Os mascates, de certa forma, serviam de elo de ligação destas mulheres antigas com o mundo, alegrando um pouco suas existências com as jóias, fazendas, vidros de perfume, santinhos, mercadorias que, muitas vezes, eram trocadas por enormes rolos de renda feita em casa por elas e suas mucamas. Quanto às boceteiras e quitandeiras, algumas traziam recados de namorados para as meninas, outras se especializaram na arte da foca, contando histórias, casos e mexericos, armando às vezes enormes intrigas entre famílias.

Acrescente-se a este modo de vida, os prolongados períodos de gravidez e resguardo destas mulheres que, aos vinte e poucos anos já estavam velhas de tanto gerar menino, numa época em que os métodos de contracepção eram praticamente desconhecidos e cada filho que nascia servia para reforçar a virilidade de seu marido e senhor. Tamanha era a brutalidade destas seguidas gestações que se iniciavam em período precoce - algumas vezes aos 13 anos a mulher tinha seu primeiro filho -, que muitas mulheres na época morriam aos vinte e poucos anos já no seu oitavo ou nono parto.

O isolamento da mulher no Brasil colônia era, assim, em grande parte, decorrente da reserva social e do isolamento desta família antiga, de suas formas de sobrevivência econômico-social, enfim, de um sistema político, econômico e social extremamente opressivo. Ele traduzia, como assinala Costa (1989), o papel desempenhado pelas mulheres na reprodução do regime econômico: "agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão, ao mesmo tempo que a ela se submetiam" (p. 104).

Mas este isolamento era, também, resultado da opressão do homem, sexo forte, sobre a mulher, sexo frágil - numa tentativa de preservá-la das "tentações" externas. O pulso forte do marido sobre a fragilidade da carne feminina era, inclusive, bastante enfatizado na época. A esse respeito, Diogo de Paiva (em Del Priore, 1988), por exemplo, afirmou em 1630: "Nunca convém ao homem prudente dar à sua mulher liberdades demasiadas ... quer dizer, se ela se desconcertar por demasiada largueza de seu marido, não merece ela o castigo, senão ele". (p. 19)

A autoridade do marido e do pai era reforçada e permaneceu social e juridicamente suprema e intocável durante todo o Brasil colônia, nos anos do Império e da República que se seguiram, perdurando quase que até os nossos dias (a respeito da autoridade jurídica do homem no Brasil ver Pimentel, 1988; Verucci, 1988a, 1988b). Foi assim que muitos pais e maridos puderam internar suas filhas e esposas em conventos, por terem elas lhes dado algum motivo, aparente ou não, de desgosto, ou para impedir casamentos que não eram do seu agrado, com a conivência e até mesmo o apoio da justiça.

A esse respeito, assinala Gilberto Freyre (1951):

[...] muitos brasileiros internaram suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, num claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na sua casa com uma amante. A lei presta auxílio a este abuso: quem se quer livrar da própria esposa, vai à polícia e faz levá-la ao convento pelos funcionários, desde que pague os custos de suas despesas.

(p. 307)

Este fato foi observado pelo professor Burmeister (em Stein,

1984), que esteve no Rio de Janeiro por volta de 1850: "Contam-se casos como o de um [marido] que internou a esposa num convento por alguns anos a fim de poder viver com a amante na própria casa" (p. 31). A lei, assim, favoreceu durante muitos anos, por todos os modos, a subordinação da mulher ao homem no Brasil.

O tipo mais comum de mulher brasileira durante todo o período do Brasil colônia e mesmo durante o Império foi, portanto, como assinala Gilberto Freyre (1951), o daquela mulher

[...] muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas, os moleques, os santos de seu oratório; conservando um apego doentio à casa e à família; desinteressando-se dos negócios e dos amigos políticos do marido, mesmo quando convidada a participar de suas conversas. (p. 283)

E foi neste mundo sentimentalizado da casa que a mulher exerceu seu mando, buscou formas de controlar o homem, os filhos, a família, usando como armas, muitas vezes, exatamente aquelas virtudes que se esperava de seu sexo: a fraqueza, quase sempre aparente, a doçura, a indulgência, a abnegação. Com seu modelo de recato, fidelidade e resignação, representado na metáfora da mãe, ela criou naqueles à sua volta um tipo de dependência em relação a esta sua força e a este modelo sagrado que, assumindo formas mais ou menos distintas, perdura até os nossos dias.

Isto é, durante todos estes séculos a mulher brasileira, de dentro do espaço sentimentalizado do lar, tem dado todo

o amparo emocional e até mesmo fornecido soluções práticas nos momentos difíceis e de crise por que passa seu marido; também é a mulher quem o tem restituído à paz e ao equilíbrio, quem tem dado ordem ao seu dia a dia e quem tem, por diversas vezes, aumentado sua confiança e auto-estima. Este engrandecimento do homem parece, inclusive, não ter sido próprio apenas da mulher brasileira, como podemos observar nas palavras de Virginia Woolf (1957) que serviram de epígrafe para nossa Introdução: "Ao longo de todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do poder mágico e maravilhoso de refletirem a figura do homem com o dobro do tamanho normal" (p. 35).

Assim, a mulher brasileira torna-se figura indispensável na vida de seu marido, contrabalançando sua dependência financeira com outro tipo de dependência, não menos importante, a dependência emocional, como é sugerido em inúmeras obras literárias. Em Memorial de Aires, por exemplo, assim Machado de Assis (1975) descreve o casal Carmo e Aguiar:

Este era feliz, e para sossegar das inquietações e tédios de fora não achava melhor respiro que a conversação da esposa, nem mais doce lição que a de seus olhos. Era dela a arte fina que podia restituí-lo ao equilíbrio e à paz.
(p. 81)

E, mais adiante, acrescenta: "Aguiar sem Carmo é nada" (p. 155).

A reclusão das mulheres em suas casas, administrando estabelecimentos cheios de parentes, servidores e escravos, se estendeu por toda a época do patriarcalismo rural e mesmo de-

pois da chegada da corte portuguesa ao Brasil e a conseqüente mudança destas famílias para os sobrados nas cidades. Seu isolamento foi quebrado apenas, como assinalamos acima, pelos mascates, pelos vendedores, pelas negras "boceteiras" e quitandeiras e, principalmente, pelo padre. Este desempenhou papel fundamental, impedindo que muitas destas mulheres, como chama a atenção Gilberto Freyre (1951), "enlouquecessem".

A figura do confessor, segundo D'Avila Neto (1980),

[...] parece ter sido de fundamental importância na estabilização dos papéis femininos, a julgar pelos inúmeros romances que reconstituem a época, onde ele sempre aparece, em geral de forma paternalista e compreensiva, incentivando mulheres à renúncia, à submissão, por vezes intervindo junto ao patriarca, para apadrinhar amores não permitidos, ou mesmo esconder negros fugitivos. (p. 36)

Este importante papel do padre vai ser substituído, no Brasil Império, como discutiremos adiante, pela figura do médico.

As circunstâncias do regime econômico-social no Brasil, portanto, muito contribuíram para reforçar a opressão da mulher pelo homem: limitando sua atividade à esfera doméstica ou ao plano da prática religiosa, o homem pôde melhor exercer o seu domínio sobre ela. O absolutismo do pater familiaris em nossa terra só começou a se dissolver à medida que outras instituições e figuras cresceram, com o interesse e o apoio da família real que aqui se instalou, deslocando o centro de poder, até então nas mãos dos senhores patriarcais, para estas novas figuras e instituições, como veremos a seguir.

4.2- O Século XIX e a Sentimentalização da Família:

o Homem-Pai e a Mulher-Mãe

A mulher... não é feita para figurar no liceu ou pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não era muita para os numerosos cuidados que esta reclama.

JOSE JOAQUIM FERREIRA
MONTEIRO DE BARROS

4.2.1- *A chegada da corte portuguesa*

e a mudança no comportamento da mulher brasileira

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 muda bastante o comportamento das mulheres no Brasil, especialmente o daquelas da classe superior: elas são mais frequentemente vistas na igreja, no teatro, nas festas e nos bailes e começam a seguir mais os modos de vida europeus. As festas da família real, a criação de sociedades onde se praticavam jogos e realizavam festas e a introdução do hábito português dos salões muito contribuíram para fomentar a vida social na capital. Segundo Wanderley Pinho (1946), muitas mulheres "que antes se contentavam com serões ou 'partidas noturnas', simples e modestos entretenimentos, passaram a reclamar grandes bailes e recepções" (p. 17).

Contudo, até meados do século XIX, o conforto e a urbanização cariocas ainda deixavam muito a desejar, com suas

ruas cobertas de sujeira - muitas vezes servindo como latas de lixo dos sobrados -, com a ausência de saneamento e de calçamento. Quanto às outras cidades brasileiras, que na sua maioria se concentravam na costa, continuavam a ser locais pacatos, com ruas lamacentas, transitadas por mulas de carga, porcos e galinhas, embora servissem também agora como centro social, religioso e de comércio para as áreas vizinhas. Os meios de transporte eram ainda rudimentares e as indústrias de manufatura eram praticamente inexistentes, dependendo-se da Europa para quase tudo.

A segunda metade do século XIX, no entanto, assiste a uma série de mudanças decisivas no que toca à remodelação e saneamento do Rio de Janeiro - que só vão se completar, porém, no início do século XX, com o prefeito Pereira Passos -, mudanças estas que afetaram sobremaneira a vida das mulheres da classe superior urbana, trazendo maiores oportunidades para que elas expandissem seus horizontes. Também os avanços tecnológicos europeus, rapidamente exportados para o Brasil e outros países do continente americano, o advento da estrada de ferro, do barco a vapor, do telégrafo e, posteriormente, da luz elétrica, estimularam o rápido crescimento de muitos centros urbanos no Brasil, tanto em área física quanto em população.

A organização social sofreu, da mesma forma, rápidas mudanças, não só com o número crescente de trabalhadores assalariados nas plantações de café e nas cidades e com o aumento da imigração européia, como também com a quantidade cada vez maior de profissionais (médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, militares) e de burocratas, especialmente na capital.

Com isso, começa a surgir uma classe média onde antes havia apenas duas classes sociais.

Muitos destes primeiros profissionais liberais eram filhos dos grandes senhores de terras que haviam sido mandados a estudar nas grandes universidades européias, especialmente em Portugal - como foi o caso de Coimbra, que recebeu um grande número de brasileiros na época - e na França. Estes rapazes trouxeram em sua bagagem de volta ao Brasil, muitas das idéias modernas européias, especialmente aquelas decorrentes do pensamento iluminista, que vieram ao encontro do processo de modernização que a corte portuguesa e, mais tarde, os imperadores brasileiros - em especial Pedro II - tentavam implantar no Brasil.

Todas estas mudanças, que fortaleciam o poder do Estado, acarretaram um declínio da família patriarcal antiga, a instituição mais importante para a formação da sociedade brasileira e que desempenhou, nos primeiros tempos da colônia um importante papel organizador e disciplinador, uma vez que representava, como assinala Rios (1950), "o único grupo estável e organizado, exatamente pelo fato de ter em suas mãos as principais fontes de poder" (p. 130).

Apesar do absolutismo do pater familias começar a declinar, a posição do pai como cabeça da família continuou indiscutível. O que se verificou foi apenas uma limitação de seus poderes, uma vez que, nas cidades, o patriarca foi obrigado a dividir sua autoridade com outras instituições de controle social (médico, bacharel, comerciante, militar, pequeno industrial).

A mulher brasileira continuava a ocupar posição secundária, inferior e distinta daquela ocupada pelo homem. Enquanto a ele ficavam destinadas as atividades fora do âmbito caseiro - contatos da vida pública, comercial, política e cultural -, à mulher cabiam as atividades estritamente ligadas à casa e a eventual extrapolação deste limite só podia se dar através do homem, do incentivo ao marido e da colaboração em suas atividades. Esta divisão de áreas de atuação era considerada "natural" e era amplamente reforçada pelas teorias científicas que vigoravam no Brasil na época a respeito da "natureza" distinta de homens e mulheres².

Assim, a mulher de classe alta continuava a exercer sua função procriadora de assegurar herdeiros e suas atividades de uma espécie de administradora do lar: era ela quem dirigia os trabalhos de cozinha, quem supervisionava a arrumação da casa e o cuidado das amas e escravas com as crianças, quem se ocupava dos serviços de costura e, agora, também, quem providenciava e organizava as reuniões e festas, cada vez mais frequentes. Como mãe, ela tinha, além disso, a responsabilidade da transmissão dos primeiros valores e do "aperfeiçoamento moral" de seus filhos.

Acrescente-se a tudo isto a função que agora se atribuía a ela de colaboradora e incentivadora do homem: era ela quem devia estimulá-lo e ajudá-lo, às vezes com sua simples presença e demonstração de dotes físicos, na conquista de êxitos. Machado de Assis (1177) representa este tipo de situação em seu romance Quincas Borba, através da figura de Cristiano Palha, protótipo do arrivista social. Este exhibe sua mulher,

Sofia, como veículo para favorecer seus interesses, utilizando-a como um capital e como expressão de seu êxito comercial, a fim de conquistar a admiração geral:

Ia muita vez ao teatro sem gostar dele, e a bailes em que se divertia um pouco mas ia menos por si que para aparecer com os olhos da mulher, os olhos e os seios. Tinha essa vaidade singular, decotava a mulher sempre que podia e até onde não podia para mostrar aos outros suas venturas particulares. (p. 144)

Deste modo, a mulher passou a ser responsável pelo sucesso e bom êxito não apenas de seus filhos mas também de seu esposo. E, nesta sua nova função - a de responsável pelo sucesso do esposo -, desempenharam papel importante as festas particulares, os salões políticos e sociais, as idas ao teatro, cada vez mais freqüentes. A habilidade e a demonstração dos dotes femininos, inclusive os físicos, nestes eventos podia ter papel decisivo na elevação social do marido.

Um fato que veio reforçar o lugar secundário ocupado pela mulher na sociedade foi sua situação educacional. Durante muitos anos a educação no Brasil foi, em grande parte, uma prerrogativa daqueles que, como assinala Hahner (1981), "se outorgaram seus benefícios por nascimento ou posição" (p. 31-2). Na maioria das famílias mais ricas, as crianças muitas vezes não eram educadas em escolas mas sim em casa por preceptores, freqüentemente estrangeiros.

A educação das meninas permaneceu por longo tempo atrasada com relação à dos meninos. Uma vez que a ela era destinado o papel de mãe e esposa, a menina tinha acesso quase que

unicamente ao ensino elementar. Até mesmo com relação à leitura e escrita, de acordo com Luccock (1820), o ensino para as mulheres "não devia ir além dos livros de orações, porque seria inútil para uma mulher, nem tampouco deveriam elas escrever, como era sabiamente ressaltado, a fim de que não fizessem um mau uso da arte" (p. 111).

Lentamente, a idéia de escolarização para meninas foi-se acrescentando à idéia mais antiga de educação doméstica, embora não se oferecesse ainda uma educação idêntica àquela ministrada aos meninos, como pode ser visto pela diferença entre os currículos das escolas primárias masculinas - que ensinavam a ler, escrever, contar, conhecimentos de aritmética, geografia e línguas - e femininas - que ensinavam as primeiras letras, as gramáticas portuguesa e francesa, os "trabalhos de agulha", a música, o canto e a dança.

Estes ensinamentos de gramática, música, desenho e prendas domésticas, possibilitavam, além disso, à mulher pequeno-burguesa ingressar no mercado de trabalho, através do magistério - ensinando línguas, música e artes, quase sempre para crianças -, profissão considerada adequada ao sexo feminino por ser vista como uma extensão das funções maternais próprias das mulheres. Em seu romance Iaiá Garcia, assim Machado de Assis (1977) descreve o que se passa na cabeça do pai da protagonista quando esta, ainda pequena, confia a ele seu desejo de ser professora de piano:

[...] achava justo não dissuadir a filha de uma ambição aliás inocente e modesta. Oxalá não viesse a ter outras de mais alto vôo! Demais

que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor. Iaiá tinha por si a beleza e a instrução, podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade.
(p. 79)

A educação diferenciada para meninos e meninas, que não permitia às mulheres vãos mais altos, no entanto, nem sempre foi compreendida e aceita por estas, posto que muitas, mesmo nesta época, quiseram saber mais do que lhes permitiam, questionando e não aceitando as limitações impostas a seu sexo, isto quando seu desejo não era despertado por estas mesmas limitações. Tal fato foi muito bem captado por Machado de Assis (1967) em seu romance Dom Casmurro. Nele, o autor, em capítulo intitulado "As curiosidades de Capitu", ao se referir à educação da protagonista, que freqüentara o colégio desde os 7 anos, assinala:

[...] aprendera a ler, escrever e contar, francês, doutrina e obras de agulha, não aprendeu, por exemplo, a fazer renda; por isso mesmo, quis que prima Justina lhe ensinasse. Se não estudou latim com o padre Cabral foi porque o padre, depois de lhe propor gracejando acabou dizendo que latim não era língua de meninas.
(p. 87)

E, acrescenta a seguir que Capitu confessa posteriormente a Bentinho "que esta razão acendeu nela o desejo de o saber". (p. 87).

Com o tempo, portanto, as meninas rica não só aprendiam a fazer bolos e doces e a costurar e bordar, mas também

podiam estudar francês e piano, canto e dança, de modo a proporcionar companhia mais agradável e atraente em ocasiões sociais. Assim podemos resumir as principais características da mulher, segundo o modelo da época: beleza, elegância, adaptabilidade às circunstâncias, submissão, resignação e uma gama de prendas domésticas.

Na literatura brasileira do século XIX encontramos inúmeros perfis de mulher condizentes com esta nova ordem que atribuía importante papel à sua atuação não apenas no seio da família, mas também em sociedade. Dentre estas diversas personagens femininas, podemos citar Helena, de Machado de Assis (1988), como representativa do ideal de mulher da segunda metade do século XIX, segundo os parâmetros da burguesia:

Era dócil, afável, inteligente. Não eram estes, contudo, nem ainda a beleza, os seus dotes por excelência eficazes. O que a tornava superior e lhe dava a possibilidade de triunfo era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda casta de espíritos, arte preciosa que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres. Helena praticava de livros ou alfine-tes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida sem entono nem vulgaridade. Havia nela a jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes... Era pianista, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda sorte de trabalhos femininos. Conversava com graça e lia admiravelmente. Mediante os seus recursos, e muita paciência, arte e resignação - não humilde, mas digna, - conseguia polir os ásperos, atrair os indiferentes e domar os hostis.

(Helena, pp. 34-35)

Uma vez que o principal objetivo na vida da mulher continuou sendo o casamento, esta era geralmente tirada da escola aos 13 ou 14 anos. E, apenas no final do século XIX, começaram a surgir as primeiras escolas normais, que não só preparavam as moças para o magistério - abrindo uma nova possibilidade às mulheres solteiras, além dos conventos e casas de reclusão -, como também lhes forneciam uma das poucas oportunidades disponíveis para continuar sua educação, já que a criação de cursos superiores não trouxe nenhuma vantagem prática para as mulheres. Como assinala Stein (1984), "somente em 1881 uma mulher no Rio de Janeiro ingressa num curso superior, como aluna da Faculdade de Medicina" e "apenas a partir de 1930 há um aumento significativo do número de mulheres que comparecem à escola superior" (p. 27).

A opção pelo trabalho prendia-se, principalmente, à situação econômica da mulher, não se cogitando a respeito de sua realização profissional. Assim é que, sempre que se abrisse outra alternativa, entendendo-se aí a possibilidade de um casamento, o ofício era abandonado. Em A Mão e a Luva de Machado de Assis (1988), por exemplo, Guiomar, moça humilde, filha de um empregado subalterno e órfã de mãe, que se forma professora - mas é retirada do colégio por sua rica madrinha baronesa para com ela ir morar, assim se refere ao fato a Estevão, sobrinho da dona do colégio:

Eu saí do colégio... a convite da baronesa, minha madrinha, que lá foi buscar-me um dia alegando que eu já não tinha que aprender, e que me não convinha ensinar. (p. 32)

A tia de Estevão, no entanto, não havia tido a mesma sorte, tendo que assumir o ofício de professora por falta de alternativa, como mostra a resposta do rapaz: "Decerto, assentiu Estevão. Minha tia é que não deixou nem podia deixar de ensinar; acabou no ofício". (p. 32).

4.2.2- O casamento como "carreira" para a mulher

O casamento coloca-se, portanto, quase que como a única possibilidade de carreira aberta à mulher. Permanecer solteira, além de pouco atraente e financeiramente inviável na maioria das vezes, implicava um desprestígio para a mulher. Como assinala Gilberto Freyre (1951), nos sobrados a maior vítima do patriarcalismo em declínio - com o senhor urbano já não se dispendo a gastar tanto com suas filhas solteiras que antes eram enviadas para os recolhimentos e os conventos, mediante o pagamento de grandes dotes - foi, talvez, a solteirona, abusada não só pelos homens como também pelas mulheres casadas. Em suas palavras,

[...] era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cozendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casadouras iam ao teatro ou à igreja. (p. 308)

A situação de dependência econômica absoluta fazia da solteirona a criatura mais obediente e mais explorada da casa.

O casamento, ao contrário, enobrecia a mulher e abria-se como a única possibilidade de ascensão social, em um tempo em que não eram permitidas às mulheres atividades que possibilitassem sua promoção por esforço próprio. Apenas através do casamento e da criação de uma família a mulher podia instituir uma área de atividade própria, ainda que esta área fosse carente de poder político e econômico. A única chance de atuação da mulher fora do lar se dava através do magistério primário, carreira que, no entanto, como assinalamos acima, além de desvalorizada, estava reservada preferencialmente àquelas moças com menos recursos e que se viam obrigadas a trabalhar.

As moças começaram, desta forma, a brilhar nos salões numa tentativa de interessar pretendentes e muitas já aos 13 ou 14 anos passavam da autoridade do pai para a autoridade do marido. Estes casamentos eram, ainda, na maior parte das vezes acertados pelos pais. E, mesmo em meados do século XIX, quando o lado romântico da ligação passou a adquirir maior importância para as jovens - iniciava-se a época do casamento por amor -, os pais, quase sempre, davam a palavra final.

Apesar de muitas alianças ainda terem na época objetivos econômicos e políticos, tal fato não impediu, no entanto, o grande número de moças raptadas na segunda metade do século XIX por não se sujeitarem, com a doçura de outrora, à escolha de um marido pela família. Estes raptos marcam, inclusive, segundo Gilberto Freyre (1951),

[...] a ascensão da mulher - seu direito de

amar, independente de considerações de classe e raça, de família e de sangue; sua coragem de desobedecer ao pai e à família para atender aos desejos do sexo ou do "coração" ou do "querer bem". (p. 312)

Os casamentos, que durante todo o Brasil colônia foram contraídos visando principalmente a interesses econômicos e políticos, começam a assistir no século XIX a uma mudança: o casamento por amor. Mas, como assinalamos acima, a vertente sentimental do casamento não anulou, completamente, as razões econômicas. Mesmo no século XIX, entre as famílias de elite, continuavam a ser comuns os casamentos entre parentes próximos ou afastados, objetivando a manutenção das grandes propriedades e da pureza de "casta".

Aos poucos, no entanto, os predicados do "bom" casamento foram mudando de tom e, para isso, muito contribuiu o novo poder dado ao Estado: a defesa da propriedade passou a ser substituída pela defesa da raça e do Estado, através da proteção das crianças. O cuidado com a prole converteu-se no grande paradigma da união conjugal.

Assim, a hereditariedade substituiu, pouco a pouco a herança, e o sexo e a moral foram se sobrepondo a estirpes e linhagens. Afinal, a sociedade e o Estado deviam contar mais que as famílias e castas. O sexo, antes forma de perpetuar a estirpe e exemplo máximo da virilidade e do poder do pater familias sobre a mulher, assumiu nova feição: do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O Brasil, entrava, enfim, na época moderna.

Contudo, o prazer sexual era altamente controlado, seguindo ainda condutas divergentes para homens e mulheres, isto é, a dupla moral sexual - que a homens permitia toda sorte de aventuras amorosas e da mulher esperava pureza, recato e dedicação incondicional ao marido, à casa e aos filhos - continuou vigorando. A fim de melhor exercer este controle sobre a sexualidade da mulher, a sociedade lhe impunha uma série de restrições. O mundo da rua (dos passeios, teatros e bailes), por exemplo, aberto incondicionalmente aos homens, só era permitido à mulher em ocasiões especiais e, mesmo assim, ela deveria estar sempre acompanhada de um homem - o pai, o marido, o irmão, o padrinho. Sem eles o espaço público era vedado à mulher, pelo menos àquelas que seguiam os padrões morais aceitos pela sociedade da época, as senhoras e senhoritas ou sinhás e sinhazinhas.

Esta proibição de andar desacompanhada, que opõe a sinhá à mulher, está muito bem representada neste trecho do romance Lucíola de José de Alencar (1977). Quando Sá é inquirido por Paulo a respeito de uma mulher desacompanhada que participava da festa de Nossa Senhora da Glória, responde: "Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita." (p. 5) O pensamento de Paulo é ainda mais esclarecedor:

Compreendi e corei de minha simplicidade provinciana, que confundia a máscara hipócrita do vício com o modesto recato da inocência. Só então notei que aquela moça estava só e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia-me ter feito suspeitar a verdade.

(p. 5)

As mulheres casadouras deviam se abster de qualquer espécie de experiência sexual antes do casamento. Para tanto, o contato entre os jovens antes da união conjugal resumia-se à comunicação através de códigos particulares, flores, bilhetes e cartas e a encontros aos quais deveriam estar presentes pelo menos mais uma pessoa. Em A Moreninha, de J.M. de Macedo (1945), por exemplo, a avó de Carolina, apesar de sua grande simpatia por Augusto, não se descuida deles um só instante durante um passeio pelo jardim:

[...] a Sra. D. Ana os observa cuidadosa; tem simpatizado muito com Augusto, mas nem por isso quer entregar todo o futuro do objeto que mais ama no mundo ao só abrigo do nobre caráter e sérias qualidades que tem reconhecido no mancebo. (p. 215)

Tal fato faz com que o autor declare, logo adiante, que "O maior inimigo do amor é a civilidade". Os namoros da época caracterizavam-se, portanto, por uma total abstinência sexual, que correspondia, principalmente, à exigência de preservação da virgindade feminina.

O homem, ao contrário da mulher, devia ter agitada vida sexual antes do casamento, mantendo relações que, na maioria das vezes, continuavam após a união conjugal, geralmente com mulheres das camadas sociais pobres (escravas, empregadas, prostitutas). Ao marido era não só permitida, mas também muitas vezes incentivada de modo velado - como forma de reforçar sua virilidade perante a sociedade -, a manutenção de amantes eventuais e fixas, prática que ainda permanece em alguns luga-

res do Brasil, especialmente no interior. Havia, no caso, um acordo tácito neste sentido com a sociedade e, até mesmo, com a esposa que aceitava estas aventuras extra-conjugais desde que as aparências fossem mantidas e ela não perdesse as regalias de seu status de mulher casada.

Novamente vamos encontrar exemplos desta situação na literatura. Em Helena, Machado de Assis (1988) assim fala da mãe de Estácio:

Vinculada a um homem que, sem embargo do afeto que lhe tinha, despendia o coração em amores adventícios e passageiros, teve a força de vontade necessária para dominar a paixão e encerrar em si mesma todo o ressentimento. (p. 25)

O mesmo autor, a respeito de Clara (em Ressurreição), afirma:

Uma moça relativamente feliz. Estava mais do que resignada, estava acostumada à infidelidade do marido. Dera-lhe a Providência essa grande virtude de se afazer aos males da vida. (Machado de Assis, 1977, p. 107)

Mais adiante, num trecho do mesmo romance, Ressurreição, Machado de Assis (1977) mostra que, nem mesmo a decepção com o casamento - idealizado pelas jovens que o viam como um paraíso - era capaz de alterar a paz no lar, com a mulher preferindo calar-se e manter as aparências, segundo o comportamento que dela era esperado:

A pobre Clarinha, que havia ideado um paraíso do casamento viu desfazer-se em fumo a sua quimera e aceitou passivamente a realidade que lhe deram; sem esperanças, é certo, mas também sem

remorsos. A virtude salvou-a da queda e da vergonha. Lastimava-se, talvez no refúgio do seu coração, mas não fez imprecações ao destino. E como nem tinha forças de aborrecer, a paz doméstica nunca fora alterada, ambos podiam dizer-se criaturas felizes. (p. 108)

Quanto à mulher, o estreito controle exercido sobre ela dificultava ou mesmo tornava quase impossível a possibilidade de uma vida amorosa extra conjugal, isto sem contar com as reprimendas sociais de que ela era vítima caso tal fato ocorresse. De acordo com o Código Penal de 1890, inclusive, só a mulher era penalizada por adultério, sendo punida com a prisão celular de 1 a 3 anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina comprovadamente teúda e manteúda.

Mais uma vez, podemos observar através da ficção de Machado de Assis (1977) as diferentes concepções de moral existentes e os mecanismos a ela correspondentes colocados em ação numa situação de adultério. Em Memórias Póstumas de Brás Cubas, quando a relação amorosa entre Brás Cubas e Virgília - mulher de elevado nível social, casada com Lobo Neves - começa a ser objeto de comentários, a reação de ambos é totalmente diferente. Enquanto Virgília fica amedrontada, passa a sonhar freqüentemente com seu assassinato pelo marido - solução costumeira nos casos de adultério feminino - e chega a cogitar em terminar tudo, Brás Cubas sente-se lisonjeado sabendo-se objeto da inveja de outros homens, sua reputação e sua condição social não ficando abaladas pelo fato. Machado (1977) assim se refere, no romance, à situação:

A mulher quando ama outro homem parece-lhe que mente a um dever e portanto tem de dissimular com arte maior, tem de refinar a aleivosia; ao passo que o homem fica legitimamente orgulhoso e logo passa a outro sentimento menos ríspido e menos secreto, essa boa fatuidade que é a transpiração luminosa do mérito. (p. 275)

Para esta dupla moral sexual contribuíram também certas teorias que acreditavam ser o homem possuidor, por natureza, de uma sexualidade mais desenvolvida que a mulher. Teixeira Mendes (em Stein, 1984), por exemplo, afirmou no final do século passado:

O instinto sexual, na Mulher pode-se dizer que não existe quase, de ordinário; a Mulher se presta, sacrifica-se às grosserias do homem, mas é fundamentalmente pura; a pureza quase não custa esforço à Mulher, e é por isso que ela é tão severa quanto a este ponto, em relação ao seu sexo. (p. 35)

Este discurso pseudo-científico veio reforçar as prescrições e expectativas sociais quanto à conduta de homens e mulheres, que sempre buscaram formas de assegurar ao homem que o filho gerado por sua mulher era também seu. Tal certeza só pode existir se forem excluídas todas as possibilidades de contato sexual da mulher com outros homens. Este ponto, importante desde a antigüidade (já os romanos tinham um ditado que afirmava que "enquanto a maternidade é uma certeza, a paternidade é uma questão de fé"), provavelmente representou papel importante nas tentativas, através dos tempos, de se restringir a atividade sexual da mulher a seu esposo.

4.2.3- *O discurso higienista e os novos papéis e funções de homens e mulheres na família*

Para o controle mais eficaz da sexualidade feminina, muito contribuiu a importância cada vez maior atribuída aos médicos, especialmente aos higienistas, na época. Como mencionamos anteriormente, o século XIX marca a supremacia do médico sobre o confessor, na vida da família brasileira, estabelecendo-se uma nova fase na situação das mulheres: por um lado, o médico abriu para elas possibilidades de libertação do jugo tutelar do pater familias, e, por outro, ele as amarrou a novas formas de controle social.

No século XIX, como assinalou Costa (1989), os médicos foram os grande aliados da família real no processo de modernização por que passou o Rio de Janeiro da época e que tentou colocar o poder do Estado acima do poder que sempre deteve o senhor de terras no Brasil. Reforçando a tutela do Estado, os médicos contribuíram para a diminuição do poder do pater familias e, portanto, abriram para a mulher novas possibilidades de exercer o controle sobre os homens.

Estas possibilidades estavam intimamente ligadas aos novos modos de se viver em sociedade. Da habilidade feminina de bem receber, dependia o sucesso de um salão, de um jantar, ou de uma recepção. Agora, o sucesso da mulher passou a ser encarado pelo marido como uma lisonja e um estímulo, além de poder contribuir para seu próprio sucesso. Do modo como as mulheres se comportavam, recebiam, hospedavam ou se insinuavam junto a personagens ilustres e prestigiados dependia, muitas

vezes, como mencionamos anteriormente, o bom andamento da carreira política ou econômica do seu esposo.

Também do bom casamento de suas filhas, obra agora não mais apenas da negociação entre os pais mas de uma manobra de exibição de dotes e qualidades especiais das moças, dependia o sucesso e o êxito de seus pais. Desta forma, segundo Costa (1989), "em troca deste gênero de exposição e mercandejo de seus corpos, as mulheres passaram a reivindicar um cuidado e uma atenção que nunca haviam tido antes" (p. 108).

Tudo isto veio reforçar o poder das esposas sobre seus maridos e das filhas sobre seus pais. No caso das esposas, por exemplo, em troca destes "pequenos favores", como acompanhar o marido nas ocasiões sociais, que implicam, muitas vezes, em deixar o filho entregue aos cuidados de outrem, o marido pode ser levado a satisfazer outras vontades da mulher. Assim se refere ao fato Delminda Silveira, em 1897, na revista literária, A Mensageira, dedicada à mulher brasileira:

Casos há em que a esposa deve acompanhar o marido à sociedade; então deixareis por algumas horas vosso filho entregue somente a pessoa de vossa inteira confiança, e, condescendente com vosso esposo, ele será suavemente obrigado a atender-vos, satisfazendo-vos ao mais leve sinal de vossa vontade. (em Paixão, 1991, p. 57)

Os médicos, no entanto, se por um lado possibilitaram formas novas da mulher se libertar da estreita tutela dos pais, maridos, tios e irmãos, por outro, reforçaram a inferioridade "natural" feminina, através da mistificação da mulher-mãe. Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor, ao marido, aos

filhos e ao lar. Mediante a introdução da "família amorosa", baseada no amor entre os cônjuges - fruto do individualismo burguês crescente desenvolvido na Europa, como discutimos em capítulo anterior - e não mais em interesses econômicos como no período colonial, os médicos possibilitaram a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher.

Baseando-se na ciência da época que atribuía uma "natureza" distinta à mulher - mais intuitiva, mais frágil, delicada e afetiva, incapaz de qualquer atividade intelectual -, os médicos passaram a defender a não participação da mulher na vida pública e a defini-la em sua relação com a família e a maternidade. Em 1845, em tese para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Barros afirmava:

[...] a mulher... não é feita para figurar no liceu ou pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o recato e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não era muita para os numerosos cuidados que esta reclama. (Barros, 1845, p. 8)

Os sinais desta vocação da mulher para a maternidade e os cuidados com a família, segundo os médicos da época, são perceptíveis desde a mais tenra idade:

Desde sua infância a mulher começa a manifestar os doces sentimentos que a devem sucessivamente tornar amante, esposa e mãe... Mais fraca a todos os respeitos [que o homem] é a mais própria a prodigalizar à família os cuidados que ela reclama de sua ternura e do seu afeto. A mole infância teria de sofrer muitas vezes se houvesse de esperar socorros tardios da fria razão; a voz imperiosa do sentimento induz a mulher a prestar-lhe amparo mais à sua fragili-

dade; este mesmo sentimento faz com que ela suporte com ânimo alegre os maiores sacrifícios em favor do seu filho, com consciência muitas vezes de não receber dele o menor sinal de gratidão.
 (Barros, 1845, p. 7)

A mulher, assim, vai se libertando do excesso de opressão do pater familias para se submeter às influências novas da ciência.

A educação dos filhos começou a surgir, a partir de então como uma nova maneira de amar e o cuidado com as crianças deixou de ser visto como uma obrigação para se transformar num ato espontâneo de amor. Apesar deste ato de amor aos filhos nem sempre ter sido tão espontâneo na mulher quanto o discurso social fazia crer - chamando-o, inclusive, de "instinto materno" -, a sociedade encontrou uma forma de "empurrar" a mulher nesta direção, despertando nela a vergonha e o sentimento de culpa. Afinal, sendo o amor materno natural, instintivo, toda mulher que não se sentia imbuída deste espírito altruísta de amor e dedicação aos filhos, passou a se sentir envergonhada e/ou culpada por se saber repentinamente má, egoísta e incompetente. A fim de minimizar a sua culpa ou evitar a vergonha, a mulher buscou de todas as maneiras se enquadrar no modelo que a sociedade lhe havia traçado.

O amor aos filhos pregado pelos higienistas não se limitava à mãe, mas era extensivo também ao pai. Este deixava de ser simplesmente o provedor econômico da família, aquele que, na qualidade de dono, controlava com rédeas curtas sua mulher e sua prole, para se transformar no pai, no chefe da família, naquele que devia zelar pela felicidade e bem-estar de sua esposa

e filhos. Nesta nova função de pai - o pai amoroso e atento aos seus -, o homem deveria encontrar sua mais alta realização humana.

Assim, a vida do cidadão ordinário, habitante comum das grandes cidades brasileiras do século XIX, de forma não muito diferente da de sua mulher, vai girar, como assinala Costa (1989),

[...] em torno dos filhos: vai casar para ter filhos; trabalhar para manter filhos; ser honesto para dar bom exemplo aos filhos; investir na saúde e educação dos filhos; poupar pelo futuro dos filhos; submeter-se a todo tipo de pressão pelo amor dos filhos; enfim, ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilizado e aceitar a culpa, por todo tipo de mal físico, moral ou emocional que ocorresse aos filhos.

(p. 251)

A higiene, portanto, através de suas "teorias" e "pregações" do amor de mãe e do amor de pai vai realizar, segundo Costa (1989), "sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem sucedida junto à família: converter quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai, e a da mulher ao personagem da mãe" (p. 239).

Daí por diante, esta identificação entre masculinidade e paternidade e feminilidade e maternidade vai ser o padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres, padrão este que será amplamente reforçado no período do pós-guerra, principalmente pelas teorias médicas e psicológicas - em especial a vulgarização de certas teorias psicanalíticas - que aqui chegaram, importadas da Europa e dos Estados Unidos, como discutiremos mais adiante.

A nova mãe, desta forma, nasceu, como vimos, de um duplo movimento histórico: de um lado a mulher conseguiu se libertar do poder patriarcal; de outro, ela passou agora a ser controlada pelos novos poderes, entre eles, o poder médico. A construção de uma "natureza" feminina pela ciência da época fez com que toda mulher que contrariasse o novo figurino de mãe construído pela sociedade para ela, fosse vista como uma mãe "desnaturada", como alguém que estava contrariando sua vocação "natural". Da comparação entre a mulher e as fêmeas animais foram extraídas numerosas lições de moral materna que reforçaram seu papel. Afinal, no reino animal, as fêmeas, para proteger suas crias, eram capazes de tudo.

Assim, aos poucos, a mulher começou a acreditar não apenas no discurso pseudo-científico do "instinto" materno, como também a crer na nobreza de sua função de mãe. Todo sacrifício seu seria recompensado ao ver os filhos crescidos, adultos saudáveis e bem colocados na vida. Contudo, esta crença não impediu que um certo mal-estar, um incômodo indefinido tomasse conta de muitas mulheres.

Este incômodo não era atribuído, no entanto, a uma insatisfação da mulher com a limitação de seu papel na sociedade, ou seja, não era visto como resultado de forças sociais, mas, ao contrário, era atribuído a problemas pessoais. Uma válvula de escape e grande aliado da mulher na sua luta contra esta opressão no cotidiano foi, então, o "nervosismo feminino": mulheres que, sem motivo aparente tornavam-se irritadas, histéricas, choravam, sentiam dores e palpitações.

A "crise de nervos" que, no século XIX, assolou grande

parte das mulheres burguesas, funcionou, assim, quase sempre, como uma válvula de escape aos abusos do pai-patriarca, do marido opressivo e da sociedade limitadora de seus passos, fazendo com que todos passassem a prestar maior atenção a ela e a lhe dispensar maiores cuidados. E, bem cedo, a mulher aprendeu a usar seu nervosismo para impor seus interesses, para defender-se e ao mesmo tempo oprimir seus opressores. Este passou a ser simulado ou sentido quase sempre que a mulher queria se opor ao homem e obter dele e de seus filhos certas atenções e concessões. E acreditamos que foi lançando mão dele, muitas vezes, que várias mulheres, já na década de 50, que abordaremos a seguir, conseguiram controlar seus filhos e maridos.

4.3- A Mulher do Pós-Guerra: Mãe em Horário Integral

A saúde do adulto forma-se durante toda a infância, mas as funções dessa saúde, são as mães que as estabelecem durante as primeiras semanas e os primeiros meses da existência de seu filho... Alegrem-se de que tal importância lhes seja concedida. Alegrem-se de deixar a outros o cuidado de conduzir o mundo, enquanto põem no mundo um novo membro da sociedade.

WINNICOTT

4.3.1- *O pós-guerra e a culpabilização da mãe*

Até o final do século XIX, as mulheres - casadas ou solteiras - trabalhavam quase que exclusivamente em casa, ou

como força de trabalho gratuita nos negócios de família, entre eles, o cuidado das crianças, a manutenção da casa, o cultivo e preparo dos alimentos e a confecção de bens usados no lar. Os únicos empregos fora de casa abertos às mulheres - assim mesmo com restrições, uma vez que, como discutimos no capítulo anterior, estavam limitados às moças das famílias menos abastadas - eram a educação de crianças, a enfermagem e o serviço doméstico.

Com a industrialização crescente no século XIX, no entanto, aumentou a demanda de trabalhadores e as mulheres solteiras das famílias mais humildes gradualmente começaram a receber permissão para trabalhar nas fábricas a fim de se auto-sustentarem e, muitas vezes, até mesmo ajudarem no sustento do grupo familiar. Em São Paulo, por exemplo, o recenseamento de 1872 mostrou que dos 10.256 operários da indústria de algodão, 9.514 eram mulheres (para uma discussão mais ampla a respeito da participação da mulher brasileira na indústria e no trabalho fora de casa, de maneira geral, ver Pena, 1981; Bruschini, 1988).

No início do século XX, além destas atividades fora de casa, as mulheres solteiras começaram a preencher funções no comércio (como vendedoras) e nos escritórios (como secretárias), além de continuarem a expandir sua participação no ensino e nas fábricas. Um inquérito do Departamento Nacional do Trabalho em 1931 afirmava, inclusive, que "resulta por maneira evidente a importância econômica das atividades femininas, tanto na indústria quanto no comércio" (em Pena, 1981, p. 158). Neste documento, as qualidades das mulheres - o fato de que

elas são "mais dóceis, mais pacientes, mais dedicadas ao serviço; não tem aspirações ou são mais modestas nas mesmas" - são apontadas como fator positivo para sua incorporação ao mercado de trabalho. E, segundo o inquérito,

[...] na opinião unânime dos chefes de serviço, o trabalho feminino em escritórios é mais conveniente e econômico do que o dos homens, desde que se trate de serviço perfeitamente organizado e orientado, de serviço cuja continuação seja o desdobramento do já executado, ou sua repetição. (Pena, 1981, p. 159)

A maior participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, não diminuiu a importância da mulher na manutenção do lar, educação dos filhos e cuidados com os velhos e doentes da família. Tampouco ele passou a ser visto como fonte de realização pessoal e/ou autonomia econômica da mulher. Ao contrário, o trabalho feminino era aceito pela sociedade apenas na medida em que complementava a renda familiar e na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil. Assim, a mão-de-obra feminina se colocava como um exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário aos interesses do Estado. E, o Estado buscou sempre controlar a atuação da mulher, limitando-a a tipos especiais de ocupações (geralmente educacionais, assistenciais e de prestação de serviços) supervisionadas e/ou controladas por homens.

Desta forma, a política do Estado com relação à mulher foi sempre bastante contraditória; de um lado reforçava sua permanência no lar a fim de garantir a tarefa reprodutiva e, de outro, guardava-a como exército industrial de reserva, a fim de

que pudesse lançar mão de seu trabalho sempre que necessário aos interesses da Nação (para uma discussão a esse respeito, ver Pena, 1981).

O período do pós-guerra assiste, como assinalamos em capítulo anterior, a uma profunda transformação nas sociedades européias e norte-americanas, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, transformação esta que vai ter reflexos na sociedade brasileira. Com o fim da guerra, era necessário fazer com que as mulheres européias e norte-americanas - que constituíram força de trabalho em substituição aos homens afastados em combate - retornassem ao lar a fim de ceder o lugar ocupado no mercado de trabalho durante a guerra aos homens que voltavam do front. Para tanto, muito contribuiu uma intensa campanha da imprensa - baseada, em grande parte em idéias freudianas vulgarizadas - desenvolvida neste sentido após 1945 (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Millett, 1971; Badinter, 1985).

Esta campanha se articulava, quase sempre, em torno da noção de "natureza feminina" que tem como eixo básico a maternidade. A mulher teria um "destino biológico" a cumprir, destino este freqüentemente formulado em termos de instinto - o instinto maternal de toda mulher. Propagou-se exaustivamente a imagem estereotipada da boa mãe no lar, bem como acentuaram-se as infelicidades e problemas de que são vítimas as crianças "abandonadas" pela mãe que trabalha fora de casa. Muitas destas idéias tiveram, inclusive, o aval e o reforço de vários profissionais das áreas médica, psicológica e educacional, bem como de conselheiros de toda sorte.

Na França, por exemplo, A.M. Dardigna declarou, na revista Vingt ans, que a mãe "deverá, um dia, sacrificar sua carreira (ou interrompê-la), ou correr o risco de transformar seus filhos em vítimas (em Badinter, 1985, p. 328). O doutor Solignac, em Femme Pratique, afirmou:

[...] a mãe no lar é um fator de equilíbrio. As crianças têm necessidade da presença de alguém em casa, quando voltam... digo que o modo de viver atual, trabalhando, não é bom para a família. (em Badinter, 1985, p. 328-9)

Nos Estados Unidos, o Dr. Spock, pediatra que publicou um dos livros mais lidos pelas mães americanas, Baby and Child Care, no capítulo "Should Mother Work?", afirmou:

In most cases, the mother is the best one to give him [the child] this feeling of "belonging", safety and security... If a mother realizes clearly how vital this kind of care is to a small child, it may make it easier for her to decide that the extra money she might earn, or the satisfaction she might receive from an outside job is not so important after all. (em Friedan, 1977, p. 35)³

Esta pressão ideológica que incidiu sobre as mulheres do continente europeu e norte-americano - apesar de se fazer sentir com mais força nos Estados Unidos, onde contou também com a participação de inúmeros pesquisadores e professores universitários - condicionou as mulheres a não serem senão mães devotadas e trabalhadoras do lar. Eram as velhas idéias e atitudes a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade que recebiam agora novas formulações científicas vindas de pro-

fissionais os mais sérios e competentes, especialmente àqueles ligados às ciências sociais e psicológicas - psicologia, sociologia, antropologia. A fim de atender às necessidades destas sociedades conservadoras, portanto, um número de novos "profetas" entraram em cena dando nova roupagem, em consonância com a linguagem científica tão em voga na época, à antiga doutrina da separação das esferas pública e privada.

Estudos psicológicos sobre os efeitos adversos da "privação materna" através da privação física e falta de contato humano, por exemplo, produziram a crença errônea mas amplamente aceita de que as mães que não cuidassem de seus filhos, durante a maior parte do tempo que estes permaneciam acordados, causariam a eles um dano irreparável (ver Westoff & Potrin, 1967, por exemplo). Além disso, o aumento da delinqüência juvenil e dos casos de separação entre casais eram vistos como doenças sociais quase que resultantes da falta de atenção das mulheres para com suas famílias.

As mulheres, portanto, cabia toda a culpa pelos problemas que assolavam seus filhos e suas famílias. Nas palavras de Betty Friedan (1963), ao se referir à situação americana na época,

Edificou-se em torno da mãe toda uma mística. Descobriu-se de repente que ela podia ser considerada responsável por tudo, ou quase tudo. Em todos os dossiês de crianças problemas, em todos os casos de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obcecados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, entre os asmáticos ou portadores de úlceras, encontrava-se sempre a mãe. (pp. 213-14)

Como conseqüência, as mães começaram a aceitar a responsabilidade pela criação de crianças psicologicamente saudáveis, além de cuidar de suas necessidades físicas rotineiras. A mulher passou a se dedicar de corpo e alma a seu trabalho maior e mais nobre, a maternidade. Afinal, as crianças eram a função mais importante e o bem maior do casamento. Era preciso, portanto, ser mãe em tempo integral, a fim de se impedir qualquer dos males que assolam as crianças abandonadas por mães egoístas, imaturas ou narcisistas, mais preocupadas com suas vidas do que com a vida de seus filhos. Para se criar uma família saudável era necessário sacrificar tudo, incluindo-se aí uma vida própria, caso não se quisesse correr o risco de ver seus filhos transformados em vítimas de sua própria ambição e egoísmo.

Assim, o final da II Guerra assiste, na Europa e nos Estados Unidos, a inúmeras mudanças que afetaram diretamente a mulher e o desempenho de seus papéis de esposa e mãe. As jovens começaram a casar mais cedo e, como conseqüência, começaram a ser mães mais cedo do que nos anos anteriores. Tornou-se também mais comum que as mulheres solteiras trabalhassem fora até o casamento, por razões econômicas, especialmente para ajudar na confecção de seu enxoval e na montagem de sua futura casa. A mulher típica desta época tinha seu primeiro filho um ano depois de casada e mais dois ou três nos anos subseqüentes. Esperava-se que sua vida estivesse centrada principalmente no cuidado dos filhos e manutenção da casa.

Estas idéias, desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos não tardaram a chegar ao Brasil, não apenas através de

profissionais que davam novas formulações às velhas posturas e atitudes a respeito do papel da mulher e da importância da mãe na criação dos filhos, como também através da imprensa, de livros, revistas e filmes - como aqueles produzidos em Hollywood, que ofereceram o modelo de mulher ideal para muitas mocinhas dos anos 50 e início dos anos 60 no Brasil⁴.

Assim, a mulher brasileira da época foi bombardeada por toda esta ideologia que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos. Tal processo de construção da identidade da mulher levava seu ser pessoal a ser definido a partir dos outros - o marido, a casa e os filhos - e, desta forma, negava à mulher a possibilidade de ser ela mesma. De acordo com tal ideologia, não havia lugar na mulher para seu próprio prazer, sua própria satisfação, mas, apenas, para aquilo que estava voltado para atender e satisfazer às necessidades de sua casa e de seus familiares. Era preciso que ela se esquecesse de si mesma para melhor poder amar e cuidar dos seus.

4.3.2- A "rainha do lar"

Durante os anos 50 e o início dos anos 60, portanto, a sociedade reforçava a idéia do casamento cedo e a vinda dos filhos. O casamento era considerado o único estado apropriado para os adultos e as crianças um produto natural e desejável. Estas eram consideradas essenciais para que a família permanecesse unida e as mulheres só se sentiriam completamente realizadas com a sua chegada. Aquelas que não podiam ter filhos

eram dignas de pena por terem uma vida incompleta. Os principais papéis da mulher - esposa, dona-de-casa e mãe - giravam em torno do casamento.

O papel de esposa se iniciava quando uma mulher se unia legalmente a um homem pelo casamento. Para a maioria dos casais da época o casamento demandava dos cônjuges o compartilhar de um conhecimento íntimo do outro, de cuidados físicos e emocionais, bem como de bens materiais, de uma casa, amigos e família e da responsabilidade pelos filhos. O papel da esposa, para a mulher, deveria preencher todos os outros e sua aceitação implicava a aceitação dos papéis relacionados de dona-de-casa e mãe.

O papel de dona-de-casa era decorrente de sua relação legal com o marido e não fruto de sua escolha pessoal. Isto porque, pelo casamento, esperava-se que as mulheres desempenhassem os trabalhos de casa na base do amor e da obrigação. Isto é, os laços do matrimônio freqüentemente especificavam, ainda que por vezes de maneira velada, que as responsabilidades da esposa incluíam viver numa casa estabelecida e mantida financeiramente por seu marido e, em contrapartida, lhe caberia desempenhar ou, no caso de ter uma empregada, supervisionar as tarefas domésticas de limpar, cozinhar, lavar, bem como cuidar do marido e dos filhos.

Geralmente o trabalho de casa era pouco prestigiado, além de isolar a mulher, uma vez que ele não era feito em colaboração com outras pessoas. Este isolamento, inclusive, tendia a aumentar a falta de poder social da mulher e a dificultar qualquer tipo de organização coletiva em defesa da melhoria de

sua condição. Além disso, ele tornava a mulher mais suscetível a problemas psicológicos, como a depressão. Afinal, como assinala Linda Gordon (1970), estas condições de privação da companhia de outros adultos "são suficientes para transformar o cérebro de um adulto em mingau" (p. 182). Cabe ressaltar aqui a relativa autonomia e flexibilidade de atuação da mulher em casa: era ela quem decidia como estruturar seu tempo e a que atividade dedicar mais atenção.

O papel de mãe, apesar de consequência de um evento biológico - dar à luz - só se torna importante a partir de sua definição social. E, para a sociedade da época, como vimos, a mãe era a principal responsável pelo suprimento dos cuidados físicos e emocionais de seus bebês e filhos pequenos. Caso ela mesma não pudesse se incumbir deste trabalho, caberia a ela arranjar outros para realizá-lo. Mas ela teria que obedecer às convenções sociais a respeito de quem deveria substituí-la, quando e em que circunstâncias. Parte de seu papel era também servir de intermediária entre o marido e o(s) filho(s), contribuindo para o bom relacionamento entre eles. Segundo Winnicott (em Badinter, 1985), por exemplo,

Depende da mãe que o pai venha ou não a conhecer seu bebê. ... Não depende da mãe que o relacionamento entre eles seja rico... mas depende dela tornar esse relacionamento possível, não perturbá-lo ou estragá-lo. (p. 315)

Além destas tarefas, esperava-se que a mulher soubesse como bem entreter sócios, chefes ou pessoas interessantes para os negócios ou a profissão do marido, bem como o ajudasse de

todas as formas na sua carreira. Implícito neste papel estava o fato de que as mulheres só alcançavam valor social através do cônjuge.

A mulher devia, enfim, ser sempre motivo de orgulho para o marido e, para tanto, deveria se manter delicada, gentil e atenciosa, mas sóbria, austera e discreta, reservando as manifestações de carinho e afeto para a vida em família. Um artigo publicado na revista Cláudia de julho de 1962 intitulado "Para ler na viagem de núpcias", bem pode ilustrar este fato:

Ter ao lado uma mulher fascinante é motivo de orgulho para os homens, uma vez que esta saiba adotar uma elegância sóbria e maneiras gentis, com uma pitada de altivez, que parece dizer aos homens: "Olhem-me, mas à distância". Especialmente para a mentalidade do homem latino, a mulher ideal é aquela que é carinhosa em casa e austera fora dela. (reproduzido em Cláudia, n. 4, ano 31, Abril 91, p. 27)

Uma carreira era praticamente inconcebível para a mulher nos anos 50 e início dos anos 60 e sua educação, percebida como um luxo, visava principalmente a criar mães melhores, companhias mais agradáveis para seus esposos e melhores companheiras para os maridos com carreiras. Embora algumas mulheres tenham ido à universidade, a carreira ou o curso universitário deveriam ser abandonados com o casamento.

Além disso, era considerado inapropriado para a mulher ser superior em inteligência ou força física a seus companheiros do sexo masculino. Muito raras eram as mulheres intelectual ou fisicamente talentosas que não tentavam parecer mais "burras" ou mais "fracas" do que seus maridos nesta época. Em

lugar de crescer no mundo da carreira ou do trabalho fora de casa, as mulheres eram encorajadas a atingir seu status social através das atividades dos maridos ou das realizações e feitos dos filhos.

Como consequência da importância do casamento para a mulher da época, vamos encontrar uma grande preocupação com a delicadeza, com as boas maneiras, com o ser "boazinha", altruísta, não só como forma de "agarrar" e manter um marido, mas também como forma de disfarçar o firme controle que elas passam a exercer sobre a família, controle este quase sempre indireto, na base do "jeitinho" e da diplomacia e não da força.

Não raro estas mulheres aconselharam, inclusive, suas filhas a "fazer as coisas não aparentando estar fazendo", a "exigir coisas sem parecer estar exigindo", a "fazer tudo com muito jeito e tato", porque, afinal, "homem não gosta de saber que está sendo mudado". Estas mulheres, assim, de certa forma, aparentemente aumentando o poder do homem e, muitas vezes, usando até mesmo sua força no mundo público para ajudar a controlar os filhos (muito comum na época era dizer aos filhos coisas como "Você vai ver quando seu pai chegar"), desenvolveram meios altamente eficazes de atingir uma posição autoritária forte, sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do marido.

Homem e mulher, pai e mãe tinha papéis muito bem delimitados em casa e na sociedade. O homem deveria ser o provedor financeiro da família, deixando, até mesmo, para a mulher, como afirmado no artigo de Cláudia de 1962, "uma importância, segundo suas possibilidades, para os vestidos, cabelereiro, etc."

(p. 27). Muitas vezes era, inclusive, através de seu dinheiro ou posição social - que libertavam a mulher do emprego fora de casa, considerado como um fardo temporário, até encontrar casamento - que o homem conseguia conquistar uma mulher, como podemos ilustrar pelos versos finais da música Bolinha de Papel de Geraldo Pereira: "Tiro você do emprego/Dou-lhe amor e sossego/Vou ao banco tiro tudo/Para você gastar/Posso ó Julieta lhe mostrar a caderneta/Se você duvidar".

O homem era também a autoridade máxima dentro e fora de casa. Ele deveria se abster de demonstrar emoções - sinal de fraqueza -, ser eminentemente racional, taciturno, alguém que ignora os sentimentos e as coisas pequenas; enfim, ele deveria ser o "macho durão", representado no cinema americano por figuras como John Wayne.

A preocupação com a aparência pessoal, a casa e os filhos, distante do mundo público da influência e do poder, era vista como "coisas de mulher". Até mesmo suas roupas eram, na maioria das vezes, escolhidas e compradas pela esposa ou mãe.

As mulheres, ao contrário, eram percebidas como um turbilhão de emoções, incapazes de uma decisão racional, frequentemente choronas, ranzinzas, resmungonas, ranhetas e cobradoras. Por serem criaturas frágeis e delicadas, no entanto, deviam ser objeto de certos cuidados por parte dos homens, que, muitas vezes, as tratavam como um bibelô.

As mulheres caberia, como assinalamos acima, o comando da casa e a educação dos filhos, atividades que deveriam exercer com perfeição: uma casa limpa e bem arrumada e filhos bem educados davam a ela um status todo especial. Dela também de-

pendia, em grande parte, como vimos, o sucesso de seu marido. Um ditado muito comum no Brasil, por exemplo, afirma que "Por trás de um grande homem existe sempre uma grande mulher". A atuação da mulher no mundo público deveria se dar apenas indiretamente, através dele ou, mais tarde, através do sucesso de seus filhos, uma vez que seu reino era sua casa. Afinal, ela era a "rainha do lar". Além disso, sua cabeça delicada não deveria e não poderia se ocupar dos complicados problemas do mundo lá fora.

Se esta "fragilidade" da mulher forneceu a ela, por um lado, formas de melhor controlar os filhos e o marido, por outro, explicou o fato dos homens da época terem determinado até mesmo quais deveriam ser as fronteiras da esfera doméstica e, inclusive, o tipo de autoridade que as mulheres poderiam ter nesta esfera.

Isto é, as mulheres deveriam ter poder de decisão e controle apenas naquelas áreas em que os homens haviam renunciado a ele - ligadas geralmente ao espaço da casa e da família - e, ainda assim, o controle último deveria sempre caber ao homem. Desta forma, a mulher poderia, por exemplo, se encarregar do cardápio da família, da educação das crianças e da decoração da casa, mas, este cardápio deveria ser organizado em função dos gostos e preferências de seu marido, a escola dos filhos era, em última análise, escolhida por ele, que era também quem dava a palavra final a respeito de se e quando os móveis poderiam ser trocados.

Em um importante sentido, então, os homens também controlavam as atividades domésticas, mesmo quando o comando pare-

cia ser exercido pelas mulheres. Obviamente, muitas mulheres sempre deram um "jeitinho" de burlar este controle. Também, famílias individuais sempre fizeram ajustes específicos e vários maridos e mulheres da época podem ser vistos como apresentando padrões diferentes de interação. É claro que a classe social, raça, religião, background étnico, emprego, tamanho familiar e experiência de vida em família quando criança também podem afetar o que é considerado poder legítimo dentro e fora de casa.

Contudo, nada disso impediu que muitas mulheres desenvolvessem estratégias sutis, utilizando-se inclusive de sua fragilidade, de seu confinamento doméstico e de seu amor pela família para influenciar os outros, especialmente seu marido e filhos porque, sem dúvida, as mulheres sempre encontraram formas, que mudaram através dos tempos, de exercer influência sobre eles⁵ (a propósito deste tipo de poder e influência da mulher em diversas sociedades, ver Rosalvo & Lamphere, 1979).

A literatura e a música popular brasileiras nos revelam, por exemplo, a extrema habilidade da mulher na manipulação sutil dos outros e a forte marca por elas deixada em seus maridos, filhos e até netos. Na música popular, o samba Gosto que me enrosco de Sinhô pode dizer a respeito do poder feminino: "Gosto que me enrosco de ouvir dizer/que a parte mais fraca é a mulher/mas o homem com toda fortaleza/desce da nobreza/e faz o que ela quer". Também na música Lobo-Bofo de Carlos Lyra e Ronaldo Boscoli, o garanhão acaba inteiramente dominado pela mocinha ingênua: "Só posso lhe dizer/'Chapeuzinho' agora traz/um lobo na coleira/que não janta nunca mais".

Na literatura vamos encontrar um grande número de mulheres fortes - esposas, mães, avós, tias, primas e empregadas - que influenciaram e deixaram suas marcas tanto na ficção quanto na própria vida do ficcionista. Pedro Nava (citado por Ramos, 1989), por exemplo, em seu Baú de Ossos afirma: "Não morri jamais de amor por minha avó. Mas sei o quanto ela caça dentro do meu corpo e quanto nele pesa. Pedra" (p. 171). E, em Espelho Partido de Marques Rebelo (citado por Ramos, 1989), Catarina, mulher de citações e frases feitas, diz categórica ao personagem masculino, autor e narrador da ficção, uma frase que serviu de epígrafe aos três volumes da trilogia: "A memória de todo homem é um espelho de mulheres mortas" (p. 169).

De qualquer modo, talvez como forma de contrabalançar sua dependência financeira do homem, a mulher tenha desenvolvido um outro tipo de dependência naqueles a sua volta - a dependência com relação às coisas da casa -, o que torna a dependência feminina muitas vezes mais aparente do que real.

Tendo ela que se dedicar com total afinco à casa e aos filhos, colocando, inclusive, muitas vezes, as necessidades da família acima das suas próprias necessidades, a mulher voltou-se para a perfeição na execução dos trabalhos do lar, o que a tornou o único membro da família a ser capaz de realizar com afinco tais tarefas. Este fato deixou todos os outros membros da casa à sua mercê neste sentido, uma vez que ninguém conseguia realizar como ela tais tarefas.

Desta forma, filhos e marido necessitam dela e, mais do que isto, dependem dela. Também, esta sua dedicação "sem limites", esta sua capacidade de abnegação, que faziam com que

ela não medisse sacrifícios para atender às necessidades dos seus, deu-lhe uma arma eficaz - a cobrança ("Eu faço tudo por vocês. É justo que vocês atendam a esse meu pedido") - para a obtenção dos seus desejos, para a modificação do comportamento daqueles à sua volta, como discutiremos em capítulo próximo sobre as estratégias de controle femininas.

Assim, a mulher da década de 50 foi levada, em grande parte pela culpa e pela vergonha - era dela a responsabilidade por tudo que não andasse bem com a casa, o marido ou os filhos, responsabilidade esta que foi por ela internalizada -, a dedicar sua vida à casa e à família. Dela e apenas dela dependiam o bem-estar dos seus. Uma casa impecável, um marido bem sucedido e filhos fortes, felizes e saudáveis eram tudo que uma mulher poderia desejar na vida.

Com perfeição, a mulher manteve sua casa, submeteu-se - muitas vezes histericamente - a horários e à rotina tão necessária à boa criação dos filhos e, não sem um certo rancor e melancolia, deixou de atender às suas necessidades para atender às necessidades da família. Mas, a seu modo, indiretamente, sutilmente, ela aprendeu também a cobrar por este seu sacrifício, por esta sua abnegação.

4.3.3- *Dois pesos e duas medidas:*

a ideologia da pureza feminina

No que diz respeito à sexualidade, o duplo padrão de moralidade continuava a vigorar com força total na década de 50, não mais como resultado da força e do poder do pater fami-

lias, mas agora com o aval de teorias pseudo-científicas, muitas das quais atribuíam a necessidade de relações sexuais no homem a um impulso biológico cuja finalidade última seria assegurar a reprodução da espécie.

Este discurso científico, que permeava o senso comum, era reproduzido e legitimado por especialistas estrangeiros, inclusive psicólogos e psicanalistas. Anthony Storr (em Holloway, 1984), por exemplo, afirmou a este respeito:

Male sexuality because of the primitive necessity of pursuit and penetration, does contain an important element of aggressiveness; an element which is both recognized and responded to by the female who yields and submits.

(p. 231)

Na linha psicanalítica, que teve grande influência na época, H. Deutsch (em Badinter, 1985), comparando o que é feminino ao "óvulo imóvel e passivo", em oposição ao espermatozóide "ativo e móvel", concluiu pela universalidade da distinção entre os sexos:

Ouso dizer que essas equações fundamentais "feminino-passivo", e "masculino-ativo" encontram-se em todas as culturas e todas as raças, sob formas diversas e em diferentes graus.

(p. 305)

Assim, a "natureza" mesma do homem, sexualmente ativo, agressivo, dava conta de suas necessidades de intensa atividade sexual e seu conseqüente interesse por outras mulheres. Isto não só era visto com benevolência pela sociedade - mesmo no ca-

so de homens casados -, como já assinalamos anteriormente, mas também era incentivado por ela, por ser um símbolo de masculinidade. Quanto à esposa, esta deveria ser complacente, "fazer vista grossa", desde que tais ligações não comprometessem a atuação de seu marido como chefe de família em casa. Afinal, o importante era preservar o casamento. O artigo da revista Cláudia de 1962, já mencionado anteriormente, assim se dirige às mulheres sobre a questão:

[...] para que remexer nos bolsos do marido, ler suas cartas, vigiar seus passos? Não será com essas atitudes que o fará "voltar" e, se o ciúme é injustificado, ele acrescentará à amargura de ver-se acusado inocentemente o aborrecimento de sentir-se sob controle. (p. 27)

A descrição por parte do homem que "pulava a cerca" e a não interferência de seus envolvimento amorosos fora de casa nos assuntos de família eram praticamente as únicas condições que a sociedade impunha ao homem. Isto porque, o lar deveria ser considerado um lugar sagrado por ele, seu chefe e representante máximo e, ironicamente, o guardião da honra, da moral e dos bons costumes.

O verdadeiro homem deveria ser o dono e fiscal de sua mulher e seus filhos, não lhes deixando faltar nada, mas também não medindo esforços para manter a ordem dentro de casa, para guardar e proteger sua família de toda sorte de abusos e tentações, bem como reprimir toda conduta não condizente com os padrões considerados corretos na época. Estas condutas eram, sem dúvida, diferentes para seus filhos homens e mulheres. Aos ho-

mens era dada maior liberdade, não era cobrada a participação nas coisas da casa e, bem cedo na adolescência, ele era estimulado a se iniciar na arte do sexo e do prazer. Além disso, no caso das famílias de classe média, era cobrada a sua entrada numa universidade, uma vez que dele se esperava uma boa atuação futura no mundo profissional.

Quanto à sexualidade da mulher, a visão era outra: até muito recentemente, a mulher considerada verdadeiramente feminina, destinada a ser esposa e mãe, era aquela passiva sexualmente, embora terna e amorosa. Para ela o sexo deveria ser destinado quase que exclusivamente à procriação, e o desejo, coisa de homem ou prostituta. No caso das filhas mulheres, esperava-se obediência sem limites, recato e pureza e, para tanto, uma certa reclusão era necessária a fim de que ela não ficasse mal falada. Novamente entrava aí a valiosa contribuição da mãe que, muitas vezes fazendo-se de melhor amiga da filha, deveria controlar todos os seus passos, estar ciente de todos os seus relacionamentos e, até mesmo, de seus pensamentos e desejos.

Uma vez que o objetivo máximo na vida da mulher da época era o casamento, esta deveria se manter virgem e casta, dócil e meiga, caso não quisesse ficar solteira ou ser incluída na classe das mulheres consideradas "fáceis", feitas não para o casamento mas sim para as brincadeiras, as farras e a satisfação sexual de seus companheiros do sexo masculino.

Como assinala Da Matta (1979), podemos falar de dois ideais opostos de mulher para a sociedade brasileira da época: a virgem, aquela com quem todo homem aspira casar e a puta,

feita apenas para a satisfação de suas necessidades sexuais.

Assim, era através de sua pureza e recato, associados à firmeza de seus princípios morais - num valor "interior", que justamente pressupunha o controle da sexualidade -, que a mulher encantava seu pretendente. Para tanto, esta não deveria nunca tomar a iniciativa declarando seu amor, nem tampouco demonstrar abertamente seu interesse ou atração pelo homem que poderia vir a se tornar seu marido. Esta atitude de recato e seriedade só fazia aumentar a atração e o interesse deste homem, que passa então a proteger a honra da mulher virgem e pura aquela que se valoriza e se faz respeitar, dando a ele quase que uma certeza de exclusividade sexual após o casamento.

O casamento, uma vez consumado, era visto como eterno, indissolúvel, e a responsabilidade por sua manutenção era creditada principalmente à mulher. Em entrevista a uma revista feminina (Desfile, n. 264, set. 1991), assim uma mulher de classe média alta define o segredo de seu longo casamento que já dura mais de 35 anos:

É claro que não é nada fácil viver junto, equilibrar o relacionamento, não é fácil para ninguém e não é um mar de rosas. No casamento acredito que a grande responsável pela manutenção dessa harmonia é a mulher. Ela é quem organiza a vida do marido, quem cria um ambiente familiar de paz e de conforto e é ela quem vai ou não torrar a paciência dele. (p. 82)

Nas raras vezes em que a separação se dava, a culpa quase sempre cabia à mulher que, segundo a sociedade, incluindo-se aí as próprias mulheres, não tinha conseguido "segurar

seu marido". Acrescente-se a isso o fato de que as mulheres descasadas não eram bem vistas pelo grupo social na época e muito poucas ousavam carregar este estigma.

Não é à toa que muitos artigos de revistas femininas da época forneciam "dicas" para "segurar o marido" e vencer sua indiferença. O artigo de Cláudia de 1962, a que temos nos referido, por exemplo, assim trata da questão:

Para vencer a indiferença masculina a mulher deve tornar-se mais atraente. Aos homens não agrada ver uma mulher, mesmo sendo uma cozinheira de mão cheia, na cozinha, embrulhada num roupão desbotado. Um aventalzinho elegante sobre o vestido pode dar um toque de agradável coqueteria. (p. 27)

Mais adiante, o artigo aconselha as mulheres a passar seus cremes e usar os "bobbies" no cabelo longe dos olhos do marido.

Assim, todos - homens, mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs - tinham papéis e posições muito delimitadas e estáveis, internalizados na infância e perpetuados pelas novas gerações quando assumiam papéis e posições semelhantes. Como assinala Nicolaci-da-Costa (1987), esta visão a respeito de sua inserção no mundo

[...] é informada por um código moral, que os sujeitos também internalizam, que lhes permite distinguir o certo e o errado, o que é permitido e o que é proibido para os ocupantes de cada uma destas posições [e] a partir destas internalizações, os sujeitos se inserem neste social e se representam, no futuro, ocupando posições análogas, com os mesmos contornos e definições. (p. 70)

4.3.4- *Um certo mal-estar indefinido*

A nítida delimitação de papéis e a aparente harmonia em que viviam as famílias de então não impediram, contudo, que um certo incômodo, um mal-estar indefinido, um sentimento de insatisfação tomassem conta da existência de muitas mulheres. Tal insatisfação, no entanto, era, impensável em alguém que, segundo a sociedade da época tinha tudo, ou supostamente tudo: uma bela casa, um "bom" marido e filhos saudáveis.

Este mal-estar indefinido que acomete as mulheres da época e sua tentativa, muitas vezes frustrada, de superá-lo através da vivência do cotidiano, do hábito, do tornar-se necessária, são muito bem retratados nos contos de Clarice Lispector (Para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Rocha-Coutinho, 1989).

No conto "Amor", por exemplo, incluído no volume Laços de Família, assim descreve Clarice a insatisfação que inquieta a protagonista Ana e sua tentativa de abafá-la:

Sua preocupação reduzia-se a tomar cuidado na hora perigosa da tarde, quando a casa estava vazia sem precisar mais dela, o sol alto, cada membro da família distribuído em suas funções. Olhando os móveis limpos, seu coração se apertava um pouco em espanto. Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto - ela o abafava com a mesma habilidade que as lides da casa lhe haviam transmitido... De manhã acordaria aureolada pelos calmos deveres. Encontrava os móveis de novo empoeirados e sujos, como se voltassem arrependidos. Quanto a ela mesma, fazia obscuramente parte das

raízes negras e suaves do mundo. E alimentava anônimamente a vida. Estava bom assim.

(Clarice Lispector, 1970, p. 19)

O estado de falso equilíbrio instalado pelo dever, pelo hábito, pela vivência do cotidiano - organizado em torno de um casamento perfeito, uma casa perfeita, um perfeito controle sobre os filhos -, no entanto, não conseguem impedir que venham à tona sentimentos amargos, considerados negativos - posto que sem razão aparente de ser -, quanto à condição de dona-de-casa abnegada, de pessoa que vive em função dos outros.

Assim, apesar destas mulheres não serem capazes de expressar abertamente, ainda que para si próprias, a raiva que a virtude da abnegação despertava, elas, muitas vezes, acabavam por descarregar, de forma inconsciente, esta raiva em si mesmas e/ou no marido e filhos. Geralmente, quanto mais impotente se sentia a mulher diante da situação, mais intensa era sua raiva oculta, maior o sentimento de culpa pela raiva e, mais rígida a perfeição e o controle sobre a casa e a família, como forma de esconder estes sentimentos vergonhosos.

Este despertar e ocultar de sentimentos considerados negativos levou muitas mulheres a passar uma mensagem dupla a suas filhas: de um lado, a sugestão de libertação deste enredamento que aprisionava a mulher, através de um trabalho e profissão que poderiam trazer, inclusive, uma independência financeira; de outro, a idéia de que o lugar da mulher era em sua casa, cuidando do marido e dos filhos e de que a maternidade era a mais sublime de suas vocações.

Desta forma, mesmo quando a entrada na faculdade era permitida, e, até mesmo, incentivada em suas filhas, o exercício profissional deveria ser interrompido com o casamento ou, no máximo, com o nascimento dos filhos. Afinal, era inconcebível, para a maioria das mulheres da época, que o interesse pessoal sobrepujasse o interesse pela família.

A semente do descontentamento, no entanto, frutificou na cabeça das mulheres brasileiras e, com a ajuda e o impulso dos movimentos feministas que eclodiram nos países do primeiro mundo no final da década de 60, o papel e a posição da mulher na sociedade brasileira foram aos poucos se modificando, como veremos a seguir.

4.4- Dividida e Multiplicada: A Super-Mulher Atual

Estou sentindo uma clareza tão grande que me anula como pessoa atual e comum: é uma lucidez vazia, como explicar?... que faço dessa lucidez?... Pois sei que - em termos de nossa diária e permanente acomodação resignada à irreabilidade - essa clareza de realidade é um risco

CLARICE LISPECTOR

4.4.1- *Partindo as algemas*

Transformei-me independente de minha consciência e quando abri os olhos o veneno circulava irremediavelmente no meu sangue, já antigo no seu poder

CLARICE LISPECTOR

Os anos 60 assistem a uma série de movimentos a nível mundial - entre eles, o movimento de maio de 68 na França e o movimento dos direitos humanos nos Estados Unidos - de oposição ao poder socialmente institucionalizado: oposição ao poder dos pais sobre os filhos, das instituições educacionais e seus representantes sobre os educandos, da medicina sobre a população, do homem sobre a mulher.

Tais movimentos que, como assinalou Foucault (1982), apresentaram uma série de traços comuns - não se limitavam a um país ou forma especial de governo; seu objetivo era antes o efeito do poder como tal, sobre o corpo, a saúde, a educação, a vida e a morte dos seres humanos; seus objetos de crítica foram as instâncias de poder mais próximas dos indivíduos -, não buscavam "o" inimigo mas sim o inimigo imediato e não esperavam encontrar uma solução definitiva para seus problemas em um futuro próximo (liberação, revolução, fim das lutas de classe).

Isto é, eles questionavam, antes, o status dos indivíduos e seu direito à diferença, opondo-se aos efeitos do poder ligados ao conhecimento, à competência e à qualificação. Em suma, eles giravam em torno da questão "Quem somos nós?". Nas palavras de Foucault (1982),

O principal objetivo destas lutas não é tanto atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou elite, ou classe, mas sim uma técnica, uma forma de poder. Esta forma de poder aplica-se à vida quotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe sobre ele uma lei de verdade que ele deve reconhecer em si e os outros devem reconhecer nele. É uma forma de poder que torna os indivíduos sujeitos. (p. 212)

Como parte destas lutas mais gerais, surge, neste mesmo período, uma série de movimentos feministas, em especial na Europa e nos Estados Unidos que, reforçados pelo aparecimento de anticoncepcionais mais eficazes - levando as mulheres à possibilidade de realizar suas tentativas milenares de separar sexualidade e procriação -, começam a questionar a limitação da mulher aos papéis de esposa, mãe e educadora, bem como a castração de que esta era vítima no que tocava à sua sexualidade. Enfim, podemos dizer que, em um sentido mais amplo, estes movimentos questionavam a própria identidade feminina, há tantos anos imposta às mulheres, e buscavam respostas para um ponto fundamental: "Quem somos, afinal, nós mulheres?".

Nesta busca, velhas ideologias políticas - entre elas, as que separavam o público do privado, dando primazia ao homem no setor público e confinando as mulheres ao setor privado - foram contestadas. A distinção que se fazia entre homem e mulher passou a ser vista como uma distinção mais política do que biológica, ocultando, na verdade, a relação fundamental de exploração e dependência das mulheres com relação aos homens. Fechadas na família, as mulheres, durante séculos, produziram e reproduziram a força de trabalho de que a sociedade necessitava e esta função, até então ligada a uma característica "biológica" feminina, mostrou ser, na verdade, uma categoria econômico-social.

O feminismo funcionou, assim, para dizer não a toda uma ordem patriarcal que dava à mulher um lugar secundário. E, neste sentido, podemos dizer que, de modo geral, o movimento alcançou êxito, modificando consideravelmente as relações ho-

mem-mulher e o papel desempenhado por esta na sociedade. Hoje em dia, um número cada vez maior de mulheres ocupa fatia importante no mercado de trabalho, chegando a alcançar, até mesmo, posições de destaque e prestígio na sociedade. Da mesma forma, elas são, no momento, em grande parte, responsáveis pela sua sexualidade, podendo, inclusive, optar entre ter filhos ou não. Além disso, basicamente, a maior parte das mulheres de hoje se pergunta o que quer da vida e não mais cumpre um destino que lhe é dado pelo simples fato de ter nascido mulher.

No entanto, a questão não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Nestas quase três décadas de conquistas feministas, desde que os soutiens foram queimados em praça pública até o legítimo questionamento de agora - "partimos da quebra dos padrões masculinos e vamos chegar aonde?" -, o feminismo hoje equilibra-se entre o orgulho, a perplexidade e a dúvida.

Na sua luta pela igualdade de direitos como cidadãs e nos relacionamentos amorosos, muitas vezes valorizou-se o sexo pelo sexo e o trabalho fora do lar, rejeitando-se as tarefas ditas femininas. Assim, muitas mulheres entraram em conflito com sua própria feminilidade, uma vez que questões importantes para muitas delas, como a maternidade, foram desprezadas. Além disso, o trabalho foi incorporado como ele era visto pelo modelo masculino, com as velhas idéias de competitividade e sucesso, não se chegando, na verdade, a um modelo novo de mulher, em paz com sua feminilidade. Acrescente-se a tudo isto o fato de que, apesar das várias conquistas obtidas, a maioria das mulheres, bem como a sociedade de modo geral, não foram capazes de

abandonar o antigo modelo de mulher, responsável pela casa e os filhos.

Deste modo, na vida real, os dois modelos foram acoplados e a maioria das mulheres passou, então, a buscar a excelência no lar e no trabalho fora de casa. Enaltecida por uma florescente campanha que prometia o paraíso para quem quisesse trabalhar e ter filhos e cuidar da casa e ainda ser uma amante sempre disposta e disponível, a mulher passou a se desdobrar e, exausta com o peso de todas as responsabilidades, não conseguindo a excelência almejada, começou a interiorizar uma sensação de fracasso. O problema passou a ser individualizado, como se a dificuldade em ser múltipla o tempo todo fosse pessoal.

Tal fato tem levado as mulheres a buscar um novo caminho em que as conquistas importantes são preservadas mas abre-se uma brecha para a diversidade. Ao dar uma resposta totalizante, os movimentos feministas, neste primeiro momento, perderam a singularidade de um processo que não é só sociológico, mas também individual. Assim, a idéia de um modelo feminista único que responderia pela nova mulher vem sendo abandonado. Começa-se a perceber que a idéia de um só modelo fazia parte da velha ordem de dominação patriarcal: aos machos caberia um papel, às fêmeas, o papel oposto, sempre em padrões rígidos. Desta forma, a transformação que se preconiza hoje e parece ser mais ampla, é a transformação da sociedade como um todo, com o fim da dominação, seja ela qual for, das mulheres pelos homens, da natureza pelos homens, do sistema opressivo de trabalho.

Se o feminismo não respondeu a todas as questões, se ele não apresentou um novo modelo universal de relacionamento

entre os sexos - até porque, como assinalamos acima este modelo universal é falho e questionável -, ele alcançou, sem dúvida, a grande vitória não apenas de ter trazido as mulheres da sombra para as luzes, como também de mexer profundamente no modelo patriarcal vigente, plantando na cabeça da maioria das mulheres a semente da transformação. No momento, mesmo as mulheres não diretamente envolvidas com o movimento, despertaram e, como a personagem Cristina do conto "Obsessão" de Clarice Lispector (1979), podem dizer: "Transformei-me independente de minha consciência e quando abri os olhos o veneno circulava irremediavelmente no meu sangue, já antigo em seu poder" (A Bela e a Fera, p. 43).

Hoje em dia, podemos dizer que as mulheres nas sociedades ocidentais não são mais cidadãs de segunda classe. Apesar de nem sempre respeitadas, grande parte das reivindicações feministas já foram incorporadas às sociedades. A nível social, em tese, resta apenas garantir os direitos conquistados. Na prática e no plano pessoal, no entanto, a questão é bem mais complexa e delicada, como discutiremos a seguir, a partir da situação brasileira.

4.4.2- *Rompendo com a "mística feminina":*

a identidade em questão

Durante a primeira metade deste século, os jovens brasileiros assumiam seus papéis ao atingir a vida adulta com muito menos confusão e conflito do que no momento atual. Isto

porque, como assinalamos acima, a sociedade apresentava indicações bastante claras sobre a escolha apropriada de papéis tanto para os homens quanto para as mulheres, e estes, em sua maioria, seguiam estas indicações. Era preciso que todos casassem e tivessem filhos. Da mulher, esperava-se que fizesse um "bom" casamento e posteriormente dedicasse todas as energias aos filhos, ao marido e às responsabilidades domésticas. Quanto ao homem, ele deveria sustentar a família e ser um pai amado e respeitado pelos filhos.

Assim, o leque de escolhas que se abria a homens e mulheres era bastante limitado. Eles podiam decidir com quem queriam se casar e tinham algum controle sobre o número de filhos que desejavam, mas, para a maioria dos homens e mulheres, o estilo geral de vida apontado pela sociedade como o mais desejável era aceito sem questionamentos.

Apesar de muitas pessoas se sentirem contentes com esta forma de vida designada pela sociedade, algumas delas descobriram que estes papéis não preenchiam suas necessidades individuais. Muitos homens se ressentiam de suas responsabilidades econômicas e, em lugar de ver seu trabalho como fonte de gratificação e preenchimento de necessidades internas, o viam como um peso. Da mesma forma, muitas mulheres acabavam por perceber que os papéis tradicionais de esposa e mãe não davam a elas nem a realização nem o reconhecimento que esperavam.

No entanto, aqueles que escolhiam desviar-se dos papéis tradicionalmente a eles impostos, em geral podiam esperar pena ou desaprovação por parte da sociedade. Assim, as mulheres que permaneciam solteiras ou não tinham filhos por opção

peçoal eram vistas como incompletas, infelizes ou não femininas. Presumia-se que elas não tinham sido capazes de encontrar um homem e não podiam ter filhos. Opinião negativa semelhante também era dirigida às mulheres casadas, com filhos e uma situação econômica estável que desejavam trabalhar fora de casa. Além de serem criticadas por estarem prejudicando o bom desenvolvimento de seus filhos - uma vez que os privavam da figura fundamental da mãe -, seu trabalho implicava, para os outros, o fato de que o marido era incapaz de sustentá-las. Conseqüentemente, os maridos se opunham a seus esforços para encontrar trabalho e, elas próprias, não se sentiam muito à vontade para fazer esta escolha.

No final dos anos 60, no entanto, com os movimentos feministas a que nos referimos acima e que tiveram desde logo forte repercussão no Brasil, a situação da mulher brasileira começou a sofrer uma mudança significativa. Embora criticados por suas soluções e propostas radicais, estes movimentos mostraram claramente às mulheres que elas tinham alternativas concretas a seus papéis tradicionais de mãe, esposa e dona-de-casa.

O foco da vida da mulher, antes voltado para o outro, para a satisfação das necessidades daqueles à sua volta, deslocou-se, então, para seu crescimento e desenvolvimento integral como ser humano. Esta nova ênfase no crescimento pessoal acarretou uma série de mudanças sociais que levaram à necessidade de um planejamento de vida mais individualizado. O questionamento de que o casamento traz a felicidade eterna como esposa e mãe levou as mulheres não só a buscar novas formas de realiza-

ção pessoal numa profissão ou trabalho como também a formas alternativas de relacionamento afetivo e sexual.

No que diz respeito à questão sexual, muitos dos antigos tabus como a virgindade, tão arraigados na cultura brasileira, começam a ser questionados, ainda que não se possa afirmar que eles tenham sido totalmente erradicados. A maior permissividade com relação ao comportamento sexual das mulheres e os avanços nos métodos anticoncepcionais levaram-nas a uma maior opção a respeito de como se comportar sexualmente e à exploração de uma gama nova de opções antes de se decidir a entrar numa relação conjugal com alguém. Em lugar de se prender a padrões socialmente definidos de comportamento sexual, as mulheres estão buscando cada vez mais uma compreensão de suas necessidades sexuais e se atendo à satisfação destas necessidades.

Com relação ao desenvolvimento profissional, muitas das mulheres que, na década de 60, faziam uma faculdade enquanto esperavam um casamento, cientes de que o exercício profissional deveria ser interrompido, no máximo, com o nascimento dos filhos, passaram a investir em uma carreira ou profissão.

Atualmente, um número cada vez maior de mulheres de classe média com filhos trabalha fora de casa e podemos dizer que, no momento, as mulheres atuam não apenas nos campos tradicionalmente associados a elas (o magistério primário, por exemplo), mas em todos os campos, inclusive aqueles (a engenharia e a administração, entre outros) que sempre foram vistos como basicamente masculinos.

E, hoje em dia, embora muitas pessoas ainda acreditem

que as mulheres não são adequadas, com base no seu sexo, para certos tipos de trabalho e ainda exista uma discriminação sutil e velada no que diz respeito a contratações, promoções e salários⁶, um número cada vez maior de profissionais reluta em discriminar, pelo menos abertamente, as mulheres com base nestas crenças.

Também podemos observar uma série de mudanças com relação ao próprio casamento. A maior tolerância, por parte da sociedade, em relação ao divórcio, vem reduzindo as chances de permanência da mulher num casamento insatisfatório. Em grande parte, como decorrência deste fato, os casais tendem a estabelecer casamentos mais igualitários. Tornou-se também cada vez mais comum não ter filhos ou adiar a decisão de tê-los, uma vez que as crianças interferem não apenas na relação dos pais como também nos avanços em suas carreiras, especialmente no caso do cônjuge que é o principal responsável por elas, geralmente a mãe.

O peso da responsabilidade da criação dos filhos vem sendo minimizado, especialmente no caso de mães que trabalham fora, pela maior participação dos pais. O fato de muitos estudos psicológicos terem mostrado que o pai é figura importante na formação dos filhos e de que estes não são prejudicados no caso das mães trabalharem fora (a esse respeito ver, por exemplo, Broverman et al., 1972; Hoffman e Nye, 1974) tem contribuído em muito não só para a maior participação masculina como também para minimizar a culpa das mulheres com uma carreira ou emprego. Também o discurso social vem reforçando a idéia, inclusive na mídia, do quanto é enriquecedor e gratificante para

o homem este maior envolvimento com seus filhos (a esse respeito, ver, por exemplo, Rocha-Coutinho, 1990).

4.4.3- *"Com um braço fora da janela
e um pé por dentro da chaminé"*

Still she went on growing, and, as a last resource, she put one arm out of the window, and one foot up the chimney, and said to herself, "Now I can do no more, whatever happens. What will become of me?"

LEWIS CARROLL

Apesar de todas estas mudanças, podemos afirmar, no entanto, que a questão a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade brasileira está longe de ser resolvida. Na prática, tanto ao nível da sociedade quanto ao nível do sujeito, o que se pode observar é que a "nova" identidade atribuída à mulher apenas se ampliou para incluir, também, seus novos interesses com a carreira e a profissão. Ainda hoje continuam a ser enfatizadas, com o amplo reforço dos meios de comunicação (a esse respeito, ver Rocha-Coutinho, 1990, 1991), suas funções de esposa, mãe e dona-de-casa.

Tal fato tem levado as mulheres não só a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes - como ter uma família nos moldes tradicionais, conforme estabelecido por suas mães e avós que viviam exclusivamente para o lar e ter uma profissão nos moldes masculinos, conforme estabelecido por homens que tinham

suas mulheres para cuidar de tudo aquilo que se afastava de sua atuação profissional -, como também a uma vivência conflituada no seu eu destes diferentes papéis.

O problema é ainda maior para as mulheres que viveram sua adolescência no final dos anos 60 e início dos anos 70 e que, de um lado, presenciaram esta grande escalada feminista, com a tentativa de derrubada dos velhos mitos e tabus a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade e, de outro, foram submetidas ou influenciadas pela socialização tradicional que as treinou, durante toda a infância, para pensar, agir e sentir de maneira apropriada às funções tradicionalmente associadas a elas, de mãe, esposa e dona-de-casa.

Assim, divididas e multiplicadas, estas mulheres, cheias de culpa por não estarem rendendo o que acham que deviam no campo profissional e por não estarem alcançando a excelência que almejam no plano familiar, estão submetidas a uma sobrecarga física e emocional difícil de ser suportada. E, tal como Alice, em suas aventuras, quando entra na casa do coelho e cresce tanto que nela já não pode mais caber, acabam por colocar, como último recurso, "um braço fora da janela e um pé por dentro da chaminé", deixando no ar a pergunta "O que vai ser de mim?" (Carroll, 1980, pp. 39-40).

É nosso ponto de vista que a vivência conflituada no interior destes sujeitos, em níveis distintos de consciência, destes valores contraditórios internalizados em diferentes momentos de sua formação - os valores tradicionais introjetados durante a infância, a partir do discurso social que vigorava então e que situava o casamento e a maternidade como objetivos

últimos e destino de toda mulher, e os valores modernos com que ela conviveu durante a adolescência, época de grande questionamento dos papéis tradicionalmente associados à mulher -, vai se refletir, sob diferentes formas, no discurso destas mulheres (a esse respeito, ver Nicolaci-da-Costa, 1987). De um lado elas aceitam e acreditam no fato de que têm direito a uma vida própria, a um emprego e profissão e, de outro, continuam a acreditar que a mãe é indispensável para a boa formação dos filhos, não importando que soluções tenham encontrado para conciliar estas duas necessidades.

Para a maioria das mulheres brasileiras desta geração, no entanto, parece que a família continua a ser sua prioridade, mesmo que para isto elas tenham, muitas vezes, que sacrificar possíveis satisfações em termos de crescimento profissional. Tanto a família quanto o trabalho demandam da mulher tempo e energia. E, quando a mulher trabalha, não porque necessita de dinheiro, mas sim porque está feliz com sua carreira e interessada em progredir, esta escolha é ainda mais difícil e conflituosa. Quase sempre o investimento na família significa que ela não poderá ser tão produtiva nem tão bem sucedida quanto um homem, o que, inclusive, justifica e mantém os estereótipos comuns a respeito da produtividade de homens e mulheres.

De qualquer modo, parece que muitas mulheres continuam a acreditar que o lar é seu território e que ninguém pode e deve tomar o lugar de uma mãe. Ou seja, elas ainda relutam em abandonar o controle no lar que sempre deu à mulher um tipo de poder - manipulando e tentando tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás da máscara de perfeição, compreensão e

abnegação - que as compensava da sua falta de poder nesta sociedade dominada por homens.

Assim, apesar de amplamente a favor do trabalho da mulher fora de casa, acreditamos que elas continuam, mesmo que de forma não consciente, contrárias a uma participação mais intensa e efetiva de seus maridos no cuidado da casa e na criação dos filhos. A resistência à divisão de trabalho em casa, portanto, como já assinalamos em capítulo anterior, pode não vir muitas vezes do marido mas sim do desejo consistente, mais ou menos consciente destas mulheres de "conservar" sua posição de poder na família.

As mulheres parecem manter estas responsabilidades básicas, mesmo quando trabalham fora de casa, com mais encargos do que seus maridos, na convicção de que "as esposas são basicamente 'donas' do serviço doméstico e os maridos só ajudam". Elas aceitam e tentam, assim, conciliar as duas convicções - a de que as mulheres têm direito a emprego e a de que as crianças precisam de mãe o tempo todo -, quer trabalhem fora de casa, quer não e não importando os meios que aprovelem ou usem para conciliar as necessidades da mulher como ser humano e aquelas de seus filhos.

As soluções para esta questão são quase sempre individuais, mas o fato é que muitas mulheres ainda resistem à idéia de pôr seus filhos em creches, com base na crença de que "ninguém toma o lugar da mãe", de que "tomar conta de criança é responsabilidade da mãe", fazendo, então, opções conciliatórias como deixar os filhos com as avós ou com uma babá, em suma, com uma mãe substituta temporária.

Acreditamos também que a necessidade da mulher de agradar, de ser perfeita, continua presente não apenas nestas mulheres como também no discurso social (ver Rocha-Coutinho, 1991 para uma discussão mais ampla a esse respeito), influenciando suas ações, escravizando-a, agora, a ambos os modelos de identidade feminina - o feminino e o feminista.

A esse respeito, observamos, por exemplo, num trabalho por nós realizado (Rocha-Coutinho, 1991) sobre a propaganda veiculada em revistas femininas durante os anos de 89 e 90, que um grande número de anúncios associa o modelo tradicional feminino, ligado à casa e à família, ao novo modelo de mulher que enfatiza o desenvolvimento intelectual e a competência profissional. Desta forma, a mulher é apresentada como polivalente, eclética, dona de seu espaço no lar e na rua, enfim, como a "bela e a fera" do anúncio do carro Chevette: "profissionalmente competente, é também vencedora nos esportes que pratica... sabe planejar tudo que faz... entende de economia, investimentos e é uma perfeccionista... enfrenta situações mas não perde a sensibilidade... equilibrada, consegue ser amiga, mãe e companheira..." (Rocha-Coutinho, 1991, p. 19).

Assim, como assinalamos acima, a mulher agora tenta atingir o padrão de perfeição no trabalho, estabelecido por homens para eles mesmos, que tinham as esposas para tomar conta de todos os detalhes de sua vida e, ao mesmo tempo, alcançar um padrão de desempenho em casa como mãe, estabelecido por mulheres cujo senso de valor, poder e domínio tinha que advir do fato de serem donas-de-casa e mães perfeitas.

Parece, portanto, que a abertura de novas escolhas

cria novas dificuldades e responsabilidades para as mulheres. E elas ainda vão ter que explorar um número de alternativas até encontrar aquela mais apropriada para sua situação específica.

Cada vez mais vemos mulheres que buscam soluções individuais para resolver seus problemas pessoais. Estas soluções vão da busca de ajuda externa para auxiliá-la nos cuidados da casa e das crianças pequenas à interrupção do trabalho durante alguns anos enquanto seus filhos ainda são muito dependentes dela. E, no momento, embora muitas mulheres brasileiras ainda continuem a seguir modelos tradicionais, a maioria sabe que esta deve ser uma escolha pessoal e não um imperativo social.

É nosso ponto de vista, no entanto, que a idéia de educar as mulheres para a docilidade e a submissão, para o sacrifício de suas vontades e interesses em nome do bem-estar da família ainda não foi completamente abolida. Tal fato parece levar muitas mulheres, ainda que de forma não consciente, a ver nos companheiros um salvador para sua situação de dependência. Isto é, elas desejam romper com a imagem da mulher passiva, querem mudar, enfrentar o novo, mas ainda relutam e esperam que esta mudança seja incentivada pelos companheiros ou, quando muito, fruto da aprovação deles. Assim, muitas ainda desanimam frente às menores objeções de seus maridos, situando a culpa por sua situação de dependência e insegurança em algo que está fora delas mesmas, nos companheiros ou na sociedade.

Deste modo, acreditamos que o questionamento desencadeado pelos movimentos de liberação feminina apenas forneceu abertura para uma mudança real e efetiva tanto ao nível da sociedade quanto ao nível das próprias mulheres, mudança esta que

ainda está em curso. No momento, a participação mais ativa no mundo público do trabalho e da profissão ainda não levou as mulheres a assumir plena responsabilidade por suas vidas e a dividir inteiramente com os companheiros a carga com as tarefas do lar e a criação dos filhos.

Com isso, é nosso ponto de vista que a maioria das mulheres não abandonou, pelo menos em parte, o tipo de controle que sempre exerceu sobre a família - marido e filhos. Assim, apesar de questionarem as estratégias usadas por suas mães para controlar maridos e filhos, estas mulheres continuam a fazer uso de muitas delas, ainda que com menor freqüência e sem terem muitas vezes consciência de que as estão utilizando.

NOTAS:

¹ Cabe assinalar aqui que o estar dentro de casa da mulher brasileira parece ter tido um significado mais amplo nesta ordem ideológica, ligado à sua não participação nas atividades produtivas. Assim, não apenas a mulher casada e as mocinhas casadoras ocuparam este espaço: a casa do pai ou a casa do marido. Também no que diz respeito às prostitutas, às cortesãs e às concubinas, seu lugar será dentro de casa: a casa de prostituição ou a casa para ela montada pelo homem a quem atende ou pertence.

² As teorias científicas da época, ao comparar homens e mulheres, atribuíam à mulher uma maior fragilidade física, da qual eram inferidas sua delicadeza e a debilidade de sua constituição moral. Barros (1845), por exemplo, em tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirma que "toda constituição moral da mulher... resulta da fraqueza inata de seus órgãos; tudo é subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem" (p. 7).

Esta inferioridade feminina, para Barros (1845), manifestava-se principalmente pela predominância das "faculdades afetivas" na mulher, em oposição ao homem, em quem predominavam as "faculdades intelectuais", conforme provava a anatomia frenológica de Gall, tão em voga na época. Segundo o autor (Barros, 1845), Gall observou que, ao contrários dos homens, "as mulheres têm geralmente a cabeça mais volumosa na parte poste-

rior e a fronte mais estreita e sabemos que ele atribui às partes posteriores do cérebro as faculdades afetivas, e às partes anteriores as faculdades intelectuais" (pp. 7-8).

Estava, desta forma, estabelecido o pressuposto científico da natureza intrinsecamente afetiva da mulher e intelectual do homem. Fraqueza, sensibilidade, doçura, indulgência e submissão eram as virtudes essenciais do sexo feminino, enquanto que racionalidade, autoritarismo, dureza, altivez eram as virtudes essenciais do sexo masculino.

A ciência, assim, confirmava e reforçava os estereótipos correntes sobre as "naturezas" feminina e masculina, explicando suas diferentes posições e papéis na sociedade.

³ Cabe assinalar aqui que o próprio Dr. Spock (1974), em livro posterior - Raising children in difficult times -, tentou responder, no capítulo "Todas as moças devem ser preparadas para uma profissão?", às críticas feministas decorrentes de suas afirmações sobre a mulher, entre elas, a de que as moças deveriam "ser criadas para considerarem excitante e criativo o trabalho da educação dos filhos".

Em todo o capítulo, no entanto, apesar de ser enaltecida a competência feminina numa carreira fora do lar, o tom é bastante condescendente e o autor continua a apontar para o fato de que as mulheres são, inclusive, mais "competentes" para cuidar dos filhos do que os homens.

⁴ Betty Friedan (1977) estabelece uma distinção entre a imagem de mulher presente nos filmes produzidos por Hollywood nos anos

30 e 40 e aqueles produzidos nos anos 50. Em suas palavras:

That year [1949] saw the last of the spirited, brave, adventurous heroines who had filled the magazines and movies in the thirties and forties - the Claudette Colbert, Myrna Loy, Bette Davis, Rosalind Russell, and Katharine Hepburn types. These heroines, in the end, got their man, but they were usually working toward some goal or vision of their own, independent and determined and passionately involved with the world. They were less aggressive in pursuit of a man, less kittenish than the Doris Day little housewife that followed, and the men were drawn to them as much by their spirit as by their looks. "Career woman" in the fifties became a pejorative, denoting a ball-busting man-eating harpy, a miserable neurotic witch from whom man and child should flee for very life. (p. 29)

⁵ Parte desse poder que a mulher exerce sobre o homem pode ser visto como resultado do amor e da paixão que ela desperta nele e que o deixa absolutamente à mercê da mulher amada. Em sua análise dos romances de M. Delly, muito lidos pelas mocinhas na década de 50, Prado (1981), por exemplo, assim se refere a este tipo de poder das heroínas dos romances:

Fica implícito nesse "vencer o homem" a idéia de um poder de manipulação da mulher, que estaria fundado no amor do homem por ela, despertado por suas virtudes... O senhor que controla recursos e pessoas e que tem a autoridade reconhecida no seu mundo fica sob a influência benfazeja da heroína (p. 95. Os grifos são da autora).

⁶ Várias são as pesquisas atuais que apontam para esta discriminação velada da mulher: seus salários são, em geral, mais baixos do que os dos homens, elas têm menor acesso do que eles às garantias trabalhistas, raramente ocupam postos de chefia e

continuam sendo segregadas em "guetos" ocupacionais (isto é, elas geralmente estão ligadas a trabalhos educacionais, assistenciais e à prestação de serviços). Para muitos pesquisadores é o caráter complementar e secundário da atividade feminina na esfera produtiva que permite e legitima esta condição discriminatória no mercado de trabalho, aliado à inexistência de infraestrutura de apoio, como creches. Para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver, por exemplo, Bruschini, 1988 e Costa, 1985.

5. AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE FEMININO
COMO RESULTADO DO PAPEL
E DA POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

O Poder Simbólico é, com efeito, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

PIERRE BOURDIEU

The core of the feminine mind, no matter how intelligent the woman may be, is occupied by an irrational power.

ORTEGA Y GASSET

5.1- As Estratégias de controle como Ações Situadas Socialmente

The social rules indicate that husbands are to dominate wives and children. An openly competent, authoritarian wife means the husband appears weak; both appear deviant. If a wife actually does more of the controlling, then, she also uses tactics that ensure that the husband has the illusion of power at least during public appearances.

CHERIS KRAMARAE

A sociedade, como vimos assinalando, tem idéias fixas a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher e, consequentemente, a respeito também das diferentes estratégias de

que eles podem lançar mão para influenciar e controlar o outro. Isto porque controle, influência e poder são parte das ideologias que permeiam uma dada sociedade em um momento histórico determinado. Como assinala Ausart (1977), toda ideologia constrói uma imagem de poder, de sua natureza e das condições de seu exercício. Ou seja, é a ideologia que legitima o exercício do poder e isto é válido tanto para aqueles que, dentro de uma sociedade, num contexto determinado, têm maior força para exercê-lo, quanto para aqueles que se submetem a ele.

Desta forma, controle, influência e poder são parte das expectativas que a sociedade desenvolveu sobre os diferentes papéis associados ao sexo. Uma vez que estas expectativas sociais regulam o modo como as pessoas se comportam, assim como a forma como o comportamento dos outros é avaliado, elas afetam tanto a maneira como as pessoas usam estas estratégias para controlar os demais, quanto a maneira como as pessoas reagem às estratégias utilizadas por estes.

Acreditamos, assim, que os estereótipos como os que afirmam que a mulher é menos competitiva e agressiva e mais emocional e carinhosa do que o homem podem limitar, de certa forma, as estratégias de controle consideradas apropriadas a seu sexo. De acordo com estes estereótipos, qualquer tipo de comportamento mais agressivo e competitivo, por exemplo, seria proibido à mulher, uma vez que, por fugir às expectativas esperadas, seria avaliado como inadequado e estaria sujeito a reações bastante negativas.

Por estratégias de controle estamos entendendo, como afirmado na introdução, as formas de um agente social levar uma

pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente dela. E, se um agente social pode obter de uma pessoa qualquer coisa que esta não teria feito sem sua intervenção, o contrário também pode ser verdadeiro. Isto porque acreditamos que o poder é relacional, ou seja, ele se encontra na relação mesma desenvolvida entre o agente social e a pessoa e tem caráter dinâmico, apesar de ser a priori regido por um sistema simbólico instituído, por uma ideologia (para uma discussão mais ampla a este respeito, ver Rocha-Coutinho, 1986).

Uma vez que as mulheres não estão, freqüentemente, em posição de autoridade, um dos conceitos chaves para a compreensão de suas estratégias é o de influência, uma das formas de persuasão mais importantes. Segundo Lamphere (1979),

Uma mulher exerce influência quando é capaz de induzir alguém na decisão de agir de certo modo porque sentiu ser bom para a outra pessoa, independentemente das mudanças de sua situação e por razões positivas, e não por causa das sanções que poderiam ser impostas. (p. 124)

Assim, mesmo nas situações em que o homem mantém posições de autoridade, uma mulher, seja ela esposa ou mãe, é capaz de influenciar uma decisão masculina, "persuadindo-o de que tal decisão é em seu próprio interesse ou talvez no de seus filhos ou outros parentes" (Lamphere, 1979, p. 124).

Acreditamos que controle e influência são, portanto, parte do nosso cotidiano e estão presentes tanto nos pequenos pedidos feitos em família quanto nas grandes decisões no mundo

do trabalho e da política. As estratégias de controle utilizadas por diferentes pessoas, sejam elas homens, mulheres ou crianças, podem variar muito em sua forma e se expressam verbalmente ou não.

Assim, uma mãe, por exemplo, pode controlar o comportamento de seu filho que tenta subir em um lugar proibido ou perigoso através de ordens explícitas como em Não sobe aí! ou Desce daí já!, através de ameaças como em Se você subir aí vai ficar de castigo, através de afirmativas seguidas de uma entoação que inverte o sentido da frase e traz consigo a idéia de alguma forma de punição como em Sobe aí, sobe!, ou simplesmente lançando para ele um olhar de reprovação.

De qualquer modo, podemos afirmar que estas estratégias são parte da linguagem - verbal e não verbal - aprendida pelas pessoas, no decorrer de suas vidas, para lidar com situações concretas do seu dia-a-dia e, como tal, só adquirem sentido em um contexto, em uma sociedade e em um momento histórico determinados.

Isto é, acreditamos que as estratégias de controle, como parte da linguagem, são ações situadas socialmente. Deste modo, a compreensão que os falantes têm de uma situação determinada, a relação especial entre eles, a eficácia das diferentes estratégias por eles utilizadas para controlar a si e àqueles à sua volta, tudo isto é resultado da posição relativa ocupada pelos falantes na comunidade, bem como do significado e do tipo de configuração da interação.

Isto porque a interação lingüística não ocorre no vázio. Ela acontece sempre em um contexto que envolve falante e

ouvinte, o tipo de relação que existe entre eles, os objetivos que eles têm em mente, o contexto situacional em que a interação ocorre, entre outras coisas, e que são fundamentais na determinação das escolhas lingüísticas feitas pelos falantes, como várias pesquisas têm demonstrado (a esse respeito ver, por exemplo, Fishman, 1972; Hymes, 1974; Labov, 1974, entre outros).

Em grande parte como resultado da diferenciação de papéis e atividades, que dão aos homens, em nossa sociedade, maior acesso aos recursos socialmente valorizados - dinheiro, papéis importantes na produção, na educação, na esfera política, nas lideranças religiosas e nos rituais socialmente valorizados -, homens e mulheres vão desenvolver, a partir de todo um processo de socialização diferenciado, distintas estratégias para controlar e influenciar os outros.

Desta forma, em decorrência de sua própria condição, parece que os homens têm acesso direto à autoridade e ao uso legitimado do poder, enquanto as mulheres estão limitadas a um acesso mais indireto ao poder e à autoridade, geralmente confinado ao espaço familiar. É nosso ponto de vista, portanto, que as mulheres tendem a usar abordagens indiretas - mais pessoais e menos fortes (como, por exemplo, Será que você pode me ajudar a botar a mesa?, ou Eu sempre acabo fazendo tudo sozinha. Assim não dá. Será que ninguém é capaz de me ajudar?) - mais freqüentemente do que os homens, que tendem a fazer uso de formas mais diretas, impessoais e fortes (como, por exemplo, Joana, bote a mesa para sua mãe, ou Paulo, guarde já os seus brinquedos).

5.2- Fatores que Podem Afetar
a Eficácia de uma Estratégia de Controle

We all know that the development of a consciousness of self within any people, first and foremost, deals not only with the identity of said people - nationally and internationally - but also speaks to the power - or lack of it - of that people.

HAKI MADHUBUTI

Acreditamos que a eficácia da estratégia utilizada e a avaliação dos outros dependem, em grande parte, do sexo do usuário. Isto porque elas podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como o status que seu usuário ocupa na hierarquia social, os recursos concretos ou especiais de que ele dispõe e seu sentimento de auto-confiança, entre outros.

Todos estes fatores estão intimamente ligados aos diferentes papéis e posições que homens e mulheres ocupam na sociedade e a suas implicações psicológicas, como o desenvolvimento de diferentes sentimentos de auto-estima e de auto-confiança. A seguir, trataremos separadamente de cada um dos fatores acima mencionados, a saber: o status do usuário e a legitimação do uso da autoridade, os recursos de que o usuário dispõe para o exercício do poder e o sentimento de auto-confiança do usuário.

5.2.1- O status do usuário e a legitimação do uso da autoridade

O status de uma pessoa diz respeito à posição que ela ocupa em alguma dimensão ou conjunto de dimensões sociais. Ele é definido socialmente e as diversas sociedades em momentos distintos variaram no que concerne às dimensões que consideraram relevantes.

As pessoas que ocupam altas posições na hierarquia social geralmente é legitimado o uso da autoridade e, como consequência, elas têm maior facilidade para influenciar o outro. Geralmente estas pessoas tendem a ser avaliadas mais positivamente e não têm que se preocupar muito com o que fazem porque, devido à sua posição, quase que qualquer coisa, até mesmo um comportamento idiossincrático, é aceitável.

Em nossa sociedade, estas posições mais valorizadas são, quase sempre, ocupadas por homens e, mesmo quando as mulheres atingem um alto status, pelo simples fato de que estas posições não estão geralmente associadas a mulheres, dificilmente alcançam o mesmo poder e autoridade que um homem na mesma posição. E, quando conseguem atingi-los, na maior parte das vezes, este poder e esta autoridade se restringem apenas àquela situação específica, não se estendendo a suas demais atividades sociais, como ocorre com os homens.

Isto é, o fato da mulher ter poder em sua atuação profissional, por exemplo, não lhe confere maior poder no mundo público. E, na maior parte das vezes, se a mulher é casada e tem filhos, ela continua a ser vista na sociedade muito mais

como a esposa ou mãe de alguém do que como a profissional bem sucedida.

Nos últimos anos, este fato parece que vem sofrendo algumas mudanças. No entanto, ainda hoje, na sociedade, em seu sentido mais amplo, mesmo as mulheres bem-sucedidas profissionalmente - em número cada vez maior hoje em dia -, quando casadas, continuam a ser vistas com a Sra. X (por X entende-se o sobrenome do marido). Assim, apesar de, no círculo profissional, ela ser a Dra. Y, no médico, no dentista e nos círculos sociais, de maneira geral, ela torna-se a Sra. X.

Quase sempre, portanto, no caso da mulher, em especial, da mulher casada, seu status parece advir muito mais do papel como esposa e mãe do que de sua atuação enquanto mulher e profissional, status este que, em termos de poder, autoridade e influência, tem geralmente sua eficácia limitada quase exclusivamente à sua relação com a família imediata.

Acreditamos que, da mesma forma que os papéis e posições que ocupam na sociedade são diferentes, as fontes de status são também distintas para homens e mulheres. No caso das mulheres, especialmente as jovens, parece que uma das principais fontes de status é a sua beleza, fato que está em consonância com a visão, bastante difundida no discurso social, da mulher como "sedutora de homens e caçadora de maridos" (para uma discussão mais ampla a respeito desta visão da mulher e sua representação no discurso social, especialmente na mídia, ver Rocha-Coutinho, 1991).

Há muitos anos parece se acreditar que, através da atração física, as mulheres conseguem levar os homens à loucu-

ra, a fazer tudo que elas desejam, a exercer, assim, total controle sobre eles. No entanto, mesmo que este discurso seja verdadeiro, tal poder é temporário e tem limites muito bem definidos. Normalmente uma mulher pode usar seus atrativos físicos para seduzir e "agarrar" um homem mas, em geral, não pode usá-los para exercer total controle sobre ele. Tampouco este controle pode ser exercido por um período longo de tempo. Até porque, no momento em que atingem seu objetivo - conseguir um companheiro ou marido - suas atitudes, na maioria das vezes, parecem se alterar, para se tornarem condizentes com a nova posição de esposas ou companheiras deste homem. E, neste caso, a sedução através dos dotes físicos e do uso da sensualidade se restringem, quase sempre, às paredes da casa, atuando apenas indiretamente e, na maior parte das vezes, enquanto ela se mantém jovem e bela, com atrativos suficientes para seduzir um homem.

O status da mulher, como assinalamos acima, na maioria das vezes, é medido através do status de seu companheiro e, no caso da mulher solteira, através de seu pai. Em ambas as situações, ele é medido através de um homem e não através de seus esforços próprios e realizações pessoais.

Como em nossa sociedade, o homem é o modelo e a norma e as características masculinas são mais valorizadas, este, ao contrário da mulher, goza de uma série de regalias que o seu sexo lhe dá - como, dar ordens, exigir que as mulheres da casa cuidem de sua roupa, de sua comida e da arrumação de sua casa, por exemplo -, situando-se, desde o nascimento, em uma posição

de maior poder e prestígio do que a mulher, algo que parece se aplicar a todas as camadas sociais.

É possível que, em grande parte, esta valorização do homem seja reforçada pelo fato de que, em nossa sociedade, apesar de a mulher ser a procriadora, é o homem quem dá continuidade à sua família, através da perpetuação do nome que carrega, fato que, acreditamos, já seja, por si, uma conseqüência do maior poder que ele detém na sociedade (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Badinter, 1986).

Não é à toa que, ainda hoje, em um grande número de famílias, a chegada de um filho homem é esperada com tanta ansiedade, não apenas pelos pais, mas também pelas mães. Esta preocupação com o nome de família pode ser observada, inclusive, no controle mais rígido exercido pelo pai patriarcal brasileiro, como atesta Gilberto Freyre (1951), sobre suas noras do que sobre suas filhas casadas. Este controle lhe dava um maior grau de certeza de que não estava legando seu nome e bens a um neto de sangue estranho.

É assim que, devido a seu próprio sexo - que lhe confere uma posição de menor destaque no mundo público, limitando sua importância à procriação e aos cuidados com a prole e a casa -, acreditamos ser a mulher mais limitada no seu uso do poder e da autoridade em nossa sociedade, fato que pode levá-la, a nosso ver, a fazer uso de estratégias diferentes daquelas utilizadas pelo homem para exercer controle sobre o outro no seu cotidiano.

5.2.2- *Os recursos de que o usuário dispõe
para o exercício mais eficaz do poder*

Os recursos de que uma pessoa dispõe para exercer de forma mais eficaz o controle sobre alguém podem variar, da força física, à posse de bens materiais e/ou conhecimentos, a outras habilidades específicas. Quanto mais recursos uma pessoa tiver, no entanto, maiores as chances de sucesso no seu exercício do poder.

Geralmente, os recursos estão ligados a um aspecto específico - um saber especial, conhecimento, dinheiro, força física, entre outros - e, portanto, a uma área de atuação restrita. Mas, muitas vezes, a posse de algum destes recursos, associada a uma alta posição na escala social, podem fazer com que a pessoa obtenha sucesso no controle exercido não apenas naquela área de atuação restrita mas também naquele exercido em outras áreas de atuação social. Este é, por exemplo, o caso dos médicos, cujo recurso advém de um tipo de saber específico mas que se estende a outras áreas de influência.

Em nossa sociedade, homens e mulheres normalmente desenvolvem recursos distintos, em consonância com seus diferentes papéis sociais. Os homens, em geral, desenvolvem habilidades associadas às áreas de sua ação, normalmente ligadas ao espaço público e mais valorizadas na sociedade.

As mulheres, ao contrário, por muito tempo confinadas ao espaço doméstico, geralmente são levadas a desenvolver habilidades ligadas à casa e à educação dos filhos, mesmo quando elas também atuam no mundo público da profissão e do trabalho

fora de casa. Isto porque, como assinalamos anteriormente, ainda hoje elas se encontram divididas entre os dois espaços, o público e o privado. Nas palavras de Moreau (1984):

As mulheres, mesmo quando falam contra o mito da dona-de-casa, não conseguem se definir apenas através de seu status ocupacional ou de seu status como dona-de-casa. Elas estão sempre divididas entre o "dentro" e o "fora", qualquer que seja sua situação concreta. (p. 58)

Assim, as mulheres são, geralmente - ou pelo menos espera-se que elas sejam -, peritas na cozinha, no cuidado e na decoração da casa, na costura, na educação de crianças, na arte e na literatura, áreas normalmente menos valorizadas.

No entanto, até quando se envolvem nestas áreas ditas "femininas", os homens tendem a alcançar um mais alto status do que as mulheres. Deste modo, os homens e não as mulheres é que são os grandes chefes de cozinha, os grandes costureiros, os grandes educadores. Assim, mesmo as mulheres com grandes habilidades ou conhecimentos - ainda que estas habilidades e conhecimentos estejam ligados ao espaço doméstico -, não necessariamente serão consideradas tão bem sucedidas quanto um homem nas mesmas condições que as suas.

5.2.3- O sentimento de auto-confiança

O acúmulo de um grande número de recursos concretos especiais, juntamente com um alto status, podem levar uma pessoa a ter maior confiança em si, isto é, a ter uma expectativa

generalizada de sucesso. Como tais fatores são mais comumente associados aos homens, este sentimento de auto-confiança é mais freqüente em homens do que em mulheres, que tendem a se mostrar mais inseguras, hesitantes.

As pessoas mais confiantes em si tendem a ter, inclusive, maior eficácia no seu controle porque, geralmente, ao se afirmarem de forma forte, segura, despertam menor resistência no outro. A baixa auto-confiança das mulheres, aliada a uma imagem nem sempre muito positiva de si mesmas, tem o efeito de diminuir suas expectativas de sucesso.

Esta imagem, muitas vezes negativa, que as mulheres têm de si está, em grande parte, ligada a um discurso social que tende a vê-las, entre outras coisas, como pouco competentes e pouco inteligentes. Como o acesso à educação é supostamente garantido por lei, a ausência de mulheres nos postos-chaves de comando social passa a ser explicado por incapacidades pessoais, por "deficiências" inerentes a seu próprio comportamento e, de forma mais ampla, a seu próprio sexo.

As mulheres, quase sempre vistas, ao longo de séculos, como incapazes de um raciocínio intelectual mais sério, não se teriam interessado e/ou aproveitado bem as oportunidades educacionais que começaram a se apresentar para elas no final do século passado - em decorrência de uma intensa batalha desencadeada por algumas mulheres que acreditavam que a elas podia caber mais do que o espaço do lar - e, perdendo estas oportunidades, estariam hoje pagando o preço de uma posição subalterna na sociedade, não se qualificando para a vida pública e os postos mais elevados da hierarquia social.

À força de ouvir repetidamente este tipo de argumento, as mulheres, muitas vezes, tendem a considerar que a questão está bem colocada e a aderir a todo tipo de explicação que as culpabilize. O sucesso de algumas é, assim, atribuído a esforços, qualidades e méritos pessoais.

Uma das conseqüências de tal fato é o baixo nível de expectativas e a insegurança que a maioria das mulheres apresenta com relação ao seu sucesso no espaço público, ao contrário dos homens que, como sempre foram criados e incentivados para ser bem-sucedidos e para sempre almejar mais, têm, geralmente, expectativas elevadas de sucesso e se sentem mais seguros e confiantes para entrar no mundo competitivo do trabalho e da profissão.

Desta forma, inseguras, com um baixo grau de auto-confiança e uma imagem nem sempre positiva de si mesmas, as mulheres foram, em grande parte, levadas, a nosso ver, a usar meios de influenciar os outros que tenham menor risco de receber uma avaliação negativa por parte de terceiros. Ou seja, elas são menos propícias do que os homens a tentar exercer o controle de forma direta, clara, forte, preferindo, ao contrário, as formas mais indiretas, mais sutis e manipulativas de controle.

5.3- O Desenvolvimento de Estratégias de Controle Distintas por Homens e Mulheres como Conseqüência das Diferentes Avaliações e Expectativas com Relação a Seu Comportamento

Strong action from the subordinate group will be met with strong action from the dominant group attempting to maintain its superiority and control.

CHERIS KRAMARAE

Como assinalamos acima, as estratégias de controle permitidas às mulheres são bastante limitadas por seu papel e sua posição na sociedade. E, porque homens e mulheres têm uma relação distinta com a estrutura social - mesmo no caso de maridos e mulheres que compartilham tarefas semelhantes, decisões semelhantes e conversam de forma equitativa - o significado das "mesmas" estratégias de controle por eles utilizada é, geralmente, interpretado e avaliado de forma diferente, dependendo da compreensão social do que é considerado comportamento legítimo e autoridade legítima.

Vários estudos realizados a respeito do uso, por mulheres, de gestos de dominação ao se dirigirem a homens (ver, a esse respeito, O'Connor, 1970; Henley, 1975; Battle-Sister, 1971), por exemplo, vêm confirmar o fato de que o mesmo gesto comunicativo pode ser interpretado de uma forma quando utilizado por um homem e de outra quando utilizado por uma mulher.

Em tais estudos, observou-se que, quando uma mulher olhava agressivamente para um homem, este tendia a intensificar seus gestos de dominação e a interpretar a atitude da mulher

como um avanço sexual ou a rotulá-la de lésbica. Segundo Henley (1975), uma das pesquisadoras que desenvolveu estudo sobre o assunto, "estes equivalentes de status perdem estas conotações quando usados pelo sexo errado" porque "as implicações do poder são inaceitáveis quando o agente é uma mulher e, conseqüentemente, devem ser negados" (p. 18).

Deste modo, dadas as diferentes posições de homens e mulheres em uma determinada sociedade, que têm como uma de suas conseqüências, diferentes avaliações e expectativas com relação a seu comportamento, as estratégias de controle podem variar de acordo com o sexo do falante e do ouvinte.

Acreditamos, portanto, que muitas das estratégias utilizadas por homens e mulheres para controlar as pessoas à sua volta, emergem de suas posições estruturadas de desigualdade social. Isto é, algumas estratégias usadas pelas mulheres para controlar maridos e filhos podem ser compreendidas, ainda que parcialmente, como formas de se lidar com o maior poder masculino, pelo menos no que diz respeito à esfera pública.

Embora tenha sido negado às mulheres, como assinalamos anteriormente neste trabalho, acesso legítimo a muitas atividades e recursos políticos importantes, como resultado de seu confinamento à esfera doméstica, elas, sem dúvida, também fazem uso de formas estruturadas para controlar eventos que as afetam e que afetam as pessoas próximas a elas. Nas palavras de Rosaldo (1979), ao se referir à estrutura formal de autoridade nas sociedades e ao tipo de poder que, mesmo nestas situações patentes de desigualdade de papel social, a mulher possui,

Enquanto a autoridade legitima o uso do poder, não o esgota; e os métodos existentes de recompensas, controle informações, exercício da pressão e manipulação de eventos podem ser acessíveis às mulheres assim como aos homens.

(p. 38)

É lugar comum no discurso social (presente, por exemplo, na literatura, nas novelas de rádio e televisão e na fala mesmo das pessoas) atribuir-se a raiva aos homens e as lágrimas às mulheres, reflexo da crença na racionalidade masculina e no sentimentalismo feminino, características consideradas como inerentes à "natureza" do homem e da mulher. Frequentemente, também, as mulheres são vistas como ranzinzas, megeras, resmungonas, ranhetas.

É muito possível que as mulheres tenham aprendido a atormentar os homens com o objetivo de conseguir o que almejam, de mudar o comportamento daqueles que têm maior poder. Da mesma forma, chorar pode ser uma maneira eficaz de despertar piedade e levar o outro a fazer o que se deseja, a fim de que a dor de quem chora seja minimizada.

As mulheres, como grupo de baixo poder, provavelmente desenvolveram uma forma de pressão psicológica diplomática para influenciar o comportamento dos parceiros masculinos e dos filhos. Os homens, por outro lado, pertencentes ao mundo público, podem, da posição de maior poder, oferecer ajuda e cuidados às mulheres que são, pelo menos no nível aparente, mais dependentes deles do que eles o são delas. Isto porque, além de terem sido sempre consideradas criaturas frágeis, durante longo

tempo, as mulheres permaneceram economicamente, dependentes de um homem (pai ou marido).

No seu processo de socialização, as mulheres foram treinadas para serem mais emocionais em sua fala, para se voltarem mais para os outros do que para si mesmas, enquanto os homens aprenderam a ser mais taciturnos, e racionais, a não demonstrar sentimentos (desde pequenos, por exemplo, ouviram que Homem não chora). Os filmes de Hollywood das décadas de 40 e 50 e que influenciaram e reforçaram o comportamento de muitos jovens brasileiros da época, estão cheios de tais exemplos.

Certamente, as diferenças de expectativas e experiência, bem como as relações homem-mulher se modificam, à medida que outras condições sociais também se modificam. Assim, de alguns anos para cá, a maior importância social atribuída à colocação de problemas e à expressão de sentimentos nas relações, bem como o questionamento de todas as formas de poder - uma das bandeiras dos movimentos da década de 60, como assinalamos acima -, juntamente com a entrada da mulher no mundo da produção e do trabalho têm alterado os comportamentos feminino e masculino de forma significativa.

No entanto, nas mulheres brasileiras de classe média que se encontram com mais de 60 anos de idade no momento, que viveram sua juventude no pós-guerra e na época de ouro do cinema americano e que constituem um dos grupos de sujeitos do nosso estudo, como definido na hipótese, acreditamos que ainda vai estar presente uma grande preocupação com a delicadeza, a docilidade, a abnegação, inclusive como forma de disfarçar o firme

controle que muitas delas quase sempre exercem sobre seus maridos e filhos.

Não raro estas mulheres aconselham suas filhas a "fazer as coisas não aparentando estar fazendo", a "fazer tudo com muito jeito e tato", porque, afinal, "homem não gosta de saber que está sendo mandado". Se uma mulher domina abertamente seu marido, inclusive, ambos são vistos negativamente pela sociedade. Como assinala Kramarae (1981), em seu estudo sobre sexismo na linguagem.

As regras sociais indicam que os maridos devem dominar as esposas e filhos. Uma esposa abertamente competente e autoritária significa que o marido aparece como fraco; ambos aparecem como desviantes. Se uma esposa, na verdade, é quem exerce mais o controle, ela também usa táticas que assegurem que o marido tenha a ilusão de que é ele quem detém o poder, pelo menos nas aparições em público. (p. 123)

Esta influência silenciosa, velada, pode ser um meio altamente eficaz de atingir uma posição autoritária forte, sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do outro. E, a preocupação com os sentimentos dos outros, que foi desenvolvida na mulher, pode ser, inclusive, responsável por um discurso em que aparecem com maior frequência traços de polidez (para uma discussão mais ampla a esse respeito, ver Rocha-Coutinho, 1986). Dizer a uma pessoa Que lindo este vestido! mostra, sem dúvida, interesse e aprovação por parte de quem fala, a menos que a entoação seja sarcástica.

Um dos usos das formas polidas de se fazer um pedido

pode ser, sem dúvida, desculpar-se pela imposição e tornar mais fácil para o outro uma recusa. Isto é, o uso de formas polidas pode mostrar maior preocupação com o outro, com a aprovação do outro e o desejo de não ser impositiva, bem como está de acordo com a posição de menor autoridade da mulher e seu baixo grau de auto-confiança a que nos referimos acima. Por isso, as pessoas geralmente tendem a ser mais polidas quando se dirigem a alguém com quem têm menos intimidade, quando se dirigem a pessoas de status mais elevado do que o seu, quando estão envolvidas em situações potencialmente ameaçadoras, ou têm um alto grau de avaliação do que consideram como imposição.

É muito provável que homens e mulheres também não avaliem as imposições da mesma forma. A preocupação com o sentimento dos outros e com a aprovação social pode ter levado as mulheres ao uso de uma fala cheia de rodeios, ao exercício do poder lançando mão de uma série de subterfúgios, enquanto os homens são mais diretos, dizem apenas o que precisa ser dito, nenhuma palavra a mais.

Podemos observar neste caso uma conexão com o fato de que os homens são associados à racionalidade, isto é, eles representam a lógica, a razão e, de sua posição de autoridade forte, têm o direito de dar a palavra final. Também é possível que a inexpressividade masculina seja uma técnica usada pelos homens para consolidar e manter posições de poder e privilégio. Ou seja, ao se fechar, não demonstrar seus sentimentos, o homem impede que se conheçam os seus limites. Nas palavras de Kramarae (1981), "a recusa do homem em permitir que os outros conheçam suas alegrias e tristezas pode ser vista como uma recusa

em permitir que os outros conheçam os limites de suas habilidades e poder" (p. 153).

Desta forma, os homens podem ser mais comumente inexpressivos do que as mulheres, não porque tenham sido ensinados pela sociedade para agirem assim, mas porque a sociedade lhes ensina que eles têm o direito de exercer poder sobre a mulher. Assim, do mesmo modo que o uso de formas indiretas e sutis pelas mulheres, a inexpressividade masculina, sua fala direta e ligada ao "essencial" podem ser vistas como uma estratégia de controle masculina que reforça e mantém a sua situação de mais alto poder e privilégio na sociedade (para uma discussão mais ampla a respeito da inexpressividade masculina, ver Sattel, 1983).

A fala das mulheres, especialmente aquela dirigida a homens, parece mais estratégica e manipulativa do que a fala de homens dirigida a mulheres, principalmente porque as tentativas de controle das mulheres são vistas como socialmente ilegítimas. O padrão estratégico, assim, nos encoraja a perceber as interações de homens e mulheres como indicações de respostas a uma distribuição diferencial de poder no mundo público.

O poder real, o poder recompensado, sempre esteve na sociedade fora do lar. Mas também sempre existiu um outro poder, aquele que a mulher tem no lar, domínio quase exclusivamente seu e que, como assinalamos anteriormente, mesmo as mulheres que trabalham fora de casa e têm ambições pessoais além do lar, relutam em abandonar.

Afinal, o segredo do lar foi, durante muito tempo, este poder temido, odiado, excessivo, muitas vezes, da mulher co-

Pontificia Universidade Catolica do Rio
de Janeiro

Pedido para o armazem 16/06/2001
19:34

Nome do Usuario :
VISITANTE 17

Codiso do Acervo :
41319

Biblioteca :
1 - Central

Volume :

Titulo :
Tecendo por tras dos panos
Autor :

Rocha-Coutinho, Maria Lucia
Numero de Chamada :
150 R672t TESES UC
Data de Solicitacao :
19/12/2001 09:53:20

mo mãe dentro daquela família, daquele lar. Desprovida do poder masculino na sociedade, que era o único poder então reconhecido, parece que a mulher adquiriria seu poder na família, manipulando e tentando tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás de uma máscara de perfeição, solicitude, compreensão e retidão, doce e rígida.

Assim, acreditamos que sua posição na sociedade levou as mulheres a fazer uso de estratégias mais sutis, indiretas, manipulativas para influenciar e gerir suas vidas, bem como para influenciar e gerir a vida daqueles que estão a sua volta, no domínio que sempre foi seu, o da família.

É importante ressaltar, aqui, que a utilização da palavra estratégia não nos deve levar a pensar que seu uso seja sempre consciente. Ao contrário, nem sempre quem faz uso delas tem plena consciência de que está tentando controlar o outro. Do mesmo modo, uma vez que estas estratégias são construídas com base em nossas normas de interação social, a maior parte das vezes elas não são percebidas por quem está sendo controlado, a menos que suas expectativas acerca de quem o está controlando sejam violadas.

Tal fato se dá, em grande parte, porque, como assinalamos diversas vezes neste trabalho, as normas que regem a interação social são naturalizadas, isto é, elas se apresentam com a aparência de evidências, passando despercebidas, exatamente, porque são consideradas como perfeitamente "naturais".

Desta forma, até mesmo a recente constatação por parte de um grande número de mulheres de que seu comportamento está sujeito a todo um sistema de limitações, não necessariamente as

torna conscientes da relação de poder entre os sexos. Como assinala Moreau (1984),

That women refer themselves to a system of social constraints does not mean that they are necessarily aware of the relations of power between the sexes. (p. 56)

Cabe acrescentar, ainda, que não devemos pensar no comportamento individual das pessoas como limitando-se apenas a tentar obter controle e poder. Sem dúvida, os seres humanos têm outros motivos e objetivos em suas interações que não simplesmente o controle das pessoas com quem interagem.

5.4- O Uso de Estratégia Sutis e Manipulativas de Controle pela Mulher

Women more frequently than men are placed in this no-win situation. They develop their manipulative skills simply to survive, culturally as well as economically. It is almost impossible to develop legitimate, recognized power structure if one is regarded either as a non-entity or as inhabiting a stereo-typical role, such as the Eve/Mary role

JEAN F. O'BARR

Acreditamos que as estratégias de controle permitidas às mulheres são, como vimos discutindo, em grande parte delimitadas por seu papel e sua posição na sociedade. Os estereótipos indicam que as mulheres devem agir como se não estivessem

tentando controlar, quando na realidade elas o estão fazendo. Espera-se que elas sejam menos diretas e mais sutis do que os homens. Assim, as formas de controle indiretas e manipulativas são vistas como tipicamente femininas.

O controle indireto ou manipulativo pode ser definido como ocorrendo quando quem tenta controlar, muitas vezes de forma não consciente, age como se a pessoa que está sendo controlada não tivesse consciência do controle que sobre ela está sendo exercido. Acreditamos que esta forma de controle indireto não é apenas uma das formas de controle abertas às mulheres mas, mais do que isso, a principal forma de controle que a sociedade permite que elas usem.

A sociedade educou as mulheres para usar o poder de forma manipulativa. A mulher "feminina" deve ser "delicada, caprichosa, passiva, acalentadora, solícita e emocional", ou seja, ser feminina é ser fraca. E, embora grande parte das mulheres não seja fraca, assim elas devem parecer, uma vez que a mulher é punida, entre outras formas, com a rejeição, caso ela não se encaixe no modelo.

Deste modo, se uma mulher é forte, ela tenta parecer fraca, isto é, ela faz uso de formas indiretas, sutis e manipulativas de controle para que ninguém perceba que ela é, na realidade, forte e poderosa. Afinal, no jogo social ela sempre assumiu o papel de vítima indefesa de senhores todo-poderosos, mais ou menos carrascos ou benevolentes.

Podemos assinalar vários problemas relacionados ao uso destas estratégias manipulativas de controle. Embora elas possam ser eficazes, seu uso, em lugar de mostrar força, mostra

fraqueza, não fortalecendo, assim, quem as está utilizando e, conseqüentemente, não facilitando futuras influências. Tampouco o crédito pela mudança no comportamento do outro é atribuído ao manipulador mas, ao contrário, as glórias ficam quase sempre com quem foi influenciado.

Assim, quando uma mulher, por exemplo, faz sugestões indiretas para que seu marido mude algum comportamento (como, por exemplo, Talvez se você fosse menos rígido com relação ao horário de trabalho dos funcionários, exigindo que eles cumprissem tarefas, eles trabalhassem mais felizes, rendendo mais ou Será que esta confusão toda não pode ser resolvida se você deixar que os próprios funcionários organizem, entre eles, a escala de férias?), é ele quem recebe as glórias pela mudança efetuada. E, se ela não é sutil o suficiente, ainda corre o risco de ser vista como mandona, chata, ou intrometida.

O uso deste tipo de poder leva as pessoas, geralmente, a ver a mulher como indefesa, intrometida, sorrateira, alguém que trabalha por trás dos panos, incapaz de se afirmar de forma forte, categórica. Tal fato pode levar a mulher a também não se ver como uma pessoa forte e direta e, como conseqüência, ela não desenvolve, muitas vezes, uma auto-imagem positiva, um alto grau de confiança em si mesma e uma elevada auto-estima, como assinalamos acima. Ao contrário, ela pode desenvolver uma imagem bastante distorcida e negativa de si mesma, como alguém que deve ser sutil e indireta caso deseje conseguir o que almeja.

É claro, no entanto, que as estratégias indiretas, manipulativas não são as únicas formas de controle usadas pelas

mulheres. As ordens (Vá guardar sua roupa, agora!), ameaças (Se você não comer tudo, não vai brincar na rua) e reprimendas (Este seu comportamento é inadmissível para um menino da sua idade) podem ser formas bastante eficazes da mulher controlar seus filhos, pela própria posição de autoridade que ela detém com relação a eles. No caso da mulher, no entanto, acreditamos que o uso de ameaças, ordens e reprimendas limita-se quase que exclusivamente ao lar e, mesmo na família, o homem geralmente tem a última palavra, é a autoridade maior.

Muito mais comum do que o uso de ameaças, portanto, nos parece ser o uso de recompensas como afeto, amor ou aprovação (Ex.: Isto é que é um bom menino. Mamãe está orgulhosa de você) e, até mesmo, o uso do sexo, no caso de maridos, para alcançar o controle almejado. Isto porque este tipo de controle com base na recompensa está dentro da esfera de influência da mulher, ou seja, seu lar, onde as relações pessoais são possíveis, além de estar intimamente associado ao que a sociedade espera e reforça na mulher.

Deste modo, ela pode recompensar o marido e os filhos com mais amor e dedicação caso seus comportamentos se encaixem no modelo que ela traçou para eles e, até mesmo, ameaçar com a retirada deste amor e desta dedicação, em caso contrário (Ex.: Você é um menino muito feio. Assim mamãe não vai mais gostar de você).

Este tipo de controle, quando exercitado sobre o homem está, como assinalamos anteriormente, associado à idéia, amplamente divulgada no discurso social, da mulher como uma serpente tentadora, ou seja, ao estereótipo da mulher glamorosa e má que

usa o amor ou sexo para alcançar o que deseja, para ter o homem a seus pés.

Outra forma de controle vista como tipicamente feminina consiste em se mostrar indefesa, a fim de levar o outro, mais especificamente o marido e os filhos, a um comportamento desejado. A mulher, neste caso, usa uma característica intimamente associada a ela - ser frágil, indefesa e incapaz - ou algum mal físico (dor de cabeça ou de coluna, por exemplo) para obter o que almeja (como em, Não consigo fazer isto. Faz pra mim, faz, ou Acho melhor você ir ao supermercado comigo. Você sabe que com esta minha coluna eu não posso carregar nada, ou ainda, Não faz tanto barulho! Mamãe está com uma dor de cabeça danada.).

O uso desta estratégia, no entanto, geralmente situa seu usuário em uma posição de mais baixo poder e auto-estima. Isto porque, ao usar esta forma de controle, freqüentemente a mulher está dando a entender ao outro que ela não pode fazer uso de outra estratégia porque ela, de fato, admite ser fraca, indefesa ou não saber nada.

Também os homens, em muitas situações, podem parecer indefesos e incapazes, especialmente no que se refere à esfera da casa - a cozinha e as tarefas de casa consideradas tradicionalmente femininas. Neste caso, a mulher pode explorar esta situação de inferioridade masculina, muitas vezes criada por ela mesma para, tornando-se indispensável nesta esfera, melhor poder controlá-los. Isto é, ela coloca o homem inteiramente a sua mercê em tudo que se relaciona com o lar.

Esta pode ser, inclusive, uma forma utilizada pela mu-

lher para manter o controle total que ela sempre exerceu no domínio do lar e da família e que, como assinalamos anteriormente, leva a mulher a, muitas vezes, não querer dividir estas tarefas de casa com seus companheiros, a fim de não perder este tipo de poder.

Tal estratégia parece estar intimamente associada com a visão, bastante difundida no discurso social e reforçada pelas próprias mulheres, da mãe como insubstituível na criação dos filhos e da esposa como essencial para o bom desempenho e sucesso do marido. Podemos encontrar um bom exemplo deste tipo de comportamento - tornar-se indispensável - na mãe ou mulher que põe a roupa de seu filho ou marido, impecavelmente cuidada por ela, na ordem em que eles vão vestir ao sair do banho, na mulher que, ao menor desejo do marido ou filho, se levanta para fazer o que eles querem - pode ser apanhar um copo d'água, fazer um bolo, fritar batatas, etc. -, ou ainda na mãe que se levanta da cama, mesmo doente, para fazer a mamadeira de seu filho, porque ninguém é capaz de fazer como ela.

Fragilizar o marido e os filhos - situando-os na posição de total dependência dela, tornando-se, assim, indispensável - pode ser uma forma bastante eficaz da mulher exercer controle sobre eles.

Acreditamos que este fazer tudo em casa, pelos seus, também pode levar a mulher ao uso de uma outra estratégia, bastante comum, especialmente no mundo da casa: a "cobrança". Afinal, "se eu faço algo para/por você, torna-se sua obrigação fazer algo para/por mim em retribuição, ou, pelo menos, sentir-se obrigado a tal" (Ex.: Mãe que, ao ver um pedido seu pa-

ra ir ao banco para ela recusado pelo filho, diz: Ah, você não vai, não? Tudo bem. Quando você me pedir alguma coisa, vai ver se eu vou fazer, ou a mãe que deixa de ir ao cinema com amigas para que sua filha não fique sozinha em casa e, quando a filha resolve sair, cobra: Ah, ótimo. Eu deixei de ir ao cinema com minhas amigas para você não ficar sozinha em casa e agora você me diz que vai sair!).

O uso da cobrança, mesmo na esfera da família, não se limita, no entanto, a nosso ver, à mulher. Muitas mulheres que, além de ter uma família, se dedicaram também a uma carreira ou profissão reclamam da cobrança dos filhos com relação a seu comportamento como mãe (Ex.: As mães de todos os meus amigos preparam o lanche dos filhos. Só você que não tem tempo para isso. Quem mandou ter filhos, então?).

Também o homem pode cobrar e, às vezes, um custo muito elevado, o suporte financeiro que sempre deu à esposa, exigindo dela, em contra partida, uma dedicação sem limites a ele, aos filhos e à casa, bem como uma submissão e obediência a quem, por ser o detentor do dinheiro, se situa como autoridade máxima em casa (Ex.: Eu dou tudo nesta casa. O mínimo que eu posso exigir é que a comida seja mais decente nesta casa. Isto está horrível!).

Finalmente, como uma forma especial de cobrança, abrangendo, inclusive, a retribuição de favores prestados, mas de maneira muito mais sutil e especial, porque apela para o sentimento e a culpa do outro, situa-se uma outra estratégia de controle que acreditamos ser amplamente utilizadas pelas mulheres e que vamos denominar "chantagem emocional".

Por "chantagem emocional" entendemos qualquer medo, sentimento ou sofrimento, projetado por um agente social (a mulher, no caso) sobre uma pessoa (o marido e/ou filhos), com quem mantém um vínculo afetivo mais ou menos estável; ou qualquer ação feita por este agente social (a mulher) em favor do outro (marido e/ou filhos) e que este agente social sente que deve ser reconhecido e retribuído.

Em ambos os casos, a pessoa (marido e/ou filhos) é levada a se sentir responsável e/ou obrigada e, conseqüentemente, culpada pelo incitamento do medo, sentimento ou sofrimento e/ou pelo não agradecimento ou retribuição da ação supostamente feita em seu favor.

No primeiro caso - despertar o sentimento de culpa em alguém por ter sido o iniciador de um medo, sentimento ou sofrimento que é seu mas que ela sente como tendo sido iniciado por este alguém - vamos encontrar discursos do tipo: Meu Deus, como você chegou tarde! Podia ao menos ter avisado. Fiquei em pânico, pensando uma porção de coisas, nem consegui dormir. Não é à toa que estou uma velha; ou Eu não quero este sofrimento, meu filho. Eu posso morrer amanhã. É a lei natural das coisas. Seu pai e eu já estamos velhos. Promete que faz o que eu estou pedindo, promete.

No segundo caso - não agradecimento ou retribuição pelo serviço feito em favor de alguém - vamos encontrar discursos como: Abandonei trabalho, profissão, tudo. Deixei de viver a minha vida por vocês e é isto que eu recebo em troca?; ou Tanto sacrifício, tantas noites sem dormir e agora é isto?; ou

Fiquei horas no fogão fazendo uma comidinha gostosa para você nem tocar nela?

Poderíamos enquadrar a "chantagem emocional" no que Bernstein (1980) define como autoridade expressa através de apelos orientados para a pessoa. Segundo este autor, a autoridade pode expressar-se através de ordens ou ameaças ou através de apelos.

Com relação a estes últimos, Bernstein (1980) distingue aqueles que são orientados para o status daqueles que são orientados para a pessoa. Em suas palavras,

Quando os apelos são orientados para o status, o comportamento da criança é referido a alguma lei geral ou local que obriga a conduta a seguir determinadas linhas ("não deveria você escovar os dentes?", "você não deve se comportar assim no ônibus", "crianças que já estão no ginásio devem se comportar de forma bem diferente"). (p. 238)

No caso dos apelos orientados para a pessoa, ao contrário, como definido pelo próprio autor (Bernstein, 1980),

[...] a conduta da criança é relacionada aos sentimentos do regulador (genitor), ou, então, à importância do ato; seu significado é explicitamente relacionado ao regulado, à criança, e.g. "papai vai ficar contente, magoado, desapontado, zangado, extasiado se você continuar a fazer isto", "se você continuar a fazer isto, vai ficar muito triste quando o gato sentir uma dor horrível. (p. 239)

Segundo Bernstein (1980), enquanto os apelos do primeiro tipo levam a pessoa a sentir vergonha, no segundo caso,

os apelos produzem culpa na criança, culpa esta que está ligada aos efeitos de suas ações sobre as pessoas e coisas.

Cabe assinalar aqui que acreditamos que, da mesma forma que a cobrança, a "chantagem emocional" não se limita à mulher. Também o marido e os filhos podem ser chantagistas bastante eficientes, levando as mulheres a abrir mão, às vezes, de algumas opções pessoais ou a fazer as coisas exatamente da forma como eles querem. É o caso, por exemplo, de discursos como Puxa, amor! Passa esta camisa, passa. Você vai deixar os outros pensarem que seu marido não é bem tratado em casa?, emitidos por maridos, ou Ah, mãe, falta a sua reunião hoje, só hoje! Todas as mães vão estar lá. Você quer que eu pareça um órfão?, dita pelos filhos.

As mulheres, assim, parecem, em grande parte, se restringir ao uso de estratégias de controle indiretas, pessoais, sutis, manipulativas, que supostamente as mantêm na posição de dependência e reforçam sua imagem como incompetentes para qualquer coisa que não o trabalho de casa.

É nosso ponto de vista, portanto, que as mulheres parecem usar, em geral, estratégias de controle condizentes com o que a sociedade espera delas, com seu papel e sua posição na ordem social e, que, desta forma, elas reforçam a sua desvantagem tanto nas relações pessoais quanto no mundo em geral. E, na maioria das vezes, aquelas mulheres que porventura se negam a seguir as expectativas sociais estão sujeitas à rejeição e a avaliações negativas por parte dos outros.

A situação parece, deste modo, bastante delicada: se a mulher age de acordo com o comportamento que tradicionalmente

se espera dela, é julgada fraca, incompetente, ineficaz. E se ela, ao contrário, não age da forma esperada, não se comporta em consonância com as expectativas sociais, está sujeita a ser criticada por agir "como um homem".

O problema grande se dá quando a mulher assume posições de maior poder no trabalho fora de casa. Neste caso, ela é levada a buscar um meio-termo entre o que é estereotipadamente considerado masculino - controle mais direto, impessoal e forte, com base no direito que sua posição lhe dá e no conhecimento e recursos que ela detém - e feminino - controle fraco, pessoal, indireto e emocional. Isto porque, caso ela faça uso de formas pessoais de controle, que salientem o relacionamento e não a competência, como está acostumada a fazer no espaço do lar, ela muito provavelmente não vai ser levada a sério e tende a reforçar o estereótipo comum de que as mulheres são incompetentes.

Nas últimas décadas, no entanto, como assinalamos acima, as mulheres vêm mudando bastante e esta passividade e submissão femininas vêm sendo altamente questionadas. Contudo, não nos parece que sua participação mais efetiva no mundo do trabalho e da profissão tenha levado as mulheres a abandonar inteiramente o tipo de controle que sempre exerceram sobre os maridos e filhos.

Acreditamos, ainda, que a necessidade da mulher de agradar, de ser perfeita, de se voltar para os outros, bem como sua delicadeza e docilidade continuam presentes, como já afirmamos anteriormente, no discurso social e, mais do que isso, parecem estar ainda atuando, mesmo que de forma contraditória.

no interior destas mulheres que viveram sua adolescência durante o período de eclosão e desenvolvimento dos movimentos feministas e que constituem um dos grupos de sujeitos estudados em nossa pesquisa, conforme definido na hipótese.

6. PESQUISA DE CAMPO

6.1- Questões e Hipóteses

Como vimos nos capítulos anteriores, a análise da literatura existente acerca da condição feminina e de sua evolução nos últimos 20 anos, revela-nos um quadro bastante complexo no que se refere às desigualdades entre os gêneros e às relações de poder entre homens e mulheres.

Embora a desigualdade entre os gêneros seja muito antiga e vários discursos sociais a tenham enunciado como natural e tenham tentado legitimar as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres, foi, como vimos, somente com o surgimento da sociedade industrial que a mulher se viu confinada ao papel de mãe e esposa.

Tal confinamento está ligado à nova idéia de família que surge e que vai operar uma verdadeira revolução sentimental, reforçando o sentimento doméstico de intimidade, do amor conjugal e do amor materno. Esta mistificação do amor romântico e do amor materno outorgaram à mulher uma nova posição na família, levando-a agora a viver para o amor - amor aos filhos, ao marido e à casa - e a buscar sua felicidade pessoal no êxito dos familiares. Foi, assim, estabelecido um dos pilares da subjetividade feminina, o ser para os outros.

No entanto, como vimos, se este processo de sentimentalização do espaço privado familiar confinou a mulher ao lar, ampliando cada vez mais suas funções e responsabilidades dentro de casa, por outro lado, colocou-a num pedestal de adoração e outorgou a ela uma nova forma de poder, não sobre os bens materiais ou a gestão econômica - que passou a caber ao homem -, mas sobre os bens "simbólicos" dos filhos - como produtora de sentido e nomeadora de seus atos e sentimentos. Este poder, por ser simbólico, não é menos opressivo.

A nova concepção de maternidade e família, desta forma, elevou a mulher à condição de "rainha" do lar, o que, de um lado lhe fechou as possibilidades de poder e de prestígio no espaço público - espaço do homem por excelência -, construindo para ela uma identidade cujo eixo central é a maternidade inscrita no corpo feminino, e, de outro, lhe deu uma quase total autoridade e controle sobre a casa, os filhos e a família.

A partir de então, a subordinação da mãe às necessidades da casa, dos filhos e do marido começa a aparecer no discurso social cada vez mais como uma tendência instintiva da mulher, como um "dever ser", moralidade esta que ficou conhecida como altruísmo materno.

Em conseqüência desta naturalização de funções da mulher, passaram a ser demarcadas diversas características femininas (docilidade, dedicação, abnegação, fragilidade, entre outras), quase todas elas vinculadas àquelas necessárias a uma "boa mãe". Tal fato levou muitas vezes a se identificar feminilidade a maternidade, bem como a uma massiva discriminação das mulheres, a quem foram negadas todas as capacidades social-

mente valorizadas e que garantiam a primazia dos homens na vida pública.

Nesta clara delimitação de papéis masculinos e femininos, ao homem coube proteger, sustentar e afastar a mulher dos árduos e complicados problemas do mundo fora de casa, a fim de que ela melhor pudesse desempenhar seu trabalho no lar. A mulher coube servir de intermediária entre pais e filhos, aliviar o homem de seus encargos com a família e poupá-lo dos problemas e conflitos familiares cotidianos, a fim que ele melhor pudesse se desempenhar na esfera pública.

Esta divisão de papéis, como discutimos nos capítulos precedentes, vem possibilitando o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção, ao mesmo tempo que tem levado a mulher a desenvolver um tipo de controle muito sutil e especial dentro de casa, controle este do qual muitas mulheres têm dificuldade em abrir mão, arcando, muitas vezes, com a sobrecarga de trabalho que esta objeção, nem sempre consciente, em compartilhar os afazeres domésticos e a educação dos filhos com seu esposo lhes acarreta.

Deste modo, por mais antigos que possam parecer, o patriarcalismo e a dominação da mulher são formas históricas e não naturais, como vimos em nossa discussão anterior. Isto é, foi o discurso social que construiu um consenso por meio do qual o que foi produzido pela cultura passou a ser atribuído à natureza, tentando-se, portanto, invisibilizar as desigualdades entre os sexos através de sua naturalização.

É assim que, empregadas do marido, babás de seus filhos, sem salário e sem autonomia econômica, atividades explí-

cita ou implicitamente reforçadas pelo discurso social, as mulheres foram muitas vezes levadas a buscar sua identidade nos signos exteriores ligados aos atributos femininos: boa dona-casa, decoradora do lar, boa cozinheira, boa mãe e educadora, etc. Ou seja, a valorização da casa e da família passou a significar para a mulher uma valorização de si mesmas e seu sucesso passou a residir no bom êxito do marido e dos filhos.

Para tanto, a mulher deveria cuidar física e emocionalmente dos seus, incentivando e ajudando, ainda que indiretamente, o marido a se desempenhar bem na esfera pública e exercendo uma vigilância quase total e absoluta sobre os filhos - sobre seu comportamento, aspirações, desejos e segredos -, a fim de que eles não pudessem agir mal e se encaminhassem "bem" na vida.

Esta desigualdade entre os sexos, como vimos, se inicia na socialização das crianças que, desde os primeiros meses de vida prepara o terreno para os papéis a que homens e mulheres estão predestinados na sociedade. É assim que a educação, os meios de comunicação e algumas modalidades de práticas médicas e psicológicas, entre outras agências sociais, produzem, como discutido anteriormente, uma imagem feminina que, trancafiada no lar, em torno da família, situa a mulher numa posição de desigualdade - na distribuição do dinheiro, do poder, das responsabilidades e das opções de realização pessoal - com relação ao homem.

No entanto, como foi discutido, vai ser neste movimento de acatar e obedecer às expectativas sociais, que as mulheres vão gerar historicamente seus sintomas e vão buscar formas

de resistência - conscientes ou não, isoladas ou organizadamente -, começando, assim, a produzir sua própria palavra e a consolidar progressivamente práticas sociais transformadoras, ainda que com um alto custo tanto social quanto subjetivo.

Esta resistência da mulher começa a ganhar força social a partir dos anos 60, assumindo fundamentalmente a forma de movimentos reivindicatórios - os chamados movimentos feministas - contra este tipo de subjetividade feminina calcada na reprodução da vida privada e contra a discriminação cristalizada nas práticas da vida pública, que atravessam também as formas de comportamento da vida privada.

As mulheres têm sido levadas nos últimos anos, assim, a buscar um novo entendimento de seu papel. Na prática, no entanto, o que se tem observado, tanto a nível de discurso social quanto a nível das próprias mulheres é que a antiga identidade feminina apenas se ampliou para incorporar também os novos papéis que os movimentos reivindicatórios abriram às mulheres, o de trabalhadora e pessoa com uma carreira.

Tal fato tem acarretado uma imensa sobrecarga física e emocional para as mulheres que, aos papéis tradicionalmente femininos - para os quais ela foi treinada e que continuam a ser reforçados pela cultura -, tiveram que acrescentar os novos papéis decorrentes de sua inserção no mundo produtivo e da busca de satisfação pessoal também no espaço fora da casa e da família.

O estudo da evolução histórico-social da condição da mulher no Brasil, revela-nos também um quadro bastante complexo de relações entre os sexos que, a despeito de uma aparentemente

rígida delimitação nos papéis de homens e mulheres - quebrada sempre que necessário à sociedade -, não podem ser efetivamente reduzidas a uma relação pura e simples de opressão e subordinação da mulher ao homem.

Ou seja, a força do pater familias no Brasil, desde a época da colônia, como vimos, nunca anulou completamente o poder da mulher, glorificada através de uma idealização que freqüentemente a identificou com pessoas ou instituições santificadas e protetoras como a Virgem Maria, a Igreja, a madrinha, imagens de devoção e sacrifício. De seu lugar de menor poder e prestígio na sociedade, a mulher brasileira conseguiu encontrar formas de exercer sua influência discreta, velada, quase sempre indireta sobre a família e freqüentemente também sobre a vida pública, toda vez que se fazia necessário proteger filhos, genros e/ou afilhados.

Do mundo sentimentalizado da casa, de onde ela pouco se ausentava e quase nunca aparecia a estranhos durante o Brasil colônia, a mulher, como discutimos, exerceu seu mando, buscou formas de controlar o homem, os filhos, a família, usando como armas, muitas vezes, exatamente aquelas virtudes que se esperava de seu sexo: a fraqueza, quase sempre aparente, a doçura, a indulgência, a abnegação. Com seu modelo de recato, fidelidade e resignação, ela dominou, como vimos, no espaço da casa, criando naqueles à sua volta um tipo de dependência em relação a esta sua força e a este modelo sagrado que, assumindo formas as mais diversas, perdura até os nossos dias.

Isto é, durante todos estes séculos, a mulher brasileira, de dentro do espaço sentimentalizado do lar, tem dado

todo o amparo físico e emocional e até mesmo fornecido soluções práticas nos momentos difíceis e de crise por que passa seu marido; é ela quem o tem restituído à paz e ao equilíbrio, quem tem dado ordem ao seu dia a dia e quem tem, por diversas vezes, aumentado sua confiança e auto-estima; também é ela quem tem servido de intermediária, muitas vezes, entre o pai e o(s) filho(s), quem tem atendido às necessidades físicas e emocionais de seus filhos e organizado o seu cotidiano, quem, através da vigilância quase total sobre eles, impedindo inclusive que ajam "mal", os tem encaminhado para o sucesso e a realização profissional.

Enfim, a mulher brasileira, ao se tornar indispensável à vida do marido e dos filhos, contrabalança, como vimos, sua dependência financeira e sua posição de menor poder e prestígio na sociedade, com um outro tipo de dependência, não menos importante, a dependência, por parte dos familiares, de sua atuação no mundo doméstico.

A análise dos estudos existentes a respeito da mulher no Brasil, ilustrada pela literatura e música popular brasileiras no Capítulo III, nos mostram este poder informal, indireto e sutil praticado pela mulher sobre o marido e os filhos, a despeito do controle que sobre ela foi exercido primeiro pelo pater familias e mais tarde, a partir do final do século XIX, pelos novos poderes que surgem, como o poder da ciência, e que são responsáveis por reforçar a idéia da "natureza" feminina, do "instinto" materno, do sacrifício e da abnegação.

Uma válvula de escape e grande aliado da mulher na sua luta contra a opressão cotidiana foi, como vimos, o "nervosismo

feminino" - sua irritação, histeria, choro, dores e palpitações. Este, não só funcionou como uma válvula de escape aos abusos do pai-patriarca, do marido opressivo e da sociedade limitadora de seus passos, fazendo com que todos passassem a prestar maior atenção a ela e a lhe dispensar maiores cuidados, como também foi por ela usado sempre que se fez necessário se opor ao homem e obter dele e dos filhos certas atenções e concessões.

O período do pós-guerra assiste, como assinalamos, a uma intensa campanha a nível mundial, com o aval e o reforço das ciências (entre elas, a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a pedagogia), em que se propagava exaustivamente a imagem estereotipada da boa mãe no lar e se acentuavam as infelicidades e problemas de que são vítimas as crianças "abandonadas" pela mãe que trabalha.

Era necessário que as mulheres, especialmente as norte-americanas e européias, que se lançaram no mercado de trabalho como mão de obra substituta aos homens que lutavam no front, retornassem a suas casas, a fim de que eles pudessem reassumir seus cargos e funções.

A mulher brasileira da época e que foi bombardeada por toda esta ideologia européia e norte-americana que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos, assumiu seu papel, aceitando as responsabilidades pelo bom andamento de suas casas, êxito e felicidade do marido e saudável desenvolvimento das crianças. O casamento passou a ser visto como importante objetivo de toda mulher e a maternidade sua realização maior. Uma casa impecável, um marido bem-

sucedido e filhos fortes, felizes e saudáveis eram tudo que uma mulher podia desejar e esperar da vida então.

Como consequência da importância do casamento e da maternidade, vamos encontrar na mulher, como vimos, uma preocupação com a delicadeza, as boas maneiras, o ser "boazinha", altruísta, abnegada, não apenas como forma de "agarrar" e manter um marido, mas também como forma de disfarçar o firme controle que ela passou a exercer sobre o marido e filho(s), controle este quase sempre indireto, na base do "jeitinho" e da diplomacia e não da força.

Enfim, estas mulheres, como assinalamos anteriormente, de certa forma, aparentemente aumentando o poder do homem - tentando, inclusive, parecer por vezes mais "burras" e "fracas" do que seus maridos -, desenvolveram meios altamente eficazes de atingir uma posição autoritária forte, sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do marido.

Com perfeição a mulher tentou manter sua casa, submetendo-se a horários e à rotina tão necessários à boa criação dos filhos; por amor ela exerceu uma firme vigilância e controle sobre seus filhos, reforçando o discurso social que incentivava os filhos homens a se lançar às aventuras amorosas como forma de provar sua virilidade as filhas mulheres a se manter puras e castas com o objetivo de conseguir um bom casamento; também por amor ao marido e aos filhos, ela foi complacente com as "escapadelas" do cônjuge, desde que não comprometessem sua função de bom pai e chefe de família; e, não sem um certo rancor e melancolia, deixou de atender às suas necessidades para atender às necessidades da família. Mas, a seu modo,

indireta e discretamente, ela aprendeu também, como vimos, a cobrar por este seu sacrifício, por esta sua abnegação.

O estado de falso equilíbrio instalado pelo dever, pelo hábito, pela vivência do cotidiano em torno da perfeição como esposa, dona-de-casa e mãe, como assinalamos, não conseguiram impedir, no entanto, que viessem à tona sentimentos amargos de incompletude quanto à sua condição de mulher altruísta e abnegada que vive em função dos outros. Estes sentimentos, no entanto, eram quase sempre compensados com uma perfeição e controle ainda mais rígidos sobre a casa e a família como forma, inclusive, de camuflar sentimentos vergonhosos para alguém que tinha supostamente tudo, ou quase tudo.

Este despertar e ocultar de sentimentos considerados negativos não raro levou as mulheres a passar uma mensagem dupla a suas filhas. De um lado, sugeriam a libertação deste enredamento que aprisionava a mulher, através do investimento em uma carreira ou profissão, que poderia trazer a independência financeira. De outro, transmitiam a idéia de que o lugar da mulher era em casa, cuidando do marido e dos filhos e de que a maternidade era a mais sublime de suas vocações, dando um sentimento de completude à mulher.

O final dos anos 60 no Brasil assiste, como vimos, à escalada crescente dos movimentos feministas surgidos em diversos pontos do mundo e questionadores da velha ordem patriarcal que dava à mulher um lugar secundário na sociedade. A distinção homem-mulher passou a ser vista como mais política do que biológica e as mulheres de classe média brasileira - muitas das quais haviam freqüentado a universidade apenas enquanto espera-

vam um casamento -, como as mulheres de outras partes do mundo, começaram a investir cada vez mais em um trabalho ou profissão.

Os dois modelos - o de mãe perfeita e o de profissional competente - foram, então, como vimos, acoplados e a maioria das mulheres passou a buscar a excelência no lar e no trabalho fora de casa. Não conseguindo esta almejada excelência, a mulher brasileira passou a interiorizar uma sensação de fracasso e culpa por não estar conseguindo dar a devida atenção às duas esferas.

E, apesar dos papéis, dentro e fora de casa, terem ficado menos claramente delimitados, as relações de autoridade de forma geral - tanto entre mulheres e homens, quanto entre pais e filhos - terem sido questionadas e a maior participação do pai na criação dos filhos ter sido reforçada - como enriquecedora e gratificante para o homem e importante para a formação dos filhos -, o que se observa, na prática, tanto a nível do sujeito, quanto a nível da sociedade, é que a "nova" identidade atribuída à mulher brasileira parece ter apenas se ampliado para incluir seus novos interesses com a carreira e a profissão. O cuidado com a casa e a criação dos filhos continuaram a ser vistos pela sociedade como atividades essencialmente femininas e a mãe permaneceu como figura indispensável para o bem desenvolvimento físico e psicológico de seus filhos.

Tal fato parece ter levado as mulheres brasileiras, como assinalamos acima, não apenas a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes como a uma vivência conflituada no seu eu destes diferentes papéis, o que acreditamos vai se refletir em seu discurso. De um lado elas aceitam e acreditam no fato de

que as mulheres têm direito a uma vida própria, a um emprego e profissão e, de outro, continuam a acreditar que o lar é seu território e que ninguém pode e deve tomar o lugar da mãe.

Ou seja, elas ainda relutam, muitas vezes, de forma nem sempre consciente, em abandonar o controle no lar que sempre deu à mulher um tipo de poder - manipulando e tentando tornar dependentes dela seu marido e filhos, através da máscara de perfeição, compreensão e abnegação - que as compensou da falta de poder numa sociedade dominada por homens.

A análise das estratégias de controle, a partir do papel e da posição que o indivíduo ou grupo ocupam numa sociedade, empreendida no Capítulo IV, nos permitiu compreender melhor o uso pela mulher de modo geral e pela brasileira em particular destas formas mais indiretas e sutis para controlar e influenciar maridos e filhos que lhe são comumente atribuídas.

Como resultado de seu status de menor prestígio na sociedade, as mulheres foram levadas, como vimos, a usar abcrdagens indiretas - mais pessoais e menos fortes - mais frequentemente do que os homens, que tendem a fazer uso de formas mais diretas, pessoais e fortes.

Isto porque as regras sociais indicam que os maridos devem dominar suas esposas e filhos. Uma esposa abertamente competente e autoritária, faz com que o seu marido pareça fraco, tornando o comportamento de ambos - a força da mulher e a fraqueza do homem - desviante. Deste modo, se a mulher é quem realmente exerce o controle, ela terá que buscar táticas indiretas que assegurem, pelo menos no nível aparente, que o marido é quem manda.

Assim, as mulheres desenvolvem habilidades manipulativas como forma de sobrevivência ao maior poder masculino e à sua situação de inferioridade social. A influência silenciosa, velada, pode ser vista, portanto, como um meio altamente eficaz da mulher atingir uma posição autoritária forte, sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do outro.

No entanto, nas situações em que a mulher detém uma posição de autoridade fortemente delimitada, como é o caso do controle exercido sobre seus filhos numa época em que os papéis dentro de casa eram muito claros, ela sempre fez uso de formas diretas de controle, como as ordens, ameaças e reprimendas.

Deste modo, como forma de sobrevivência nesta situação patente de desigualdade social, as mulheres passaram a utilizar vários elementos que as oprimiam e as definiam enquanto mulheres - a fragilidade, a irracionalidade, as dores, a cobrança, a chantagem emocional e sua perfeição em casa - como formas bastante eficazes de influenciar maridos e filhos, levando-os a se desempenhar como elas desejavam, sem que eles, muitas vezes, tivessem consciência do controle exercido.

E, como discutimos no capítulo sobre a mulher brasileira atual, a maior participação no mundo do trabalho e o maior investimento na profissão, parecem não ter levado as mulheres a abandonar inteiramente o tipo de controle no lar que sempre exerceram sobre os maridos e filhos. Todavia, uma vez que as relações de autoridade dentro de casa foram questionadas e os papéis estão menos claramente delimitados, é possível que as mulheres atuais façam menos uso do que suas mães das formas mais diretas de controle como as ordens, ameaças e reprimendas.

A partir da análise e discussão empreendidas nos quatro capítulos teóricos e dos quais acabamos de resumir os pontos mais importantes, podemos agora delimitar melhor nossa hipótese principal, assim enunciada na Introdução,

Em grande parte como resultado do poder socialmente legitimado ter permanecido em nossa sociedade, por todos esses séculos, nas mãos dos homens e de seu confinamento no espaço da casa, as mulheres brasileiras foram levadas a fazer uso de estratégias sutis e manipulativas para exercer o controle e influenciar o comportamento dos maridos e filhos, estratégias estas que continuam a ser utilizadas, ainda que, muitas vezes, de forma contraditória e em menor grau, pelas mulheres atuais, a despeito das sensíveis mudanças ocorridas nas últimas décadas no papel e na posição da mulher em nossa sociedade.

e formular as seguintes hipóteses específicas:

a) Em grande parte como resultado da ilegitimidade social do controle exercido pela mulher no domínio público - consequência de seu confinamento à esfera doméstica e da elevação dos cuidados com a família e a educação dos filhos a destino "natural" e objetivo máximo da mulher -, que vigorava no período que se sucedeu à II Guerra Mundial, quando se tornaram mães, as mulheres brasileiras que se encontram na faixa dos 60 aos 75 anos de idade desenvolveram estratégias sutis e manipulativas para exercer o controle sobre os maridos e filhos.

Tal controle vai se dar através do uso, pela mulher,

de estratégias as mais diversas - como mostrar-se frágil, indefesa ou incapaz, ou utilizar dotes (físicos ou culinários, entre outros) ou males físicos (dores de cabeça, problemas de coluna, por exemplo) - para conseguir o comportamento desejado de seu marido e filhos.

Ele vai se refletir também em um discurso que vê os cuidados com a casa e com os filhos como uma tarefa essencialmente feminina. A mãe é vista como insubstituível na criação dos filhos e seu papel como esposa, essencial para o sucesso do marido.

Este dedicar-se ao bem-estar do marido e dos filhos, que torna a mulher indispensável - uma vez que ela passa a ser a única que conhece e domina os "segredos" do lar -, não apenas fragiliza seu marido e filhos, situando-os na posição de total dependência dela no que diz respeito à casa, como também leva a mulher a sentir-se no direito de cobrar deles tal dedicação. Isto é, esta dedicação transforma-se numa forma bastante eficaz de exercer controle sobre sua família, através do uso da cobrança e da chantagem emocional.

Do mesmo modo, a responsabilidade total pelo bom desenvolvimento e bem-estar dos filhos, leva a mãe a vigiá-los nos mínimos detalhes, transformando-se algumas vezes na melhor amiga e confidente deles - especialmente no caso das filhas mulheres, de quem se esperava pureza e recato com o fim de encontrar um bom casamento -, já que vão ser atribuídos a ela, em última instância, os méritos pelos sucessos e as censuras pelos fracassos de seus filhos.

Por outro lado, uma vez que os lugares de pai, mãe e

filhos eram bem delimitados na época em que se casaram e se tornaram mães e que as mulheres detinham uma posição de autoridade forte e clara com relação aos filhos, estes sujeitos vão lançar mão, com certa freqüência, de estratégias diretas de controle, como as ordens, ameaças e reprimendas, na educação de seus filhos.

b) As mesmas estratégias de controle sobre o marido e os filhos, usadas por estas mulheres de 60 a 75 anos de idade, vão estar presentes - ainda que em menor grau, de forma contraditória e, muitas vezes, não necessariamente de forma consciente - em suas filhas, mulheres que passaram a adolescência na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, se encontram na faixa dos 35 aos 45 anos de idade e têm pelo menos um filho.

A contradição é resultado da convivência, nestes sujeitos, de valores tradicionais - introjetados durante o período de sua socialização primária (a esse respeito, ver Berger & Luckman, 73; Nicolaci-da-Costa, 1987), a partir de um discurso que vigorava então e que situava o casamento e a maternidade como objetivos últimos e destino de toda mulher - e modernos - com que conviveu durante sua adolescência, época de grande questionamento dos papéis comumente atribuídos a ela. Este questionamento foi, em grande parte, desencadeado pelos movimentos feministas e pelas pesquisas acadêmicas na área da mulher. Aqui, cabe acrescentar, ainda, como assinalamos em nossa parte teórica, o discurso duplo que estas mulheres receberam de suas mães e que, de um lado incentivava o desenvolvimento profissional e, de outro, reforçava os antigos papéis femininos.

A vivência conflituada, no interior destes sujeitos, em níveis distintos de consciência, destes valores contraditórios internalizados nos vários momentos de sua formação (a esse respeito, ver, por exemplo, Nicolaci-da-Costa, 87), vai-se refletir, sob diferentes formas, no plano do discurso destas mulheres. De um lado elas aceitam e acreditam no fato de que as mulheres têm direito a uma vida própria, a um emprego e profissão e, de outro, elas não só continuam a acreditar que a mãe é indispensável para a boa formação de seus filhos - não importando que solução tenham encontrado para conciliar estas duas necessidades -, como também temem abrir mão do poder que as mulheres sempre detiveram no espaço da casa.

Assim, apesar de questionarem as estratégias de controle utilizadas por suas mães, continuam a fazer uso de muitas destas estratégias sutis e manipulativas para controlar e influenciar o comportamento de seus maridos e filhos, ainda que menos freqüentemente e, muitas vezes, tenham consciência de seu uso.

Acreditamos, no entanto, que como resultado das transformações sociais que levaram muitas destas mulheres a assumir um papel no espaço público - tornando menos claramente delimitados os papéis de pai, mãe e filhos dentro de casa - e do questionamento da autoridade forte, de modo geral, estes sujeitos vão fazer uso com menor freqüência, na educação dos filhos, das estratégias de controle mais diretas, como as ordens, ameaças e reprimendas, tão amplamente utilizadas por suas mães.

6.2- Sujeitos

A pesquisa de campo utilizou como sujeitos 8 pares de mães e filhas, divididos em 2 grupos, conforme especificado na hipótese:

Grupo I: mulheres primogênicas de classe média, com idade entre 35 e 45 anos, que passaram a adolescência na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e que têm pelo menos 1 filho.

Grupo II: as mães das mulheres do Grupo I, que têm idade entre 60 e 75 anos.

Os sujeitos foram, todos eles, recrutados entre pessoas conhecidas ou indicadas por conhecidos do pesquisador. Isto porque acreditamos que, ao terem uma relação, ainda que indireta, com o entrevistador, os sujeitos se sentiriam mais à vontade para falar sobre questões relativamente íntimas, como a sua relação com o cônjuge e os filhos e que eram imprescindíveis para o nosso estudo.

Como assinalamos em nossa Introdução, a escolha destas duas gerações foi motivada pelo fato de que ambas foram bombardeadas pelo que o discurso social de suas épocas considerava ser os principais papéis e posições da mulher na sociedade. No caso das mulheres de 35 a 45 anos de idade, estas sofreram a influência conflitante de diferentes valores, arcaicos e modernos, que persistem no discurso social e que foram internaliza-

dos durante fases distintas de suas vidas. De um lado a idéia de que o casamento é o objetivo máximo da vida de uma mulher e a maternidade sua realização maior e, de outro, o questionamento destas antigas idéias e o incentivo à busca de uma carreira e profissão como forma de atingir uma realização plena como ser humano.

Quanto a suas mães, ao contrário, sofreram a influência de um discurso uníssono que reforçava ainda mais a antiga idéia de uma identidade feminina construída a partir do marido, da casa e da criação dos filhos, confinando a mulher ao espaço privado do lar onde reinava quase absoluta como sua "rainha".

O meio urbano foi escolhido, como assinalamos em nossa Introdução, por acreditarmos que, neste meio, em decorrência de uma mudança mais acelerada de valores, normas, símbolos e crenças, vão coexistir atitudes e valores arcaicos e modernos.

No que diz respeito à escolha da classe média - mais especificamente da zona sul carioca - foi determinada pelo fato de acreditarmos, também como foi assinalado em nossa Introdução, ser esta a classe social mais atingida por esse processo de transformação de valores e modelos culturais que se opera nos meios urbanos modernos, em decorrência, entre outras coisas, de seu maior acesso a visões de mundo e a modelos estrangeiros.

Preferimos fazer uso de pares de mães e filhas a fim de, ao termos possibilidade de confrontar os depoimentos, melhor podermos observar as representações nas filhas do tipo de autoridade utilizado em sua casa e das expectativas de suas mães com relação ao papel a ser desempenhado e à posição a ser

por elas ocupada na sociedade quando adultas (a respeito do uso de pares de mães e filhas em pesquisa na área da mulher, ver Almeida, 1985).

Reduzimos nosso universo, no caso dos sujeitos do Grupo I a filhas primogênicas porque acreditamos que a relação tanto dos primeiros filhos com seus pais quanto a dos pais com relação a eles pode ser distinta da relação dos outros filhos. Sutton-Smith & Rosenberg (1970), por exemplo, afirmam a esse respeito:

In general, the firstborn are more achieving, affiliative, and conforming. There seems, as well, considerable evidence for the view that this is brought about by their special and continuing relationship with their parents, who expect more from them and treat them in an inconsistent manner. The firstborns' continuing need for reassurance and guidance appears to evoke contradictory behavior from the parents. The child seeks help but performs well. The parent gives help but is critically expectant of an even higher level of performance. (p. 107)

O fato de serem filhas primogênicas pode alterar, assim, a forma como nossos sujeitos vêm e lidam com a autoridade e as expectativas de seus pais. Do mesmo modo, o controle e as expectativas das mães com relação a elas pode também ser diferentes do controle e das expectativas com relação aos demais filhos.

A respeito de nossos sujeitos, é importante assinalar que, no Grupo II, das 8 mães entrevistadas, 2 são viúvas, 3 se separaram quando os filhos eram adolescentes - sendo que 1 delas casou-se novamente há mais de 20 anos - e as outras 3 são

casadas e vivem com seus maridos. Todas elas engravidaram logo após o casamento.

No que concerne ao campo profissional, 3 das mães haviam feito faculdade antes de casar - uma tinha, inclusive, dois cursos universitários -, abandonando seus empregos e carreiras com o casamento. Uma delas voltou a trabalhar quando os filhos chegaram à adolescência e a outra assumiu empregos esporádicos, como dar aulas particulares em casa, ao longo de sua vida. Além disso, 3 mulheres deste grupo tinham empregos como secretárias, que abandonaram para casar, e 2 fizeram faculdade mais tarde - uma delas, seu segundo curso universitário -, quando os filhos eram adolescentes e já estavam separadas de seus maridos. Destas, uma começou a trabalhar, estando aposentada no momento, e a outra está cursando uma segunda faculdade agora. Durante todo o período inicial de seus casamentos e até os filhos chegarem à adolescência, no entanto, todas as mulheres deste Grupo se dedicaram integralmente à casa, ao marido e à criação dos filhos.

No caso dos sujeitos do Grupo I (de filhas), com exceção de 1 das mulheres que se separou recentemente, todas as outras ainda se encontram no primeiro casamento, que já dura, em média, 20 anos. Das 8 entrevistadas, 2 delas engravidaram logo após o casamento e as outras 6 aguardaram pelo menos dois anos antes de ter seu primeiro filho.

Todas as mulheres deste grupo entraram para a faculdade, sendo que uma delas abandonou o curso, com o casamento, antes de terminar e 2 outras iniciaram o curso universitário, já concluído, depois de casadas. Das 8 mulheres deste grupo, 6

trabalham fora de casa e as outras 2 abandonaram tudo com o casamento e o nascimento dos filhos, assumindo agora, que eles estão mais crescidos, trabalhos esporádicos. Das 6 mulheres que investiram numa carreira, no entanto, 3 interromperam seus trabalhos por ocasião do casamento, retornando a suas atividades depois do nascimento dos filhos e nenhuma delas trabalha, no momento, em horário integral - 5 porque têm trabalhos que permitem um horário móvel e 1 porque optou por trabalhar à tarde e algumas noites a fim de permanecer em casa com o filho na parte da manhã.

Cabe acrescentar, ainda, que, no Grupo I, 2 outras mulheres foram entrevistadas mas tiveram que ser abandonadas como sujeitos. Uma delas porque a mãe havia falecido e a outra porque tivemos problemas para entrevistar sua mãe, às voltas com o retorno da outra filha que estava morando há algum tempo fora do país.

6.3- Procedimento

Cada um dos sujeitos foi por nós entrevistado em separado e nos locais e horários que lhes foram mais convenientes, o que fez com que, algumas vezes, as mães fossem entrevistadas antes de suas filhas e, em outras, o contrário. No entanto, nunca entrevistamos um par de mãe e filha sem que os 2 membros do par anterior tivessem sido entrevistados. Isto porque acreditamos que a interferência de um outro depoimento poderia dificultar para nós o confronto dos depoimentos de mãe e filha e

a possibilidade de alusão a pontos referidos por um dos membros do par. Pelo mesmo motivo também procuramos manter o menor espaço de tempo possível - que nunca ultrapassou uma semana e foi em média de 2 dias - entre as entrevistas de cada um dos membros do par.

As entrevistas se assemelharam mais a conversas informais e tiveram o que Nicolaci-da-Costa (1989) denominou "estruturação invisível". Isto é, apesar dos tópicos a serem abordados terem sido por nós estruturados a priori - a partir do que nos propusemos a analisar, conforme especificado nas hipóteses -, nenhum roteiro escrito foi utilizado e a ordem de emergência destes tópicos foi determinada pelo próprio fluxo da conversa. Todavia, sempre que a entrevistada deixou de abordar espontaneamente algum dos tópicos, foram formuladas perguntas a ele relacionadas.

A fim de melhor estruturarmos estes tópicos e organizarmos nosso roteiro, foram realizadas algumas entrevistas prévias com sujeitos de ambos os grupos e que não serão incluídos em nossa análise.

Este roteiro abrangia basicamente pontos a respeito dos seguintes tópicos: papel e posição de mulheres e homens na sociedade; importância da maternidade para a mulher; papel do trabalho fora de casa para a mulher; divisão de tarefas, incluindo-se aí o cuidado com as crianças; diferentes tipos de interferência na vida e na escolha da profissão dos filhos; tipos de valores passados por seus pais e suas mães; formas utilizadas por homens e mulheres para controlar filhos e cônjuges; tipos de interferência - da mulher em geral - de suas mães

ou filhas e delas próprias - no sucesso e bem-estar de maridos e filhos; uso ou não de meios distintos por homens e mulheres para conseguir as coisas em casa e na sociedade de modo geral; diferenças entre homens e mulheres em sua dedicação à casa e à família e sobrecarga decorrente desta dedicação.

Este tipo de entrevista não rigidamente estruturada foi por nós escolhida por duas razões. Primeiro porque, uma vez que todas as entrevistas foram por nós realizadas, com total controle sobre os tópicos abordados, o uso de um roteiro escrito podia ser dispensado.

Segundo porque estas entrevistas, ao se assemelharem a conversas, permitiam, a nosso ver, que os sujeitos se sentissem mais à vontade e descontraídos, possibilitando que se tornassem visíveis certos processos íntimos que, por não serem muitas vezes conscientes, eram freqüentemente desconhecidos dos próprios entrevistados (para uma discussão mais ampla a respeito do uso de diferentes técnicas de entrevista ver, por exemplo, Labov, 1972).

Tal fato foi de especial importância no caso das entrevistas com os sujeitos do Grupo I (de Filhas) porque acreditávamos, como especificado nas hipóteses, que estes sujeitos, apesar de questionarem as estratégias de controle utilizadas por suas mães, continuam a fazer uso de várias destas estratégias, sem muitas vezes terem consciência de que as estão empregando.

O fato de todas as entrevistas terem sido por nós realizadas - mulher e, como os sujeitos, casada e com filhos - fa-

mães quanto filhas, possibilitando, inclusive, por vezes, o desenvolvimento por parte delas de uma certa cumplicidade com a entrevistadora, com quem compartilhavam muitos pontos, dúvidas e problemas em comum. Esta cumplicidade, não apenas permitiu que os sujeitos tocassem em pontos mais íntimos, como também facilitou a comunicação entre entrevistador e entrevistados, uma vez que entre eles ocorria o que pesquisadores norte-americanos de análise do discurso e de análise da conversação denominam shared knowledge (a respeito, ver, por exemplo, Coulthard, 1983).

Por shared knowledge, ou conhecimento compartilhado, estes pesquisadores se referem ao ato de compartilhar, tanto de regras para interpretação de itens lingüísticos, como também de um conhecimento de mundo a que um falante pode fazer alusão ou apelar sempre que necessário para melhorar sua comunicação com o(s) outro(s). Caso o interlocutor não compartilhe deste conhecimento de mundo a que o falante se refere, ele não é capaz de entender sua emissão, bem como respostas a questões por ele colocadas¹.

Assim, o fato de entrevistador e entrevistados compartilharem conhecimentos, além de facilitar a comunicação entre eles, diminuiu também a possibilidade de erros de interpretação, por parte de seu interlocutor, tanto do que era dito pelo entrevistador quanto pelos entrevistados.

Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento das mulheres entrevistadas e transcritas na íntegra para efeito de análise², preservando-se de forma mais fiel possível o que foi dito (como, por exemplo, erros gramaticais, uso de

expressões coloquiais e gírias, pausas, hesitações e ênfase). Não foi utilizada, no entanto, uma transcrição fonética, uma vez que a análise de fonemas não era essencial para o tipo de pesquisa proposta. Uma vez transcritas, todas as entrevistas foram analisadas, segundo as categorias especificadas a seguir, no ítem Categorias de Análise³.

As transcrições das fitas foram feitas por uma profissional que, em caso de dúvida com relação ao que havia sido falado por algum dos sujeitos, recorria à pesquisadora. Como todas as entrevistas foram por esta realizadas, ao ouvir os depoimentos, a pesquisadora não teve maiores dificuldades em resolver os trechos ou palavras duvidosos. Nos poucos casos em que as dúvidas permaneceram, no entanto, as palavras ou trechos incompreensíveis foram substituídos por pontinhos e acima foi escrito "ininteligível".

Cabe acrescentar, ainda, que o uso do gravador foi aceito sem problemas por todos os sujeitos entrevistados. A fim de minimizar a inibição inicial e fazer com que os sujeitos se sentissem mais à vontade, contudo, a pesquisadora começava cada entrevista levantando questões e pontos mais amplos e atuais relacionados à questão da mulher e que não estavam diretamente ligados aos tópicos a serem abordados.

6.4- Categorias de Análise

A partir das questões formuladas nas hipóteses e com base na discussão empreendida no Capítulo VI - O Uso de Estra-

tégias Sutis e Manipulativas de Controle pela Mulher - e que resumimos acima, selecionamos as seguintes categorias de análise:

A - Formas diretas: Ordens, Ameaças e Reprimendas:

Estas estratégias, como discutido no capítulo anterior, são diretas e só são eficazes quando as mulheres detêm uma posição de autoridade forte com relação ao marido e/ou aos filhos.

B - Jeitinho:

Esta estratégia, ao contrário da anterior, é indireta e, como discutimos no capítulo anterior, é própria de quem detém posição de menor poder na sociedade. Ela consiste na manipulação sutil do outro, através de formas as mais diversas - que vão de mostrar-se frágil, indefesa e incapaz, ao uso de algum dote (como, por exemplo, seu desempenho na cozinha ou sua sensualidade) ou mal físico (dor de cabeça, problemas de coluna, por exemplo) - a fim de obter o que almeja.

C - Vigilância:

Esta estratégia é uma decorrência do fato de que a mãe é vista como inteiramente responsável pelo bom desenvolvimento e bem-estar de seus filhos. Assim, ela deve estar atenta a tudo, vigiar os filhos nos mínimos detalhes, uma vez que são dela, em última instância, os méritos pelo sucesso e as censuras pelo fracasso daqueles.

lhor amiga e confidente dos filhos, a fim de melhor poder conhecer seus medos, angústias, dificuldades e aspirações e, desta forma, controlar seu comportamento.

D - Cobrança e Chantagem Emocional:

Esta estratégia de controle está associada à suposta devoção incondicional da mulher à casa e aos familiares. Uma vez que ela acredita se dedicar demasiadamente ao bem-estar físico e emocional dos seus, sente-se no direito de cobrar por isso.

Também vamos encontrar aqui uma forma especial de cobrança, a chantagem emocional, que, como discutimos no capítulo anterior, é muito mais sutil e especial, porque apela para o sentimento e a culpa do outro.

E - Fragilização do marido e dos filhos: cuidados com a casa e os filhos como tarefa feminina e visão da mãe como insubstituível na criação dos filhos:

Esta estratégia de controle está ligada ao fato de que o domínio da casa é visto como basicamente da mulher. Só ela conhece e pode ter perfeito controle sobre os segredos do lar. Isto leva a mulher a ser percebida como indispensável no espaço doméstico e tem como consequência uma fragilização do marido e dos filhos, que ficam na posição de total dependência dela.

Tal domínio no espaço doméstico tem como desdobramento a crença de que a mãe é insubstituível na criação dos filhos. Ao situá-la como insubstituível na sua criação, a mulher, de certa forma, minimiza o papel do pai, passando a exercer total

controle e tendo em suas mãos toda a responsabilidade pela vida e bem-estar dos filhos.

6.5- Análise dos Resultados

Ou você luta, ou você é esmagada pela vida, mas isto é obra, isto está dentro de todas as pessoas. Apenas as pessoas aprimoram ou não isto e, se recebem uma educação para se valerem do casamento como muletas para vencer na vida, realmente isso é triste, é uma lástima, mas o que é que se há de fazer?

(I.C. - mãe entrevistada)

O critério básico adotado para analisarmos os dados foi o de selecionar os segmentos das entrevistas em que os sujeitos faziam referência, direta ou indireta, ao uso de cada uma das 5 estratégias de controle que constituíram nossas categorias de análise.

O ideal seria que uma transcrição completa das entrevistas fosse anexada ao trabalho como Apêndice. Entretanto, como assinalamos em Nota, esta transcrição cobre um número tão elevado de páginas que optamos por nos restringir a incluir apenas aqueles segmentos das entrevistas que usaremos como exemplos em nossa análise.

Há diversas formas de se proceder a uma análise de discurso ou de conversação e não cabe aqui nos estendermos sobre cada uma delas (a esse respeito ver, por exemplo, Coul-

thard, 1977; Van Dijk, 1985; Orlandi, 1983; Tannen, 1984; Fowler, Hodge, Kress & Trew, 1979; entre outros). Esta área, interdisciplinar e relativamente recente, abarca uma impressionante variedade de abordagens teóricas e descritivas. Como exemplos podemos citar o estudo da narrativa em disciplinas as mais diversas como a Antropologia, a Lingüística, a Semiótica, a Psicologia, a Sociologia e a Comunicação de Massas, entre outras, e a atenção cada vez maior que tem sido dada à análise do estilo, da retórica, da argumentação e da persuasão em distintas áreas das Ciências Humanas e Sociais (ver, a esse respeito, por exemplo, Van Dijk, 1985, 4 vols).

Este trabalho não foi concebido como um estudo acadêmico na área de Lingüística. Assim, nossa atenção não se concentrou em aspectos, como os semânticos, sintáticos e estilísticos, que seriam de fundamental importância para uma análise lingüística (como exemplo deste tipo de trabalho, podemos citar, entre outros, o de Tannen, 1984). Faremos menção, portanto, a estes aspectos apenas quando necessário para fundamentar, reforçar ou esclarecer nossas posições.

Antes, preferimos tentar um tipo de análise de discurso menos convencional, a partir da qual pudéssemos inferir, da fala de nossos sujeitos, seu comportamento e os sistemas ideológicos subjacentes a tal comportamento. Ou seja, estamos propondo um modelo de análise que pretende investigar, a partir da fala de nossos sujeitos, exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de idéias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, e que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos (para um tipo de análise

semelhante, mas com relação a artigos de jornais e revistas, ver, por exemplo, Trew, 1979; Orlandi, 1983; Rocha-Coutinho, 1990, 1991).

Este tipo de análise nos pareceu mais apropriado, uma vez que vai ao encontro de uma série de posições teóricas por nós defendidas no decorrer do trabalho. Entre estas posições se inclui o fato de que nos parece impossível dissociar o uso de diferentes estratégias de controle por parte de homens e mulheres de um complexo sistema de idéias. Da mesma forma, ao optar por este tipo de análise, estamos pressupondo a impossibilidade de se dissociar linguagem e ideologia. E, ao empregarmos aqui o termo "linguagem" e não "língua", o estamos fazendo propositalmente para nos referirmos ao fato lingüístico global e não a seus aspectos puramente gramaticais.

Além disso, acreditamos que este modelo de análise nos permite atingir melhor nossos objetivos do que um modelo de análise do conteúdo do discurso de cunho mais quantitativo como, por exemplo, uma Análise de Conteúdo (a esse respeito ver, por exemplo, Bardin, 1980), tradicionalmente utilizada em Psicologia em situações desta ordem. Isto porque, como nos referimos acima, este tipo de análise nos permite inferir do discurso de nossos entrevistados, não apenas seu comportamento efetivo - no caso, os tipos de estratégias de controle por eles utilizados -, como também os diferentes sistemas de idéias que convivem, em harmonia ou conflito, no interior destes sujeitos e que estão subjacentes a seu comportamento.

Tal possibilidade nos é extremamente útil, tanto no

curso social aparentemente uníssono, quanto no caso dos sujeitos do Grupo I que, como assinalamos reitaradas vezes, foram expostos a sistemas de idéias distintos e, muitas vezes, conflitantes em importantes momentos de sua formação.

Nossa análise das entrevistas foi subdividida, assim, em 5 ítems - Formas Diretas: Ordens, Ameaças e Reprimendas; Jeitinho; Vigilância; Cobrança e Chantagem Emocional; e Fragilização do marido e dos filhos: cuidados com a casa e os filhos como tarefa feminina e visão da Mãe como insubstituível na criação dos filhos -, que correspondiam às 5 categorias de análise por nós propostas. Para cada um desses ítems, que se correlacionava, na verdade, com uma estratégia de controle, procuramos selecionar os segmentos das entrevistas em que os sujeitos faziam referência, direta ou indiretamente, ao uso desta estratégia. A partir daí buscamos inferir do discurso dos sujeitos, seu comportamento efetivo e a visão que tinham deste comportamento, situando-o, então, quase sempre, dentro do sistema de idéias a que ele se referia.

Geralmente, em nossa análise, procuramos nos concentrar primeiro no Grupo II (de Mães) e depois no Grupo I (de Filhas). Esta ordem, no entanto, não foi fixa e, sempre que necessário, o depoimento do grupo de mães foi contraposto ao depoimento do grupo de filhas, buscando-se, deste modo, ver a representação do comportamento das mães em suas filhas.

Cabe ressaltar, ainda, que, uma vez que as formas diretas de controle são bastante restritas e de uso limitado para as mulheres, conforme assinalamos no Capítulo VI, contrapondo-

... as formas indiretas e manipulativas, elas fo-

ram tratadas como um bloco e, portanto, em nossa análise não discriminamos Ordens, Ameaças e Reprimendas.

6.5.1- *Formas diretas: Ordens, ameaças e reprimendas*

Talvez essa minha autoridade toda tenha vindo da autoridade que ele tenha me dado.

(D. - mãe entrevistada)

A partir da análise das entrevistas, podemos verificar uma maior incidência do uso destas estratégias de controle mais diretas - ordens, ameaças e reprimendas - por parte dos sujeitos do Grupo II (de Mães) do que por parte dos sujeitos do Grupo I (suas filhas). Assim, no Grupo II encontramos depoimentos como:

Eu fui muito brava, muito brava ... a minha filha foi um verdadeiro saco de pancada. Ela era demais ... de levadice de criança (Sujeito I M).

Botava de castigo e, menorizinhos, às vezes, dava uma palmadinha (Sujeito III M).

Eu sempre fui severa, sempre me impus. Eu sempre exigi, acima de tudo, respeito, porque não acredito em amor, em convivência pacífica sem respeito (Sujeito V M).

Eu sempre, assim, digamos, quando não obedeciam, eu dizia: "Olha, só vai à praia se fizer isto. Se não fizer, não vai à praia, tá de praia cortada" (Sujeito VII M).

Eu procurei orientá-las bem ... eu fui muito severa, obriguei mesmo (Sujeito VIII M).

Este uso de estratégias de controle mais diretas, que apelavam para o castigo e até para a punição física, quando necessário, é, inclusive, confirmado por suas filhas, os sujeitos do Grupo I (de Filhas):

Minha mãe ... era muito direta, saía logo no tapa ... A figura da minha mãe era, era a figura da dureza dentro de casa ... Minha mãe foi sempre, era, sempre foi a figura mais de durona dentro de casa, mais forte, mais durona, tá? (Sujeito I F)

Ela era rigidíssima ... parecia um general ... Ela que mandava, mas assim demais mesmo. (Sujeito II F)

Minha mãe falava, a gente fazia; às vezes nem falava, só olhava, a gente já sabia e fim de papo, fazia, nem tinha por onde, falava, tá falado ... Ela já tinha uma autoridade nela mesma tão grande que só apanhei uma vez porque botei fogo num recorte, quase matei todo mundo, de brincadeira. Acho que foi a única vez que levei um tapa ... ela só olhava assim e pronto. (Sujeito V F)

A minha mãe, minha mãe é que é controladora até hoje. Eu vivia brigando com o meu pai por causa da minha mãe, porque eu acho que ele tem medo dela. (Sujeito VIII F)

É interessante notar, aqui, a forma assertiva, direta e pessoal com que quase todas as mães falam sobre este rígido controle que exerciam sobre as filhas, como pode ser observado pelo uso das afirmativas Eu fui muito brava, Botava de castigo, Eu sempre fui severa, sempre me impus. Este tipo de fala assi-

ta que vai aparecer, inclusive, no discurso de algumas filhas ao se referir a suas mães:

Mamãe é uma pessoa muito positiva, tá? Sempre soube, sempre tinha certeza de tudo, não era muito de vacilar, não. (Sujeito I F)

Eu acho que a diferença fundamental da minha geração prá geração da minha mãe, é que a minha geração pensa ... repensa as coisas ... e a geração dela, não ... Elas vivem mais dentro daqueles padrões e acabou. Vai prá frente. Elas não repensam, não têm dúvida nenhuma. (Sujeito IV F)

Minha mãe impunha aquele ritmo ali, era aquilo ... era isso aí. (Sujeito V F)

Este grau de certeza, presente na fala das mães, contrasta com uma maior insegurança no discurso das filhas, onde aparece, na maior parte das vezes, uma série de dúvidas com relação à melhor forma de educar os filhos, surgindo, por exemplo, a culpa por não estar se desempenhando direito, ou o sentimento de despreparo para educar filhos. Desta forma, uma série de divisões e contradições - como, por exemplo, a reprodução do comportamento autoritário e superprotetor, co-ocorrendo com um questionamento da atitude autoritária forte e superprotetora de suas mães - vai estar presente no discurso destes sujeitos:

Eu acho, eu me sinto culpada, eu tenho uma culpa muito grande, porque eu acho que eu não tava preparada prá ter filhos. (Sujeito I F)

Eu acho que nesse ponto de educação de filho, eu acho que eu sou xerox da minha mãe, de con-

trolar as coisas. Não, tem, tem uma, tem alguma diferença ... eu deixo a responsabilidade com as minhas filhas, o que não havia, eu dou possibilidade. (Sujeito IV F)

Eu tenho muita dificuldade, eu acho que eu tenho um temperamento forte até, mas eu tenho muito constrangimento em ver que eles não têm capacidade de escolher o melhor prá eles na vida, em determinadas situações, né? ... O controle do que fazer, do que pode, dos limites, do que é permitido e tal, é difícil.
(Sujeito VI F)

Estas dúvidas, divisões e contradições podem se expressar no discurso, como podemos observar nos depoimentos acima, através do uso de recursos lingüísticos que indicam indecisão - como Eu acho, Sei lá - ou podem ser diretamente verbalizadas - como, por exemplo, no Sujeito VI F (Eu tenho dificuldade; é difícil). Em ambos os casos, podemos ver um contraste entre a fala da incerteza, da dúvida, das filhas e a fala direta e carregada de certezas de suas mães.

Acreditamos que a maior incidência do uso de estratégias de controle mais diretas por parte das mães, o maior grau de certeza presente em seu discurso com relação à melhor forma de educar suas filhas - com pulso forte -, decorrem do fato de que, como assinalamos anteriormente em nosso trabalho, até o final da década de 60 - quando eclodiram vários movimentos que questionaram todas as formas de autoridade, entre eles, os movimentos feministas -, os papéis sociais de pai, mãe e filhos eram bem mais claramente delimitados na sociedade.

Assim, a mulher sabia muito bem o que podia e o que não podia fazer ("Eu sei o que eu posso fazer ou não. Então eu

chego assim pro meu marido 'Vou fazer isso, aquilo', e ele não se opõe" - Sujeito III M). E, muitas vezes, a posição autoritária forte da mulher em casa era incentivada e reforçada pelo próprio marido. O depoimento a seguir é exemplar neste sentido:

*Talvez essa minha autoridade toda tenha vindo da autoridade que ele tenha me dado.
(Sujeito VIII M)*

Isto é, quase sempre, ao pai cabia o papel de provedor das necessidades econômicas da família e à mãe, o cuidado com a casa, com o marido e a educação dos filhos. Esta clara delimitação de papéis na família antiga vai aparecer tanto no discurso das mães, quanto no discurso das filhas. Neste último caso, os sujeitos se referem à situação de seus pais:

Meu marido achava que a educação dos meninos era por minha conta. (Sujeito II M)

*Eu é que cuidava dos meninos e o meu marido concordava com as minhas decisões.
(Sujeito VI M)*

*Eu é que decidia mais ... Quando o meu marido precisa exercer a autoridade dele, ele exerce, mas é que as coisas, ele trabalha muito, chega em casa muito cansado, eu já resolvi.
(Sujeito VIII M)*

Minha mãe era a figura forte ... porque o meu pai não tava nem aí prá nada. (Sujeito V F)

*Quem dava conta das coisas do dia-a-dia, do cotidiano, sempre foi a minha mãe.
(Sujeito VII F)*

A figura da minha mãe era, era a figura da, da dureza dentro de casa e a figura do meu pai era da moleza. (Sujeito I F)

Meu pai deixou tudo muito por conta da minha mãe em casa. (Sujeito II F)

Minha mãe era responsável pelos filhos e meu pai pelo dinheiro ... Aí era uma divisão tão clara, total, filhos, ela, dinheiro, ele, claro nítido. (Sujeito IV F)

Como decorrência desta clara delimitação de papéis e posições, vai aparecer de forma muito marcante no discurso das mães, uma grande preocupação com a ordem, com o horário, com o que podia e o que não podia ser feito. Enfim, tudo era muito bem estabelecido, as regras eram bastante explícitas:

Mostrava o bom, mostrava o ruim e os meus filhos cediam (Sujeito I M)

Eu procurei organizar, procurei organizar a vida dos meus filhos. Eles sabiam mais ou menos a hora de dormir, os horários mais ou menos certos. Eles tinham aquele ritmo, na hora do passeio, era a hora do passeio ... Não precisava dizer 'Precisa fazer aquilo, precisa fazer isso' ... Eu acho, aliás, isso eu aconselhei muito minha filha, prá ela procurar educar desde bebezinho, porque se começa a pegar o bebezinho, a não ter hora prá dormir, a não ter hora prá nada, não é depois de grande que conser-ta. Tem que ir naquele ritmo. Eu acho que ajuda até a mãe, porque isso passaram prá mim e aliás passei prá minha filha. (Sujeito III M)

Era uma mãe assim muito preocupada. Elas chegavam do colégio, trocavam de roupa, imediatamente iam fazer o dever. Eu não deixava dever pro dia seguinte. (Sujeito VIII M)

É importante notar que as formas mais diretas de controle - as ordens, ameaças e castigos -, bem como a preocupação com a ordem e os horários, aparecem também no discurso dos su-

jeitos do Grupo I (de Filhas). No entanto, podemos afirmar que elas são menos freqüentes e, quase sempre, se apresentam de forma contraditória, como pode ser observado no fato de que a afirmativa de seu uso é quase sempre seguida de um questionamento mais adiante.

No caso das ameaças, por exemplo, podemos observar em dois sujeitos deste grupo (IV F e V F) o uso da figura de autoridade do marido como meio de conseguir dos filhos o comportamento desejado quando todas as outras formas se esgotam. No entanto, ambos os sujeitos afirmam acreditar fortemente que o diálogo é a melhor forma de se lidar com os filhos. E, no caso de uma delas, surge a culpa pelo fato de estar fazendo uso desta estratégia e estar repetindo um comportamento que repelia na mãe.

No sujeito IV F, por exemplo, aparece um questionamento claro ao fato de sua mãe - que ela considera bastante autoritária - fazer uso da autoridade do pai quando outras formas de controle não funcionavam. No entanto, apesar da culpa que sente, ela se deu conta de que, muitas vezes, lança mão deste mesmo recurso:

Eu falo, falo, repito várias vezes "Não faz", entra por aqui e sai por aqui, ninguém respeita. Então eu ameaço dizendo que quando o pai chegar vai arrebentar "Olha seu pai, hein? Quando ele vier, vem arrebentando. Seu pai vai arrebentar vocês".

Também o sujeito V F, separada do marido, ameaçava mandar suas filhas, quando no início da adolescência, para a

casa do pai todas as vezes que a discussão com elas chegava a um impasse:

Tinha que fazer o que eu achava, ou então ia para a casa do pai: "Ah, não dá, não dá", "Então, pode ir prá casa do seu pai e fica lá, porque aqui é assim. Se não der, o que é que eu posso fazer? Se não está satisfeita aqui, tem toda a liberdade ..."

É interessante notar que o uso deste recurso - ameaçar contar ao pai - é rechaçado pela maior parte das mães (Grupo II) que acham que o marido trabalha o dia todo e deve ser poupado dos problemas com os filhos. Até porque, como afirma um dos sujeitos - opinião compartilhada pela maioria -, o marido "trabalha o dia inteiro, o pouco tempo que ele fica em casa não é prá se aborrecer com os problemas das crianças" (Sujeito VI M). Assim, quase todas elas são categóricas: "Eu nunca esperei o marido chegar" (Sujeito I M).

Uma das mães, inclusive, conta como ela puniu uma de suas filhas por ter ido contar ao pai o que havia acontecido em casa na sua ausência:

Uma vez tinha havido qualquer coisa lá em casa. Eu disse prá ela: "Quando seu pai chegar não tem nada prá contar, hein?" ... Ele botou o carro prá dentro: "Papai, tititi, tititi". Peguei ela, levei lá dentro, peguei pimenta, passei-lhe na boca e nunca mais ela foi falar. (Sujeito I M)

Além disso, a educação dos filhos era vista como uma atribuição da mãe e este contar para o marido, esperar que ele

chegasse para resolver o problema, segundo estas mulheres, podia, inclusive, tirar sua autoridade enquanto mãe. O depoimento a seguir é exemplar neste sentido:

A obrigação era mais minha, porque ele já saía, trabalhava ... Foi sempre uma coisa que eu procurei fazer, eu nunca fui mãe prá dizer aos meus filhos pequenos: "Você não faça isso, se você fizer, vou fazer queixa ao seu pai". Isso nunca fiz, porque eu acho que estava tirando a minha autoridade. (Sujeito III M)

Finalmente, cabe assinalar a grande preocupação, por parte dos sujeitos do Grupo I (de Filhas), como mencionamos anteriormente, em, ao contrário do que suas mães faziam, não se impor autoritariamente sobre os filhos. Para estas mulheres, a melhor forma de educar crianças é através do diálogo, da conversa franca e aberta com elas. E, apesar de algumas mulheres deste grupo terem afirmado que a autoridade pode e deve ser usada como um último recurso no caso do diálogo falhar, para outras a imposição autoritária não funciona em nenhuma circunstância e, portanto, não deve ser usada nunca. Os dois depoimentos abaixo são exemplares neste sentido:

Converso muito, tento levar no papo. Geralmente eles atendem, né? Senão, você tem que mostrar sua autoridade. Mas geralmente dá certo. (Sujeito III F)

Eu sempre achei, acreditei, que conversando, mesmo com a criança pequena, dava resultado ... Eu acho que só há um jeito, tentar o diálogo. Acho que não tem outro jeito. A autoridade é um modelo que não funciona na política, na economia, como é que vai funcionar na economia doméstica? (Sujeito VI F)

diretas, concordaram com o fato de ser o jeitinho uma forma bastante antiga, que vem de suas antepassadas e é amplamente usada pela mulher até hoje, para conseguir o que almeja:

A mulher sempre teve formas de dar um jeitinho. Isso veio das minhas avós, da minha mãe com o meu pai. Meu pai era uma pessoa meiga mas ele era tímido, ele não era de falar, não. Mas a minha mãe contornava, era aquela coisa sábia que a mulher tem, de saber contornar uma situação. (Sujeito VI M)

O uso do jeitinho, inclusive, é visto pela maior parte das mulheres entrevistadas como uma forma de sobrevivência da própria mulher, como uma sabedoria, uma esperteza feminina, uma arma de que ela pode lançar mão num mundo em que o poder maior, pelo menos o poder aberto, sempre esteve nas mãos dos homens. Assim, "a gente tem que exercer o mando, sem que eles percebam, né? com mãos de gato" (Sujeito VIII M). Ou, como afirmaram outros sujeitos:

Eu acho que uma mulher pode ser uma boa engenheira, da mesma forma que um homem pode ser um bom engenheiro ... Acontece que, desde que o mundo é mundo, a mulher é o sexo frágil, então, estabeleceu-se isso. Eu acho que com essa pseudo-fragilidade a gente consegue muito mais coisas ... Eu acho que a mulher sabe, não é se impor, porque a mulher esperta, ela consegue o que quer em casa. (Sujeito I F)

Ah, a mulher sempre deu um jeitinho, sempre. É, não sei se isso é uma característica feminina, mas é também, é um modo de sobreviver, não é? Eu acho que não é propriamente uma característica, vamos dizer, social, porque é um modo de sobrevivência, não é? (Sujeito II M)

deveria comer para crescer forte e sadio, os horários rígidos das refeições, do estudo, do brinquedo, de se voltar para casa (quando adolescentes) - e o desvio não era muito bem visto, isto quando não era condenado.

Assim, é muito comum nos sujeitos do Grupo II (de Mães) uma atenção toda especial com a manutenção das aparências, com o mostrar, ainda que apenas a nível externo, que tudo estava muito bem e que elas não haviam falhado em seus papéis. Os depoimentos abaixo de duas filhas podem bem ilustrar este fato:

Acho que a figura delas externa era tão importante, mas tão importante a parte externa, que não interessava o que passava dentro, o importante era manter as aparências ... vida perfeita, casa perfeita, ninguém entrava na sala, não sei que, aqueles lances ... filhos bonitinhos, limpinhos, agora, o que tava rolando por trás ia rolando. (Sujeito IV F)

A minha mãe sempre se preocupou com os outros, ela sempre teve aquele negócio de mostrar pros outros que era uma mãe de família exemplar, enfim, dona de casa, mulher, esposa, mãe. (Sujeito VII F)

No caso das mulheres do Grupo I (de Filhas), a dúvida e, por vezes até a contradição em seu discurso, são resultado de mudanças sociais ainda em curso no que diz respeito à posição e ao papel da mulher na sociedade. Estas transformações as situam num momento de transição de valores antigos para valores mais modernos e têm como consequência a coexistência no interior destes sujeitos, como assinalamos anteriormente, em níveis diferentes de consciência, de ambos os grupos de valores. A

preocupação com as aparências de suas mães e a vergonha que sentiam com o comportamento discordante são substituídas por uma enorme angústia e culpa - culpa por estarem negligenciando sua casa e filhos, culpa por não estarem se desempenhando tão bem quanto desejariam em seu trabalho e profissão -, como discutiremos mais adiante.

6.5.2- *Jeitinho*

Ah, a mulher sempre deu um jeitinho, sempre. É, não sei se isso é uma característica feminina, mas é também, é um modo de sobreviver, não é?

(C. - mãe entrevistada)

O jeitinho, a manipulação do outro, seja este outro o marido e/ou os filhos, aparece em ambos os grupos de sujeitos. Esta estratégia de controle indireto pode variar muito, dependendo do sujeito e da pessoa a quem está direcionada, como podemos observar no discurso do Sujeito II M:

Em geral, o jeitinho é agradando, né? De qualquer forma, né? Dizem, diziam os antigos que a gente pegava o marido pelo estômago, não é? Pois é. Pode pegar pelo sexo também, não é? Cada um conforme a sua preferência, né?, dele e dela. Mas que há esse jeitinho, há sim, sem dúvida.

Quase todas as mulheres entrevistadas, mesmo aquelas que questionaram o seu uso e afirmaram preferir as formas mais

diretas, concordaram com o fato de ser o jeitinho uma forma bastante antiga, que vem de suas antepassadas e é amplamente usada pela mulher até hoje, para conseguir o que almeja:

A mulher sempre teve formas de dar um jeitinho. Isso veio das minhas avós, da minha mãe com o meu pai. Meu pai era uma pessoa meiga mas ele era tímido, ele não era de falar, não. Mas a minha mãe contornava, era aquela coisa sábia que a mulher tem, de saber contornar uma situação. (Sujeito VI M)

O uso do jeitinho, inclusive, é visto pela maior parte das mulheres entrevistadas como uma forma de sobrevivência da própria mulher, como uma sabedoria, uma esperteza feminina, uma arma de que ela pode lançar mão num mundo em que o poder maior, pelo menos o poder aberto, sempre esteve nas mãos dos homens. Assim, "a gente tem que exercer o mando, sem que eles percebam, né? com mãos de gato" (Sujeito VIII M). Ou, como afirmaram outros sujeitos:

Eu acho que uma mulher pode ser uma boa engenheira, da mesma forma que um homem pode ser um bom engenheiro ... Acontece que, desde que o mundo é mundo, a mulher é o sexo frágil, então, estabeleceu-se isso. Eu acho que com essa pseudo-fragilidade a gente consegue muito mais coisas ... Eu acho que a mulher sabe, não é se impor, porque a mulher esperta, ela consegue o que quer em casa. (Sujeito I F)

Ah, a mulher sempre deu um jeitinho, sempre. É, não sei se isso é uma característica feminina, mas é também, é um modo de sobreviver, não é? Eu acho que não é propriamente uma característica, vamos dizer, social, porque é um modo de sobrevivência, não é? (Sujeito II M)

Prá conseguir burlar esse controle masculino, depende da mulher. (Sujeito I F)

As formas de manipulação utilizadas pelas mulheres por nós entrevistadas, segundo seus depoimentos, foram as mais diversas. No caso das mulheres do Grupo II (de Mães), o jeitinho usado variou de:

- a) amarrar a cara e ficar muda, como em

Eu tenho por hábito, eu tenho muito, eu posso amarrar a cara, aí é a pior coisa prá ele. Quando eu fico de cara amarrada e calada, ele fica doido, ele não tem o que falar, com quem falar e eu fico dentro de casa com cara amarrada. Aí ele fala: "Tá bom, pronto, tá aqui!" (Sujeito I M), a

- b) fingir que concorda com o marido, para dar apoio a ele e depois, aos poucos, ir dando sua opinião, como em

Ele necessitava demais do meu apoio. Se eu não concordasse, era como se eu tivesse tirado o chão dos pés dele. Então, muita coisa eu fingia que concordava, depois, então, a gente vai chegando ... (Sujeito II M), a

- c) tentar agradar, como em

Eu procuro agradar muito o meu marido, eu procuro fazer mais as coisas que ele gosta, essas coisas assim (Sujeito III M), a

- d) chorar, como afirma fazer o Sujeito IV M toda vez que a si-

tuação ficava tensa, mais séria e ela tinha que contar alguma coisa:

Na hora que eu sentia que tinha um clima, pintava um clima de mais seriedade, eu chorava, contava toda a verdade, a

- e) fazer uso da paixão ou do desejo que a mulher percebia que o marido sentia por ela, como em

No meu primeiro marido, eu adquiri dele um controle muito grande, apesar dele ser completamente autoritário. Ele viveu uma paixão por mim, eu descobri que ele tinha paixão por mim, eu comecei a manipular completamente, a ponto de eu dizer assim, quando eu tava, não agüentava mais, que eu tinha decidido me separar ... Depois que eu descobri o meu trunfo, que ele gostava de mim sexualmente, ele dizia isso, então era um trunfo. Então eu fazia, eu conseguia, arrasando ... A gente tem menos poder. Eu arrasava ele, eu arrasava assim fazendo ele ficar nervoso. Quando ele tava nervoso "Agora eu vou prá minha mãe" ... Eu pegava o táxi e ia prá casa da minha mãe. Ele ia lá ajoelhar "Eu juro que nunca mais ..." e eu "Então tá bem, então vamos". Eu ia manipular (Sujeito IV M), a

- f) tentar contornar as coisas, fazendo uso da chamada "intuição feminina", ou, para usar o termo empregado por um dos sujeitos, usando o seu feeling, como em

O jeitinho é mais da natureza feminina. Você vê, por exemplo, um homem e uma mulher, quando o homem é muito, tem o gênio um pouco esquisito, assim meio brusco, a mulher sempre consegue chegar lá porque ela ... é a tal coisa do feeling, tem que ter feeling prá ir lá, mexer naquele espacinho dele e ela consegue amenizar ... É aquela coisa sábia que a mulher tem, de

saber contornar uma situação (Sujeito VI M), e, finalmente, a

g) omitir informações e contar ao marido apenas aquilo que a mulher acha que convém, ora fazendo-se de boba, de comediantes, como assinala o Sujeito IV M,

O meu segundo marido diz que eu uso o jeitinho prá tudo. É um defeito, eu sei. Perante a geração de vocês, é defeito. Então eu continuo com o jeitinho. Eu só conto o que me convém, na hora que convém. Antigamente eu tinha uma gavetinha de assuntos na minha cabeça, acredita? Era o assunto, na hora romântica tinha assunto só de amenidades, sabe?, amenidades e o meu marido dizia: "Adoro quanto tô com sono e você começa a contar essas coisas, essas historinhas que você tem do que fez durante o dia",

ora para evitar atritos entre o pai e os filhos, como nos depoimentos do Sujeito II M:

Muita coisa até para não dar assim algum estouro, alguma coisa, não é?, eu contornava, não é? ... muita coisa eu encobria, sabe? Então não havia nenhum choque, muita coisa eu tive que ir encobrindo.

Com relação ao depoimento do último sujeito (II M), cabe assinalar que, a seu ver, o fato da mulher ter que encobrir as coisas, na verdade, demonstra que, apesar dela assumir toda a responsabilidade dentro de casa, o chefe da família continua sendo o homem. O trecho abaixo do depoimento deste sujeito pode bem ilustrar tal fato:

Por mais que a mulher assumisse a educação dentro de casa, a responsabilidade doméstica de compras, disso e daquilo, realmente o chefe da família continuava a ser sempre o homem. Inclusive isso de eu esconder muita coisa do meu filho em relação a ele é porque eu o considerava o chefe, né? Eu tinha que tapear o chefe, senão abriria o jogo. (Sujeito II M)

No caso das mulheres do Grupo I (de Filhas), podemos dizer que o uso do jeitinho quase que se restringiu a lançar mão de algum mal físico - como dor de cabeça, problemas de coluna ou outros -, tanto ao falar de sua utilização desta estratégia, quanto ao falar do uso desta estratégia por parte de suas mães e avós.

Os seguintes depoimentos são exemplares do discurso destas mulheres com relação ao uso do jeitinho por parte de suas mães e avós. Com exceção do primeiro, em que a mãe se faz de frágil, incapaz, para conseguir o que deseja, nos outros, o recurso usado pelas mães e avós está ligado a algum problema de saúde:

Minha mãe, engraçado, resolve tudo, faz e acontece, mas na hora de sair tem que ser de carro: "Ah, eu não sei pegar ônibus". (Sujeito VIII F)

A minha avó era muito do lar. Como todo mundo, ela comandava o espetáculo ... Os maridos sabiam que mandavam mesmo, mas aí, quando ela gritava: "Ah, tô com uma dor de cabeça!", aí, toca a casa! (Sujeito I F)

Lá em casa tinha um clima assim da minha mãe ser quase uma mártir. Ela tinha uma bronquite crônica, aí: "Ah, mamãe tá doente!" e ela passava essa coisa de mártir ... ela passava e a gente entrava no jogo. (Sujeito II F)

A seguir, podemos ver exemplos do uso desta estratégia pelos próprios sujeitos, para controlar o comportamento de filhos e maridos:

Ainda é muito desigual. Eu tento trabalhar isso aqui em casa, entendeu? Por exemplo, eu não lavo mais louça, mas não lavo de jeito nenhum, arranjei até uma alergia na mão, não lavo. (Sujeito VI F)

Se eu deixasse, tudo eles jogam no chão, jogam tudo no chão. Agora eu tenho dor nas costas. Eu não tenho não, mas tenho. Eu não pego mais nada ... É como eu tô lhe dizendo, agora eu tenho dor nas costas. (Sujeito VIII F)

Com relação ao uso dos jogos de sedução - tão comumente atribuídos à mulher - como forma de conseguir coisas de um homem, apenas um dos sujeitos deste grupo (de Filhas) se referiu a eles, assim mesmo, ao falar de uma amiga, ainda que abrindo logo a seguir a possibilidade de generalização:

Eu tive uma amiga que, agora está nos Estados Unidos, ... antes de casar, uma porção de coisas ela ia programando e fazendo alguma coisa prá conquistar, sabe? Quer dizer, ... era um jogo, realmente, então, né?, no casamento também deve ter isso ... Eu realmente percebo que ela fazia alguma coisa assim tipo um joguinho. (Sujeito V F)

O uso do jeitinho, assim, permanece sendo um modo eficaz da mulher conseguir burlar o maior poder masculino, uma sabedoria, uma artimanha feminina, uma forma de contornar as coisas, de mandar, sem aparentar estar mandando. Apesar de algumas mulheres terem negado o seu uso, mesmo que sem muita con-

vicção ("Eu acho que não, mas outro dia, a minha filha disse que eu use a minha cabeça" - Sujeito V F), a maior parte das mulheres entrevistadas se mostrou consciente da utilização desta antiga estratégia feminina. A questão pode, em grande parte, ser resumida na fala de um dos sujeitos do Grupo I (de Filhas):

Eu acho que o homem é, muito mais, gosta muito de ser, de mandar, né? Então eu fui devagarinho, quer dizer, eu sempre dou prá ele aquela sensação de que ele está resolvendo, quando na realidade ... Aos pouquinhos eu vou deixando ele pensar que tá dominando. Que nada! ... Quer dizer, é uma coisa assim que eu tenho que dar prá ele a impressão de que é ele que tá decidindo, entendeu? ... Com jeitinho a gente chega lá. (Sujeito VIII F)

6.5.3- Vigilância

Prá mim a mãe que trabalha fora deve deixar na agenda dela um item lá: conversar com os meus filhos em profundidade, saber o que tá acontecendo, o que tá fazendo, com que tá andando, quem são os amigos, quem é, convidar, trazer prá dentro de casa, observar.

(I.C. - mãe entrevistada)

A vigilância aparece como uma estratégia não só mais comumente utilizada pelo Grupo II (de Mães), como também está basicamente associada ao controle dos filhos, como podemos observar nos depoimentos de ambos os grupos de sujeitos.

No caso dos sujeitos do Grupo II (de Mães), a vigilância com relação aos maridos, pelo menos a nível de discurso, é vista, até mesmo, como algo negativo. Isto porque, para elas, parece normal - o que é coerente com o discurso social da época - que os homens tenham suas aventuras fora de casa, fato por elas explicado como sendo decorrente da própria "natureza" masculina.

Estas "escapadas" masculinas, inclusive, não parecem assumir importância maior, desde que não prejudiquem o bom andamento da família, desde que o homem continue desempenhando bem o seu papel de marido e pai dentro de casa. Assim, para estas mulheres, o ditado "O que os olhos não vêem, o coração não sente" parece funcionar. O depoimento do sujeito VI M pode bem ilustrar tal fato:

Eu nunca fui também de ficar, e outra coisa, esse tipo de ciúme, pegando cartão, que a gente vai ver coisas que não interessam. Se é uma pessoa inteira com a gente, ótimo, bom chefe de família, funcionando tudo dentro de casa e com a gente, é companheiro da gente, não tem que ficar na carteirinha procurando ali, procurando aqui, que de repente vai achar um negócio que não tá a fim. Porque quem procura, acha. Então tem que cultivar o que a gente tem, porque homem tem uma coisa meio aventureiro, negócio que não leva a nada, eles mesmo sabem, mas é da natureza, né?, uma coisa meio da natureza.

Este tipo de questão não foi nem levantado pelos sujeitos do Grupo I (de Filhas), o que parece coerente com seu discurso geral, em que predominam, tanto no que diz respeito aos filhos, como no que diz respeito ao marido, o diálogo, o compromisso com a verdade e uma preocupação com um tipo de re-

lação mais aberta e igualitária. Inclusive, no caso dos sujeitos do Grupo I (de Filhas), apenas uma das mulheres se refere à relação extraconjugal do marido, de quem está separada no momento. E, ao contrário das mulheres do Grupo II (de Mães), que procuravam esconder, não falar sobre o problema enquanto podiam, ela abriu o jogo tão logo soube do caso e trabalhou a questão numa conversa franca e aberta, até porque não queria que se repetisse com ela o que havia acontecido com sua mãe:

Eu descobri que o meu marido tinha um caso com uma mulher e aí eu falei: "Cara, vai repetir comigo também? Não, assim não dá!" Mas aí o jogo já foi outro, eu entrei nessa história e falei: "Bom, tudo bem, então é, eu tô sofrendo muito mas é o seguinte: primeiro você vai ter que escolher, porque eu não vou ficar agüentando esse negócio, porque quem agüentou foi minha mãe, eu não vou agüentar, não, mas resolve logo porque eu ainda tenho muito o que fazer ... quem sabe a gente não consegue tentar o que é que tá faltando (Sujeito VI F).

Depois da conversa com o marido, esta mulher afirmou ter mudado inteiramente seu tipo de vida, deixando de ser apenas dona de casa e mãe e mergulhando no mundo profissional que ela havia abandonado com o casamento - "comecei um outro momento na minha vida". Este mergulho, a princípio incentivado pelo marido, acabou sendo, em parte, responsável pelo fim do casamento porque, segundo ela, o marido não conseguiu suportar seu sucesso:

Ele falou "vai!" e, quando eu fui, ele falou "Tá indo demais" (Sujeito VI F).

O mesmo não aconteceu com os sujeitos do Grupo II (de Mães). Várias mulheres se referem às escapadelas dos maridos, sem que estas traições tenham levado à separação. O depoimento abaixo é exemplar:

Na época em que eu fiz 25 anos de casada, o marido resolveu arranjar outra fora de casa, mas eu me saí muito bem, fiz ele comprar esse apartamento e fiz ver a ele que se é ruim comigo, pior sem mim, sabe?, e então ele voltou e hoje nós vivemos muito bem e não toco mais no assunto, tô falando agora que é prá você poder fazer a sua tese, quer dizer, tudo vai da força de vontade da mulher (Sujeito VIII M).

Apenas uma das mulheres se separou por causa disto, assim mesmo, depois de 10 anos e da certeza de que o marido estava mesmo apaixonado pela "outra":

Falei com ele e ele acabou me dizendo que era verdade, que ele tava muito envolvido por essa pessoa. Eu falei prá ver se ele ia me dizer "Não, é uma aventura, que coisa horrível que aconteceu, mas realmente, e tal, realmente você é muito importante prá mim", se ele ainda tinha o rabinho preso. Eu pensei, vou deixar o rabinho prá ver se ele corta o rabinho, ou se o rabinho cresce e volta. Mas, quando ele me afirmou que era tudo verdade, então eu "Diante do que você está me dizendo, não há nada prá, você é que deu toda a sentença, você me contou a sua história, eu respeito profundamente, sentimento a gente não controla, é uma coisa de emoção ... então vamos civilizadamente falar com as crianças" (Sujeito VI M).

Em grande parte, esta dificuldade em romper com o casamento parece estar ligada à vergonha, à humilhação, à sensação de fracasso e à discriminação que havia na época (décadas

de 50 e 60), com relação às mulheres separadas, conforme assinalamos anteriormente em nosso trabalho e podemos observar no depoimento de uma das filhas:

Eu acho que ela teve vergonha, mais a humilhação de estar sendo passada prá trás, mas por uma mulher de quinta categoria, uma mulher muito ordinária... Eu acho que aquilo, ela não admitia de jeito nenhum, que ela era aquela, ele era apaixonado por ela e ela era uma mulher lindíssima, eu acho que ela sempre teve a ilusão que ela ia resgatar isso ... mas foi 10 anos que ela agüentou, entendeu?, então ela precisou esperar 10 anos (Sujeito VI F).

Talvez devido a esta dificuldade em romper uma relação - que, além de dolorosa e humilhante para elas (afinal, cabia à mulher manter a qualquer preço seu casamento), as colocava numa posição difícil na sociedade preconceituosa da época (a de mulher descasada ou "desquitada") -, aliada a uma preocupação muito grande, presente em seu discurso, com a manutenção das aparências, as mulheres preferissem não saber dos casos extracônjugais de seus maridos. E, como conseqüência, a vigilância sobre eles não era exercida mas, ao contrário, até evitada.

Com relação aos filhos, no entanto, a vigilância parecia ser total, a se tomar como base seus depoimentos. Quase todas as mulheres do Grupo II (de Mães) afirmaram interferir, principalmente na fase de adolescência, na vida e nas amizades dos filhos, em especial as meninas, bem como preocupar-se com o horário de chegada em casa, com quem estava, com quem saía e com quem voltava para casa das festas.

As formas de se vigiar os filhos mencionadas foram

muitas e várias mulheres afirmaram tentar exercer também um controle sobre os amigos de seus filhos, a fim de evitar as más companhias. Por isso, elas preferiam que os filhos trouxessem os amigos para casa, como pode ser visto no depoimento do Sujeito II M:

Eu tava sempre presente, sempre presente, sempre vendo ... sempre estive muito próxima, pronta a qualquer coisa... Realmente elas sabiam que eu não gostava de certas amigas, de ficar muito tempo na casa de uma e tal, sabe?, permanecer muito tempo fora, e tal... Não me incomodava que viessem prá cá, não, não me incomodava mesmo. Sempre tive muita gente aqui.. . Eu preferia que eles viessem... Eu sempre preferi que viessem prá cá, assim eu podia ver melhor o que estava se passando.

O fato de conhecer e gostar dos amigos dos filhos dava também maior tranqüilidade às mães, facilitando na hora de permitir que seus filhos fossem às festas ou saíssem à noite, como podemos observar no depoimento do Sujeito VI M:

Eu lidava com os meus filhos assim, eu sempre dei muita liberdade, mas ensinando que liberdade implica em responsabilidade. Então eu fiz uma ponte liberdade-responsabilidade. Então, por exemplo, a minha filha mais velha sempre foi muito festeira, então ela ia numa festinha, adolescente, com um grupo de amigos que ela tem desde os 5 anos de idade, que estudou com ela no colégio, as amigas dela são amigas dela até hoje e eu ficava muito feliz que elas tinham muitos irmãos. Então, onde tem irmão e irmã, eu já sabia que não ia acontecer nada porque tomavam conta direitinho.

Quase todas as mães afirmaram, também, estar muito atentas ao horário de chegada de seus filhos e como e com quem iam voltar:

Quando eles saíam, eu ficava esperando. Eu sempre gostava de saber a hora que elas vinham, esperava acordada (Sujeito VII M).

A minha filha, quando saía, dizia assim "Mãe, qual a hora que eu vou voltar?". Eu dizia assim "Você vai voltar a hora que você acha que deve, agora, você vai ficar sabendo que eu estou sentada aqui na sala lendo até a hora que você chegar ... e outra coisa, vai voltar com quem? Ah, com o pai dela, vai trazer, tudo bem, tá ótimo, se demorar mais você vai me telefonar". Então isso ficou constante, na cabeça dela, então, ela nunca me deixava esperando fora da hora, do horário que ela tinha (Sujeito VI M).

No caso do sujeito VI M, inclusive, a mesma preocupação que tinha com os filhos - saber aonde vai, com quem e o horário de volta - ela afirma ter agora com os netos, sempre que vai ficar na casa deles quando sua filha viaja:

O meu neto mais velho diz "Vou sair", "Vem cá, vai sair prá onde?", "Ah, vou ao cinema com um amigo meu", "Vai voltar para dormir em casa?" Garoto de 18 anos, ele pode dormir fora, dormir onde ele quiser, dormir na casa de um amigo, não sei, mas eu quero saber se vem dormir em casa e qual é o amigo que vai sair.

Finalmente, a forma de controle mais comum, e talvez a mais eficaz - especialmente com relação às meninas - encontrada no discurso das mulheres do Grupo II (de Mães), foi tentar se transformar na melhor amiga das filhas e, assim, estar ciente de tudo, inclusive de suas questões e problemas mais íntimos.

Para quase todas as mães do Grupo II (de Mães), este tipo de relação mãe e filha é visto como muito positivo, algo que sempre lhes deu orgulho - "Minha filha é muito minha ami-

ga" - e ajudou a evitar problemas, especialmente durante a adolescência de suas filhas, como pode ser observado nos dois depoimentos abaixo:

Minha filha me contava tudo, isso eu procurei, tanto que felizmente não tive problemas na adolescência dos meus filhos. A menina, desde cedo, eu procurei que ela me considerasse não só como mãe, não, como amiga. Dava toda a liberdade. Então, não houve problema nenhum. Até com o primeiro namorado, ela chegou prá mim, contou, explicou tudo direitinho, que estava namorando (Sujeito III M).

Com os meus filhos é como se fossem, tipo mais, é uma ligação mãe muito amiga, mãe confidente, que era uma coisa muito gostosa isso. Não é só aquela coisa mãe, com aquela diferença, mãe, e mãe autoridade. Não é nada disso. Comigo é mãe muito amiga, no mesmo patamar, sabe?, de entendimento, e, pelo fato de ser mãe, tem mais estrada percorrida, então passa mais uns subsídios prá eles, então é sempre no sentido de ajudar... É a mesma coisa com os netos. Os meninos telefonam, a minha neta, eu sou confidente dela. Eu fico encantada com isso (Sujeito VI M).

Esta relação de grande amizade, no entanto, não parece ser, a se julgar pelos depoimentos de mães e filhas, uma relação de igual para igual. Assim, as mães se dizem as melhores amigas de suas filhas mas a recíproca nunca aparece no discurso das mães como verdadeira.

Além disso, como podemos observar neste último depoimento, apesar da mãe dizer situar seus filhos "no mesmo patamar", logo adiante ela afirma que, "pelo fato de ser a mãe, tem muito mais estrada percorrida, então passa mais subsídios para eles". Em momento algum da entrevista - tanto dela, quanto das

outras mulheres deste grupo -, no entanto, é mencionada a troca, isto é, o fato de que os filhos, mais jovens, também podem dar às mães subsídios que venham a ajudá-las.

Finalmente, cabe mencionar, no caso das mães do Grupo II (de Mães), a preocupação que quase todas tiveram em afirmar que davam aos filhos liberdade com responsabilidade. Na verdade, a responsabilidade esperada era limitar-se a fazer as coisas como suas mães desejavam. Quanto à liberdade, ela é altamente questionável, uma vez que é uma liberdade sujeita a horários, a tipos de comportamentos considerados adequados e à escolha de amizades compatíveis com o que as mães julgavam ser o melhor para os filhos. Este ponto vai ser extremamente importante para a discussão, mais adiante, de outra estratégia de controle, a "chantagem emocional".

No caso dos sujeitos do Grupo I (de Filhas), esta questão da vigilância não aparece muito com relação aos filhos e nunca com relação aos maridos ou ex-maridos. Tal tipo de controle sobre os filhos, quando mencionado, surge mais como algo ligado à difícil situação de insegurança atual, o que pode ser uma desculpa, para si mesma e para os outros, uma forma eficaz de escamotear uma vigilância real e efetiva sobre seus filhos. Assim, muitas delas afirmam que "a gente é superprotetora pelas, pelas circunstâncias, não pela dúvida (Sujeito I F).

Deste modo, quase todas afirmaram preferir levar e buscar os filhos, especialmente adolescentes, nas festas e outros lugares porque "as coisas tão muito difíceis hoje em dia, mais perigosas, não é como quando éramos crianças" (Sujeito III

F). Apenas num dos sujeitos deste grupo esta superproteção, sempre ligada às circunstâncias de perigo atuais, é mais explicitada e aparece mais claramente como uma forma de controle:

Nunca proibi que minha filha vá aos lugares, mas eu tentei, por exemplo, "Tudo bem, você vai mas teu irmão te leva, dá uma olhada prá ver e de repente vai te buscar (Sujeito VI F).

O depoimento de todas as mulheres do Grupo I (de Filhas), no entanto, confirma muito do que foi falado por suas mães e quase todas deixam transparecer em seu discurso uma consciência do firme controle que suas mães tentavam exercer sobre elas, seus amigos e namorados. Os depoimentos abaixo podem ilustrar este controle das mães sobre os amigos e namorados:

Minha mãe não interferia muito, não. Ela tentava interferir mais no lance de amigos, de participar... Ela confiava tanto no poder dela, entendeu? (Sujeito IV F).

Começamos a sair com um grupo menor, minha mãe ficou com ciúmes, ela queria que eu saísse com os amigos dela, com os filhos dos amigos dela, era uma maneira dela me controlar mais... Minha mãe era muito preocupada. Controlava se minha regra vinha, se não vinha, se eu estava grávida, se não estava (Sujeito VIII F).

Nunca fui de namorar na porta de casa que mamãe achava isso horrível "Quer namorar, namora dentro de casa, tá?". Então sempre namorava dentro de casa... Quando chegava a hora, ela gritava "Tá na hora, tá na hora"... de vez em quando passava assim como quem não quer nada, buscar um copo d'água na cozinha, aquelas coisas, né? (Sujeito I F).

A minha mãe não queria que namorasse escondido, né? Achava preferível isso, tomar conta da situação (Sujeito III F).

Mas a questão mais levantada por todas estas mulheres diz respeito ao fato de suas mães terem tentado ser suas melhores amigas e confidentes como uma forma de poder controlá-las mais eficazmente. Os depoimentos a seguir são exemplares:

É uma forma de controle muito forte, que vem em cima daquelas coisas de que tem que contar pra mãe, porque a mãe é a melhor amiga e aí a gente cai que nem patinho (Sujeito II F).

Eu podia chegar pra minha mãe e falar, então nunca aconteceu nada, a gente ia na conversa. Então, ela fez bem a cabeça (Sujeito III F).

O lance da minha mãe era esse de que queria ser a super-amiga, de saber tudo... Ela, inclusive, ela era aquela mãe que levava pra todas as festas ... ficava disponível em todas as festas, até a última hora ficava, participava, entendeu? (Sujeito IV F).

A tentativa da mãe tornar-se muito amiga dos filhos, no caso das mulheres do Grupo I (de Filhas), aparece apenas no discurso de um dos sujeitos, assim mesmo comparando a relação aberta que ela mantém com a filha e a relação de amizade mais contida que até hoje tem com sua mãe:

Eu acho que tem uma aliança minha com a minha filha de amizade mais franca, mais sincera, mais espontânea do que com a minha mãe. Com a minha mãe é uma grande amizade, mas eu acho que sempre tem uma coisa assim "é minha mãe", uma coisa de contenção ... e tem também um pouco aquela história de controle pra dizer "Eu sou

sua amiga, é para o seu bem, ninguém gosta de você como eu, as pessoas têm interesses..."
(Sujeito VI F).

Este vigiar os filhos, controlar seus passos, portanto, era uma questão bastante importante para as mulheres do Grupo II (de Mães). No entanto, a partir da análise das entrevistas das mulheres do Grupo I (de Filhas), parece que a vigilância extrema das mães sobre os filhos como forma de melhor poder controlá-los perdeu um pouco sua importância, pelo menos a nível do discurso aparente. Não podemos afirmar, contudo, que ela tenha desaparecido por completo, uma vez que, como assinalamos acima, esta preocupação ainda surge neste grupo mesmo que associada aos problemas, inclusive de segurança, da época atual.

6.5.4- Cobrança e Chantagem Emocional

Acho que me dei muito prá elas, fui até um pouco exagerada ... mas não, não, nunca cobreí... Fiz por amor, um amor excessivo, tenho loucura pelas minhas filhas, fiz por amor, não teria porque cobrar, eu fiz por amor, fiz porque quis fazer.

(D. - mãe entrevistada)

No caso do Grupo II (de Mães), a idéia de cobrança se confunde um pouco com a idéia de chantagem emocional. Na maioria das vezes, quando estas mulheres falam em cobrança, esta cobrança está associada aos sacrifícios que as mães fizeram pe-

los filhos, à dedicação que lhes devotaram, ou às preocupações que tiveram com eles.

Apesar das filhas terem, quase todas, afirmado que suas mães, de uma forma ou de outra, cobraram e muitas ainda cobram estes sacrifícios e esta dedicação, a cobrança aparece no discurso das mães como algo errado e, até mesmo, inadmissível.

Acreditamos que este fato talvez esteja ligado à idéia de maternidade que vigorava então - e que discutiremos a seguir -, a de que a mãe não deveria medir sacrifícios pelo bem estar da família e dos filhos, a de que o amor e a dedicação maternas deveriam ser incondicionais.

Assim, quase todas as mães entrevistadas negaram, pelo menos no plano do discurso, o seu uso da cobrança, apesar de afirmarem que este tipo de comportamento poderia aparecer em outras mulheres da época, inclusive conhecidas e amigas suas. Os depoimentos abaixo podem bem exemplificar este fato:

As mães, não, as mães nunca cobram sacrifícios, a mãe não cobra o sacrifício que teve com os filhos... É, nunca esse negócio de dizer "Você se lembra de tudo que eu fiz por você?". Deus me livre!, é muito errado uma mãe chegar e dizer prá filha "Você está me fazendo isso, você esquece o que eu fiz por você?"... Eu, por exemplo, nunca disse isso, de jeito nenhum (Sujeito I M).

Eu nunca cobreí, não, não, absolutamente. Eu deixei de viajar porque quis, nunca cobreí nada não, não, eu não quis (Sujeito III M).

Eu acho que, de repente, as mães cobram um pouco. Eu nunca, eu nunca fui assim, mas conheço muita gente que acha que se sacrificou, que se dedicou demais e não sei que. Isso aí tem algumas, eu sinto no ambiente assim que eu vivo e

que eu vivi, algumas. Mas eu realmente acho que isso não pode, a criança não pediu prá nascer, sabe?, então ela tem direito daquilo que ela recebeu, é um direito adquirido a partir do momento que ela nasceu, não tem porque ser cobrada, absolutamente (Sujeito VII M).

Acho que me dei muito prá elas, fui até um pouco exagerada ... mas não, não, nunca cobreii... Fiz por amor, um amor excessivo, tenho loucura pelas minhas filhas, fiz por amor, não teria porque cobrar, eu fiz por amor, fiz porque quis fazer (Sujeito VIII M).

É interessante notar, no entanto, que algumas destas mulheres, depois de terem afirmado não fazer uso da cobrança, em outros trechos de seu depoimento, afirmam que, como uma coisa de momento, quase que acidentalmente, elas até podem ter cobrado estes sacrifícios e esta dedicação aos filhos, apesar de acharem que isto não deve ser feito. O depoimento abaixo pode bem ilustrar tal fato:

Não, você pode até de repente, a pessoa diz "Puxa, mas eu faço tudo por você, mas você", mas isso aí é assim num momento, não é coisa de dizer, entendeu? Pode sair assim, mas não havia cobrança sistemática (Sujeito VII M).

Ainda com relação à cobrança, cabe assinalar que, a despeito das mulheres deste grupo terem negado o seu uso, visto por elas como negativo, muitas afirmaram que gostariam que os filhos reconhecessem seus sacrifícios e dedicação a eles, mas que este reconhecimento deveria ser espontâneo, ou seja, deveria partir dos filhos e nunca delas. Os dois trechos abaixo, do depoimento do Sujeito VIII M, são exemplares:

O meu marido numa ocasião disse prá mim "Você tem uma qualidade. Você não cobra"... Ele sempre diz prá mim "Você nunca cobrou, você sempre fez e você nunca quis nada de volta". Hoje, talvez eu até quisesse um colinho, eu até quisesse que elas me agradassem, mas isto tem que ser espontâneo, se não vier, não veio, devia ser espontâneo.

Eu gostaria que as minhas filhas viessem mais aqui, me paparicassem mais. Agora na altura do campeonato, com 65 anos de idade, a minha estrada não é mais de subida, é de descida, né? Eu já tô descendo, então eu gostaria de ser um pouco paparicada.

Este sujeito (VIII M), inclusive, no final da entrevista, em um trecho de seu depoimento em que se refere à última briga que teve com a filha mais velha, usa a palavra cobrança, para logo após se corrigir, dizendo que não foi bem cobrança o que ela fez mas apenas pediu à filha uma satisfação por algo que havia feito e isto foi visto por sua filha como uma cobrança:

Eu telefonei prá ela, prá cobrar, não foi nem prá cobrar, foi mais uma satisfação do que eu tinha feito, mas ela entendeu aquilo como se fosse uma cobrança.

Com relação à chantagem emocional, cabe assinalar que, sempre que esta palavra foi utilizada pela entrevistadora, ela foi traduzida pelos sujeitos do Grupo II (de Mães) por "preocupação" e por "cuidados" com os filhos e netos, como nos diferentes depoimentos abaixo:

Quando fico com os meus netos eu quero saber se eles vêm dormir em casa e qual é o amigo que

vai sair "Ah, eu vou sair com o fulaninho e venho dormir em casa, vovó". "Tudo bem, porque eu estou tomando conta de vocês, de modo que eu fico preocupada, de modo que você nunca me diga uma coisa por outra, porque a vovó vai começar a ficar preocupada se você disser que vem dormir em casa e você não aparecer eu vou ficar preocupada (Sujeito VI M).

Não sei, né? se uso chantagem. Isso aí não é chantagem, é realmente tomar conta, se preocupar (Sujeito VII M).

No caso do Grupo I (de Filhas), tanto a cobrança quanto a chantagem foram vistas de forma bastante distinta daquela de suas mães. Com relação à chantagem, quase todos os sujeitos deste grupo afirmaram ter sido a chantagem amplamente utilizada pelas mães quando elas eram menores, sendo que, segundo alguns sujeitos, suas mães continuam a fazer uso deste recurso, mesmo agora que já constituíram família, têm filhos e não moram mais com os pais. Os depoimentos abaixo são exemplares neste sentido:

É, falar, minha mãe não falava, mas lá em casa tinha um clima, assim, dela ser quase uma mártir e ela tinha uma bronquite crônica. Aí eu "Ah, minha mãe tá doente", e ela passava essa coisa, uma mártir... Ela passava e a gente entrava no jogo (Sujeito II F).

Eu acho que ela fazia assim qualquer coisa prá fazer sentir que ela era presente, meu pai não, entendeu? E então ela colocava muito, né?, ela fazia muito de colocar que ela é que fazia tudo, né?... É aquela figura da coitadinha... Ela dizia "Fiquei chateada, você me deixou chateada (Sujeito IV F).

Minha mãe usava muita chantagem, sempre usou, sempre usou, mas isso é uma coisa muito pessoal dela... Nunca houve nenhum, na nossa história familiar, nunca houve nenhum momento de abertura maior em relação aos padrões pré-estabelecidos.

dos, quer dizer, qualquer tipo de comportamento que ela avaliasse mais desviante, era motivo de cobrança, de chantagem (Sujeito VII F).

Cabe assinalar que, como podemos observar nos dois depoimentos a seguir, muitos dos sujeitos do Grupo I (de Filhas), já conseguem lidar melhor, atualmente, com as chantagens das mães, questionando, inclusive, seu uso:

A minha mãe era daquele tipo assim "Você pode ir, eu não me importo", mas a cara era de uma tristeza absoluta, era como se estivesse matando... Eu ficava dividida e sem coragem. Hoje em dia eu já tenho condições de dizer prá minha mãe "Mãe, não embarca nessa!" (Sujeito VI F).

Chantagem a minha mãe fez a vida inteira, a vida inteira. Ela já fez chantagem comigo agora. Passou um ano e meio sem vir aqui porque, porque queria que eu mandasse a empregada embora "Eu não posso, eu trabalho, tenho duas crianças, não sei que" e ela "Então eu não vou mais na sua casa". Aí eu falei "Tudo bem". Foi daí que eu cortei realmente essa coisa, aí ela nunca mais veio aqui durante um ano e meio (Sujeito VIII F).

Várias mulheres do Grupo I (de Filhas) também se referiram ao fato de suas mães conseguirem muita coisa dos maridos através do uso de chantagem. O Sujeito VII F foi bastante enfático neste sentido "Minha mãe conseguia as coisas do meu pai chantageando, chantageando sempre".

Com relação ao uso da chantagem por este grupo de mulheres (de Filhas), a questão fica bem menos clara. Algumas mulheres, mesmo afirmando não fazerem uso da chantagem para conseguir as coisas, em outros trechos do seu depoimento em que se referiam a assuntos distintos, deixaram escapar o fato de

terem utilizado a chantagem em situações diversas, ou a situam em amigas suas. Os quatro depoimentos abaixo são exemplos desta utilização em situações familiares e profissionais, bem como da menção ao seu uso por amigas ou conhecidas:

O meu pai sempre foi o bobão, o mole, tá? A gente fazia o que queria com ele, com jeitinho. Aí entra a parte da garota, né?, fazendo aquelas chantagenzinhas, as coisas. Aí conseguia o que queria do papai (Sujeito I F).

Eu sempre digo prá minhas filhas que se eu carregar a mochila delas eu vou ficar velha e quando elas forem moças e tiverem filhos eu não vou poder ajudar elas a trocar a fralda dos netos (Sujeito III F).

Eu acho que eu me aproveito muito no trabalho, por ser mulher, do relacionamento paternalista que eu sinto ... e gosto muito, acho muito cômoda a situação de paternalismo em relação a mim... É a síndrome da coitadinha (Sujeito IV F).

Esse problema de depressão, eternamente esse problema, eu acho que isso aí não deixa de ser uma chantagem. Pode ser inconsciente ou consciente que você tenha, né?... Essa minha amiga que tem problemas de depressão, eu acho que ela tá usando isso para o marido ceder em algumas coisas prá ela, sabe? (Sujeito V F).

O questionamento e mesmo a negação do uso da chantagem por parte deste grupo de sujeitos parece estar ligado ao fato, bastante mencionado por estas mulheres, de não quererem repetir com seus filhos e maridos a mesma situação negativa que viveram quando crianças e adolescentes. Os depoimentos dos sujeitos abaixo podem bem exemplificar este fato:

Eu procuro evitar cobrança, chantagem, até porque isso é do ser humano, enfim, a gente foi criado muito assim, então eu tenho muito isso forte que a minha mãe usa até hoje, ficar doente, ela cobra, faz chantagem (Sujeito VI F).

Não, eu não faço chantagem porque eu acho que eu vivi tanto isso que eu nem, sabe?, eles fazem o que eles têm vontade de fazer. Eu me preocupo, lógico, mas toda mãe fica, né? ... mas eu acho que a vida é deles (Sujeito VIII F).

Apesar de alguns sujeitos negarem seu uso a princípio, quase todas as mulheres deste grupo, no entanto, acabaram confessando que, vez por outra, se pegam fazendo chantagem. A diferença com relação a suas mães é que, não apenas estas mulheres têm certa consciência de que estão chantageando como, na maioria das vezes, os filhos - pela própria abertura que lhes foi dada em sua criação - questionam e chamam a atenção para o fato, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

O que eu percebo é que em alguns momentos de fragilidade minha, mistura um pouco do meu problema, que eu sei que é totalmente meu individual com a situação e aí eles são a parte mais fraca e a tendência é explorar mais e algumas vezes eu já me peguei nessa situação, só que eu tenho uma facilidade de mudar de humor muito rápido e já me peguei várias vezes no meio de uma frase daquelas bem melodramáticas e cair na gargalhada "Gente, isso é ridículo! Olha o que eu tô falando!" e de olhar a cara deles prá mim "Mãe, pera aí, mãe, o que que é isso, qual é?". Então, eles têm condições de cortar como eu não tive (Sujeito VI F).

Olha, você já me pega chantageando, sabia? De vez em quando, sabe?, é um flagra. É e você chega e elabora. Outro dia eu fiquei impressionada, eu tava envolvida num projeto, aí a professora do meu filho me chamou que ele não tava estudando e na hora de falar com ele, eu "Não é possível! Eu não merecia isso. Como é que pode? Eu me desdobro, eu abro mão de determinadas

coisas da minha vida profissional prá ficar com você e você faz isso!". Quer dizer, eu me flagrei fazendo o mesmo discurso, quer dizer, naturalmente um pouco mais elaborado que a minha mãe fazia... Ah, mas os filhos já dizem, é interessante, eu acho que já é uma mudança é que o filho hoje, à medida que ele já tem um diálogo, já tem um nível de resposta dele, ele já elabora o discurso da mãe repressora, coisas que a gente não fazia, só mais tarde. Então, os filhos hoje já têm um instrumental muito maior prá receber esse tipo de coisa de uma forma mais crítica (Sujeito VII F).

Além da chantagem com relação aos filhos, dois sujeitos deste grupo fizeram referência a seu uso na relação com o cônjuge. Um dos sujeitos se refere à chantagem emocional dentro mesmo do seu próprio casamento, afetando, inclusive, sua relação com o marido e depois faz uma generalização afirmando que, apesar de seu uso estar presente na relação de casais até mais jovens do que ela, sua geração não consegue aceitar um relacionamento desta natureza. O outro sujeito acredita que a chantagem ainda está presente no relacionamento de casais de um determinado segmento da sociedade, mais especificamente a classe média não intelectualizada:

Eu acho que o que no meu casamento acontecia era que o afeto acabava atrapalhando, as chantagens emocionais. Em nome do amor você tiranizava. Acho que era esse tipo de modelo e vejo que muita gente jovem, casais de 30 anos e tal, conseguem fazer isso, ter esse tipo de relacionamento. A minha geração não consegue (Sujeito VI F).

Eu acho que a coisa mudou um pouco, com relação a homem-mulher, mudou um pouco, principalmente nesse segmento de classe média intelectualizada. Mas eu acho que em determinados segmentos ainda se encontra a chantagem. Na classe média não intelectualizada, eu acho que isso ainda

está presente, é usar filho prá prender casamento, eu acho que isso ainda tá um pouco presente, mas eu acho que isso vai diminuir na medida que essa coisa da relação homem-mulher evoluir (Sujeito VII F).

Cabe ressaltar ainda, que o Sujeito IV F - embora não se referindo a isso como chantagem - assinala que, pelo fato de geralmente fazer tudo pelas filhas, seu marido sempre diz para elas: "Sua mãe faz tudo por vocês e nós deveríamos fazer por ela, né?"

Com relação à cobrança, esta vai aparecer no discurso deste grupo de sujeitos muito mais marcadamente ligada aos maridos e companheiros do que em relação aos filhos. Além disso, a cobrança nem sempre é consciente e, na maioria das vezes, está associada aos afazeres domésticos, afazeres estes pelos quais a maioria das mulheres, mesmo que de forma nem sempre consciente - como discutiremos a seguir -, ainda se sente responsável.

Assim, ao falar sobre a cobrança com relação aos maridos e filhos, o discurso destas mulheres apresenta, quase sempre, uma série de hesitações e contradições, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

A mulher dá muito mais de si para os outros, mas eu acho que nesse ponto funciona também você dar, mas não há uma cobrança muito grande, no meu caso, tá? (Sujeito I F).

Cobrar, eu nunca, não sei, cobrar assim, eu acho que inconscientemente a gente cobra... Cobra sim, acho que cobra sim, deve cobrar, né?, deve fazer as coisas prá poder ter direito a outras coisas, né?, deve cobrar, não deve adiantar nada, acho que não adianta nada (ri),

acho que não adianta... Eu acho que pros filhos não é nem falado. Eu falo à vezes pro marido, eu cobro, sou muito cobradora, mas eu acho que eu devo fazer mesmo (Sujeito II F).

É interessante notar, ainda, que, na maior parte das vezes, no discurso destas mulheres a cobrança não é feita de forma explícita, isto é, a mulher faz as coisas e espera ver seu trabalho recompensado ou receber alguma forma de retribuição, sem necessariamente explicitar isto para o outro. Os depoimentos abaixo são exemplares:

A gente toma a iniciativa de fazer e depois cobra porque aí, quando, não é?, no dia que tá meio de saco cheio fala "Eu tenho que fazer tudo, não sei que..." ...A gente vê uma coisa que o fulaninho gosta - caqui -, sabe que gosta, inconscientemente, nem incons., conscientemente já compra, sabe? entendeu?, logo vem isso na cabeça "Podia comprar alguma coisa prá mim, me dar um presentinho", né?, tem essa coisa também (Sujeito II F).

Não, não faço cobrança, acho que cada cabeça é uma cabeça, né? Não tem nada a ver comigo, eles não têm nada a ver com isso... Eu acho que eu gosto que retribua, mas nada assintoso também, fazer uma coisa forçada, também não quero, não quero forçar a barra (Sujeito III F).

Talvez eu tenha diminuído a reclamação, a cobrança em relação ao marido, agora eu tenho uma resposta "Não, ele não pode fazer porque está doente" (Sujeito IV F).

Eu acho que assintosamente a mulher não cobra não. Eu acho que cobra talvez, quer dizer, a pessoa não fica muito satisfeita, então acaba cobrando de alguma forma, ou cobra ficando doente, que a pessoa às vezes até fica, né? Eu acho que mais dessa forma (Sujeito V F).

Há uma cobrança em termos de uma participação maior do pai ... há uma certa ligação "Eu só que fico nesse cargo!", eu acho que isso é uma coisa que tá bem direta (Sujeito VII F).

Finalmente, é importante notar que, quase todos os sujeitos deste grupo afirmaram que sempre houve uma cobrança aberta por parte de suas mães, cobrança esta que se mantém até os dias atuais. O depoimento do Sujeito VII F é exemplar:

Ih, a minha mãe cobrou a vida inteira, ela cobra muito, tudo o que ela faz, ela cobra. Até hoje, né?, qualquer coisinha que ela faz, ela vem depois "Pô, não sei que". Eu tenho que esconder as coisas, porque senão ela pega, ela é uma pessoa que cobra muito, ela é muito carente... A minha irmã que está separada e tem dois filhos, ela faz tudo por aqueles meninos, tudo pela minha irmã, e minha irmã deita e rola. Aí ela cobra quando a minha irmã não quer sair com ela, aí ela cobra. Eu cortei toda e qualquer tipo de ajuda porque eu também quero, trabalho feito uma condenada, eu quero ter o prazer de decidir o que eu vou fazer, porque se bobear, ela te anula.

Podemos observar neste depoimento, representativo das mulheres deste grupo que, como no caso da chantagem, estas mulheres estão conscientes ou começando a tomar consciência do controle exercido por suas mães através da cobrança - "se bobear, ela te anula" - e já estão buscando formas de escapar a esse controle.

6.5.5- *Fragilização do marido e dos filhos:*

*cuidados com a casa e os filhos como tarefa feminina
e mãe como insubstituível na criação dos filhos*

Aí era uma divisão tão clara, total, filhos, ela, dinheiro, ele, claro, nítido, o que não existe no casamento hoje em dia, filhos sou eu, filhos quem toma conta sou eu, dinheiro, somos nós.

(M.C. - filha entrevistada)

Tenho horror a esse negócio de Rainha do Lar. Que rainha, coisa nenhuma! Rainha que vai prá cozinha, abre o forno, isso é Rainha? Rainha de que?

(S. - mãe entrevistada)

Com relação aos cuidados com a casa e os filhos, em ambos os grupos, eles aparecem como responsabilidade da mulher. Para a maioria dos sujeitos do Grupo II (de Mães) esta é uma atribuição feminina por excelência, o que, em grande parte, está ligado ao fato de que a divisão de papéis na família, na época em que elas se casaram, era muito claramente delimitada: os homens tinham a função de provedores financeiros e às mulheres cabia os cuidados com a casa e a família. O trecho abaixo do depoimento do Sujeito VII M pode bem exemplificar tal fato:

Na minha época tudo estava dentro do padrão. A gente era preparada prá casar, prá se dedicar aquele homem, ter aquela pessoa como marido e se dedicar a educar os filhos. Isso era uma tarefa considerada muito boa, muito bonita,

muito elevada. Agora, não se trabalhava fora, embora já houvesse, na minha época já existia alguém, uma ou outra pessoa, que já tinha o seu trabalho, mas era mais raro. A maioria das pessoas no meu círculo se limitavam à família e isso era encarado com muito respeito.

Assim, quase todas as mulheres deste grupo afirmaram ser a divisão de tarefas em casa algo inquestionável e a participação dos homens nos trabalhos domésticos quase que inadmissível por seus maridos, quando não o era por elas próprias ou pela sociedade, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

Divisão de trabalho com meu marido, não havia, não, apoio, sim... Ele não ajudava em nada nessa parte doméstica, não, porque era uma pessoa do interior, com toda aquela formação patriarcal, né?, e, apesar de ter saído de casa cedo, ele nunca deixou de ter aqueles critérios todos do interior, né?, nunca deixou (Sujeito II M).

Em matéria de igualdade de trabalhos em casa, não pode haver nunca, porque eu não vou pedir prá meu esposo, nunca, o esposo, um companheiro, o que seja, eu não vou pedir nunca que ele arrume a minha cama, entendeu?, enquanto eu vou pentear os cabelos. Isso não existe. Há tarefas que são especificamente da mulher ... as tarefas são muito claras, isso é uma coisa que nós consentimos (Sujeito V M).

Não existia participação doméstica, não existia. Eu achava, eu principalmente, mas de um modo geral era assim, que o homem saía cedo prá trabalhar e prá ganhar aquele dinheiro que mantivesse a família, então, quando ele chegava, estava cansado, ele tinha trabalhado fora e eu tinha ficado em casa. Então, eu me sentia na obrigação de preparar o ambiente prá que ele relaxasse. A partir do momento que ele chegava em casa, ele não ia nem na cozinha prá pegar um copo d'água, nunca participou de, nem mesmo assim prá ajudar criança pequena... Fazia tudo porque sabia que ele tinha que enfrentar o dia seguinte..., precisava estar preparado prá aquela função e eu ficava em casa práquilo. De

modo que, esta participação doméstica não existia e isso eu noto que vinha do meu pai também, a mesma coisa... Agora, uma ou outra pessoa às vezes comentava "Ah, meu marido gosta muito de cozinhar, dar um toque", mas isso era raro e não era visto com muito bons olhos, não. Ah, ainda tinha esse detalhe, que as pessoas achavam que tinha que ser assim (Sujeito VII M).

Tal responsabilidade pelos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos levava estas mulheres, muitas vezes, a se sentirem sobrecarregadas, mesmo contando com o auxílio de empregadas, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

Se eu me sentia sobrecarregada? Demais, demais. Com 6 filhos, embora tivesse empregada, mas sempre ficava deficiente, pessoas despreparadas, às vezes faltavam, de modo que eu me sentia muito, muito peso (Sujeito II M).

É lógico que a pessoa tem que se sentir sobrecarregada, porque você, sem empregada e com 2 filhos, naquele período você se sente um pouco mais sobrecarregada (Sujeito III M).

Algumas destas mulheres questionaram, inclusive, o discurso social que afirma que a dona de casa não faz nada:

As pessoas pensam assim "Ah, dona de casa não faz nada!" Isso é um ledão engano. A dona de casa, dona de casa mesmo, na acepção da palavra, realmente é um ato contínuo (Sujeito VI M).

Também o discurso social que enaltece estes encargos domésticos, atribuindo à mulher o lugar de "Rainha do Lar", parece nem sempre ser bem aceito por elas. O depoimento abaixo é exemplar neste sentido:

Eu faço de tudo, minha filha, a cozinheira da casa sou eu, eu que cozinho, eu que tomo conta das crianças, eu faço de tudo... Tem muitas mulheres que se consideram, eu não me considero Rainha do Lar, tenho horror a esse tipo ... tenho horror a esse negócio de Rainha do Lar. Que Rainha, coisa nenhuma! Rainha que vai prá cozinha, abre o forno, isso é Rainha? Rainha de que? (Sujeito I M).

A despeito de, como discutiremos adiante, quase todas as mulheres do Grupo II (de Mães) terem incentivado suas filhas a seguir uma carreira ou profissão, para a maioria delas, a emancipação feminina não melhorou a situação da mulher mas, ao contrário, aumentou seus encargos, como podemos ver no depoimento abaixo:

A mulher não conseguiu nada com a emancipação, a mulher continua a mesma coisa, continua tendo o senhor do lado dela, seja em que ponto for, seja marido, seja amante, seja amigo, ela tem um senhor... A mulher que tem trabalho, quando chega em casa tem seu trabalho, o de casa, é uma dupla jornada. O homem chega do seu trabalho, pega o jornal, vai ver as notícias, vai ver a televisão e a Amélia vai prá cozinha (Sujeito I M).

Da mesma forma que o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos é visto pelas mulheres do Grupo II (de Mães) como atribuição feminina por excelência. Tal fato se dá, não apenas porque a sociedade, incluindo-se aí seus maridos e elas próprias, acreditava ser esta uma tarefa feminina ("Meu marido achava que a educação dos filhos era por conta da mulher" - Sujeito II M), mas, também, e, principalmente, como decorrência da própria visão que estas mulheres têm acerca da maternidade

("A mulher é, acima de tudo, mãe. Então, em primeiríssimo lugar ela tem que cuidar ali do seu rebento" - Sujeito V M) e da importância e singularidade da relação mãe e filho:

É muito importante essa relação de mãe com filho, porque pai a criança já sabe que é o pré-estabelecido. O pai é que sai, é o provedor, sai todo dia e tal, de manhã e volta de noite, tem a criança, ama o filho, muito também, mas mãe é que a criança fica doente a mãe é que atende. Enfim, é, desde a concepção a mãe é muito forte pro filho. A ligação entre filho e mãe e mãe e filho é uma coisa assim linda, é a ligação mais forte que existe (Sujeito VI M).

A maternidade, para todas as mulheres do Grupo II (de Mães), segundo seus depoimentos, foi o que de melhor lhes aconteceu, sua principal razão de viver, fonte de realização, mudando inteiramente suas vidas, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

A experiência que eu tive com o meu, com a minha primeira filha, não é?, foi uma coisa assim, um sentimento tão forte, que eu dividi mesmo a minha vida. Eu divido a minha vida em antes e depois de ser mãe, porque a gente se vê completamente diferente. Porque, você, quando você não tem um compromisso, você é, se sente livre, independente de fazer, de organizar a sua vida, fazer o que quer, ter o programa que queira e tal. Agora, depois, você vive em função daquilo pelo resto da vida, pro resto da vida, você, mesmo que o filho se case, esteja distante, lá no estrangeiro, a mãe acha, fica com as antenas ligadas. É completamente diferente, antes e depois do nascimento do filho (Sujeito II M).

Eu tive filhos porque eu quis mesmo, porque eu queria, eu sou mãe mesmo, eu sou uma leoa para os meus filhos, a primeira coisa na vida sempre foram os meus filhos (Sujeito VI M).

Eu acho que a maternidade é fundamental, é uma coisa importantíssima, é uma realização da mulher. Eu acho que é fundamental, embora eu conheça pessoas que não têm filhos e são realizadas. Mas eu tenho a impressão que no íntimo, lá no fundo, existe um pouco de frustração da pessoa não ter tido filhos, não ter continuado. A minha própria vida, olha, quando a gente tem marido isso você não sente muito não, mas quando você fica viúva, quando se perde o marido, muitas vezes eu penso que se eu não tivesse as filhas que Deus me deu, eu não sei como é que eu poderia suportar a viuvez (Sujeito VII M).

A maternidade é importantíssima..., prá mim a maternidade foi assim o ponto alto da minha vida. Ai de mim se não fosse as filhas... A maternidade muda a vida da mulher, muda prá melhor, é um estado de graça, a maternidade é realmente um estado de graça... Eu acho a maternidade, é o preenchimento de tudo na mulher (Sujeito VIII M).

Como podemos ver nos depoimentos acima, a chegada dos filhos mudou completamente a vida destas mulheres, levando-as, segundo elas próprias, em grande parte, a viver em função delas. Esse amor, esse dar-se, dedicar-se aos filhos pode, muitas vezes, como elas mesmas afirmaram, ser excessivo. Algumas mulheres, inclusive, confessaram o quanto este excesso, esta dedicação total à família, afastou-as de si mesmas, de suas vontades e desejos próprios:

Eu me dediquei integralmente à família, uma bestice, não?, porque a pessoa também deve pensar em si e eu esqueci de mim pela família. Hoje, talvez, pensando, talvez eu não agisse da maneira como eu agi, né?, eu queria seguir também a minha vontade própria que eu não tive, né?... Eu sempre me dei muito prá minhas filhas, fui até um pouco exagerada. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje eu não seria tão escrava das filhas... Mas eu fiz por amor, por amor excessivo, eu tenho loucura pelas minhas

filhas..., pelas minhas filhas eu enfrento qualquer coisa (Sujeito VIII M).

Eu me vejo, eu sinto, eu me sinto mãe, me vejo mãe. A maternidade foi a minha primeira razão de viver e tem sido até hoje, a minha primeira razão de viver. As vezes eu exorbito, mas sou censurada e procuro me policiar um pouco, porque realmente você não pode fazer de coisa alguma e de uma única ou duas pessoas a sua razão de viver (Sujeito V M).

O amor e a dedicação excessivos podem levar também a uma super-proteção, a uma tentativa de controlar os passos dos filhos, a fim de, inclusive, evitar que eles se machuquem. O depoimento abaixo pode bem ilustrar tal fato:

As vezes, até por amor, eu quero proteger tanto que tem horas que eu me toco que eu não estou agradando, assim, a pessoa, estou tentando proteger demais ... mas é uma coisa muito de mãe, isso, a mãe, o tempo todo da mãe é protegendo o filho, né?... "Cuidado, você vai cair e se machucar", a gente não quer nunca, é a frase que a mãe mais diz prá criança quando começa a andar "Por aí não, você vai cair" e se a criança titubeia, vai logo dando a mão, e vai pela vida inteira assim (Sujeito VI M).

Também o amor pela família e a preocupação com a manutenção da paz doméstica, aliados a esse domínio total que a mulher tinha sobre a casa - espaço seu por excelência - e reforçados pelo afastamento de seus maridos das questões relativas ao lar contribuíram para que ela pudesse exercer um controle bastante grande sobre os membros da família, pelo menos no espaço doméstico. Esse controle, nem sempre consciente, era praticado através da omissão de informações ao marido ou aos filhos - em nome da harmonia familiar -, ou da intermediação en-

tre pais e filhos - muitas vezes a pedido dos próprios maridos e filhos -, entre outras coisas. Os depoimentos abaixo são exemplares:

Muita coisa, até prá não dar assim algum estouro, alguma coisa, não é?, eu contornava, não é?. Porque quando chegou a fase da adolescência, sabe?, ... foi assim uma carga muito grande... Então, muita coisa eu encobria, sabe?, então não havia nenhum choque, muita coisa eu tive que ir encobrindo... Engraçado que de vez em quando meu marido "Fala com fulano isso assim, assim", "Fala com" e eu concordava e eu falava... Eles mandam as mulheres falarem "Fala com fulano que isso assim, assim não se faz", "Fala com sicrano". Ah, eu fui muitas vezes moleque de recados (Sujeito II M).

Quando ela começou a namorar ... ela chegou prá mim e veio me pedir consentimento ... aí eu fui conversar com o meu marido e o meu marido não aceitou de jeito nenhum ... então ... expliquei a ela direitinho o que o pai estava dizendo e consenti no namoro, mostrando a ela que eu ia assumir a responsabilidade do namoro (Sujeito II M).

Eu sempre fui a figura forte em casa, sempre. Como diz a minha filha do meio "Você é a pessoa mais forte da família, você centraliza tudo (Sujeito VIII M).

A idéia de que a mãe da época centralizava tudo é compartilhada por suas filhas. O depoimento abaixo, do Sujeito II F, pode bem ilustrar este fato:

Minha mãe é muito autoritária, parece uma mesa telefônica, controla tudo dentro de casa... Nós irmãos, por exemplo, até uma coisa que prejudica a relação da gente, que a gente fala assim, a gente pergunta como é que os outros vão prá ela "Como é que tá o fulano?", sabe?, aí ela dá as notícias, né?, e quando a gente tem que falar alguma coisa prá algum irmão, a gente fala prá ela, aí ela fala prá pessoa. Vê se

pode? Então, é como se ela fosse a central telefônica e apertava um botãozinho, entende?, e ela é que faz os contatos e a gente perde muito o contato entre si porque tem que passar, a coisa foi feita prá passar por ela, até hoje, sabe? (Sujeito II F).

Assim, a responsabilidade pela casa e pela família dava à mulher um controle bastante grande sobre os filhos, traduzido, entre outras coisas, pelos cuidados para que estes não se machucassem, no seu sentido mais amplo - afinal, a mãe tem mais experiência e ninguém gosta mais dos filhos do que ela, que por isso, tem sempre razão -, na presença constante, no zelo excessivo e na meticulosa observação diária (para "saber o que tá acontecendo, o que tá fazendo, com quem tá andando, quem são os seus amigos, quem é, convidar, trazer prá dentro de casa, observar" - Sujeito VI M).

Este controle, segundo algumas filhas, não apenas sufoca, como também se faz sentir até mesmo depois que elas se casam e constituem família, como podemos observar no depoimento de uma das filhas:

É aquela história de ser sempre muito útil, muito prestativa, quer dizer, uma forma de manter o controle... E eu acho, eu acho que foi, é muito ruim prá gente, né?, é muito ruim, sufoca muito, sufoca, dá muita insegurança na gente, né?, de tomar iniciativa... Meu marido fala, eu até que melhorei muito, mas antes, sabe?, ligava prá ela prá perguntar "Ah, não sei que", sabe? ... e é difícilimo se libertar, eu acho que deixa certas coisas prá mãe, eu acho que acostuma assim, entendeu? (Sujeito II F).

Tal domínio no lar dava, também, à mulher, um controle

muito forte sobre o marido que entregava a seus cuidados tudo que dizia respeito ao espaço doméstico. Estes desconheciam, quase sempre, o que se passava com a casa e os filhos - "O meu marido não sabia nem em que colégio os meninos estudavam, nem em que ano estavam, se tinham passado de ano, se não tinham passado, era tudo comigo, ele nunca se preocupou" (Sujeito I M) -, e acabavam por se transformar, muitas vezes, em um novo filho, como podemos observar nos depoimentos abaixo, o primeiro de uma das mulheres do Grupo II (de Mães) e o segundo, de uma das filhas falando sobre seu pai:

Eu acho que o homem é uma criança eterna e por isso ele precisa ser, quase que dito prá ele as coisas que se diz prá filho (Sujeito VI M).

Eu acho até que o meu pai era meio dependente dela, assim, sabe?, embora não seja dentro da profissão, né?, e tal, ele em casa dizia que era o sétimo filho, ainda tinha ciúme da gente... Não sei se é dependente, não sei se ele deixou tudo muito por conta dela, em casa, não é bem dependente (Sujeito II F).

O distanciamento do homem das coisas da casa e o fato da mulher assumir inteiramente estes trabalhos - "Eu acho que não tem que dividir tarefas não, porque eu já vou, faço tudo, né? e ele vai concordando, né?" (Sujeito VIII M) -, e ser presença atuante e constante, tornava os maridos bastante dependentes de suas mulheres nesta esfera, tanto física quando psicologicamente:

O meu marido era muito amoroso e tal, mas um pouco ausente. Ele não sabia nem mudar fralda de filho. Um dia, o meu terceiro filho, ele

foi pegar a fralda prá mudar, ele pegou a fralda por aqui e amarrou aqui, o terceiro filho! ... Ele era muito dependente (Sujeito II M).

Ah, o meu marido, ele consegue fazer as coisas sozinho se precisar. Nunca faz, poucas vezes ele fez aqui em casa, quer dizer, fez não, esqueceu a comida. Se eu não puder estar em casa na hora do almoço, ele vai e almoça, mas isso aí aliás eu, talvez o erro seja meu, eu procuro estar, tanto pro marido como pros filhos. Por exemplo, pela manhã, eu acordo, ele não sai, quer dizer, ele não sai não, eu mesma não sei se o defeito é meu ou dele, na hora da saída eu quero estar de pé... Eu tomo café com eles dois, vejo os dois saírem, tudo isso eu faço... É, é uma coisa minha e eles já estão sabendo dessa prática. Se eu não levantar, vão perguntar "Oi, o que houve? Você está doente?" Eu acho que já há, não é que eles dependam exclusivamente de mim, se eu não puder eles vão levantar e tomar café, embora eu tenha empregada prá fazer, mas... (Sujeito III M).

Como podemos observar neste último depoimento, existe uma certa consciência de que, em grande parte, é a mulher que reforça esta situação, assumindo as responsabilidades domésticas, fazendo-se de indispensável, fragilizando maridos e filhos e aumentando, assim, o seu controle sobre eles. Esta consciência vai estar mais clara e presente nas mulheres do Grupo I (de Filhas), como discutiremos adiante.

Apesar disto, o domínio da mulher quase sempre se restringiu à esfera doméstica, mesmo no que diz respeito aos filhos, como assinalaram várias mulheres do Grupo II (de Mães):

Interferir mesmo em relação ao caminho profissional, pessoal e casamento dos filhos, o meu marido interferiu mais do que eu... Agora, eu talvez tivesse interferido mais em coisas mais bobas, como, por exemplo, assim no modo de vestir, relacionamento com amigos, amigas, talvez isso (Sujeito II M).

No entanto, quase todas as mulheres deste grupo afirmaram ter desempenhado importante papel, ainda que indiretamente, no desenvolvimento profissional dos cônjuges. Esta ajuda podia se dar mesmo em áreas que ela desconhecia, trazendo ao marido calma e tranqüilidade para que ele melhor encontrasse uma solução para o problema que o estava afligindo:

Eu acho que a mulher pode ajudar, ela pode auxiliar, eu acho que muitas vezes o marido vem do trabalho com um problema qualquer e às vezes ela não tem nem competência, cultura prá se meter no trabalho, mas pode fazer com que ele se ajude. Por exemplo... se ele está muito nervoso, eu procuro acalmar, mesmo prá ajudar ele a raciocinar sobre aquilo (Sujeito III M).

Duas destas mulheres entrevistadas, contudo, foram além, afirmando, inclusive, que os maridos atingiram a posição em que se encontram graças a elas. Este trecho do depoimento de uma delas pode bem exemplificar a posição de muitas das mulheres deste grupo a esse respeito:

A mulher ajuda muito na profissão do marido, só ajuda. Triste e desgraçada de mulher que não incentiva o seu marido a progredir. Eu tenho absoluta certeza que se o meu marido hoje está no posto que está, agradeça a mim, sem vaidade nenhuma, pelo incentivo que eu dei a ele o tempo todo e, inclusive, às vezes, até dizendo que ele era mais inteligente do que ele aparentava ser, exatamente prá dizer que ele tinha bastante capacidade prá exercer a função que ele exerce... A mulher, ah, a mulher empurra o marido, a mulher é o braço forte, a mulher, a fortaleza mesmo está na mulher, não resta dúvida (Sujeito VIII M).

O incentivo à carreira do marido era, inclusive, não apenas reforçado pelo discurso social ("Por trás de um grande homem, existe sempre uma grande mulher"), como também favorável à própria mulher, uma vez que seu status era medido pela posição alcançada pelo marido.

Apesar da força que a maioria das mulheres deste grupo (de Mães) parece deter dentro de casa, a se julgar por seu discurso, quase todas elas afirmaram ter sido tratadas pelos maridos como princesas, frágeis, quase um bibelô:

Na época que eu casei, eu casei com um homem que me tratava assim como se eu fosse uma princesa. Eu sempre fui muito mimada (Sujeito VI M).

Tal mimo, tais cuidados por parte do marido, podiam, por vezes, assumir a forma de uma defesa incondicional da esposa perante os filhos. O depoimento abaixo pode bem ilustrar este fato:

Meu marido não é autoritário, não, ele só não gostava que as filhas me fizessem mal-criação. Se elas fizessem mal-criação ele era capaz até de bater... Ele só exercia a autoridade, aliás, exerce até hoje, quando elas, quando elas me agridem (Sujeito VIII M).

Talvez em grande parte como consequência desta dedicação feminina à família, quase todos os sujeitos do Grupo II (de Mães) afirmaram que, de modo geral, a mulher se dá mais aos outros do que o homem. Tal fato, segundo estes sujeitos pode ocorrer devido à natureza feminina, a um aprendizado cultural,

ou até mesmo porque o homem se acostumou a receber:

Acho que a mulher se dá mais do que o homem, acho sim. Não sei se é uma coisa cultural do homem, ou se, é, em geral é cultural, as coisas que a gente aprende são culturais, já começa desde cedo a fazer distinção. Mas acho que a mulher se dá muito mais. Em geral o homem é mais egoísta, muito mais pro seu conforto. Ele se acostumou a receber, da mulher, né? (Sujeito II M).

Falando de uma maneira geral, porque tem exceções, claro, mas em tese, acho que a mulher tem mais amor prá dar, porque é mais da natureza feminina (Sujeito VI M).

Finalmente, cabe assinalar, a respeito das mulheres do Grupo II (de Mães), que todas elas afirmaram ter incentivado suas filhas a investir numa carreira ou profissão, a buscar uma independência financeira, a não seguir o seu exemplo:

Ah, sim, eu achava importante elas terem uma profissão. Inclusive fui eu que estimulei mesmo, quando elas estavam estudando "Olha a sua mãe", porque podiam fazer comparação, o adolescente você fala assim "estuda, prá se formar, ter a sua carreira, ter a sua independência financeira", ela podia pensar "E você, que não têm?". Então eu sempre procurava estabelecer essa comparação "porque eu vim de uma geração anterior, mas eu tô vendo que agora vai ser diferente, então vocês têm que se preparar, prá trabalhar, é útil, é bom, você vai ter a sua independência financeira". Isso eu sempre estimulei mesmo e acho que foi ótimo, acho muito bom (Sujeito VII M).

O discurso das mães é confirmado pelas filhas. O depoimento abaixo é exemplar neste sentido, apesar de levantar a contradição entre o discurso de sua mãe e sua prática de vida:

A minha mãe não enfatizava muito essa coisa de cuidar de casa, filhos. Pelo contrário, prá ela era estudar, estudo, estudo, prá ser independente, curso de inglês, curso de francês, é vai trabalhar, vai batalhar. Engraçado que depois que ela se casou mesmo, na segunda vez, ela fez curso de Direito, tá fazendo Letras, mas nunca quis trabalhar (Sujeito IV F).

No entanto, duas mulheres do Grupo II (de Mães), depois que os filhos cresceram, retomaram profissões que haviam abandonado com o casamento, ou começaram uma carreira. É o caso, por exemplo, do Sujeito II M, que afirma que, a despeito da sobrecarga acarretada pelo trabalho fora de casa, a experiência foi muito positiva, inclusive no sentido de ajudá-la a melhor entender seus filhos adolescentes:

Foi, senti sobrecarregada sim. E depois também quando trabalhava foi, aí foi bastante penoso. Mas acho que foi muito bom ter ido trabalhar, foi ótimo, excelente, me abriu a cabeça, me abriu os olhos, foi uma experiência incrível, sabe?..., me esclareciam um mundo de coisas prá transferir pros meus filhos (Sujeito II M).

Assim, nos dias de hoje, no mundo atual, o trabalho fora de casa, a independência financeira são vistos pela maioria destes sujeitos como fundamentais, ainda que apenas a nível de discurso:

*Eu acho que toda mulher deve trabalhar. Esse negócio da mulher ficar dependendo do marido, é uma tristeza, eu me sinto humilhada.
(Sujeito I M)*

Eu acho que a mulher se restringindo à casa, aos filhos, aos serviços domésticos, prendas domésticas, etc..., atualmente não cabe mais

isso, ela fica insatisfeita e ela, a mulher que trabalha, abre o horizonte dela, ela não só conhece outras coisas, como também ela traz pra casa uma experiência que ela não poderia ter se ficasse confinada à casa dela, ao lar. Acho importante isso (Sujeito II M).

O trabalho foram de casa, para estas mulheres, porém, não deveria nunca interferir nas funções da mulher dentro de casa, principalmente no seu papel de mãe:

Eu acho que a mulher tem que ser um pouco independente, não pode ser só a mulher de dentro de casa, isso não, eu acho que ela é, agora não deixando de ser mãe... Eu acho que a mulher tem que entender que ela é mãe e que ela é esposa. Isso ela tem que entender. Agora, não sou contra a mulher ter um trabalho, nada disso, pelo contrário, eu acho que tem, deve ser um pouquinho independente, mas tem que estar ciente, ela como mãe, ela como esposa... Eu acho que ela pode ter um trabalho fora. Agora, ela tem que arranjar um período que ela se dedique também aos filhos. Ela não pode é fazer falta aos filhos (Sujeito III M).

A mulher é acima de tudo mãe, então, em primeiríssimo lugar ela tem que cuidar ali do seu rebento... Amamentar o filho é um fenômeno tão natural como beber um copo d'água, isso é absolutamente natural, isso aí não é interpretação minha, não. Uma senhora, uma mulher, uma pessoa tem um filho é um dever da natureza, é uma coisa quase que intuitiva. Teria muita graça dizer "Ah, eu vou secar o meu leite", entendeu? , "e você fica aí fazendo a mamadeira pro meu filho e enquanto isso eu vou sair pela vida afora". Não isso aí é uma aberração, seria uma aberração da natureza. Agora, uma coisa não exclui a outra, absolutamente. Agora, em primeiro lugar, obviamente, a maternidade (Sujeito V M).

Como pode ser visto neste último depoimento, o discurso da natureza feminina e do instinto materno é bastante forte

para estas mulheres. Assim, o problema da mulher trabalhar fora de casa fica maior ainda quando as crianças são pequenas. Para algumas das mulheres entrevistadas, a ausência da mãe nos primeiros meses de vida é vista, inclusive, como prejudicial ao bom desenvolvimento dos filhos:

É importante o contato da mãe com a criança permanentemente porque eu acho que uma criança de 6 meses que a mãe é obrigada, por necessidade de trabalho a colocar numa creche, não é a mesma coisa que uma criança que teve a mãe permanentemente junto, vendo as necessidades, até psicologicamente. Claro que a criança se define, mas não é com a mesma cabeça que uma criança que tenha tido... Mãe tem que mostrar que está interessada. Não pode faltar amor, porque amor é a seiva da vida, não pode faltar amor da mãe pro filho de maneira nenhuma (Sujeito VI M).

No entanto, apesar das dificuldades em se conciliar os dois papéis - o de mãe e o de profissional -, como assinalaram estas mulheres, os filhos crescem depressa demais e se a mulher não trabalhar fora fica sempre o vazio depois:

É muito difícil essa dupla jornada, é muito cansativo, é muito trabalhoso. E tem o problema de deixar os filhos, isso é uma coisa horrível, muito difícil conciliar, principalmente no tempo que nós estamos vivendo de falta de quem ajude, não é? É muito difícil sim, e todo auxílio que se puder dar deve ser dado, prá pessoa poder se realizar como pessoa humana, não só como mãe, como pessoa humana, não só como dona de casa, né? Ficar só como dona de casa, não, de depois? Acabou (Sujeito II M).

Essa história desse apoio matrimonial, de o homem ser arrimo e a mulher se valer disso, isso não se aceita. Eu penso que os dois devem trabalhar na medida do possível para um fim comum, a mulher, de uma determinada forma e o homem,

de outra. Em primeiro lugar, obviamente, a mulher tem que cuidar dos seus filhos e tudo o mais, mas... passa tão rápido, é tão fugaz, não custa as mulheres se dedicarem um pouco mais, passa depressa demais (Sujeito V M).

Este vazio - vivenciado pela mulher que não tem um trabalho fora de casa - depois que os filhos crescem é, inclusive, confirmado pelas filhas. O depoimento do sujeito VII F é exemplar neste sentido:

Aí é que eu acho o grande buraco mesmo, porque aí você já não tem mais a justificativa, acho até que a nível da justificativa interna e externa, e a mulher justifica, a mulher que não sai prá trabalhar, ela se justifica no caso de não sair prá trabalhar, ela tem que dar conta do cotidiano, da casa, na medida em que os filhos saem, que aí você tem objetivamente falando, é o caso até da minha mãe, né?, que sente um vazio grande, não tem marido, meu pai morreu (Sujeito VII F).

Para a maioria dos sujeitos do Grupo II (de Mães), portanto, apesar da crença no fato de que a realização profissional e a independência financeira da mulher são importantes, especialmente no momento atual, a mãe continua a ser vista como insubstituível e sua presença constante como fundamental para o bom desenvolvimento dos filhos. Assim, a mulher atualmente defronta-se com a difícil tarefa de tentar conciliar as suas funções enquanto profissional e as suas funções enquanto mãe:

A gente tem que saber dosar as coisas. Se a mulher é intelectual, tudo bem, mas ela tem o nucleozinho dela familiar, então não pode ser só intelectual, nem só familiar (Sujeito VI M).

No que diz respeito aos cuidados com a casa e os filhos, mesmo a maioria das mulheres do Grupo I (de Filhas) tendo assinalado que o ideal seria a divisão de tarefas, todas afirmaram que tais tarefas ainda ficam sob sua responsabilidade. Seu discurso a esse respeito, contudo, é bastante contraditório. Assim, inicialmente, em seu depoimento, as mulheres atribuem a dificuldade da divisão de tarefas aos homens, à maneira como eles foram criados, como podemos observar nos seguintes trechos de seus depoimentos:

Eu peguei uma geração que... ainda tinha uma relação de casamento difícil porque pegou por outro lado os homens com aquele modelo de machismo, aquela coisa que a mulher tem que dar atenção em casa (Sujeito VI F).

Eu acho que a mulher não abre mão da esfera privada porque ela não pode abrir efetivamente falando, até porque o homem não chega prá dividir. Essa questão, então, eu acho que é uma situação objetiva, é uma situação que foi historicamente construída e objetiva (Sujeito VII F).

Eu acho que é a maneira de criação dele..., também a mãe dele fazia tudo, até roupa a mãe dele comprava. Ele nunca comprou uma roupa... Ele falava "Quero isso", ela fazia, "Quero aquilo", ela fazia (Sujeito VIII F).

Logo a seguir, no entanto, elas fazem um mea culpa, situando o problema nelas próprias, em suas limitações em aceitar um novo modelo, limitações estas, em grande parte, decorrentes de suas dificuldades em mandar e delegar tarefas:

Todas as tarefas de casa são minhas, de minha conta e tal, a não ser quando eu tenho que sair... Mas eu acho que é, é muito culpa mi-

nha, entende?... , eu não sei, eu sou daquelas que eu prefiro fazer do que mandar. Se faz, tudo bem. Mas, ah, dar em cima "Faz a sua cama e tá, tá, tá", não, eu mesma faço e acabou (Sujeito I F).

As vezes, prá não ficar pedindo, a gente acaba fazendo... Antigamente eu falava, né?, aí "Não posso, tenho o que fazer", aí a gente acaba fazendo. Ou a gente acaba fazendo ou a gente perde o controle do lar, né?, eu acho, né? (Sujeito II F).

Para estes sujeitos, esta dificuldade em delegar tarefas, em dividir responsabilidades, estaria associada à sua criação, quando foi bastante enfatizada a idéia de que a casa e os filhos eram responsabilidade da mulher, eram atividades essencialmente femininas:

Lá em casa, por exemplo, já é um negócio que a gente deve ter herdado da família da gente que a mulher é que toma conta da casa, faz compras. Hoje, por exemplo, meu filho ficou dormindo em casa e eu vim para o trabalho e antes ainda fiz compras prá casa (Sujeito II F).

Também tenho me perguntado isso de delegar tarefas, será que no momento que eu delego eu não me sinto insegura? Isso é uma questão de, eu tô vendo, será que eu quero abandonar, será que eu não sinto que sou eu que tenho o que fazer?, será que no fundo, no fundinho, apesar de eu me perguntar, aparentemente o meu discurso diz que não, eu luto pela divisão de tarefas, mas eu acho que, eu tô vendo que, no fundo, no fundo, tem sempre aquela criação, aquele negócio que a gente faz isso pros filhos (Sujeito IV F).

De repente eu também tenho uma coisa assim, sempre, mal resolvida. Eu acho que ainda é o modelo. Eu vejo as minhas amigas que têm marido, filhos, não sei quê, elas têm medo da casa, medo da família, medo do horário. É um misto de medo e culpa, "Será que tão me entendendo? Eu tô faltando e aí o que é que vai acontecer?" (Sujeito VII F).

Apesar de tais mulheres lutarem por uma divisão real do trabalho dentro de casa, segundo elas próprias, seus maridos nunca conseguem se desempenhar tão bem, são desajeitados e, quando tentam ajudar, muitas vezes, acabam atrapalhando. Os depoimentos abaixo são exemplares neste sentido:

Meu marido, é, assim, a casa quando precisa, não tão bem, mas assume, ele é muito enrolado e tal, mas assume. Se precisar ele assume, fica meio apavorado. Ele não vai prá cozinha, cozinhar, isso ele não faz, é mais fácil ele telefonar e pedir prá comida vir, mas assume... Se o meu marido quiser fazer as coisas de casa eu vou achar ótimo, vou achar ótimo,... mas, quando o meu marido vai prá cozinha, é um desastre. Ele suja tudo. Eu digo logo "Sai daí, deixa que eu faço, porque você vai sujar tudo e me dar mais trabalho". Aí ele diz que só quer me ajudar. Eu digo que não precisa não, senão eu vou ter que limpar toda a sujeira e eu vou ter mais trabalho ainda (Sujeito III F).

Os homens não conseguem, eu vejo os maridos mais dedicados que até arrumam e cozinham, mas não conseguem lavar, quebram metade da louça, eles não conseguem fazer (Sujeito VI F).

É possível, assim, que o maior obstáculo para uma participação real do homem nos trabalhos de casa e nos cuidados com os filhos, bem como o assinalou um dos sujeitos entrevistados, seja colocado pelas próprias mulheres, por sua dificuldade em abrir mão do poder que sempre detiveram no espaço privado do lar:

Eu acho que eu, pior, atualmente, prá mim o importante é eu ter esse, é eu não deixar ele fazer as coisas, apesar do meu discurso ser o oposto do que eu tô falando aparentemente. Eu acho que eu prá ser sincera, eu tenho que dizer que eu não gosto dessa, não, é como se eu mano-

brasse esse poder, eu não quero perder esse poder..., seria dividir o poder, entendeu? Eu acho que como é difícil a gente entrar, vamos dizer, no poder profissional masculino lá de fora, a gente não quer largar o nosso, não sei, alguma coisa, parece isso (Sujeito IV F).

Algumas mulheres deste grupo (de Filhas), inclusive, começam a ter consciência de que, em grande parte, contribuíram para essa situação desigual dentro de casa, tirando o espaço de seus maridos:

Meu marido é muito autoritário, tem um diálogo difícil com os filhos... Eu acho que eu tenha contribuído prá isso, eu tava dizendo, quem sabe a gente até tira o espaço, talvez eu tenha antecipado as coisas e tirado um pouco do espaço dele porque eu era eficiente e ia fazendo, ele demorava de fazer, eu fazia, talvez ele tenha se sentido um pouco relegado, pode ser uma forma inconsciente da gente se vingar um pouco (Sujeito VI F).

A responsabilidade total da mulher pelas coisas da casa e da família, como assinalamos anteriormente, situa o homem em posição de dependência dela, possibilitando um maior controle sobre ele e também sobre a família. A mulher torna-se indispensável, uma vez que é a única que conhece e domina os segredos do lar. Assim, fragilizar os homens e os filhos é, como afirmam os sujeitos deste grupo, uma estratégia bastante antiga:

A minha avó era, muito, no lar, como todo mundo, ela comandava o espetáculo, porque ela sempre fazia tudo, porque ela que controlava tudo, separava as roupas dele, quer dizer, era ela que comandava o espetáculo (Sujeito I F).

E, ao contrário do que se poderia imaginar, muitas mulheres, ainda hoje, segundo o depoimento da maioria dos sujeitos do Grupo I (de Filhas), mantêm este tipo de atitude:

*Muito homem deixa, simplesmente a mulher vai lá, vê o botão, ele só se lembra quando ela não tem, né?, quando ele não acha a camisa, não acha a meia, nesse sentido ele é completamente dependente e até mulheres da minha geração eu já vi assim, né?, elas separavam a roupa do marido... algumas já estão até separadas, fiquei impressionada "Ah, eu separo a camisa, assim, a roupa". Na outra geração, então...
(Sujeito II F).*

*Eu conheço muitas mulheres da minha geração que fazem tudo pro marido. Uma delas... deixa a roupinha dele toda, sai prá trabalhar, deixa o café quentinho, pão quentinho, passado a manteiga no pão, porque senão ele não come, porque tem que passar a manteiga, queijo. Ela sai, já deixa tudo em cima da mesa e vai pro trabalho
(Sujeito III F).*

A contradição entre o discurso e a prática parece decorrente, portanto, da coexistência, como afirmamos em nossa hipótese, no interior destas mulheres, em níveis mais ou menos conscientes, de valores contraditórios internalizados nos diferentes momentos de sua formação, coexistência que ainda persiste no discurso social.

Assim, apesar das mulheres do Grupo I (de Filhas) acreditarem na divisão de tarefas, elas continuam a ver os cuidados com a casa e a família como atribuições femininas. O depoimento do sujeito IV F pode bem exemplificar a convivência conflituada de valores modernos e tradicionais no interior destas mulheres. No caso deste sujeito, o reconhecimento da con-

tradição só foi possível, como ela mesma afirma, depois que iniciou uma terapia:

É, eu vou ser sincera com você, mas eu tô vendo até na minha terapia que há em mim uma coisa que eu permito, acho que, no fundo, eu acredito, por mais que meu discurso, há dois anos eu jamais diria isso aqui, não por estar mentindo, mas porque não tinha consciência, mas eu tô vendo na terapia que dentro de mim há uma mulher que acha que o casamento é definitivamente. A nível de discurso, acho que não, que é tudo igual em casa, que os dois fazem a mesma coisa, mas ir a fundo nisso, bancar isso, acho que não existe, é que eu acho que dentro de mim há aquela insegurança de tratamento, da mulher não incomodar o homem. É horrível ter que admitir isso mas..., na terapia eu vi, eu, é como se eu tivesse duas pessoas dentro de mim, uma com a postura que fala assim "Não, mulher independente, a mil, tem que fazer as coisas" e outra, não, aquela débil mental, que segurou todas, que é como a minha mãe que relega todo mundo, filho, ela mesma, as amigas dela em razão do marido e no fundo eu tô vendo que eu tenho o mesmo discurso dela.

Desta forma, as mulheres acabam almejando atingir o modelo da super-mulher, num esforço por desempenhar-se eficientemente tanto em casa, quanto no trabalho. Tal fato as leva, segundo seus próprios depoimentos, a uma sobrecarga física e emocional bastante grande:

As vezes eu me sinto sobrecarregada com o trabalho de casa, filho, me dá aquela coisa, vontade de sumir, mas, fechar a casa e sair, mas não tem jeito, vamos ficar aqui mesmo (Sujeito III F).

A gente quer ser uma super-mulher. Eu acho que a gente queria resolver todos os problemas de uma hora só (Sujeito IV F).

As vezes eu me sinto sobrecarregada. Tem certos momentos que eu fico assim absolutamente exaurida, me sugaram tudo. é a impressão que eu tenho. Tem dias que eu começo assim às 8 horas da manhã, levo filho no inglês, vejo dever, chego correndo às 11 horas, fico fora o dia inteiro, saio correndo prá dar aula à noite, aí eu chego em casa absolutamente, é uma agenda assim (Sujeito VII F).

Com relação à maternidade, todas as mulheres do Grupo I (de Filhas) afirmaram ter sido esta uma experiência extremamente importante, interferindo bastante no seu modo de ver o mundo, as coisas, e os próprios pais. Estas mudanças se deram mesmo no caso daquelas mulheres para quem a maternidade nunca constituiu o ponto central de suas vidas. O depoimento abaixo é exemplar neste sentido:

A maternidade não era uma coisa muito presente na minha vida, não, mas ela foi, talvez seja a relação que eu tive mais importante... A maternidade me mudou, mudou. Eu era uma pessoa muito mais dura, o meu olhar em relação aos meus pais era diferente, eu não tinha aquela coisa, quer dizer, a minha sensibilidade em relação a criança, a infância, era muito pequena, depois que eu tive filho, não (Sujeito VII F).

Algumas mulheres deste grupo (de Filhas), inclusive, abandonaram, ainda que temporariamente, sua profissão com o nascimento dos filhos, retomando o trabalho ou planejando retomá-lo quando os filhos estiverem mais velhos, necessitando menos delas:

Eu acho que a maternidade interfere na vida da mulher. Eu, pelo menos, a mim interfere, primeiro penso nos filhos para depois pensar em

mim... Eu parei de trabalhar, trabalhava antes, eu parei de trabalhar porque aí não ia ter atenção, tinha que deixar filho em creche, ou com a minha mãe, ou com a minha sogra, né?, eu não ia ficar muito tempo com o neném, então resolvi parar prá ficar... Eu tenho vontade, às vezes, até de fazer novo vestibular, mas é muita coisa, não dá, pode ser que quando os filhos casarem, quando estiverem maiores, que não dependam tanto da gente, pode ser que eu faça (Sujeito III F).

A maternidade mudou muito a minha vida, ah, mu-
dou, porque quando eu tive a minha primeira fi-
lha eu resolvi ser mãe em tempo integral, eu
parei de trabalhar, parei tudo, né? Aí eu morei
fora, um ano, no Canadá. Quando eu voltei, eu
já vim com a cabeça um pouco diferente ... o
meu marido ... deu a maior força. Mas inde-
pendente da força dele eu voltaria a trabalhar,
ele não, ele, eu acho que ele deu força porque
ele viu que eu ia (Sujeito IV F).

Ah, eu acho que ter filho muda muito a vida da
mulher, principalmente quando as crianças são
muito pequenas, eu acho que precisa uma atenção
da mãe... Eu nunca trabalhei muito tempo fora,
né?, quer dizer ... eu dava aulas, então era
um horário pequeno, então nessa parte não atra-
palhou (Sujeito V F).

Como podemos observar nos depoimentos acima, apesar de
todas as mulheres do Grupo I (de Filhas) terem um trabalho ou
profissão, ainda que nem sempre em horário integral, a mãe con-
tinua a ser vista por elas, pelo menos a nível do discurso, co-
mo insubstituível, sua presença sendo mesmo fundamental para o
bom andamento da casa e desenvolvimento dos filhos:

A minha participação enquanto mãe, acho, acho
fundamental, acho mesmo é insubstituível (Su-
jeito VII F).

Eu acho que é importante a mulher trabalhar.
Agora eu acho também que é muito importante ela
ter família, filhos e tudo o mais, ela ter o
tempo da família também, mas eu acho que traba-

lhar 24 horas por dia e deixar os filhos, deixar a casa, não é bom (Sujeito V F).

Uma das mulheres entrevistadas chega, até mesmo, a atribuir uma série de problemas que está tendo agora com seus filhos adolescentes ao fato e ter ficado pouco tempo em casa, porque trabalhava muito, quando os filhos eram pequenos:

Eu acho que eu devia ter ficado mais em casa... Eu acho que a maternidade, agora eu acho, que a mulher tem que ficar mesmo, o tempo todo que ela puder ficar com o filho, não prá sair do trabalho completamente, mas ela deve ficar assim, eu acho que eu fiquei pouco... Agora eu tô com uma série de problemas em casa, eu tô achando que eu deveria ter ficado mais em casa, entendeu? ... E aí eu acho, não sei, eu acho que a mulher deve ficar bastante com o filho. Eu acho que esse negócio de ter que trabalhar, achava antes que não, que tinha que trabalhar mesmo, não sei o que, que não tinha que ficar dentro de casa, mas agora acho que não ... acho que não deve deixar o trabalho completamente, se puder ficar menos, trabalhar meio expediente enquanto o filho é pequeno, né? (Sujeito II F).

Esta solução de trabalho em meio expediente é, inclusive, sugerida por várias das mulheres entrevistadas. O depoimento abaixo pode bem exemplificar tal fato:

Eu acho que o ideal, eu acho também que o ideal é ela trabalhar meio expediente, eu acho a maior loucura a mulher trabalhar tempo integral e não ver o filho. Eu acho complicado, perde no seu relacionamento com o filho, que eu acho que é uma coisa super legal, você ver o seu filho crescer, eu acho que é uma coisa importante (Sujeito IV F).

Assim, para quase todas as mulheres do Grupo I (de Filhas), mesmo para aquelas que não têm um trabalho fixo ou em tempo integral fora de casa, o desenvolvimento profissional e a independência financeira são fundamentais para toda mulher, podendo inclusive fazê-la melhor mãe, menos sufocante - como assinalou uma delas -, até porque está muito presente nestes sujeitos a idéia de que os filhos devem ter vida própria, seguir seu caminho:

Eu acho que a mãe deve trabalhar, eu acho que deve porque dá um sentimento de independência maior, senão, fica muito sufocante, porque tem mães que ficam que sufocam. Eu era uma mãe que não sufocava, sempre deixei eles seguirem a vida deles ... eu tô criando meus filhos pro mundo, não é prá mim (Sujeito I F).

No entanto, o trabalho da mulher fora de casa, segundo esses sujeitos, não deve jamais interferir em suas responsabilidades enquanto mãe e dona de casa:

Eu acho que é importante a mulher trabalhar. Agora, acho também que é muito importante ela ter família, filhos e tudo mais, ela ter o tempo da família também, mas eu acho que trabalhar 24 horas por dia e deixar os filhos, deixar a casa, não é bom (Sujeito V F).

Deste modo, ser mulher atualmente, como afirma o sujeito III F, "é ser mãe, é a companheira do marido, é a dona de casa e agora é também a executiva". Tal fato, segundo a maioria das mulheres entrevistadas deste grupo, leva-as a uma angústia, a uma ansiedade enorme, por não conseguir dar conta de

todas as esferas de atuação, e faz com que a mulher tenha sempre a impressão de que, ao se dedicar a uma de suas responsabilidades, está deixando outras áreas em falta.

No entanto, segundo seus próprios depoimentos, a mulher está começando a ter consciência - algumas a partir de terapia - de que tem que fazer opções, de que tem que trabalhar melhor esta questão em sua cabeça, buscando uma solução para o problema do excesso de encargos. Os depoimentos abaixo podem bem exemplificar tal fato:

O meu mal é ansiedade mesmo, angústia assim, eu sou uma pessoa super angustiada ... de não dar conta, de não chegar. Eu acho que eu cheguei ao cúmulo de assim, até hoje eu faço isso, eu não tive que optar as coisas, opção pelas coisas, parece que eu quero abarcar tudo (Sujeito IV F).

Eu acho que eu tô fazendo terapia prá ter um super-ego que me diga, que me chame atenção para os excessos, os desvios, quer dizer, quando eu consigo manter um equilíbrio doméstico ... pode ver que tem um outro lado da minha atividade que tá um pouco em falta, porque aí ... você trabalha 12 horas por dia e ainda trabalha no fim de semana, então isso aí ainda é muito desigual. Eu tento trabalhar isso aqui em casa, entende? (Sujeito VI F).

6.6- Considerações Finais

A maior vitória de todos os tempos no plano social-intelectual, eu diria até mesmo prá você, nem foi o direito de voto conquistado pela mulher, foi o direito de adentrar uma faculdade, que não era proibido, mas era inusitado. Eu considero essa a maior conquista feminina porque, se a mulher tiver os mesmos estudos de um homem, intelectualmente ela não lhe vai ser inferior

(I.C. - mãe entrevistada)

Como podemos observar na análise das entrevistas, em consequência da ilegitimidade social do controle exercido pela mulher no domínio público, ambos os grupos de sujeitos afirmaram fazer uso de estratégias sutis e manipulativas para exercer o controle sobre seus maridos e filhos, ainda que estas se apresentem de forma contraditória e assumam características um pouco distintas no discurso das mulheres do Grupo I (de Filhas).

O uso do jeitinho, por exemplo, apesar de mais fortemente presente no discurso das mulheres do Grupo II (de Mães) e de se exprimir, por vezes, de modo diferente no caso das mulheres do Grupo I (de Filhas), permanece sendo um meio bastante eficaz da mulher conseguir burlar este maior poder que os homens continuam a usufruir no espaço público e na sociedade de modo geral.

Quanto à cobrança e à chantagem emocional, apesar destas estratégias ainda se encontrarem fortemente presentes em ambos os grupos de sujeitos, são percebidas de forma distinta pelos diferentes grupos de mulheres.

Os membros do Grupo II (de Mães) negaram seu uso - a despeito de afirmarem conhecer pessoas que cobravam ou chantageavam seus filhos e maridos - por não estar condizente com a imagem de dedicação e abnegação esperada da mulher e da mãe em sua época. Suas filhas, ao contrário, não apenas mostraram consciência de que eventualmente utilizam estas estratégias, como também de que só agora estão começando a encontrar formas de escapar às tentativas de controle exercidas até hoje por suas mães através de cobranças e chantagens.

No que diz respeito às formas de controle mais diretas - como as ordens, ameaças e reprimendas -, e à vigilância, encontramos maior incidência de seu uso, uso esse confirmado por suas filhas, no Grupo II (de Mães). Tal fato está coerente com a clara delimitação dos papéis (de homens e mulheres, pais e filhos) vigente na época em que estas mulheres se casaram e tiveram seus primeiros filhos e com a importância atribuída à mãe no desenvolvimento harmonioso e no bem-estar das crianças.

Assim, as mulheres do Grupo II (de Mães) apresentaram um grau de certeza muito grande com relação à melhor forma de educar os filhos e, como consequência, não hesitaram em lançar mão dessas formas de controle - as ordens, ameaças, reprimendas e a estreita vigilância -, encaradas como absolutamente naturais.

No Grupo I (de Filhas), ao contrário, em decorrência das mudanças sociais ainda em curso no que concerne à posição e ao papel da mulher na sociedade, bem como ao questionamento das formas antigas de educação de crianças, aparece uma menor incidência do uso destas estratégias. Além disso, seu discurso apresenta uma série de dúvidas e contradições a esse respeito, resultado da convivência, no interior destes sujeitos, dos valores tradicionais passados por suas mães e dos novos valores sociais introjetados durante sua adolescência e maturidade.

Algumas posturas com relação aos cuidados com a casa e os filhos parecem ter se modificado da geração das mães para a de suas filhas. Entretanto, estas mudanças ainda se situam muito mais no plano do discurso do que propriamente no da prática cotidiana.

A carreira profissional e a independência financeira ganham importância cada vez maior para as mulheres do Grupo I (de Filhas), que parecem estar efetivamente investindo nesta área, estar se lançando no mundo do trabalho. Assim, ao contrário de suas mães, que afirmaram ter incentivado as filhas a buscar realização profissional e independência financeira mas abriram mão de tudo - algumas até de uma carreira promissora antes do casamento - em prol da família, as mulheres do Grupo I (de Filhas), com todas as dificuldades acarretadas por uma dupla jornada de trabalho, tentam conciliar suas funções nas esferas doméstica e pública.

Isto porque, pelo menos a nível de discurso, estas mulheres acreditam que, por mais rica que seja a experiência de ser mãe, para ser feliz e fazer felizes àqueles a sua volta, é necessário que a mulher invista também em si mesma, em sua realização profissional e pessoal.

Quanto aos cuidados com a casa e os filhos, apesar de algumas mulheres do Grupo II (de Mães) afirmarem ter se ressentido mais tarde do abandono de uma vida própria e até de uma carreira, quase todas encaram, ainda hoje, como natural o fato de que o serviço da casa e a educação dos filhos devem ficar sob a responsabilidade da mulher. Suas filhas, ao contrário, mesmo assumindo tais responsabilidades, questionam o fato e, pelo menos a nível de discurso, já buscam uma divisão de tarefas mais igualitária.

Ainda com relação aos trabalhos domésticos, cabe ressaltar que, apesar de todas as mulheres do Grupo I (de Filhas), terem afirmado lutar por esta divisão de tarefas, para a maio-

ria delas, o homem ainda é visto como incapaz, ineficiente, nunca se desempenhando tão bem quanto as mulheres neste tipo de atividade. Ou seja, elas ainda relutam em abrir mão do poder que sempre detiveram nesta esfera.

Para ambos os grupos de sujeitos, contudo, a mãe continua a ser vista como insubstituível na criação dos filhos, fato este que leva muitas mulheres do Grupo I (de Filhas) a acreditarem que uma atividade fora de casa em meio expediente seja a melhor solução para conciliar filhos e atividade profissional. Ou seja, a maternagem - o cuidado e a educação das crianças - permanece, para estas mulheres, como uma responsabilidade da mãe, embora algumas delas já contem com, ou busquem o auxílio do pai.

Estão presentes, portanto, como podemos observar na análise das entrevistas, uma série de contradições no discurso das mulheres do Grupo I (de Filhas), que, de um lado, repetem as formas de controle e de educação dos filhos utilizadas por suas mães e, de outro, questionam estas formas e buscam novas alternativas.

Estas contradições, no entanto, que, como afirmamos em nossa hipótese, são reflexos de transformações sociais ainda em curso - não operadas totalmente tanto no plano externo (a nível da sociedade), quanto no plano interno (a nível do sujeito) -, acarretam uma enorme culpa e angústia nestes sujeitos, levando-os, muitas vezes, a buscar algum tipo de auxílio, como uma forma de terapia.

Ao contrário de suas mães que, em decorrência da clara delimitação de papéis, tinham enorme preocupação com as aparên-

cias e se sentiam envergonhadas com o rompimento dos padrões pré-estabelecidos, estas mulheres do Grupo I (de Filhas) são mulheres essencialmente divididas e culpadas.

NOTAS

¹ Um exemplo de não compreensão de uma pergunta, como resultado de falante e interlocutor não compartilharem de um conhecimento, pode ser encontrado no seguinte diálogo retirado da história em quadrinhos Charlie Brown (em Coulthard, 1983):

Linus: Você quer brincar comigo, Violet?

Violet: Você é mais novo que eu (Fecha a Porta)

Linus: (intrigado) Ela não respondeu à minha pergunta.

² Uma vez que o material das transcrições é bastante extenso e parte dele não é fundamental para nossa análise, ele não será anexado à tese. Usaremos apenas os trechos dos depoimentos dos sujeitos necessários no decorrer da análise.

³ A fim de manter a privacidade das mulheres entrevistadas, vamos nos referir aos sujeitos do Grupo I (de Filhas) através de numerais romanos seguidos da letra F e aos sujeitos do Grupo II (de Mães), através do mesmo numeral romano de suas filhas, acrescido da letra M.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho tentamos evitar a oposição, comumente utilizada nos estudos sobre a mulher, da dominação masculina versus a opressão feminina. Procuramos, assim, fugir do discurso social que tem apresentado a imagem da mulher ora como vítima, a doce e abnegada Maria, ora como o seu inverso, a sedutora Eva, serpente tentadora do Gênesis.

Como afirmamos em nossa introdução, a despeito do poder socialmente legitimado ter permanecido, durante séculos, nas mãos dos homens, as mulheres sempre encontraram formas sutis de burlar este poder, isto é, sempre encontraram modos informais, ou estratégias para controlar eventos que as afetam e que afetam as pessoas próximas a elas.

Desta forma, mais do que tentar responder se as mulheres tinham poder, nosso intuito foi, através da análise do discurso de dois grupos de mulheres, de faixas etárias distintas, decodificar algumas das estratégias de controle de que estas mulheres lançam mão e os poderes que elas detinham por trás da ficção do poder masculino. Além disso, como optamos por trabalhar com pares de mãe e filha, tentamos observar a continuidade ou não do uso, por parte das filhas, das estratégias empregadas por suas mães.

Ou seja, nosso objetivo foi observar como se articulavam, nestas mulheres, algumas de suas formas de subordinação e resistência. Nem vítimas, nem algozes, acreditamos que as mu-

lheres, ao longo dos séculos, como os membros de outros grupos socialmente marginalizados, foram tecendo por trás dos panos modos de resistência à opressão masculina, tentando assumir um certo controle sobre suas vidas e sobre aqueles à sua volta, a despeito da situação social altamente desfavorável.

Podemos afirmar que nossas hipóteses iniciais foram confirmadas. Em grande parte como resultado da ilegitimidade social do controle exercido pela mulher no domínio público e da clara delimitação de papéis da época em que se casaram e se tornaram mães, o período do pós-guerra, as mulheres brasileiras de classe média, que se encontram na faixa dos 60 aos 75 anos de idade, desenvolveram estratégias sutis e manipulativas de exercer o controle sobre sua família, como o jeitinho, a vigilância, a cobrança, a chantagem emocional e a fragilização de maridos e filhos.

Estas mesmas estratégias de controle sobre a família se encontram presentes, ainda que de forma contraditória e assumindo contornos um pouco distintos, em suas filhas, mulheres que se encontram na faixa dos 35 aos 45 anos de idade e viveram em sua adolescência o impacto das mudanças propostas pelos movimentos feministas dos anos 60.

Observamos no Grupo II, das mães, um discurso em que está muito fortemente presente a idéia de que os cuidados com a casa são de inteira responsabilidade da mulher e que vê a mãe como insubstituível na criação e educação dos filhos.

Em sua época, homens e mulheres eram educados para se encaixar numa forma, num modelo. Assim, enquanto os rapazes eram criados para aparecer, para brilhar no espaço público e

buscar sua independência na realização profissional, as moças eram induzidas a permanecer à sombra, ainda que trabalhando com a mesma eficiência e responsabilidade.

Ao contrário dos meninos que cresceram doutrinados para acreditar que não tinham mesmo jeito para as coisas da casa e o cuidado de crianças, as meninas foram levadas a encarar o casamento como seu objetivo máximo na vida e a maternidade como a realização suprema da mulher. Deste modo, ao longo de suas vidas, elas foram preparadas para estes papéis. Além de uma certa cultura, ainda que superficial, ela deveria ser doce, meiga e de trato fácil e, apesar de quase sempre contar com o auxílio de empregados, era importante que ela soubesse como orientá-los nas tarefas de cozinhar, lavar e passar e supervisionasse o cuidado com as crianças.

Esperava-se, assim, que homens e mulheres vivessem segundo expectativas alheias, isto é, segundo o que deles era esperado pela sociedade. Quando adultos, não raro ambos descobririam que o que alcançaram não era suficiente para fazê-los felizes, experimentando um sentimento de frustração e incompletude advindo do fato de que aqueles objetivos não eram satisfatórios.

A síndrome da Gata Borracheira - a boa moça, prendada, que vive à espera de seu Príncipe Encantado - coexiste com a síndrome do Peter Pan - o herói menino que não queria crescer. E, assim, a mulher é levada a aceitar e até mesmo reforçar o comportamento infantil de seu marido - ciumento e reclamando atenções devidas às crianças -, tratando-o como mais um filho na casa.

Contudo, apesar de treinada para ser a mulher perfeita, sempre contida, prendada e obediente, muitas mulheres, às vezes de forma não consciente, não raro descobriam depois do casamento que seu marido estava longe do príncipe encantado com que sonharam e que os cuidados com a casa e a educação dos filhos não preenchiam inteiramente suas vidas. O vazio aumentava ainda mais quando se deparavam com os filhos crescidos, não necessitando mais tanto de seus cuidados e atenções.

Assim, muitas mulheres desta geração tentaram passar para suas filhas a idéia de que era preciso que elas investissem também numa carreira e profissão, buscando a independência financeira que não tiveram e a realização pessoal de que abriram mão para se dedicar integralmente à família.

No entanto, embora muitas vezes não admitindo, no fundo, elas continuaram a reproduzir na educação de seus filhos e filhas o esquema machista em que foram criadas e que educava meninos para o sucesso profissional e meninas para o casamento e a maternidade.

Desta forma, perpetua-se na cabeça de meninos e meninas a visão da casa como o espaço do poder feminino, espaço esse que, de um lado é sacralizado como o domínio da Rainha do Lar - que mantém marido e filhos dependentes dela - e, de outro, desvalorizado pela sociedade que vê as tarefas nele exercidas como menores e sem importância, não produtivas a nível social mais amplo e, portanto, não remuneradas.

É assim que a idéia da boa moça, educada desde pequena para ser perfeita, eficiente esposa e dedicada mãe, se mantém, em níveis diferentes de consciência, na cabeça de suas filhas.

Parece, portanto, que a boa moça não é apenas um personagem adormecido nas páginas dos livros de histórias infantis, mas, antes, uma espécie de fantasma transportado através dos séculos. Isto é, ela não só está muito presente na geração de suas mães, como ainda vive em boa parte das mulheres atuais, escondida em atitudes que ela aprendeu a reverenciar como "tipicamente femininas".

Deste modo, embora grande parte das mulheres entrevistadas na faixa dos 35 aos 45 anos negue sua submissão a esse modelo ideal, muitas ainda se sentem culpadas por não se enquadrarem no padrão considerado normal pela sociedade.

Este tipo de sentimento, apesar de muitas vezes ser praticamente invisível, pode ser observado no discurso deste grupo de mulheres. Tal fato levou, inclusive, várias delas a buscar auxílio - como alguma forma de terapia -, com o intuito de melhor resolver a vivência conflituada em seu próprio eu deste conjunto contraditório de valores, introjetados nos diferentes momentos de sua formação. Assim, as mulheres se dividem entre os valores antigos, passados por suas mães - que incluíam a idéia da esposa eficiente e mãe dedicada - e os novos valores que surgiram durante sua adolescência, nos anos 60 em grande parte desencadeados pelos movimentos feministas e que questionavam a limitação dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher.

Desta forma, apesar de todos os avanços, tais mulheres assumem as tarefas no espaço público a que se lançaram, sem, no entanto, abrir mão de suas antigas atividades. Ou seja, elas somam funções, procurando responder o melhor possível a essas

cobranças sociais. Elas tentam, assim, agora ser perfeitas não apenas no domínio antigo da casa - almejando ser companheiras ideais, donas-de-casa exemplares e boas e dedicadas mães -, como também no desempenho de suas atividades profissionais - espaço onde ainda hoje a mulher precisa se desempenhar melhor do que o homem para obter o mesmo reconhecimento.

Sobrecarregada com a dupla tarefa de trabalhar fora e cuidar dos afazeres domésticos e educação dos filhos, a mulher não quer, no entanto, abrir mão do poder que sempre exerceu no espaço privado do lar. É, portanto, muitas vezes, a própria mulher que poda as possibilidades masculinas de atuação em casa, reforçando o discurso social que afirma não terem os homens mesmo jeito para essas "coisas de mulher".

Ratificando que o homem não sabe fazer nada direito dentro de casa, que ele é desajeitado e, muitas vezes, atrapalha, em lugar de ajudar, a mulher se posiciona como imprescindível nesta esfera. E, como super-mulher e super-mãe, ela continua, ainda que de forma não consciente, a garantir o controle sobre o marido e os filhos - "Eles precisam de mim, não conseguem mesmo viver sem mim" -, mantendo-os a seu lado, enfeitiçados pelo poder da mulher e mãe perfeitas.

Sem se dar conta, portanto, a mulher contribui para a manutenção do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que, muitas vezes, apenas a nível de discurso, se rebela. Romper com esta situação significa, antes de mais nada, tomar consciência deste jogo mútuo de poderes entre homens e mulheres, um jogo que se esta-

beleceu através dos séculos e no qual homens e mulheres são perdedores.

Do mesmo modo que os homens atuais se assustam com a independência da mulher, também as mulheres atuais temem o homem capaz de se desembaraçar sozinho dentro de uma casa, porque ambos se privam da sensação de segurança e poder que sempre tiveram em seus domínios.

Parece que a "nova mulher" é ainda alguém que hesita, teme e permanece na "outra margem do rio". Seu novo papel social, no entanto, não pode surgir sem uma mudança correspondente no papel social do homem. Isto porque o papel de cada ator social é sempre desempenhado em interação com o outro, numa relação de troca e reciprocidade. Para se encontrar uma solução para o problema de mulheres e homens na sociedade atual, portanto, é preciso uma mudança social mais ampla e radical. Faz-se necessário abandonar a idéia de um só modelo, parte da velha ordem patriarcal - aos machos caberia um papel, às fêmeas, o papel oposto, sempre em padrões rígidos -, danosa não só às mulheres como também aos homens. É preciso que mulheres e homens entendam que o fundamental não é buscar o modelo, mas sim, um modelo que atenda aos interesses de ambos e tentar alcançar, desta forma, juntos, a terceira margem do rio.

Para que a mulher se fortaleça nesta busca, é necessário, no entanto, que ela se conheça melhor. E, neste sentido, é de fundamental importância uma maior compreensão de sua história enquanto mulher, da história de suas precursoras que, como afirmamos em nossa introdução, anônimas ou não, foram te-

cendo, ao longo dos séculos, por trás dos panos, formas de ser mulher.

Nossa tese, mais do que buscar soluções, apenas suscita novas questões ao levantar parte do véu que encobria algumas destas formas. Gostaríamos de concluir nossa travessia com Virginia Woolf, como começamos:

Drawing her life from the lives of the unknown who were her forerunners, as her brother did before her, she will be born. As for her coming without that preparation, without that effort on our part, without that determination that when she is born again she shall find it possible to live and write her poetry, that we cannot expect, for that would be impossible. But I maintain that she would come if we worked for her, and that so to work, even in poverty and obscurity, is worth while. (Virginia Woolf, 1957, p. 118)

BIBLIOGRAFIA

- AEBISCHER, V. & FOREL, C. (orgs.). *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- ALEMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo, Nobel, 1986.
- ALENCAR, José de. *Lucíola*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1977.
- ALMEIDA, M.I.M. *A modernização da maternidade (1950-1980): Uma abordagem sociológica da construção da subjetividade na família de classe média brasileira*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1985.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ANSART, P. *Idéologies, conflits et pouvoirs*. Paris, P.U.F., 1977.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Introdução Celso Lafer. Rio de Janeiro, Forense/São Paulo, Ed. USP, 1981.

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

ARIES, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

ARISTÓTELES. *Política*. Buenos Aires, Ed. Aguilar, 1985.

AZEVEDO, Thales de. *Social change in Brazil*. Tallahassee, Florida, The University of Florida Press, 1963.

_____. "Family, Marriage and Divorce in Brazil". In: HEATH, D.B. & ADAMS, R.N. (eds). *Contemporary cultures and societies of Latin America*. New York, Random House, 1965.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

_____. *Um é o outro*. Trad. Carlota Gomes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

_____. (org.) *O que é uma mulher?: um debate?* A.L. Thomas, Diderot, Madame D'Epinay. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

- BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
- BARDIN, L. *L'Analyse du contenu*. Paris, P.U.F., 1980.
- BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- BARTHÈS, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongermino & Pedro de Souza. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1980.
- BATE, Barbara. *Generic man, invisible woman: language, thought, and social change*. *University of Michigan Papers in Women's studies*, 2 (1): 83-95 (1975).
- _____. *Sex bias in language: an issue worth talking about*. *Thresholds Education*, 25: 53-59 (1978).
- BATTLE-SISTER, A. *Conectures on the female culture question*. In: *Journal of Marriage and the family*, 33: 411-20, (1971).
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. 2 v.

- BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*.
Petrópolis, Vozes, 1973.
- BERNSTEIN, Basil. Class and pedagogies: visible and invisible. In: _____. *Class, codes and control*. vol. 3.
Londres, Routledge & Kegan Paul, 1977.
- _____. Classe social, sistemas de fala e psicoterapia.
Trad. Jane Russo. In: FIGUEIRA, S.A., (org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco
Alves, 1980, pp. 230-45.
- BLAKAR, Rolv Mikkel. Language as a means of social power. In:
MEY, J.L. (ed) *Pragmalinguistics: Theory and
practice*. Lisse, Peter de Ridder, 1977.
- _____. How sex roles are represented, reflected and
conserved in the Norwegian language. In: *Acta Sociologica*. 18: 162-73 (1975).
- BODINE, Ann. Androcentrism in prescriptive grammar: singular
"they", sex-indefinite "he" and "he or she". *Language
in society*, 4: 129-146 (1975).
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para
uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bai-
rão. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1975.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, DIFEL, 1989.
- BROVERMAN, I.K.; VOGEL, S.R.; BROVERMAN, D.M.; CLARKSON, F.E.; & ROSENKRANTZ, P.S. Sex-role stereotypes: a current appraisal. In: *Journal of Social Issues*, 28(2): 59-78, (1972).
- BROWN, Penelope. Women and politeness: a new perspective on language and society. In: *Reviews in Anthropology*, 3, 240-49, (1976).
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 124-42.
- CÂNDIDO, A. The Brazilian family. In: SMYTH, T.L. & MARCHANT, A. (eds.) *Brazil: portrait of half a continent*. New York, The Dryden Press, 1951.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice*. Org. e Trad. Sebastião Uchoa Leite. 3ª ed. São Paulo, Summens, 1980.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. "Introdução". In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 11-22.

CARVALHO, Nanci Valadares de. (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALVO, M.Z. & LAMPHERE, L. (org.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 264-66.

_____. Mothering, male dominance and capitalism. In: EISENTEIN, Zillah R. (ed.) *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York, Monthly Review Press, 1979.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra, Arménio Amado Ed., 1975.

_____. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis, Vozes, 1977.

Cláudia, 31(4): 27-28 (abril 1991).

CONWAY, Jill K.; BOURQUE, Susan C.; & SCOTT, Joan W. (eds.) *Learning about women. Gender, politics & power*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1989.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989.

COULTHARD, Malcolm. *An introduction to discourse analysis*.
Essex, (England) Longman Group, 1983.

DALY, Mary. *Beyond God the Father: towards a philosophy of
women's liberation*. Boston, Beacon Press, 1973.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Ja-
neiro, Zahar, 1979.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara,
1987.

D'AVILA NETO, Maria Inacia. *O autoritarismo e a mulher: o jo-
go da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janei-
ro, Achiamé, 1980.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo,
Contexto, 1988.

Desfile, 264: 81-83, (Set. 1991).

DURAN, María Angeles. *A dona-de-casa*. Trad. Yara Cristina
Ferraro e Wanda Capeller. Rio de Janeiro, Edições
Graal, 1983.

DURKHEIM, Emile. *The rules of sociological method*. Trad. Sa-
rah A. Soloray & John H. Muelles. New York, Free
Press, 1964.

- EDELSKY, Carole. Acquisition of an aspect of communicative competence: learning what it means to talk like a lady. In: ERVIN-TRIPP, S. & MITCHELL-KERNAN, Claudia (eds). *Child discourse*. New York, Academic Press, 1977, pp. 225-44.
- _____. Question intonation and sex roles. *Language in Society*. 8: 15-32 (1979).
- ENGELS, F. *The origins of the family, private property and the state*. New York, International Publishers, 1973.
- EPSTEIN, Cynthia Fuchs. *Deceptive distinctions. Sex, gender and the social order*. New York, Russell Sage Foundation, 1988.
- FEMENÍAS, M.L. Mujer y jerarquía natural en Aristóteles. In: Hiparquia, [Buenos Aires], 1, (1988).
- FERRER, Ana Maria Navarro. *Feminismo, familia, mujer*. Navarra, España, Ediciones Universidad de Navarra S.A. (EUNSA), 1982.
- FIGUEIRA, S.A. Modernização da família: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: _____ (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- FIGUEIRA, S.A. O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: _____ (org.) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987, pp. 11-30.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- FISHMAN, J. *The sociology of language*. Rowley, Massachusetts, Newbury Publishers, 1972.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Trad. Ligia M. Pondé Vassallo, Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Org., Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. The subject and power. In: DREYFUS, H.L. & RABINOW, R. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1982, pp. 208-26.
- _____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 5ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984a.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres.*
Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1984b.
- _____. *História da sexualidade III. O cuidado de si.*
Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1984c.
- FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; & TREW, T. (eds.) *Language and control.* London, Routledge & Kegan Paul, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala.* 4ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1943.
- _____. *Sobrados e mucambos.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1951.
- FRIEDAN, Betty. *The feminine mystique.* New York, W.W. Norton, 1963.
- _____. *It changed my life. Writings on the women's movement.* New York, Dell Publishing Co. Inc., 1977.
- _____. *A segunda etapa.* Trad. Edna Jansen de Mello. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- FRIEZE, I.H.; PARSONS, J.E.; JOHNSON, P.B.; RUBLE, D.N. & ZELLMAN, G.L. *Women and sex roles. A social psychological perspective.* New York, W.W. Norton, 1978.

- GARANDY, Roger. *Liberación da mulher, liberação humana*. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GELIS, Jacques. *L'arbre et le fruit. La naissance dans l'occident moderne, XVI^e. et XIX^e. siècles*. Paris, Arthème Fayard, 1984.
- GIBERTI, Eva & FERNANDEZ, Ana Maria (org.) *La mujer y la violencia invisible*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Harmondsworth, Penguin, 1959.
- _____. *Interaction ritual. Essays on face to face behavior*. Garden City, N.Y., Anchor Books, 1967.
- GORDON, Linda. "Functions of the family". In: TANNER, Leslie (ed). *Voices from women's liberation*. New York, Signet Books, 1970.
- GRASSI, Estela (org.) *La Antropología social y los estudios de la mujer*<FI>. II Congreso Argentino de Antropología Social. Simposio "Antropología y Mujer". Buenos Aires, Editorial Humanitas, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudanças estruturais da esfera pública*. Trad. Flávio Köthe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

- HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Trad. Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- HENLEY, N. Power, sex and nonverbal communication. In: THORNE, B. & HENLEY, N. (eds.) *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, Massachusetts, Newbury Publishers, 1975, pp. 184-202.
- HYMES, Dell. *Foundations in sociolinguistics*. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 1974.
- HOFFMAN, L.W. & NYE, F.I. (eds.) *Working mothers: an evaluative review of the consequences for wife, husband, and child*. San Francisco, Jossey-Bass, 1974.
- HOLLOWAY, Wendy. Gender difference and the production of subjectivity. In: HENRIQUES, J.; HOLLOWAY, W.; URWIN, C. VENN, C.; & WALKERDINE, V. (eds.) *Changing the subject. Psychology, social regulation and subjectivity*. New York, Methuen & Co., 1984.
- KRAMARAE, C. Women's speech: separate but unequal? In: THORNE, B. & HENLY, N. (eds.) *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, Massachusetts, Newbury Pub., 1975, pp. 43-56.

- KRAMARAE, C. (ed). *The voices and words of women and men*. Oxford, Pergamon Press, 1980.
- _____. *Women and men speaking. Frameworks for analysis*. Rowley, Massachusetts, Newbury House Pub., 1981.
- KRAMARAE, Cheris; SCHULZ, Muriel; O'BARR, William M. Toward and understanding of language and power (Introduction). In: KRAMARAE, C.; SCHULTZ, M.; & O'BARR, W. (eds.) *Language and power*. Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 9-22.
- KRESS, Gunter & HODGE, Robert. *Language as ideology*. London, Routledge & Kegan Paul, 1979.
- KUHN, T.S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1962.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 1972.
- LAKOFF, Robin. *Language and woman's place*. New York, Harper Colophon Books, 1975.
- LAMPHERE, Louise. Estratégias, cooperação e conflito entre as mulheres em grupos domésticos. In: ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (org.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad. Cila Anker & Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- LEITÃO, Eliane Vasconcellos. *A mulher na língua do povo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, C. (org.) *L'identité*. Paris, Ed. Grasset, 1977.
- LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1970.
- _____. *A bela e a fera*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1979.
- LUCCOCK, John (1820). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- LUZ, Madel T. (org.) *O lugar da mulher. Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- MACEDO, J.M. de. *A moreninha*. 1844; Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1945.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. *Dom Casmurro*. 1900; Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1967.

MACHADO DE ASSIS, J.M. *Helena*. 1876; Rio de Janeiro, Garnier, 1988.

_____. *Iaiá Garcia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

_____. *A mão e a luva*. 1874; Rio de Janeiro, Garnier, 1988.

_____. *Memorial de Aires*. 1908; Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 1881; Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Quincas Borbas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Ressurreição*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

MACCONNELL-GINET, S.; BORKER, R.; FURMAN, N. (eds.) *Language in literature and society*. New York, Praeger Pub., 1980.

MC MILLAN, Carol. *Women, reason and nature: some philosophical problems with feminism*. New Jersey, Princeton Univ. Press, 1982.

- MEAD, Margaret. *Sex and temperament in three primitive societies*. New York, William Morrow, 1935.
- _____. *Male and female*. New York, William Morrow, 1949.
- MELLO E SOUSA, Gilda de. *O espírito das roupas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Trad. Angela L. de Souza. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MILLET, Kate. *Sexual politics*. New York, Avon Books, 1971.
- MITCHEL, Juliet. *Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e a mulher*. Belo Horizonte, Interlivros, 1979.
- _____. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.
- MOREAU, Noëlle Bisseret. Education, ideology, and class/sex identity. In: KRAMARAE, C.; SCHULZ, M. & O'BARR, W. M. (eds.) *Language and power*. Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 9-22.
- MORENO, Rachel. De feminismos, de feministas, de mulheres. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 44-51.

- MURRAY, Jessica. Male perspective in language. In: *Women: a Journal of Liberation*. 3 (2), 46-50, (1972).
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: FIGUEIRA, S.A. (org.) *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, pp. 147-68.
- _____. *Sujeito e cotidiano. Um estudo da dimensão psicológica do social*. Rio de Janeiro, Campus, 1987.
- _____. Questões metodológicas sobre a análise de discurso. In: *Psicologia: Reflexão e crítica*. Porto Alegre, 4, (1/2): 103-8, (1989).
- O'BARR, William M. Asking the right questions about language and power. In: KRAMARAE, C.; SCHULZ, M.; & O'BARR, W. (eds.) *Language and power*. Beverly Hills, California, Sage Publications, 1984, pp. 260-80.
- O'BARR, William & ATKINS, Bowerman K. Women's language or powerless language?. In: McCONNELL-GINET, Sally; BORKER, Ruth; & FURMAN, Nelly (eds.). *Women and language in literature and society*. New York, Praeger Publishers, 1980, pp. 93-110.
- O'CONNOR, L. Male dominance: the nitty gritty of oppression. *It Aint't Me Babe*. (June 11-July 1), 1970, 9-11.

OLIVEIRA, Rosiska D. As mulheres em movimento. In: FREIRE, Paulo et alli. *Vivendo e aprendendo. Experiências do IDAC em educação popular.* São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. *Elogio da diferença. O feminismo emergente.* São Paulo, Brasiliense, 1991.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos. A repressão do desejo na poesia feminina.* Rio de Janeiro, Numen Editora, 1991.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PIMENTEL, Sílvia. A mulher brasileira, a constituinte e a participação política. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina.* São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 65-83.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado.* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946.

- PRADO, Rosane Manhães. Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly. *Perspectivas antropológicas da mulher 2*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 71-112.
- RAMOS, Tânia R.O. A memória de todo homem é um espelho de mulheres mortas. *Anais do 3º Seminário Nacional Mulher e Literatura*. vol. 2. Santa Catarina, 1989, pp. 169-75.
- REITER, Rayna. Men and women in the south of France: public and private domains". In: _____ (ed.) *Toward an Anthropology of women*. New York, Monthly Press, 1975, pp. 264-66.
- RIBEIRO COUTINHO, Anamaria. Pressupostos da noção de subjetividade. In: FIGUEIRA, S.A. (org.) *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. "Dor de dentes" e "atração erótica: a linguagem da experiência privada em Wittgenstein. mimeo.
- RIOS, José Artur. Classe e família no Brasil. *Digesto Econômico* [São Paulo], 6 (66): 127-134, (maio 1950).
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Discurso feminino ou discurso do dominado? *Anais do I Simpósio sobre a diversidade lingüística no Brasil*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1986.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A outra face de Eva: a mulher de Clarice Lispector. Trabalho apresentado no III Seminário Nacional Mulher e Literatura. Florianópolis, Santa Catarina, 1989.

_____. Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico. *Revista Psicologia e Sociedade*, 5, (8): 34-48 (Nov. 89/Março 90).

_____. Feminism and the new man: the language of advertisements in women's magazines. Trabalho apresentado no XVIII FILLM Congress. Novi Sad, Iugoslavia, Agosto 1990.

_____. O mito nosso de cada dia. Ser mulher e ser homem nos anúncios de revistas femininas. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Psicologia Social. Rio de Janeiro, Maio 1991.

ROSALDO, Michele Zimbalist & LAMPHERE, Louise (eds.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michele Z. The use and abuse of Anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding. In: *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5 (3): 394-95 (1980).

- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; & NEGRÃO, Esmeralda V.
A educação da mulher no Brasil. São Paulo, Global Editora, 1982.
- SAFFIOTI, Heleith. *Mulher brasileira: opressão e exploração.*
Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.
- _____. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina.* São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 143-78.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família.* São Paulo, Século XIX. São Paulo, Ed. Marco Zero e Secretaria de Estado a Cultura de São Paulo, 1989.
- SATTEL, J.W. Inexpressiveness and power. In: THORNE, B.; KRAMARAE, C.; & HENLEY, N. (eds.) *Language, gender and society.* Rowley, (Massachusetts), Newbury House Publishers, 1983, pp. 118-24.
- SEABRA, Zelita & MUSZKAT, Malvina. *Identidade feminina.* Petrópolis, Vozes, 1985.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.* Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

- SHORTER, Edward. *The making of the modern family*. New York, Basic Books, 1975.
- _____. *A history of women's bodies*. New York, Basic Books, 1982.
- SPOCK, Benjamin. *Baby and child care*. London, W. H. Allen, 1979.
- _____. *Raising children in a difficult time*. London, New English Library, 1974.
- STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- STORR, Anthony. *Human Aggression*. Harmondsworth, Penguin, 1971.
- SUSSMUTH, Rita. A nova maternidade e os projetos de vida da mulher. In: SOLIZ, Neusa (org. e trad.) *A mulher no século XXI. Um estudo de caso: a Alemanha*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/São Paulo, Instituto Goethe, 1988, pp. 15-28.
- SUTTON-SMITH, Brian & ROSENBERG, B.G. *The sibling*. New York, Rinehart & Winston, 1970.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*.
Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

TAJFEL, H. The structure of our views about society. In:
TAJFEL, H. & FRASER, C. (ed.) *Studies in intergroup
behavior*. London, Academic Press, 1978.

TANNEN, Deborah. *Conversational style. Analyzing talk among
friends*. New Jersey, Ablex Publishing Corporation,
1984.

TARLEI DE ARAGÃO, L. Em nome da mãe. In: *Perspectivas Antro-
pológicas da Mulher 3*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

THOMPSON, John B. *Studies in the theory of ideology*. Cambrid-
ge, Polity Press, 1984.

THORNE, Barrie & HENLEY, Nancy. Difference and dominance: an
overview of language, gender and society. In: THOR-
NE, B. & HENLEY, N. (eds.) *Language and sex: diffe-
rence and dominance*. Rowley (Massachusetts), Newbury
House Pub., 1975, pp. 5-43.

THORNE, Barrie & HENLEY, Nancy (eds.) *Language and sex: diffe-
rence and dominance*. Rowley, Massachusetts, Newbury
House Pub., 1975.


- THORNE, Barrie; KRAMARAE, Cherie; & HENLEY, Nancy (eds.) *Language, gender and society*. Rowley, Massachusetts, Newbury House Pub., 1983.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime a a revolução*. Trad. Yonne Jean. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- TREW, T. Theory and ideology at work. In: FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; & TREW, T. (eds.) *Language and control*. London, Routledge and Kegan Paul, 1979.
- USSEL, Jos Van. *Repressão sexual*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- VAN DIJK, Teun A. (ed.) *Handbook of discourse analysis*. New York, Academic Press, 1985, 4 vols.
- VELHO, G. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- _____. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

- VERUCCI, Florisa. Esboço de um novo estatuto civil da mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 84-102.
- _____. Um novo estatuto civil para a mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Vértice (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 4), 1988, pp. 52-64.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. Glenave, Free Press, 1957.
- _____. *Basic concepts in sociology*. 7ª ed. New Jersey, Citadel Press, 1972.
- WESTOFF, C.F. & POTVIN, R.H. *College women and fertility values*. Princeton, Princeton University Press, 1967.
- WILLEMS, E. The structure of the Brazilian family. In: *Social Forces* 31, 339-45, (1973).
- WOOLF, Virginia. *A room of one's own*. 1929; New York, Harcourt, Brace & World, Inc., 1957.

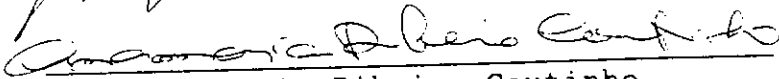
WOORTMAN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Brasília, CNPq, 1987.

YAGUELLO, M. *Les mots et les femmes*. Paris, Payot, 1987.


Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/Rio, pela aluna Maria Lúcia Rocha-Coutinho, intitulada "Tecendo por trás dos panos. Algumas estratégias de controle da mulher sobre a família", fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



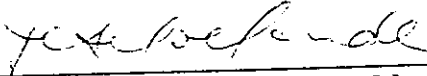
Prof. Ana Maria Nicolaci-da-Costa
Prof. Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC/Rio



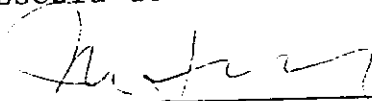
Prof. Anamaria Ribeiro Coutinho
Departamento de Psicologia - PUC/Rio



Prof. Ester Maria de Magalhães Arantes
Departamento de Psicologia - PUC/Rio




Prof. Heloísa Buarque de Hollanda
Escola de Comunicação - UFRJ



Prof. Maria Inácia D'Ávila Neto
Instituto de Psicologia - UFRJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1992.



Prof. Ana Maria Nicolaci-da-Costa
Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas.